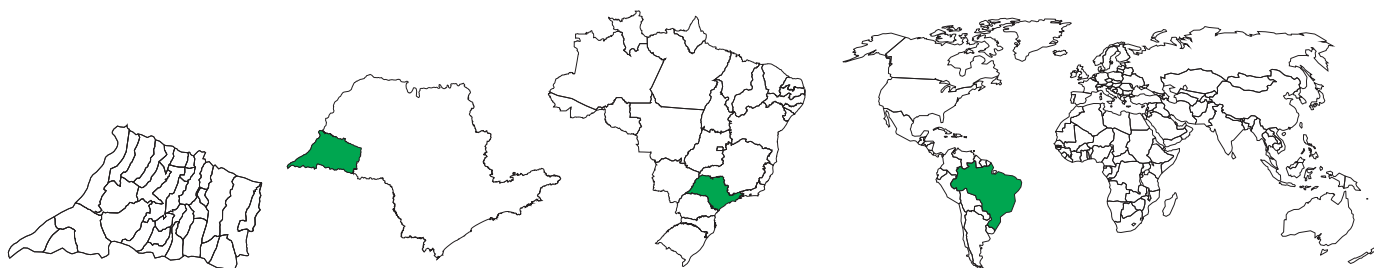


Revista NERA

n. 36
DOSSIÊ



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

PENSAMENTOS E TENSÕES NOS ESTUDOS DO RURAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL

Guilherme dos Santos Claudino

CONFLITUALIDADE E DISPUTA PARADIGMÁTICA DO CONCEITO DE MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO

Messias Alessandro Cardoso

CONTRIBUIÇÕES PARA A CONCEITUALIZAÇÃO DA MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO

Robinson Piñeros Lizarazo

A EXCLUSÃO DIGITAL COMO UMA ESTRATÉGIA ENGENDRADA PELO CAPITAL PARA RESTRINGIR O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO CAMPESINATO

Paulo Roberto Rosa

ESTRANGEIRIZAÇÃO DA TERRA: (DES) CONSTRUINDO UMA DEFINIÇÃO A PARTIR DA GEOGRAFIA

Lorena Izá Pereira

ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS: DISPUTAS PARADIGMÁTICAS E TERRITORIAIS NO PA SÃO JUDAS (MS)

Lara Dalperio Buscioli

AGROHIDRONEGÓCIO, CAMPESINATO E A DISPUTA PELO TERRITÓRIO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)

Diógenes Rabello

ANÁLISE DA ATUALIDADE DAS AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES E URBANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO: MST E MTST

Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva

2017



Revista NERA nº. 36

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

EDITORES

**Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira
Camila Ferracini Origuéla
Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes
Wendy Wolford
Hannah Wittman
Lara Dalperio Buscioli
Messias Alessandro Cardoso
Paulo Roberto Rosa**

**NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
2017**

Revista NERA (RNERA) nº. 36

EDITOR-CHEFE

Eduardo Paulon Girardi

CONSELHO EDITORIAL

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira
Camila Ferracini Origuéla
Bernardo Mançano Fernandes
Wendy Wolford
Hannah Wittman
Lara Dalperio Buscioli
Messias Alessandro Cardoso
Paulo Roberto Rosa

CORPO EDITORIAL

Lucas Pauli
Leandro Ribeiro Nieves
Hellen Mesquita

CONSELHO CIENTÍFICO

Adolfo da Costa Oliveira Neto – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Antonio Augusto Rossotto Ioris – University of Edinburgh (Reino Unido)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – Pesquisador independente (Goiânia, GO, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Camila Ferracini Origuéla - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Maximiliano Macías Fernández – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eliane Tomiasi Paulino – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Eliezer Constantino Gonçalves – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Emília de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Facundo Martín – UNCuyo, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevideu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Márcio Mendes Pereira – UFRRJ (Seropédica, RJ, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Lindberg Nascimento Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Lorena Izá Pereira - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez – UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)

Luis Daniel Hocsmán - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Marcelo Gomes Justo – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
 Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
 Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevideo, Uruguai)
 Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevideo, Uruguai)
 Mônica Shicavinatto – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Munir Jorge Felício – UNOESTE (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Nelson Rodrigo Pedon – IFSP (Birigui, SP, Brasil)
 Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
 Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
 Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
 Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
 Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
 Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
 Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
 Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
 Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
 Thaís Tartalha do Nascimento Lombardi – UNESP (São Paulo, SP, Brasil)
 Tiago Egídio Avanço Cubas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
 Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
 Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
 Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
 Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
 Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2	2012 – ano 15, nº. 20
1999 – interrompida	2012 – ano 15, Dossiê
2000 – ano 3, nº. 3	2012 – ano 15, nº. 21
2001 – interrompida	2013 – ano 16, nº. 22
2002 – interrompida	2013 – ano 16, nº. 23
2003 – interrompida	2014 – ano 17, nº. 24
2004 – ano 7, nº. 4	2014 – ano 17, nº. 25
2004 – ano 7, nº. 5	2015 – ano 18, nº 26, Dossiê
2005 – ano 8, nº. 6	2015 – ano 18, nº 27
2005 – ano 8, nº. 7	2015 – ano 18, nº 28, Dossiê
2006 – ano 9, nº. 8	2015 – ano 18, nº 29
2006 – ano 9, nº. 9	2016 – ano 19, nº 30
2007 – ano 10, nº. 10	2016 – ano 19, nº31
2007 – ano 10, nº. 11	2016 – ano 19, nº32, Dossiê
2008 – ano 11, nº. 12	2016 – ano 19, nº33
2008 – ano 11, nº. 13	2017 – ano 20, nº34, Dossiê
2009 – ano 12, nº. 14	2017 – ano 20, nº35
2009 – ano 12, nº. 15	2017 – ano 20, nº36, Dossiê
2010 – ano 13, nº. 16	
2010 – ano 13, nº. 17	Quadrimestral
2011 – ano 14, nº. 18	ISSN 1806-6755
2011 – ano 14, nº. 19	

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
 FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
 Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
 Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

	APRESENTAÇÃO
	PRESENTACIÓN
08	PRESENTATION
	Lara Dalperio Buscioli, Lorena Izá Pereira, Messias Alessandro Cardoso e Paulo Roberto Rosa
	PENSAMENTOS E TENSÕES NOS ESTUDOS DO RURAL NA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA NO BRASIL
13	THOUGHTS AND TENSIONS IN RURAL STUDIES AT POSTGRADUATE IN GEOGRAPHY AT THE BRAZIL
	PENSAMIENTOS Y TENSIONES EN LOS ESTUDIOS RURALES EN LA POS-GRADUACIÓN DE LA GEOGRAFÍA EN BRASIL
	Guilherme dos Santos Claudino
	CONFLITUALIDADE E DISPUTA PARADIGMÁTICA DO CONCEITO DE MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO
36	CONFLICTUALITY AND PARADIGMATIC DISPUTE THE CONCEPT OF TERRITORIAL MOBILITY OF LABOR
	CONFLITUALIDADE Y DEBATE PARADIGMÁTICO DEL CONCEPTO DE MOVILIDAD TERRITORIAL DEL TRABAJO
	Messias Alessandro Cardoso
	CONTRIBUIÇÕES PARA A CONCEITUALIZAÇÃO DA MOBILIDADE TERRITORIAL DO TRABALHO
58	APPROACHES TO A DEFINITION OF THE TERRITORIAL MOBILITY OF THE LABOR
	CONTRIBUCIONES PARA LA CONCEPTUALIZACIÓN DE LA MOVILIDAD TERRITORIAL DEL TRABAJO
	Robinzon Piñeros Lizarazo
	A EXCLUSÃO DIGITAL COMO UMA ESTRATÉGIA ENGENDRADA PELO CAPITAL PARA RESTRINGIR O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO CAMPESINATO
82	THE DIGITAL EXCLUSION AS A STRATEGY ENGENDERED BY CAPITAL TO RESTRICT THE TERRITORIAL DEVELOPMENT OF THE PEASANTRY
	L'EXCLUSION NUMÉRIQUE EN TANT QU' UNE STRATÉGIE ENGENDRÉE PAR LE CAPITAL POUR LIMITER LE DÉVELOPPEMENT TERRITORIAL DE LA PAYSANNERIE

	Paulo Roberto Rosa
	ESTRANGEIRIZAÇÃO DA TERRA: (DES) CONSTRUINDO UMA DEFINIÇÃO A PARTIR DA GEOGRAFIA
107	LAND FOREIGNIZATION: (DE) CONSTRUCTING A DEFINITION FROM THE GEOGRAPHY EXTRANJERIZACIÓN DE LA TIERRA: (DE) CONSTRUCCIÓN DE UNA DEFINICIÓN DESDE LA GEOGRAFÍA
	Lorena Izá Pereira
	ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS: DISPUTAS PARADIGMÁTICAS E TERRITORIAIS NO PA SÃO JUDAS (MS)
133	LAND FOREIGNIZATION: PARADIGMATIC AND TERRITORIAL DISPUTES IN PA SÃO JUDAS (MS) ACAPARAMIENTO DE TIERRAS: CONFLICTOS PARADIGMÁTICOS Y TERRITORIALES EN EL PA SÃO JUDAS (MS)
	Lara Dalperio Buscioli
	AGROHIDRONEGÓCIO, CAMPESINATO E A DISPUTA PELO TERRITÓRIO NO PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)
159	AGROHIDRONEGÓCIO, PEASANTRY AND THE DISPUTE FOR THE TERRITORY IN PONTAL DO PARANAPANEMA (SP) AGROHIDRONEGÓCIO, CAMPESINADO Y LA DISPUTA SOBRE EL TERRITORIO EN EL PONTAL DO PARANAPANEMA (SP)
	Diógenes Rabello
	ANÁLISE DA ATUALIDADE DAS AÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES E URBANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO: MST E MTST
178	ANALYSIS OF THE ACTIONS OF PEASANT AND URBAN SOCIO-TERRITORIAL MOVEMENTS IN THE STATE OF SÃO PAULO: MST AND MTST ANÁLISIS ACTUAL DE LAS ACCIONES SOCIO-TERRITORIALES DE LOS CAMPESINOS Y LOS MOVIMIENTOS URBANOS EN SAO PAULO: MST Y MTST
	Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva
	COMPÊNDIO DE AUTORES
196	COMPENDIO AUTORES COMPENDIUM AUTHORS

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos mais um dossiê da Revista NERA, ano 20 e número 36, intitulado “Território, Campesinato, Trabalho e Resistências” com avanços em diversas temáticas que abordam a questão territorial e paradigmática de seguimentos de estudos da Geografia.

A origem deste dossiê remete à disciplina intitulada Teorias dos Territórios e da Questão Agrária, ministrada em 2015 pelo Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", unidade de Presidente Prudente/SP. A disciplina teve como objetivo refletir sobre os processos de construção do conhecimento, as teorias e tipologias de território, a questão agrária e seus paradigmas e hegemonias, bem como os movimentos socioespaciais, socioterritoriais e suas transformações.

Os artigos constantes deste número são fruto das reflexões realizadas durante os colóquios da disciplina e com base na bibliografia recomendada. No decorrer da disciplina, cada autor buscou abordar uma temática aderente à sua área de pesquisa e teve a oportunidade de socializar suas reflexões iniciais durante os colóquios debatendo-os. Ao final, cada autor enviou o seu trabalho que, posteriormente, passou por um processo de revisão entre os pares e pelo professor responsável da disciplina.

A metodologia desenvolvida para revisão dos artigos teve como ponto de partida a divisão dos trabalhos em seis eixos temáticos. Foram selecionados dois revisores para cada artigo, considerando sua aderência aos eixos temáticos em discussão. Ao final do processo de revisão, os autores receberam os apontamentos realizados e procederão as adequações solicitadas e consideradas pertinentes, e enviaram uma nova versão para avaliação pelo professor responsável pela disciplina. Após a avaliação realizada pelo docente, os autores realizaram os ajustes e procederam a entrega final do artigo.

O título escolhido de forma participativa para este dossiê, considerando as temáticas abordadas pelos autores, é “*Território, Campesinato, Trabalho e Resistências*”. As temáticas abordadas pelos artigos contemplam o pensamento geográfico, a exclusão digital e desenvolvimento territorial, a mobilidade territorial do trabalho, a estrangeirização de terras, os movimentos socioterritoriais, e o embate envolvendo o agrohidronegócio e o campesinato.

Abordar o desenvolvimento no âmbito da geografia encerra desafios que transpassam a dimensão econômica, uma vez que implica pensar tal fenômeno como um processo multidimensional historicamente constituído em termos territoriais. A mundialização do modo de produção capitalista é guiada pela busca das condições necessárias ao processo de acumulação do capital e caracterizada pela (re)produção e

agravamento das assimetrias. Na incansável busca pelo lucro, avança sobre os recursos, explora e os conduz a exaustão, sem qualquer preocupação com as consequências e impactos econômicos, sociais, culturais ou ambientais.

Assim, é necessária uma mudança de perspectiva na concepção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento, em especial em países como o Brasil, um país de dimensões continentais e dotado de grandes assimetrias. Considerando que as políticas públicas estão sob o controle do Estado e este encontra-se cooptado pelo capital, essa mudança de perspectiva apresenta-se como o primeiro e um dos grandes desafios a serem superados para alavancar o desenvolvimento em sua plenitude.

Historicamente as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento são concebidas pelo governo - impostas, estilo top-down - para atender a determinados setores específicos da economia. Uma nova abordagem deve pautar-se no viés territorial, onde tais políticas são conquistadas - bottom-up - pela comunidade de um território para atender às suas necessidades específicas, sem vínculos setoriais. Dessa forma, as políticas são concebidas considerando-se as especificidades do território, incluindo os sujeitos ali presentes, suas expectativas e necessidades.

Tendo em vista os horizontes da ciência geográfica e sua contribuição para o entendimento do processo de mobilidade do trabalho, é necessário enfatizar que sua compreensão passa pelo entendimento da geograficidade do trabalho e sua respectiva essência de produção territorial desigual, seletiva e combinada. Ou seja, mobilidade do trabalho e território(s) são indissociáveis, pois toda estratégia de mobilidade ocorre no, surge no e produz um território, além de que, a mobilidade resulta da subordinação estrutural do trabalhador perante a perda ou apropriação de território diante do capital.

Tal leitura nos leva a entender a produção territorial por meio das relações sociais, promovidas pelas classes em permanente conflitualidade na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade. Diante desses entendimentos, fica evidente que a mobilidade territorial do trabalho não é apenas um fenômeno conjuntural, que se resolva pelo próprio metabolismo do sistema do capital, pelo contrário, a mobilidade territorial do trabalho é uma questão estrutural, imbricada ao modo de ser e operar da lógica de acumulação ampliada. Portanto, seu enfrentamento e busca de emancipação do sujeito e do território passam pela luta de classes!

A temática da estrangeirização da terra, que atualmente é muito debatida por acadêmicos, governos e movimentos socioterritoriais também está presente neste dossiê da Revista NERA. A estrangeirização da terra é um processo histórico de apropriação do território pela capital estrangeiro com o objetivo de acumular capital. Contudo, este processo se intensifica de forma avassaladora no século XXI como resposta a convergência de múltiplas crises – alimentar, ambiental, climática, energética e financeira. A estrangeirização

da terra também pode ser entendida como um modelo de desenvolvimento, uma vez que diante da corrida mundial por terra, governos e empresas buscam atrair investimentos estrangeiros em terras com a justificativa de desenvolvimento da nação. Todavia, a estrangeirização causa a desterritorialização de camponeses, indígenas e quilombolas, diminui a produção de alimentos, gera impactos ambientais, adia políticas públicas de reforma agrária e coloca em risco a soberania territorial do país.

Outro tema que norteou parte do desenvolvimento dos artigos foram às resistências dos movimentos socioterritoriais frente ao avanço do agronegócio e do capital nacional e estrangeiro, partindo da análise territorial das lutas do campesinato e dos sem tetos da cidade. As resistências partem da análise paradigmática diante dos modelos de desenvolvimento e de ações diretas como nas ocupações de terras, manifestações do campo ou produtivas baseando na agroecologia. Assim, os movimentos do campo e da cidade juntam-se para resistir frente às ações do Estado e do capital recriando novas estratégias de luta que permeiam algo em comum o território (material e imaterial), conferindo-os dentro das análises como movimentos socioterritoriais.

Diante de tais provocações e discussões, apresentamos nas páginas que se seguem, alguns apontamentos sobre os oito artigos que compõem este dossiê da Revista NERA, que nos mostram o quão diverso são as temáticas contidas na abordagem territorial e paradigmática da Geografia brasileira, relacionados aos seus diferentes processos, sujeitos e territórios.

O primeiro artigo apresentado tem como título “Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em geografia no Brasil” escrito por Guilherme dos Santos Claudino, que procurou abordar no plano teórico uma exposição de teses e dissertações que compõem o pensamento geográfico no campo dos estudos rurais, que se tornaram o guia dos métodos e modelos interpretativos utilizados.

Em seguida apresentamos o artigo de Messias Alessandro Cardoso intitulado “Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho” na qual o autor procurou apresentar alguns debates e discussões sobre a questão paradigmática do conceito *mobilidade territorial do trabalho* resultando no *Paradigma Capitalista da Mobilidade Perfeita* e *Paradigma da Questão da Mobilidade do Trabalho* com características analíticas diferentes, bem como suas ideologias: em que o primeiro considera a integração dos trabalhadores ao capital e o segundo aborda a questão do enfrentamento de classe e emancipação do trabalho.

Robinson Piñeros Lizarazo em seu artigo “Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho” contribui para pensarmos conceitualmente a luz das comunidades tradicionais, camponeses e assalariados rurais, a mobilidade territorial do trabalho dentro da ciência geográfica, trazendo debates sobre as questões que envolvem o

território, o capital, agronegócio, exploração da força de trabalho, migrações internas (campo-campo e cidade-campo) com o debate da teoria do desenvolvimento e da dependência para entendermos a atualidade do avanço e acumulação do capital no campo.

No quarto artigo “A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato” de autoria de Paulo Roberto Rosa, apresenta algumas contribuições para o caso da região denominada Pontal do Paranapanema, sobre a exclusão digital do campesinato considerada uma estratégia intencional do capital para restrição dos territórios destes sujeitos. Assim, o campesinato na região tem o acesso às tecnologias da informação e comunicação dificultadas impactando em diversas escalas de seus territórios material ou material mesmo com avanços tímidos para a inclusão digital do campesinato.

No artigo de Lorena Izá Pereira intitulado “Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia” apresenta contribuições para a análise conceitual sobre o processo de estrangeirização de terras abordado a partir de uma visão geográfica sobre o mesmo. Assim, o artigo apresentou algumas discussões embasadas em outros campos da ciência, bem como do debate paradigmático para construir a sua definição geográfica sobre a estrangeirização de terras que para a autora é um processo antigo que se apresenta por ciclos.

Outro artigo apresentado na revista referente a esta temática foi escrito por Lara Dalperio Buscioli intitulado “Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)” que abordou a discussão conceitual sobre a estrangeirização de terras que é considerado histórico, sendo parte integrante da análise territorial e paradigmática, buscando compreender como ela ocorre por meio do grupo francês Louis Dreyfus Commodities em Rio Brilhante em Mato Grosso do Sul e seus impactos e resistências no assentamento PA São Judas obtido através da luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

No artigo seguinte de Diógenes Rabello cujo título é “Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)” apresentou uma discussão sobre a disputa pelo território entre o campesinato e o agrohidronegócio canavieiro na região denominada Pontal do Paranapanema, que em meio a esta disputa a questão da produção do campesinato por meio da agroecologia se torna eminente frente aos impactos da produção de cana-de-açúcar sejam na dimensão material ou ideológica.

O artigo de Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva “Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST” apresenta um elo das ações de resistências entre os movimentos socioterritoriais urbanos e rurais no estado de São Paulo partindo de uma análise geográfica, justificando a importância desta leitura devido à carência de estudos no âmbito

acadêmico que interpretam a relação cidade e campo partindo das ações dos movimentos socioterritoriais. Assim, estas lutas questionam a apropriação dos espaços e territórios e o direito da propriedade privada entre ambos os sujeitos.

Apresentados os artigos e suas principais discussões, nós editores da Revista NERA, desejamos uma boa leitura e um bom trabalho á todos!

Lara Dalperio Buscioli
Lorena Izá Pereira
Messias Alessandro Cardoso
Paulo Roberto Rosa
Editores da Revista NERA

Pensamentos e tensões nos estudos do rural na pós-graduação em geografia no Brasil¹

Guilherme dos Santos Claudino

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP)

Membro do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR)
Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
e-mail: guilhermeclaudinogeo@gmail.com

Resumo

O texto tomou como propósito revisar um conjunto dissertações e teses que se dedicaram ao estudo da história e do estado do conhecimento em que o pensamento geográfico atinente ao rural é o objeto por excelência. A batalha e os modelos de leitura das ideias sobre o rural é o elemento que resume o resultado da presente tentativa. Denominar, ilustrar, desconstruir e reconstruir a imagem do conhecimento e do pensamento geográfico daquilo que se produziu e que se produz na geografia e nos outros planos do conhecimento foram os objetivos salutar de cada trabalho apresentado neste texto. Este trabalho, assim, objetiva demonstrar os modos como o rural foi interpretado à luz dos estudos históricos e epistemológicos da geografia brasileira.

Palavras-chave: Rural; conhecimento; pensamento; dissertações e teses; tensões.

Thoughts and tensions in rural studies at postgraduate in geography at the Brazil

Abstract

The text took as its purpose to revisit a set dissertations and theses that have dedicated themselves to the study of the history and current state of knowledge on the geographical thought regards the rural is the object par excellence. The battle and reading models of ideas on rural is the element that summarizes the results of this attempt. Styling, illustrate, deconstruct and reconstruct the image of knowledge and geographical thought of what is produced and what is produced in geography and other fields of knowledge were the salutary objectives of each work presented in this text.

Keywords: Rural; knowledge; thought; dissertations and theses; tensions.

Pensamientos y tensiones en los estudios rurales en la pos-graduación de la geografía en Brasil

Resumen

El texto tuvo como propósito revisar un conjunto de disertaciones y tesis que se han dedicado al estudio de la historia y el estado actual de los conocimientos en que el

¹ Texto apresentado como requisito de conclusão da disciplina Teoria dos Territórios e da Questão Agrária, ministrada pelo professor Bernardo Mançano Fernandes, durante o primeiro semestre de 2015.

pensamiento geográfico relacionado al rural es el objeto por excelencia. La batalla y los modelos de lectura de las ideas sobre lo rural es el elemento que resume los resultados de este intento. Denominar, ilustrar, deconstruir y reconstruir la imagen del conocimiento y el pensamiento geográfico de lo que se ha producido y lo que se produce en la geografía y otros planes del conocimiento son los objetivos de cada trabajo presentado en este texto.

Palabras-clave: Rural; conocimiento; pensamiento; disertaciones y tesis; tensiones.

Introdução

No presente texto o leitor encontrará uma exposição quase linear de algumas dissertações e teses que se dedicaram à compreensão de conhecimentos materializados, exercício comumente conhecido como estudo do pensamento geográfico. Os trabalhos aqui reunidos foram realizados por autores distintos. O momento e o lugar da confecção de cada qual detém pouca semelhança, o que os une é o rural enquanto fato categórico de análise. Entendemos, com base em Andrade (1995), que o rural compreende, enquanto totalidade, as noções de campo, agrícola e agrário, estes tendo o papel de partes do que seria então uma geografia rural. Compreendemos ainda, como fundamento didático, que os geógrafos que se dedicaram aos estudos do pensamento geográfico realizaram também leituras de conhecimentos materializados em objetos de toda sorte. Isso não significa que separamos o conhecer e o pensar como atividades distintas, mas, admitimos desde já, há diferenças entre o conhecimento e o pensamento quando estão sobre a condição de objetos. Cabe destacar, ademais, que o pensamento é conceitualmente rarefeito em suas inúmeras definições e sentidos, isso implica uma certa problemática quando pretendemos estabelecer um programa de pesquisa coerente em que possamos estudar teorias, geógrafos, conceitos etc.

O conhecimento embora detenha uma condição como objeto mais aceita entre os estudiosos da epistemologia não significa, necessariamente, que sua definição seja mais objetiva que o pensamento, contudo, é inegável, há uma tradição em outras ciências que assumem o conhecimento como objeto. Portanto, no primeiro momento do texto, apresentamos essas noções iniciais. Estabelecemos, em seguida, o recorte temporal que o texto cobre em nossa análise, respeitando na medida do possível a ordem que as defesas de cada dissertação e tese foi concluída, mirando enfim as duas partes finais deste texto onde adentramos o museu desses trabalhos e estabelecemos diálogo com os mesmos objetivando apresentar suas tensões.

Da elaboração do conhecimento à leitura do pensamento: o rural na condição de objeto

Intelectuais brasileiros, de diferentes campos do conhecimento, produziram no último século uma quantidade expressiva de documentação sobre o Brasil rural. Nesse produzir, os geógrafos tiveram um papel presente no fluxo das interpretações. A descrição, delimitação e, conseqüentemente, a compreensão do território brasileiro foi o ofício mais salutar. A nomenclatura do rural, todavia, variou no correr da história incorporando diferentes léxicos: agrário, campo e o agrícola, por exemplo. Temas, atualmente, com uma bibliografia muito farta referente a estes termos que carregam em si especificidades que os diferenciam. Isso tudo desenha/ou uma subárea do conhecimento no interior da Geografia, incumbida de compreender a variância dos fenômenos sociais-econômicos-culturais e físico-químico-biológicos atinentes ao mundo rural. O estudo do Brasil rural (seja qual for a nomenclatura) tornou-se um objeto do conhecimento científico possibilitando os geógrafos desenharem um programa de pesquisa que o distingue de outros subcampos da Geografia.

Sendo um objeto do conhecimento os geógrafos produziram pesquisas, materializando esse conhecimento (do rural) em revistas, dissertações, teses, livros etc. Essa materialização permite que investiguemos o que foi pensado e conhecido na Geografia acadêmica brasileira. O conhecimento deste objeto pelos geógrafos deixou linhas escritas na história, de modo que é possível retornar à esta produção e inferir seus limites e possibilidades no período de então. Essas linhas históricas do rural tornou-se objeto (pensamentos) a ser conhecido, desconstruído, contestado e/ou afirmado, configurando, assim, uma área (sem definições precisas) na Geografia, comumente denominada de *história do pensamento geográfico*. O estudo deste conhecimento que conhece/u é o intento deste texto.

Tanto o objeto que se conhece/u como o sujeito que dele retirou/transformou em conhecimentos estão envoltos em constelações culturais, ideológicas, políticas, linguísticas, econômica etc. Num fluir dialético entre o que é interpretado e aquele que interpreta. A relação entre o sujeito e o objeto – o geógrafo e o mundo rural – permitiu pesquisadores construir histórias, paradigmas, perspectivas e previsões sobre os estudos geográficos do rural brasileiro.

Nessas histórias - do rural - assentasse um conjunto de caminhos; matrizes, escolas, correntes, que tem como direção à compreensão deste conhecimento produzido e materializado (em revistas, músicas, dissertações, teses, conceitos, categorias, livros, grupos de pesquisa). Estes estudos estão ligados à apreensão do *pensamento geográfico* que se expressa através de diferentes fontes, abrangendo, também, a dimensão dos saberes vernaculares, bem como elementos de natureza geográfica que antecederam os rótulos que qualificam a Geografia como científica.

A compreensão do *pensamento geográfico* no tempo é, como as interpretações da questão agrária, um campo em disputa em perpétuo confronto de ideias, permitindo-nos

afirmar que há, às vezes veladas, tensões interpretativas entre os geógrafos brasileiros no que concerne aos estudos da história e do estado atual do conhecimento da geografia rural.

O recorte

Neste texto reunimos teses e dissertações produzidas em diferentes contextos, num recorte que cobre a flecha temporal entre os anos de 1978 a 2013, totalizando 35 anos. As determinações que desenharam este quadro temporal foram dois trabalhos (uma dissertação e uma tese) defendidos em 1978, pioneiros nos programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, na dedicação à compreensão do pensamento geográfico aliado ao rural. E isso é uma classificação nossa. Não podemos afirmar, através de cada dissertação e tese aqui reunida, que os respectivos autores assim compreendam e denominam seus trabalhos. Assumimos o risco e, como será demonstrado, cada autor ao seu modo contribuiu com os rumos das interpretações do fato rural na Geografia brasileira. O conhecimento produzido e materializado e, num segundo movimento, considerado e denominado pensamento é uma recorrência nos estudos que se dedicam à relação entre a captura do estado do conhecimento presente e os estudos essencialmente históricos das ideias geográficas. Investigações das proposituras thunianas abrem o que estamos chamando de primeiros trabalhos, o *território (i)material*, que procura dar uma leitura espacial do pensamento geográfico, dá a tessitura atual nos estudos do rural (teóricos/histórico) que encerra nossa análise. O tempo que separa os estudos thunianos da imaterialidade do território comporta uma constelação de elementos: orientações, métodos, bancas examinadores, desconstruções, confrontos etc.

Assim, não partilhamos com uma separação entre o conhecimento e o pensamento (conhecer e pensar) que são duas atividades indissociáveis. Contudo entendemos que os estudos do pensamento geográfico brasileiro buscam suas fontes analíticas em conhecimentos materializados, como dito anteriormente. Dado que:

[...] a agricultura tal qual ela é efetivamente praticada, tal qual pode-se observá-la, formando um *objeto real de conhecimento*; e, por outro lado, o que o observador pensa sobre esse objeto real, o que diz sobre ele, constituindo um conjunto de conhecimentos abstratos, que podem ser metodicamente elaborados para construir um verdadeiro objeto concebido, ou objeto *teórico de conhecimento* e de reflexão (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 71).

O significado do termo pensamento geográfico, enquanto programa de pesquisa, pode variar de autor para autor. Pensamento geográfico qualifica um conjunto de discursos que se referem ao espaço terrestre, aos lugares e ao relacionamento dos grupos humanos

com espaços e lugares. Trata-se, portanto, de construções culturais que vinculam juízos e valores acerca da apropriação da superfície da Terra, e que atuam sobre as formas continuamente renovadas desse processo universal e denso de particularidades históricas a cada momento (MORAES, 1999, 2009).

É pelas argumentações colocadas acima que resolvemos diferenciar conhecimento de pensamento geográfico.

[...] o conhecimento refere-se à produção intelectual dos geógrafos em suas mais diferentes investigações, na busca de realizar uma leitura da realidade objetiva. De maneira diferente, o pensamento é decorrente do trabalho epistemológico de discussão e reflexão daquilo que é acumulado pelas leituras da realidade, resultando em novos conhecimentos em níveis mais abstratos e mais profundos sobre aquilo que é produzido pelos geógrafos (SPOSITO, 2004, p. 15).

Para Arendt (1981, p.184), aliás, “perguntar se o pensamento tem algum significado equivale a recair no mesmo enigma irrespondível do significado da vida”. Com esse quadro em vista, pensamos que nossas considerações sobre o significado de conhecimento e sobretudo o pensamento devem soar ao leitor como um artifício didático.

Do “*Dier Isolierte Staat*” ao território (i)material: uma visita ao museu de dissertações e teses

Embora este trabalho tenha como objetivo contribuir à comunidade de geógrafos com um olhar panorâmico dos estudos dedicados à compreensão do pensamento geográfico inerente aos estudos do rural, tivemos que, inevitavelmente, delimitar e fazer cortes no tempo bem como no espaço, selecionando autores, ideias, lançando juízos, configurando e desenhando portanto um *território (i)material* no plano das ideias de que fala Fernandes (2009, 2013). Dessa forma, ao mesmo tempo que tencionamos ampliar a compreensão dos estudos voltados ao pensamento geográfico, circunscrevemos, recortando têmporo-espacial, este pensamento/conhecimento. A condição de ampliar também delimita e fecha através das nossas estratégias teórico-metodológicas as interpretações. Nas linhas que seguiremos descreveremos e demonstraremos as dissertações e teses que consideramos serem dedicadas à compreensão do pensamento geográfico. Vamos a elas.

Em 1978, ano de um dos eventos mais emblemáticos da Geografia brasileira², ocorreu, conjuntamente, duas defesas na pós-graduação em Geografia sobre Johann Heinrich von Thünen, distintas quanto ao método e objetivos, mas comuns na temática. O

² 3. Encontro Nacional de Geógrafos (ENG), realizado em Fortaleza (Ceará).

primeiro trabalho é a dissertação da geógrafa Olindina Vianna Mesquita, *O modelo de Von Thünen: Uma Discussão*, defendida na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no mês de março de 1978, sob orientação da geógrafa Maria do Carmo Corrêa Galvão³. Mesquita conduziu sua análise ao modelo de Thünen, verificando a validade de seu emprego como instrumento de análise no estudo da organização do espaço agrário, em torno de um centro urbano. É uma análise que não se levou em conta o todo da obra de Thünen, detendo-se apenas ao modelo e seus anéis, demonstrando um estudo de carácter conceitual e essencialmente descritivo. Mesquita procurou fazer uma análise do modelo de Thünen em uma abordagem mais aplicada, de modo oposto a tese de Oliveira (1978), que anunciou as limitações do Estado Isolado de Thünen.

Aos 36 minutos do dia 23 de novembro de 1978⁴ é concluída a tese de doutorado do geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira *Contribuição para o Estudo da Geografia Agrária: Crítica ao "Estado Isolado de Von Thünen"*, sob orientação do geógrafo Pasquale Petrone, na Universidade de São Paulo (USP). Oliveira analisou a obra de Thünen através do materialismo histórico e dialético, contribuindo para a crítica (restrições) ao método de Von Thünen e a denúncia do carácter de classe (classe dominante) de sua obra; as razões da "atualidade" de suas teorias dentro da Geografia: o carácter ideológico desta atualidade; a incapacidade (teórica) desta teoria em explicar a realidade (OLIVEIRA, 1978). Dado que na;

[...] história da geografia, o trabalho de Thünen tem sido considerado como a principal contribuição para a teoria locacional. Entretanto, argumentar-se-á que esta interpretação só é possível se abstrairmos a tese central de Von Thünen. O "Estado Isolado" é de fato um "sobre-produto" do seu trabalho. O próprio Von Thünen nunca interpretou o "Estado Isolado" como uma contribuição teórica para a Geografia, mas considerou o uso de um "ideal construct" como sua contribuição científico essencial (BARNBROCK, 1975, apud OLIVEIRA, 1978, p. 238).

Assim, os estudos do "Dier Isolierte Staat"⁵, abrem nossa análise da produção em *pensamento geográfico*, visto, aqui, como trabalhos pioneiros nos estudos teóricos concernentes ao rural na pós-graduação em Geografia no Brasil. As diferenças entre os trabalhos de Mesquita e Oliveira (método e autores) esclarecem e nos permitem observar uma primeira tensão nos estudos rurais, cuja contribuição de ambos abriu foros pouco explorados no momento de outrora, ampliando, portanto, a compreensão da história do pensamento geográfico.

³ Galvão contribui com célebres reflexões direcionadas ao debate teórico-metodológico nos estudos do rural.

⁴ Esta informação pode ser consultada na página 486 da presente tese. Contamos com a versão de um só tomo, emprestada do acervo do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

⁵ Estado Isolado.

Em julho de 1990, doze anos depois das primeiras defesas, João Phelipe Santiago, sob orientação do geógrafo Heiz Dieter Heidemann, defendeu a dissertação de mestrado *A GEOGRAFIA NO BRASIL: A contribuição de Manuel Correia de Andrade* na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A inserção deste trabalho no rol das dissertações e teses que estamos analisando justifica-se por um motivo muito simples; embora o foco de Santiago não seja, necessariamente, a história da geografia agrária, ou, de outro ponto de vista, uma discussão de determinada teoria ou conceito, o autor dedicou a pesquisa à produção geográfica de Manuel Correia de Oliveira Andrade, cuja produção voltada para o Nordeste e o Brasil mostrou-se extensa, variando entre os temas; planejamento regional, geografia física e ecologia, evolução e tendências do pensamento geográfico, bem como a questão agrária, organização espacial, econômica, política e social do Brasil e do Nordeste (SANTIAGO, 1990). Ainda que Santiago caminhe por todos estes temas, demonstrando a magnitude dos assuntos e da quantidade de obras (contando com mais de cem livros publicados), o foco é a obra *A Terra e o Homem no Nordeste*, publicada em 1963. Este livro denunciou os problemas agrários, de modo que os movimentos sociais fossem, magistralmente, incluídos no debate geográfico. Santiago analisou e interpretou o pensamento de Manuel Correia Andrade, através do método dialético e histórico, procurando observá-lo enquanto produtor da ciência geográfica.

No dia 1º de setembro de 1991⁶, a geógrafa Alexandrina Luz Conceição defendeu a dissertação *A Questão Camponesa: o olhar sob o signo dialético* na Universidade Federal de Sergipe (UFS), orientada pelo mesmo orientador de Santiago, Heinz Dieter Heidemann. Dedicou-se, em seu estudo, ao conceito de camponês. Este trabalho pode ser considerado como um dos primeiros na pós-graduação brasileira a discutir Chayanov e Shanin, em um contexto, quando escrita, que pouco se falava, Conceição utilizou e inseriu a fala dos sujeitos do cotidiano no texto da dissertação. Estudou o conceito de camponês através da dialética materialista, com base nos fundamentos do signo de Mikhail Bakhtin.

A palavra “camponês” para Conceição (1991) está marcada em um determinado tempo por um determinado grupo social, e ao se perpetuar ela passa a interiorizar a função de signo ideológico e linguístico que representam uma época e que no processo da vida cotidiana, no hoje, ainda não rompeu com sua antiga representação. Para Conceição (1991, p. 4-5);

[...] na história da geografia agrária no Brasil, sem a pretensão de citações, de todos os geógrafos, que contribuíram com suas pesquisas na geografia agrária. Nosso objetivo é o de identificar no tempo histórico, o autor, para que possamos verificar a sua enunciação no contexto de sua época.

⁶ Informação coletada da Matriz de dissertações e teses da Capes.

Ao historiar o conceito de camponês nos estudos geográficos no Brasil, nos diversos contextos sociais, Conceição identificou as diversas denominações referidas ao homem do campo. Focalizou, no trabalho de pesquisa, o uso generalizado da palavra camponês, agricultor e pequeno produtor. A aplicação destes termos de forma geral não levou em conta a heterogeneidade do processo em que se dão as novas relações sociais de produção da área rural (CONCEIÇÃO, 1991).

No mês de outubro de 1997, a geógrafa Virgínia Elisabet Etges, defendeu a tese de doutorado *Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel* na Universidade de São Paulo (USP), sob orientação de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Neste trabalho Etges mergulhou no pensamento do geógrafo Leo Heinrich Waibel, apoiada no materialismo dialético analisou a influência de Leo Waibel na geografia agrária partindo de quatro conceitos principais da sua obra: Paisagem Cultural, Formação Econômica, Colonização e Uso da Terra. Dentre tantos elementos importantes desta tese um se destaca, a citar; Etges⁷ referencia o pensamento de Thomas Samuel Kuhn, concernente as crises que as ciências enfrentam, a citação que a autora utilizou de Kuhn foi retirada do geógrafo alemão Hans - Dietrich Schoultz (1980), conquanto não encontramos referência propriamente à obra de Kuhn na bibliografia do trabalho. Essa observação é importante devido a dimensão que a obra de Kuhn, sobretudo os paradigmas, ganharam nas interpretações do pensamento geográfico brasileiro, alimentando tensões sobre sua utilização entre os geógrafos até os dias atuais.

O trabalho que fecha a década de 1990 foi realizado por Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira *O Mundo Rural sob o Ponto de Vista Geográfico: a Trajetória da Geografia Agrária Brasileira da década de 30 à de 90* no mês de novembro de 1998, sob orientação da geógrafa Lucia Helena de Oliveira Girardi, na Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Rio Claro. Ferreira, diferentemente dos trabalhos anteriores, tomou como objeto de pesquisa a trajetória da geografia agrária, identificando como este ramo, preocupado em estudar o fato rural, desenvolveu suas análises, respondendo às inquietações de uma realidade diversa e dinâmica (FERREIRA, 1998).

Ferreira, além de interpretar a trajetória da geografia agrária, utilizou-se de um conjunto de nomenclaturas para se referir à história dos estudos rurais, versando entre escolas, fases, correntes e, também, paradigmas. Quanto a este último, que aparece no decorrer de todo o trabalho⁸ não há referência a Kuhn. Ferreira entende como paradigma na trajetória da geografia agrária os seguintes elementos⁹: diferenciação de áreas (1934-1960), classificatório (60-70) e interação e ação sobre o espaço (1975 – 1995); bem como¹⁰

⁷ Pode ser consultado na página 37 do respectivo trabalho.

⁸ Basta consultar as páginas: 9, 10, 13, 24, 28, 34, 37, 39, 42, 83, 139 da respectiva tese.

⁹ No quadro 1 da página 43 (*Síntese da Geografia Agrária Brasileira*) da respectiva tese.

¹⁰ No quadro 2 da página 84 (*A Geografia Agrária Brasileira e as Ciências de Contato*) da respectiva tese.

determinismo e possibilismo (1940 - 1950 - 1960), quantificação (1970-1980), geografia crítica (1980-1990) e geografia humanística (1990).¹¹

Cinco anos depois, no mês de agosto do ano de 2003, o geógrafo Nilton Abranches Junior, sob orientação da geógrafa Ana Maria de Souza Mello Bicalho, buscou identificar as abordagens que a geografia agrária utilizou no exercício de interpretar a relação do homem com o ambiente. Este estudo, materializado em uma dissertação (*O Ambiente Visto pela Geografia Agrária Brasileira: de 1939 a 1995*), teve como fonte a Revista Brasileira de Geografia. Abranches Junior (2003), mergulhou e agrupou os textos da referida revista em três abordagens; antropocêntrica, eco-antropocêntrica e ecocêntrica, concluindo, então, que o antropocentrismo dominou a produção dos estudos agrários entre 1939 a 1995.

Nilton Abranches Junior, todavia, imergiu na relação do homem com o ambiente com mais amplitude, assim entendemos, na tese de doutorado (*Geografia Agrária e Ambiente no Nordeste do Brasil*), defendida no dia 8 de novembro de 2008. A tese, também, contou com a orientação da geógrafa Ana Maria de Souza Mello Bicalho. A região Nordeste foi palco onde seu estudo direcionou-se à compreensão do homem com o ambiente. A Revista Brasileira de Geografia continuou sendo sua fonte de conhecimento materializado. Cabe lembrar, ainda, que Abranches Junior (2008), entende a geografia agrária (baseando-se na própria dinâmica que seu objeto de estudo foi sendo considerado ao longo do tempo) como uma sub-área da geografia humana. Desse modo, para compreender como as questões ambientais foram sendo tratadas pela geografia agrária do nordeste, baseou-se, entre outros autores, em Simmons (1989-1993), que, diz Abranches Junior (2008, p. 10), “sugere a existência de diferentes construções ambientais”.

Rompendo com algumas leituras generalizantes referentes ao geógrafo Orlando Valverde, Sérgio Adas, no dia 3 de maio de 2006, sob orientação do geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes, defendeu a tese *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)* na Universidade de São Paulo (USP). Para Adas (2006) alguns geógrafos que se aventuraram em lançar juízos à compreensão de Orlando Valverde cometeram alguns equívocos de natureza generalizante ao pensamento geográfico deste importante geógrafo.

Adas (2006), no início do trabalho, aponta três teses de doutorado que realizaram uma leitura fragmentada de Valverde, a saber: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, em sua tese de doutorado, já referenciada no começo desta sessão; Virgínia Elisabet Etges, também mencionada inclusive foi orientanda do Ariovaldo, e, por último, a geógrafa Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, presente em nossa análise. Esses autores;

¹¹ Nos trabalhos que descreveremos à frente a noção de paradigma na geografia agrária ganha novos tons.

[...] em suas respectivas teses de doutorado, circunscreveram alguns aspectos da obra do geógrafo, seja abordando-os em análises centralmente dedicadas a compreender o legado de seu mais importante orientador científico, Leo H. Waibel, seja contemplando a contribuição do geógrafo ibegeano diante de outros geógrafos agrários pátrios. Aspecto relevante a ser sublinhado, afora o mérito incontestado desses trabalhos segundo os fins aos quais foram destinados, neles emerge a ausência pronunciada de uma compreensão direta dos móveis políticos-ideológicos e das determinações históricas imiscuídos na produção seminal valverdiana. Nesses estudos, a bem da verdade, a obra do geógrafo é referenciada quer por meio de uma crítica negativa, quer pelo prisma de um préstimo a-histórico excessivo, prevalecendo em suas análises específicas (que, aliás, não pretenderam toma-la como centro) o “descuido” em não a situar no movimento mais geral das determinações históricas em que ela foi estruturada. Desse modo, é justo reconhecer, o tratamento da obra valverdiana na literatura especializada existente ainda se encontra afastado do contexto de circulação de ideias no qual ele foi fecundada e ao qual procurou fornecer respostas e sofreu, decerto, inflexões nada desprezíveis (ADAS, 2006, p. 2).

Não apenas nas teses indicadas o pensamento de Valverde foi utilizado ou retratado de forma parcial. Além destes, geógrafos como Monteiro (1980), Ab'Saber (1989) e Andrade (1995) também podem ser incluídos.

De todos esses autores Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1978), foi o que recebeu em maior grau algumas ponderações de Adas (2006), como seguem;

[...] há que se fazer certa ponderação e relativização dos julgamentos endereçados à obra valverdiana por Oliveira, uma vez que suas avaliações são desfechadas sem considerar nem a particularidade e totalidade dos escritos do autor nem o momento no qual foram gestadas. Se essas ponderações suscitarem margem para uma relativização das críticas generalizantes tecidas à obra valverdiana que desembocam em considerá-la integralmente imersa num discurso contraditório, vamos de boa sombra. Ao menos assim alerta-se para a necessidade de compreendê-la na especificidade de suas partes. Acreditamos que Oliveira desfechou sobre a obra valverdiana a qualidade de um discurso aparentemente contraditório e, por conseguinte, procurou demonstrar sua fragilidade uma vez que destoa de um referencial teórico que não era o seu e que somente a partir da década de 1960 iria começar a se antepor na cena das pesquisas geográficas. A nosso ver, cometeu-se, assim, no encalço de uma postura crítica senão de todo equivocada mas seguramente incompleta pelos motivos acima elucidados, uma interpretação nada rigorosa em termos históricos da obra do autor, descontextualizando-a sob o crivo de uma crítica que, não resta dúvida, estruturou-se cientificamente porque rebateu antigas e propôs outras ferramentas teóricas até então não hegemônicas no campo científico geográfico, mas cuja meta foi claramente política num contexto de apelos incipientes de democratização no país e perguntas e engajamento a respeito de qual contribuição a geografia cumpriria nesse processo (ADAS, 2006, p. 65).¹²

¹² Valverde, inclusive, compôs a banca avaliadora de Oliveira em 1978.

Além dessas diversas críticas, Adas (2006) buscou compreender Valverde baseando-se em quatro eixos bibliográficos complementares e essenciais, ou seja, sócio-político, institucional (CNG/IBGE) e intelectual e, quando se demonstrou salutar para depreender o posicionamento político-ideológico do autor, metodológico. Para Adas (2006, p. 9) “o discurso geográfico valverdiano apresenta influências significativas das políticas lideradas por Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945) relativas aos temários colonização, povoamento e agricultura”. Assim como Ferreira (1998), Adas (2006) utilizou-se de um grande repertório de termos para se referir a trajetória de Valverde, bem como a geografia agrária, sendo esses: escola, corrente, matriz e paradigma.

No mês de julho de 2009, na UNESP, *Campus* de Presidente Prudente, é defendida a primeira defesa, uma tese, *Movimentos Socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica*, do geógrafo Nelson Rodrigo Pedon, sob orientação de Bernardo Mançano Fernandes. Pedon dedicou-se aos movimentos sociais na história da Geografia e de outras ciências, culminando com o constructo teórico de natureza geográfica - os movimentos socioterritoriais - sendo, então, uma construção propositiva/conceitual de abordagem geográfica dos movimentos sociais. Para alcançar estes objetivos Pedon percorreu no tempo desde as ligas camponesas, passando pelos movimentos sociais urbanos e rurais, investigou a materialização de estudos deste gênero na Revista Terra Livre, Boletim Goiano de Geografia, Boletim de Geografia Teorética e o Caderno Prudentino de Geografia, até, então, chegar na materialização do conceito de movimento socioterritorial¹³.

No ano seguinte, 2010, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Karina Fernanda Travagim Viturino Neves, sob orientação de Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, conclui a dissertação de mestrado *Relação cidade-campo: estudo da produção do conhecimento na ciência geográfica brasileira a partir dos anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGA)*. Neves tomou como temática a relação cidade-campo, cujos conhecimentos foram materializadas e publicadas nos anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGA)¹⁴. O período analítico compreendeu os anos de 1978 – 2009 período considerado pela autora como fundamental para acompanhar o movimento de uma parcela dos conhecimentos produzidos na geografia agrária brasileira. Neves utiliza-se de corrente, escola e paradigma para tratar da trajetória da geografia agrária, caminhando através da proposta da geógrafa Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (1998).

Para Neves (2010) a natureza dinâmica do seu objeto de estudo pode ser compreendida a partir das perspectivas de análise de três autores: Johann Heinrich von Thünen, Walter Christaller e Henri Lefebvre. Considerou suas obras significativas, entre

¹³ Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira compôs a banca examinadora.

¹⁴ Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira compôs a banca examinadora.

vários motivos, porque o tempo histórico em que cada autor realizou seus estudos reflete uma realidade de interação entre a cidade e o campo que a interessou evidenciar.

Ainda em 2010, no mês de outubro, Flamarion Dutra Alves, na Universidade Estadual Paulista, *Campus* de Rio Claro, defendeu¹⁵ a tese de doutorado *Trajetória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: A produção em periódicos científicos de 1939-2009*, sob orientação do geógrafo Enéas Rente Ferreira. Embora Alves tome como análise o período compreendido entre 1939 – 2009, o tom da análise se concentra a partir da década de 1990, visto que após esta data:

[...] na geografia agrária, os estudos sobre a história do pensamento têm como marco inicial a década de 1930, aproximadamente, e o fim de suas análises por volta da década de 1990, lembrando os trabalhos de Gusmão (1978), Diniz (1984) e Ferreira (2002) que pesquisou sobre a produção em geografia agrária até o início da década de 1990. Após esta data, pouco foi tratado a respeito da questão metodológica na geografia agrária, algumas perguntas são feitas como, quais seriam os métodos que predominam nas investigações geográficas em agrária? Ou ainda, quais os conceitos que são empregados? E existe uma coerência entre teoria e método? Há uma diversidade metodológica na geografia agrária brasileira? (ALVES, 2010, p. 16).

Diferentemente de Ferreira (1998), Alves objetiva compreender o caminho teórico-metodológico traçado pelos geógrafos dedicados à geografia agrária, para tanto adotou como análise a tendência plural para entender a história do pensamento geográfico, partindo da explicação do pluralismo metodológico e da escolha dos métodos, em seguida abordou a questão paradigmática na ciência, pois quem estuda a história do pensamento geográfico, diz Alves (2010, p. 23) “tende a realizar divisão ou classificações por escolas, correntes ou linhas de pensamento”. Essas divisões devem ser balizadas, continua, “por um paradigma / filosofia dominante que dita à escolha das teorias e métodos daquele grupo de cientistas”. Desta forma buscou em Kuhn as bases para sua análise visto que:

Kuhn (1975) explica essa mudança de paradigmas na ciência servindo de referência aos estudos de história do pensamento geográfico e através de suas ideias faremos essa subdivisão teórico-metodológica, primeiramente periodizando por décadas a produção bibliográfica nos periódicos em geografia e em seguida classificando por paradigmas e filosofias, desde 1939 até 2009 (ALVES, 2008, p. 23).

Em sincronia com o paradigma kuhniano, Alves buscou na hermenêutica o esquema teórico-metodológico para sua investigação, compreendido pelo método hermenêutico e pelas análises de discurso (qualitativo) e conteúdo (quantitativo). Desse

¹⁵ Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira compôs a banca examinadora.

modo, explicou as ideias do método hermenêutico fundamentado em Gadamer (2003) (ALVES, 2010).

Como vimos até aqui, os estudos (teses e dissertações) ligados à compreensão do pensamento geográfico selecionados, tiveram com Oliveira (1978), Santiago (1990), Conceição (1991) e Etges (1997), excetuando-se o trabalho de Mesquita (1978), a presença do materialismo histórico e dialético como método nas análises de cada objeto pesquisado – Estado Isolado de Thünen, Manuel Correia de Andrade, conceito de camponês, Léo Waibel etc., é notório que o fato de utilizarem de tal método não represente semelhança nos autores utilizados para as respectivas análises, Conceição, por exemplo, utilizou-se, diferentemente de Oliveira, Santiago e Etges do filósofo Mikhail Bakhtin, do mesmo modo Oliveira que se utilizou de um outro fulcro de autores para realizar sua análise e assim sucessivamente. Com o trabalho de Ferreira (1998), Abranches Junior (2003, 2008), Pedon (2009), Neves (2010) e os subsequentes, a inserção de outros modos e métodos é notável, contudo a presença do materialismo histórico e dialético mostra-se presente, dividindo territórios ((i)materiais?) com outros modos metodológicos de análise do pensamento geográfico ligado aos estudos agrários.

O primeiro sopro, embora, reconhecemos, pequeno desta mudança, é a inserção mesmo que de forma indireta da citação de Kuhn, na tese de Etges (1997). Como vimos, apesar de não citado (Kuhn) no trabalho de Ferreira (1998), apresentou-se inúmeras vezes (o paradigma)¹⁶ ao longo da tese, do mesmo modo na tese de Adas (2006)¹⁷ e na dissertação de Neves (2010)¹⁸, em ambas não há referência a Kuhn, porém a autores utilizam-se da noção paradigma¹⁹ cuja materialização total e com referência a Kuhn apresentou-se na tese de Alves (2010), Felício (2011) e em Campos (2012), nesses últimos relaciona-se outros elementos à propositura kuhniana.

Com toda esta natureza em vista e este pequeno balanço dos doze trabalhos até aqui explanados é importante que caminhemos um pouco mais, perseguindo a exposição dos quatro trabalhos restantes.

A presença, como mencionada nas linhas anteriores, do paradigma de Kuhn mostrou-se mais recorrente nos estudos voltados à compreensão, datação e seleção dos pensamentos do mundo rural. No ano seguinte à defesa de Alves (2010), no dia 5 do mês de junho de 2011, na Universidade Estadual Paulista (UNESP), *Campus* de Presidente Prudente, sob orientação de Bernardo Mançano Fernandes, Munir Jorge Felício defende a

¹⁶ Com isso não queremos afirmar que o conceito de paradigma pertença a Kuhn, mas, o que tudo indica, a ligação do paradigma com Kuhn neste trabalho é salutar.

¹⁷ Consultar as páginas (p. 45, 286, 291, 409, 433) da respectiva tese.

¹⁸ Consultar as páginas (p. 41, 45, 46, 51, 52, 60, 61, 63, 65, 66, 67, 68, 70, 105, 108, 109, 111, 114, 131, 134, 190, 295) da respectiva dissertação.

¹⁹ Sabemos que o conceito de paradigma pode ser utilizado através de várias perspectivas, diferenciando-se nas ciências humanas, filosofia e na linguística.

tese de doutorado *Contribuições ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário*. Essa tese, distintamente de Alves (2010), que identificou um pluralismo nas concepções e utilizações teórico-metodológicas nos estudos da geografia agrária brasileira após 1990, apontou dois paradigmas norteadores dos estudos da questão agrária no Brasil, como mostraremos a seguir.

O primeiro paradigma é o PQA: *Paradigma da Questão Agrária*.

Este paradigma defende a tese segundo a qual a questão agrária é estrutural e engendrada pelo avanço do capital na agricultura (KAUTSKY, 1986; LÊNIN, 1985). Esta questão não pode ser solucionada pelo capitalismo e sua superação está na construção de uma outra sociedade. Suas tendências internas são proletariado (THOMAZ JUNIOR, 2008) e camponismo (PLOEG, 2008; OLIVEIRA, 1991) compreendidos pelo método dialético por meio da dinâmica da luta de classes. Nas análises construídas com esse paradigma emergem os diferentes fins e recriações do camponato. Enaltecem o protagonismo do camponato por meio de práticas heterogênicas, pela luta pela reforma agrária e pela resistência com as ocupações de terra. A perspectiva para o camponato está na luta contra o capital, na superação do sistema capitalista (FELÍCIO, 2011, p. 5).

O segundo paradigma é o PCA: *Paradigma da Capitalismo Agrário*.

Com as análises seminais de Mendras (1984) e Lamarche (1993; 1998) emerge o paradigma do capitalismo agrário defendendo que os problemas agrários criados pelo capitalismo podem ser solucionados por ele próprio, não existindo uma questão agrária na perspectiva do outro paradigma. Suas tendências internas são a agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1998; VEIGA, 1991) e o agronegócio (NAVARRO, 2010; SILVA, 1981), os quais são analisados, com os recursos do método positivista para enaltecer a sua hegemonia. Portanto, não há antagonismo entre agronegócio e camponato, cujas perspectivas seria a manutenção do capitalismo. Basta ao camponato lutar ao lado do capital tecnificando e se integrando no processo produtivo, promovendo a metamorfose do camponês em agricultor familiar (FELÍCIO, 2011, p. 5-6).

Felício, para construir e interpretar estes dois paradigmas, desenvolveu e propôs um método de análise, em que o confronto entre estes dois paradigmas é o movimento que lhe da vida, o debate paradigmático. O confronto e o debate entre os paradigmas, segundo Felício, possibilita compreender as interpretações da questão agrária brasileira e do camponato. É “importante compreender como acontece a disputa”, diz Felício, “a rejeição e/ou negação de uma teoria por outra, como pode ser encontrado na contribuição de Kuhn” (FELÍCIO, 2011, p. 9).

Entendemos que Felício (2011), pecou em um olhar propriamente geográfico, de modo que, por outro lado, sua contribuição é passível de ser utilizada em outros campos do

conhecimento, atravessando as fronteiras da Geografia, que tenham a questão agrária como objeto do conhecer. Trouxe, é inegável, uma contribuição ímpar ao rol das interpretações sobre o pensamento geográfico brasileiro ligado as questões agrárias. Mas este relativo desvio geográfico em seu trabalho mostrou-se superado no trabalho seguinte ao seu, defendido em 2012.

Janaina Francisca de Souza Campos, no dia 29 de outubro de 2012, defendeu a tese *Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo*²⁰. A singularidade deste trabalho reside no fato de, diferentemente dos anteriores, a autora não buscar compreender o pensamento geográfico através de autores específicos, conceitos, categorias, teorias, periódicos etc. O conhecimento materializado que Campos dedicou-se a extrair o pensamento geográfico foi dos grupos de pesquisa. Assim, estudou os grupos (territórios paradigmáticos) dedicados aos estudos de geografia agrária no estado de São Paulo através dos dois paradigmas já discutidos acima, o PQA e o PCA. No entanto, menciona Campos, “investigaremos os temas e paradigmas dos grupos de pesquisa em geografia Agrária, contudo, o tom geográfico e territorial foi atribuído à análise do pensamento geográfico: a leitura dos territórios paradigmáticos” (CAMPOS, 2012, p. 22).

Dessa forma, para nós, Campos incrementa o elemento pouco trabalhado por Felício: o olhar geográfico. Ainda assim Campos precisou buscar, para tal intento, outros aportes teórico-metodológicos até a proposição propriamente dita de seu método de análise: os *Territórios Paradigmáticos*.

A unidade, a diversidade e a diferencialidade temática e paradigmática dos grupos de pesquisa são interpretadas à luz do conceito de território (i)material (CAMPOS, 2013; FERNANDES, 2009, 2013), denominado territórios paradigmáticos. Campos direcionou sua atenção para as temáticas selecionadas pelos grupos de pesquisa, considerados territórios paradigmáticos que, sustentados por estruturas de socialização, práticas e ações, disseminam e disputam poderes explicativos (CAMPOS, 2012).

Com todo este fulcro, diz Campos;

[...] enfatizamos o caráter histórico e a multiplicidade do conhecimento, nos quais a conflitualidade paradigmática toma como princípio uma perspectiva dialética. Ao invés de desqualificar a proposta desses autores, avançamos rumo à superação, na qual se buscou explicitar suas contribuições, limitações e diferenças e apresentar uma abordagem paradigmática que colabore com a interpretação do pensamento geográfico brasileiro. Sem negá-los, este trabalho demonstrou o limite epistemológico e a contribuição propiciada por essa interlocução (CAMPOS, 2012, p. 43).

²⁰ Sob orientação do geógrafo Bernardo Mançano Fernandes.

Entendemos, desta forma, que Campos trouxe uma leitura espacial do pensamento geográfico. Norteando a propositura de seu método de análise (territórios paradigmáticos), através, com certa medida, da contribuição de Felício (2011), que também fez uma propositura analítica e, sobrevoando estes componentes, Campos utilizou-se da perspectiva dialética, como exposto na citação. Além destes elementos buscou fundamentos em Ludwik Fleck (estilos e coletivos de pensamento), Kuhn (paradigmas) e em Bernardo Fernandes (território (i) material).

Continuando as defesas realizadas em 2012, agora na cidade de São Cristóvão - SE, no dia 9 de julho, Fabrícia de Oliveira Santos, sob orientação de Alexandrina Luz Conceição, na Universidade Federal de Sergipe (UFS) defende sua tese de doutorado *A Revista Agrícola, órgão da sociedade sergipana de agricultura e a estratégia da produção e organização do campo em Sergipe, 1905-1908: "por em comum as 'luzes' e experiências"*. Santos (2012), na presente tese, tomou como objetivo desvelar uma leitura do discurso da/na Revista Agrícola (SSA) órgão da Sociedade Sergipana de Agricultura, a partir da filosofia da linguagem de Mikhail Bakhtin, mesmo filósofo que Conceição (1991), sua orientadora, utilizou e, atualmente, está presente em suas reflexões sobre o pensamento geográfico social brasileiro. Santos capturou o pensamento geográfico presente na Revista Agrícola e o interpretou através da polifonia do discurso, considerando que o capitalismo tipográfico atuou como pano de fundo nas determinações dos discursos elaborados através desta revista que recaiu, como a autora bem demonstrou, na produção do campo sergipano.

Para efetuar esta leitura, Santos sustentou sua análise no método materialista e dialético, cujo conteúdo discursivo pode ser revelado nas suas contradições, possibilitando inclusive a visualização da presença de divisão e luta de classe (SANTOS, 2012). Aliado ao materialismo dialético na busca de desvelar esse discurso a proposta de análise de Bakhtin (1997), a autora contou com as proposições sobre a significação das palavras ao longo do tempo,

[...] indicadas por Ginzburg (2001; 2007); a interpretação sobre pensamento geográfico a partir das reflexões de Moraes (1991; 1999); Escolar (1996); Conceição (2000; 2001; 2010); a ideia de produção do espaço analisada por Harvey (2006); comunidade imaginada, conceitos concebidos por Anderson (2008); as distinções discursivas de campo e cidade analisadas por Williams (2011) e Lefebvre (1973); e sobre os editores e colaboradores da Revista um entendimento a partir da concepção de intelectual proposta por Gramsci (1995); ainda para desvelar os meandros entre leitores, contexto e leitura, as indicações de Chartier (1994; 2004); e olhar sobre essa fonte fundamentado na dimensão da dialética marxista ao inserir esse periódico como cultura material, como resultado do processo de expansão do capitalismo no Brasil, um mecanismo eficaz na fundamentação das ideias das classes dominantes e no interior de um desenvolvimento desigual e combinado (MARX; ENGELS, 2007; SMITH, 1984) e para desvelar a

ideologia presente no discurso, o entendimento deste conceito como um conjunto de ideias permeadas de poder (EAGLETON, 1997) (SANTOS, 2012, p. 28-29).

Assim, é possível observarmos, segundo a autora, seus referenciais que auxiliaram no desenvolvimento da respectiva tese. A última defesa que compôs nosso quadro de análise é de 2013, defendida no dia 3 de junho, de Maria Luisa Rocha Ferreira de Mendonça *Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio* na Universidade de São Paulo (USP), esta tese contou com a orientação de Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Mendonça direcionando sua atenção ao conceito de agronegócio, percorreu a história investigando os fatores que exerceram influência na construção da imagem da agricultura no modo capitalista de produção e sua representação através do conceito que passou a ser difundido como agronegócio (MENDONÇA, 2013). Como Munir Jorge Felício (2011), Mendonça não explorou o potencial geográfico do seu objeto de estudo, encontrando em sua bibliografia a presença de poucos geógrafos, cuja maior presença é do próprio orientador, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. De todo modo, o seu trabalho vem em boa hora, visto que muito se diz sobre o agronegócio e poucos tem se dedicado, de fato, a este termo (história, fundo ideológico e utilização na ciência) que é considerado por Mendonça como um conceito.

Com este empreendimento, Mendonça (2013) caminha no tempo utilizando a teoria do valor que embasou o pensamento de Karl Marx em *O Capital*, ao identificar tendências do modo capitalista de produção a partir de determinadas condições materiais. Seu estudo inclui o papel da ideologia, entendida no contexto do materialismo dialético como método de análise através do qual Karl Marx e Friedrich Engels reconfiguram o debate filosófico sobre o sujeito e objeto, contrapondo-se tanto ao pensamento positivista quanto ao iluminismo idealista, na obra *A Ideologia Alemã* (MENDONÇA, 2013).

Como expresso em outros orientandos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira em nossa análise, a utilização do método materialista histórico e dialético também esteve presente em Mendonça (2013). Quando saltamos à UNESP – *Campus* de Rio Claro, com as defesas e Ferreira (1998) e Alves (2009), o fulcro metodológico é outro, do mesmo modo na UNESP – *Campus* de Presidente Prudente, com os trabalhos de Pedon (2009), Felício (2010) e Campos (2012). Embora estes últimos tenham sido orientandos de Bernardo Fernandes, que foi orientando de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, no plano dos métodos o materialismo histórico e dialético não apresenta o mesmo vigor. Quando realizamos outro salto, à Universidade Federal de Sergipe e observamos a dissertação de Alexandrina Conceição Luz (1991), e, consoante, sua orientanda, Fabrícia de Oliveira Santos (2012), o materialismo histórico e dialético também mostra-se presente, contudo a polifonia do discurso, os signos

e sinais da linguagem no pensamento geográfico é interpretado à luz da contribuição da filosofia de Bakhtin.

Tensões e a imprescindibilidade da batalha das ideias

As correntes da geografia agrária expressa nas reflexões de Oliveira (1978, 1991, 2004) compreendidas através do materialismo histórico e dialético, a periodização e a construção de quadros da geografia agrária por Ferreira (1998), o pluralismo e ecletismo metodológico anunciados por Flamarion (2010) interpretados à luz da hermenêutica de Gadamer e dos paradigmas de Kuhn, Conceição (1991) e Santos (2012) através da polifonia do discurso assentadas na filosofia de Mikhail Bakhtin, os dois paradigmas de Felício (2011), Campos (2012) e Fernandes (2013), através dos fundamentos de Kuhn e Fleck num crivo dialético e territorial nos apresentam as possibilidades de leitura daquilo que acontece/u na Geografia brasileira orientada pelos estudos do rural. Ao mesmo tempo que esses caminhos nos abrem diversas possibilidades de compreensão ilustram, fundamentalmente, a batalha interpretativa do pensamento geográfico. A tensão tem sua gênese na sociedade em geral envolta em seu percurso histórico e se expressa nas proposituras interpretativas que orientam os pesquisadores a se situarem em uma posição geográfica na história das ideias científicas e no estado do conhecimento do período de então.

Este concerto mostra as ressonâncias dos modos e os meios possíveis e vivos de compreender, contestar, redesenhar o pensamento geográfico brasileiro. Entendemos que tudo que dissemos representa uma fração constelatória dos estudos ligados à compreensão do conhecimento produzido por geógrafos e outros sujeitos que, de diferentes formas, impulsionaram movimentos nas ideias e nos modos de pensar e conhecer o mundo rural. As teses e dissertações aqui expostas guardam em suas totalidades outros meandros que em diante pesquisadores podem se guiar, este texto não procurou esgotar o conteúdo destes trabalhos, feitos em tempos e ambientes diferentes cada um ao seu modo guardam particularidades guiadas por seus objetivos específicos, fatos que os diferenciam.

Considerações finais

Discussões sobre o rural e o urbano anima a Geografia e os geógrafos há muito tempo. Qualquer definição apressada desses dois domínios pode assumir uma conceituação limitada. Sob a base de uma dialética muitas vezes ingênua muitos autores entendem os pares rural e urbano como excludentes, isso impede reflexões mais abrangentes e conseqüentemente separam o rural do urbano como dois mundos opostos,

de diálogo nulo. O rural, no caso, é apenas o tom que caracteriza o perfil das dissertações e teses apresentadas no texto, assumindo o papel de um objeto. Cabe adicionar, contudo, que as fronteiras do *que é e do que não é* em Geografia supõe um aspecto político no exercício do conhecer e do pensar nessa ciência. Neste plano abstrato a ideia de território (i)material me parece oportuna, porque nos oferece uma caracterização e demonstração das fronteiras das temáticas, objetos, juízos, métodos etc.

Olhar para a Geografia e dizer que não há confrontos e embates entre os geógrafos no plano das ideias é uma grande ilusão. Mas, por outro lado, como demonstrar essas tensões? Que metodologia utilizar, então, nesse sentido? Talvez a noção de território (i)material tenha, entre suas diversas utilidades, a resposta a estas questões. Buscamos apresentar neste texto essas tensões, bem como as relações entre orientador e orientando. Sendo o rural o fio condutor dos modelos e métodos utilizados em cada dissertação e tese para interpretar o conhecimento e o pensamento geográfico.

Referências

- AB' SABER, Aziz Nacib. "Prefácio. In: VALVERDE, Orlando. **Grande Carajás: planejamento da destruição**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Universidade de São Paulo. Forense Universitária. Editora da Universidade de Brasília, 1989.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1998.
- ABRANCHES JUNIOR, Nilton. **O Ambiente Visto pela Geografia Agrária Brasileira: de 1939 a 1995**. 2003. 122 f. Dissertação. UFRJ, Rio de Janeiro.
- _____. **Geografia Agrária e Ambiente no Nordeste do Brasil**. 2008. 213 f. Tese. UFRJ, Rio de Janeiro.
- ADAS, Sérgio. **O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)**. 2006. 481 f. V. 1. Tese. USP, São Paulo.
- _____. Volume II: **Notas**. 2006. 135 f. Tese. USP, São Paulo.
- ALVES, Flamarion Dutra. **Trajetória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira: A produção em periódicos científicos de 1939-2009**. 2010. 350 f. Tese. UNESP, Rio Claro.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **A terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- _____. O Norte e o Nordeste na obra de Orlando Valverde. In: _____. **A questão do território no Brasil**. São Paulo /Recife: Hucitec/lapespe, 1995.
- _____. GEOGRAFIA RURAL: questões teórico-metodológicas e técnicas. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 25, n. 49/50, p. 4-14, 1995.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. São Paulo: Edusp, 1981.

BAKHTIN, Mickail (Volochnikov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 4 ed, Ed. Hucitec, São Paulo, 1988.

CAMPOS, Janaina Francisca de Souza. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. 2012. 388 f. Tese. UNESP, Presidente Prudente.

_____. Território (i)material e Geografia Agrária: paradigmas em questão. **Revista NERA** (UNESP), v. 2, p. 22, 2013.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros**: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII, 1994.

_____. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Questão Camponesa**: o olhar sob o signo dialético. 1991. 178 f. Dissertação. UFS, Sergipe.

_____. A “Geografia Social” de Sílvio Romero. Terra Brasilis. **Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil**. São Paulo. Ano I, n. 2. jul./dez., p. 35-55. 2000.

_____. **Às margens do Beberibe e do Capibaribe**: a crítica de Tobias Barreto nos meandros da Geografia. 2001. 319 f. Tese. USP, São Paulo.

_____. Pensamento social brasileiro e geografia. In: BOMFIM, Paulo Roberto; SOUSA NETO, Manoel Fernandes de (orgs.). **Geografia e pensamento geográfico no Brasil**. São Paulo: Annablume; FFLCH-USP; GEOPO-USP, 2010.

DINIZ, José Alexandre Felizola. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: DIFEL, 1984.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. Uma introdução. Tradução Silvana Vieira, Luís Carlos Borges. São Paulo: Editora da UNESP; Editora Boitempo, 1997.

ESCOLAR, Marcelo. **Crítica do discurso geográfico**. Tradução Shirley Morales Gonçalves. São Paulo: Hucitec, 1996.

ETGES, Virgínia Elisabet. **Geografia Agrária**: a contribuição de Leo Waibel. 1997. 246 f. Tese. USP, São Paulo.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Contribuições ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. 215 f. Tese. UNESP, Presidente Prudente.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215

_____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Volume 1 (parte 1 e 2). 2013. 873 f. (Livredocência). UNESP, Presidente Prudente.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. **O Mundo rural sob o ponto de vista geográfico**: A Geografia Agrária Brasileira da década de 20 a de 90. 1998. 389 f. Tese. UNESP, Rio Claro.

FLECK, Ludwig. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método**. 5.ed. Tradução Flávio Paulo Maurer. Petrópolis: Vozes, 2003

GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. - A relação campo/cidade no estudo do espaço agrário. **VI Enc. Nac. de Geog. Agrária**, Garanhuns, PE. 1985.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

_____. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GUSMÃO, Rivaldo Pinto. Os estudos da geografia rural no Brasil - Revisão e Tendências. **III Enc. Nac. de Geógrafos**, Fortaleza, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 9.ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HARVEY, David. **A produção do espaço capitalista**. 2. ed. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A Agricultura Familiar**: uma realidade multiforme. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **A Agricultura Familiar**: do mito a realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LEFEBVRE, Henry. **De lo Rural a lo Urbano**. 2. ed. Traducción de Javier González-Pueyo. Barcelona: Ediciones Península, 1973.

LENIN, Vladimir Ilich. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MAZOIET, Marcel. **História da Agricultura no Mundo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira. **Modo capitalista de produção e agricultura**: a construção do conceito de agronegócio. 2013. 217 f. USP, São Paulo.

MENDRAS, Henry. **La Fin des paysans**. Paris: Actes Sud, 1984.

MESQUITA, Olindina Vianna. **O estado Isolado de Von Thünen**: uma discussão. 1978. Dissertação. UFRJ, Rio de Janeiro.

MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. **A Geografia no Brasil (1934 -1977):** avaliação e tendências: São Paulo, Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo, 1980.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias Geográficas.** Espaço, cultura e política no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. História Social da Geografia no Brasil: elementos para uma agenda de pesquisa. **I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico.** Rio Claro, SP. 09 a 12/12/1999. Anais. p. 17-23.

_____. **Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico:** Alexandre von Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel. 1983. 508 f. Dissertação. USP, São Paulo.

_____. História social da geografia no Brasil: Elementos para uma agenda de pesquisa. In. **Anais do I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico.** Rio Claro (SP), 1999.

NAVARRO, Zander. Agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica. In: GASQUES, José Garcia; VIEIRRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro; NAVARRO, Zander (orgs). **A agricultura brasileira.** Desempenho, desafios e perspectivas. Brasília, IPEA, 2010.

NEVES, Karina Fernanda Travagim Viturino. **Relação cidade-campo:** estudo da produção do conhecimento na ciência geográfica brasileira a partir dos anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGA). 2010. 299 f. Dissertação. UFBA, Bahia.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. **Contribuição para o Estudo da Geografia Agrária:** Crítica ao "Estado Isolado" de Von Thünen. 1978. 487 f. Tese. USP, São Paulo.

_____. **A agricultura Camponesa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do Século XXI. In: Oliveira, A. U.; Marques, M.I.M. (Org.). **O Campo no Século XXI.** 1ªed.São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2004.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Movimentos Socioterritoriais:** uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. 240 f. Tese. UNESP, Presidente Prudente.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares:** Lutas por Autonomia e Sustentabilidade na Era da Globalização. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

SANTIAGO, João Phelipe. **A GEOGRAFIA NO BRASIL:** A contribuição de Manuel Correia de Andrade. 1990. 392 f. Dissertação. UFPE, Pernambuco.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira. **A Revista Agrícola, órgão da sociedade sergipana de agricultura e a estratégia da produção e organização do campo em Sergipe, 1905-1908:** "por em comum as 'luzes' e experiências". 2012. 414 f. Tese. UFS. Sergipe.

SCHOULTZ, Hans- Dietrich. Die Deutsche Geographie von 1800 bis 1970. **Ein Beitrag zur Geschichte ihrer Methodologie.** Berlim Selbstverlag des Geographischen Instituts der Freie Universität Berlin, 1980.

SILVA, José Graziano da. **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil, São Paulo: Zahar, 1981

SIMMONS, Ian Gordon. **Interpreting Nature:** cultural constructions of the environment, London, Routledge, 1993.

_____. **Chaanging the face of the Earth:** culture, environment, history. Oxford: Basil, Blackwell, 1989.

SPOSITO, Eliseu Savério. A questão do método e a crítica do pensamento geográfico. In: CASTRO, I. E., MIRANDA, M., EGLER, C. A. G. (org.) **Redescobrimdo o Brasil:** 500 Anos. Depois – 2ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ FAPERJ, 2000.

_____. **Geografia e Filosofia:** contribuição para o ensino do pensamento geográfico. Editora UNESP, 2004.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria qual- o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, B.M. (org.) **Campesinato e Agronegócio na América Latina:** a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola:** uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade:** na história e na literatura. Tradução Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 19 de maio de 2017.

Conflitualidade e disputa paradigmática do conceito de mobilidade territorial do trabalho

Messias Alessandro Cardoso

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG- FCT/UNESP).

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)

e-mail: messias_cardoso20@hotmail.com

Resumo

O objetivo central deste texto é propor e realizar o debate paradigmático entre as distintas visões sobre o conceito de “mobilidade territorial do trabalho”, resgatando suas principais polêmicas, discordâncias, e lacunas em relação ao conceito em apreço. A discussão sobre conceitos tem um papel importante dentro do debate paradigmático, porque traz à luz as intencionalidades dos pensadores e revelam suas posições políticas. Nesta reflexão, propomos a existência de dois paradigmas fundamentais na análise da mobilidade territorial do trabalho, que disputam territórios na interpretação deste processo, ao qual denominamos o primeiro de Paradigma Capitalista da Mobilidade Perfeita (PCMP) e o segundo de Paradigma da Questão da Mobilidade do Trabalho (PQMT).

Palavras-chave: Mobilidade territorial do trabalho; debate paradigmático; conflitualidade.

Conflictuality and paradigmatic dispute the concept of territorial mobility of labor

Abstract

The main objective this text is propose and take the paradigmatic debate among the different visions about the concept of "territorial mobility of labor", rescuing the main polemic, disagreements and gaps in relation to the concept in question. The discussion about concepts has an important role within the paradigmatic debate, because it brings to light the intentions of thinkers and reveal their political positions. In this reflection, we propose the existence of two fundamental paradigms in the analysis of territorial mobility of labor, that dispute territories in the interpretation of this process, which we call the first of Capitalist Paradigm of Perfect Mobility and the second the Paradigm of the Issue of Labor Mobility.

Keywords: Territorial mobility of labor; paradigmatic debate; conflictuality.

Conflitualidade y debate paradigmático del concepto de movilidad territorial del trabajo

Resumen

El objetivo central de este texto es proponer y llevar a cabo el debate paradigmático entre las diferentes visiones sobre el concepto de "movilidad territorial del trabajo", rescatando sus principales polémicas, desacuerdos y brechas en relación con el concepto de que se trate. La discusión sobre los conceptos tiene un papel importante en el debate paradigmático, porque traer a la luz de la intencionalidad de pensadores y revelar sus posiciones polític. En esta reflexión, proponemos la existencia de dos paradigmas fundamentales en el análisis de la movilidad territorial del trabajo, que compiten por territorios en la interpretación de este

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 36 - Dossiê	pp. 36-57	2017
--------------	---------------------	-------------------------	-----------	------

proceso al que llamamos el primer Paradigma Capitalista de Perfecta Movilidad y el segundo del Paradigma de la Cuestión de la Movilidad del Trabajo.

Palabras-clave: Movilidad territorial del trabajo; debate paradigmático; conflitualidade.

Introdução

A presente reflexão é motivada por um amplo conjunto de discussões possibilitadas pelo ingresso no Programa de Pós-Graduação em Geografia FCT/UNESP/Presidente Prudente e pelas contribuições e indagações propiciadas pela disciplina “Teoria dos Territórios e da Questão Agrária”. Assim sendo, o objetivo central deste texto é propor e realizar o debate paradigmático entre as distintas visões sobre o conceito de “mobilidade do trabalho”, resgatando suas principais polêmicas, discordâncias, e lacunas em relação ao conceito em apreço.

Desse modo, para analisarmos a produção teórica de um conceito e vislumbrarmos os nexos de construção espaço-histórico-social de diferentes paradigmas sobre o mesmo, é preciso inicialmente que levemos em conta a indagação central: como construímos o conhecimento científico? Neste esforço de compreensão partilhamos da concepção de que a produção do conhecimento é um processo multidimensional e dialético. Dessa forma, o conhecimento consiste de um esforço do homem na tentativa de compreender a realidade, melhor dizendo, o processo de construção do conhecimento tem como ponto de partida um “objeto material ou imaterial”, componente e porção da realidade.

Nesse sentido, a produção do conhecimento se inicia através de um processo de abstração, ou seja, colocando o “pensamento em movimento”, tentando compreender uma fração da realidade, traduzindo-a em palavras e transformando-as em ideias, conceitos ou categorias, atribuindo significação à própria realidade. Conforme Fernandes (2013) há diferentes caminhos, formas, espaços e territórios para a leitura das “múltiplas determinações” da realidade. Nestes termos, o processo de construção do conhecimento é *seletivo*, ou seja, seleciona categorias, conceitos, teorias e um método para compreensão da realidade. Neste ponto, precisamos deixar claro que o método é um pensamento pensante que coloca em movimento o raciocínio e busca dar significação à realidade.

A seletividade do processo de construção do conhecimento revela que a sua produção é mobilizada por uma *intencionalidade*, e que essa intencionalidade é gestada por sua história de vida, construída pelo processo histórico. Assim sendo, teorias, conceitos e categorias exprimem a intencionalidade do produtor de conhecimento, inviabilizando o discurso da neutralidade científica. Em outras palavras, o conteúdo da significação da realidade é definido por significado e sentido atribuído no momento de produção do

conhecimento determinado por uma opção política. Estamos entendendo a política assim como Arendt (2007), como um ato que expressa o sentido de liberdade.

Falar em conhecimento, leva-nos a questionar expressões como “descoberta” e “verdade”. Conforme Cortella (2011), etimologicamente verdade vem do latim *veritate*, com radical *verus* (certo, correto). *Veritate*, por sua vez, em grego, era *alétheia*, ou a (não) *létho* (esquecer). Desse ponto de vista, verdade tem a ideia de *não esquecível*. O que não se esquece, é o que se vê, daí a noção de que a “verdade” precisa ser vista ou desvelada, descoberta ou passar por provas de falseabilidade.

A verdade não é uma descoberta, mas uma construção espaço-histórico-social que visa construir referências que orientem o sentido da ação humana e o sentido da existência. Esta se dá no tempo e espaço histórico e não é absoluta nem eterna, tão pouco individual, mas coletiva. A relação do conhecimento é entre sujeito e objeto, mas a verdade não está nem em um nem em outro: está na relação em si. Pensando em produção do conhecimento, podemos dizer que não existem verdades absolutas e neutralidade no conhecimento, todo conhecimento como construção humana reflete sua intencionalidade.

Partilhamos da concepção de Fleck (2010), de que o conhecimento enquanto produção humana é uma construção coletiva. No qual os coletivos de pensamento produzem estilos de pensamento ou paradigmas. Somos indivíduos que constroem conhecimentos em coletivos de pensamento. Estes são produtos e produtores de estilos de pensamento. O conhecimento enquanto construção coletiva é marcada por um tempo e espaço, pois as formulações não são eternas, a realidade está em constante transformação e o conhecimento exige movimento de novos pensamentos, dessa forma, a produção do conhecimento “vive de crises”, ou seja, rupturas e surgimento de novas leituras e paradigmas, que coexistem e disputam territórios materiais e imateriais em busca de hegemonia.

O conhecimento enquanto “processo” revela ter um movimento que não é linear e natural, mas sim em espiral e contraditório. Uma vez que uma proposição gera novas interrogações, leituras e ideologias distintas da mesma realidade, esta entendida como pensamento ofensivo, não sendo, portanto, falsa consciência. Dessa forma, podemos dizer que os diferentes modelos interpretativos da realidade, buscam afirmação e hegemonia, disputando territórios materiais e imateriais, na tentativa de direção do conhecimento a ser produzido; é por isso que uma mesma realidade pode ser expressa por diferentes leituras.

Para desenvolvermos essas discussões, vamos pelo seguinte caminho: inicialmente dedicaremos atenção ao entendimento teórico do conceito de paradigma e o seu repensar para a leitura da mobilidade do trabalho. Em seguida, proporemos e realizaremos o debate paradigmático entre os pressupostos do Paradigma Capitalista da Mobilidade Perfeita (PCMP) e o Paradigma da Questão da Mobilidade do Trabalho (PQMT).

Na próxima seção, destacaremos a relação indissociável entre mobilidade do trabalho e território, propondo como leitura geográfica, o conceito de “mobilidade territorial do trabalho”, rompendo com uma leitura unidimensional de território, tentando entender a mobilidade entre os diferentes tipos de territórios. Logo após, diferenciaremos os conceitos de mobilidade territorial do trabalho e movimento social, socioespacial e socioterritorial. Por fim, teceremos nossas considerações finais defendendo nosso horizonte de análise e apresentamos às referências.

Concepções de paradigma: o que é um paradigma?

Por ora, é preciso deixar claro, o que entendemos por paradigma. Primeiramente, é necessário um exercício teórico. Buscar na raiz desse conceito, elementos basilares que nos ajudem a qualificar a reflexão paradigmática sobre a mobilidade territorial do trabalho. Embora recorrente, muito pouco se tem feito para compreender a essência do conceito de paradigma na Geografia.

O conceito de paradigma alcançou grande repercussão na história das ciências, especialmente nas ciências exatas e naturais, difundido indiscriminadamente na linguagem corrente, tornando-se polissêmico. Nesse sentido, Campos (2012) destaca que, no meio acadêmico, em especial, nas ciências humanas e sociais, a situação repete-se, amplamente empregado e suscetível a múltiplas interpretações. Inúmeros são os estudiosos que expandiram o conceito, ocasionando modismos e servindo como instrumento de retórica, dando lugar a empregos desenfreados e transformando-o numa verdadeira “colcha de retalhos”, ou seja, adoção do termo, sem a devida reflexão crítica sobre a natureza do conceito.

O conceito de paradigma pode ser entendido em dois momentos diferentes: segundo uma concepção clássica grega e segundo uma concepção contemporânea. Na primeira, o conceito se origina na Grécia (*paradeigma*), a partir de Platão, com a Teoria das Ideias. De natureza filosófica, seu significado remete a um modelo, um exemplo, referente às formas e às ideias (JAPIASSU; MARCONDES, 1993). Mais tarde, na década de 1960, o conceito foi retomado por Thomas Samuel Kuhn em seu trabalho seminal e pioneiro intitulado “*A Estrutura das Revoluções Científicas*”, cuja primeira edição foi publicada no ano de 1962. Segundo a concepção contemporânea, neste trabalho, Kuhn delineou outra linha de interpretação sobre a ciência, com a introdução de uma nova proposta para o tratamento das questões concernentes ao desenvolvimento científico.

Kuhn (2011) considera “paradigmas” as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. Sua ideia apoiou-se na construção do

conhecimento como um processo mediado por constantes transformações, em que o desenvolvimento da ciência não é concebido dentro de princípios baseados na continuidade, mas nos mecanismos de ruptura, chamados por Kuhn de *revoluções científicas*. Kuhn é considerado um marco importante na perspectiva do desenvolvimento científico, pois se opôs a uma concepção da ciência puramente explicativa, tal como vinha sendo defendida e idealizada pelo filósofo Karl Popper.

Na compreensão de Kuhn (2011), só há *ciência normal* no momento em que a comunidade científica aceita um paradigma. Quando existe mais de um paradigma, o período caracteriza-se como *pré-paradigmático*. Seu instrumental teórico assenta as disciplinas humanas e sociais num *período pré-paradigmático* em direção à *ciência normal*. Nestes termos, Campos (2012, p.58) sinaliza que é necessário repensar os limites do conceito de paradigma de Kuhn e sua utilização automática nas ciências humanas.

[...] será que podemos corroborar integralmente com Kuhn, se para ele a coexistência de paradigmas em um dado período histórico continua reservado ao período *pré-paradigmático*? Se considerado esse ponto de vista, o conceito de paradigma, tão recorrente no linguajar das ciências humanas e sociais, não estaria de acordo com a realidade apresentada pela Ciência Geográfica, porque o debate sobre os fundamentos teórico-metodológicos e a convivência de diferentes visões de mundo fazem parte da sua história.

Assim sendo, não podemos tomar o conceito paradigmático kuhniano integralmente, é preciso reconhecer os seus limites e perspectivar superar essas lacunas envolvendo na análise paradigmática as particularidades das ciências humanas, sobretudo as particularidades da ciência geográfica. Pois, como afirma Campos (2012) utilizar o conceito de paradigma sem entender a natureza do conceito, é cair numa armadilha. É, sem dúvida, mais uma tentativa de “engavetar” as ciências humanas e sociais sob o crivo das ciências duras e da “tirania” de uma lógica estritamente positivista.

Por isso, é preciso que entendamos a natureza do conceito de paradigma de Kuhn, pois a multiplicidade paradigmática não faz parte da concepção kuhniana, ou melhor, faz, mas em sua fase pré-paradigmática apenas. No pensamento de Kuhn, um paradigma sucede o outro, a emergência de um paradigma novo leva ao desaparecimento do paradigma anterior. É evidente que esse não é o tratamento que será dado e, diferentemente de Kuhn, este texto aponta outros caminhos para a leitura da Geografia.

Nesse quesito, podemos resgatar as contribuições do médico polonês Ludwik Fleck, que através de sua obra intitulada “*Genesis and Development of a Scientific Fact*”, publicada pela primeira vez em alemão, em 1935, inspirou Kuhn a assumir uma posição contrária aos preceitos do empirismo lógico. No prólogo da sua obra, Kuhn (2011) afirmou

que o livro de Fleck proporcionou a inspiração necessária para que suas ideias pudessem ser amadurecidas e elaboradas. Investigando a história da sífilis desde o século XV até o início do século XX, Fleck discutiu as ideias sobre a construção coletiva desse fato, dando ênfase à prática social na construção do conhecimento. Segundo Fleck (2010), o que existe são diferentes pontos de vista (estilos de pensamento) para uma mesma questão, desenvolvendo seu raciocínio em torno de duas ideias principais: “coletivo de pensamento” e “estilo de pensamento”. O primeiro designando a “unidade social da comunidade de cientistas de uma disciplina e o segundo, os pressupostos de pensamento sobre os quais o coletivo constrói seu edifício de saber” (FLECK, 2010, p.16).

A concepção do conceito de estilo de pensamento de Fleck (2010) fornece o elo para superação das lacunas apresentadas pelo conceito kuhniano de paradigma, ajudando assim, na interlocução sobre a multiplicidade de abordagens teórico-metodológicas das ciências humanas e sociais, pois o conceito de estilo de pensamento admite a convivência, existência de outros estilos num mesmo período histórico.

A nosso ver, tomando como horizonte de análise as ciências humanas e sociais, especialmente a ciência geográfica; defendemos a ideia, de que espaço-temporalmente os diferentes paradigmas se conflitam, se negam, disputam territórios e políticas públicas. Ao invés da existência uma paradigmática, o que temos é o movimento da conflitualidade, expressa pela coexistência e luta pela hegemonia de distintos paradigmas numa mesma temporalidade. Ora, se partilhássemos integralmente da visão de Kuhn sobre os paradigmas, excluiríamos toda forma de conflito teórico-metodológico existente.

Dessa forma, compartilhamos das assertivas de Felicio (2011) de que um paradigma nega, mas não substitui o outro, e que a existência múltipla de paradigmas é extremamente importante pela possibilidade de estabelecer o debate paradigmático. É, com base nesses pressupostos teóricos, que levam em conta as particularidades das ciências humanas, sobretudo a ciência geográfica, que na seção seguinte propomos realizar o debate paradigmático sob a mobilidade territorial do trabalho. Revelando a conflitualidade perene e a disputa de posições políticas diametralmente opostas entre: o Paradigma Capitalista da Mobilidade Perfeita e o Paradigma da Questão da Mobilidade do Trabalho.

Paradigmas da mobilidade territorial do trabalho

A discussão sobre os conceitos tem um papel importante dentro do debate paradigmático, porque trazem à luz as intencionalidades dos pensadores e revelam suas posições políticas. Gostaríamos de afirmar a existência de dois paradigmas fundamentais na análise da mobilidade territorial do trabalho, que disputam territórios na interpretação deste

processo, ao qual denominamos o primeiro de Paradigma Capitalista da Mobilidade Perfeita (PCMP) e o segundo de Paradigma da Questão da Mobilidade do Trabalho (PQMT).

Paradigma capitalista da mobilidade perfeita

O Paradigma Capitalista da Mobilidade Perfeita tem como base teórico-metodológica os fundamentos da economia clássica e neoclássica, erigida sob o aporte do pensamento liberal, sobretudo as contribuições de Smith, Ricardo, Say e Walras. Com base nestes postulados, em 1885, o geógrafo inglês Ernst Georg Ravenstein, formula a obra seminal *“The Laws of Migration”* que dá origem a este paradigma. Nesta publicação, o autor analisando os Censos Demográficos de 1871 e 1881 sobre dados da migração interna ao Reino Unido, propõe sete leis gerais que regulariam o processo migratório, tornando-se referência para os estudos de mobilidade humana.

Para Ravenstein (1980), a mobilidade seria algo natural ao sistema capitalista, seria um mecanismo de equilíbrio de mercado, marcado por fatores de atração e repulsão.

Portanto, se aludirmos um tanto pretensiosamente às “leis da migração”, estaremos apenas tratando do modo pelo qual falta de braços existentes em certas partes do país é suprida por outras partes onde a população é abundante (p.64).

A mobilidade era vista como fator de ajustamento, sinal e fator de progresso econômico. Ravenstein está na base de todos os modelos modernos de atração-repulsão - ou, na sua denominação mais vulgar, os modelos de *push-pull*. A filiação paradigmática destes modelos é, como se sabe, clara. Eles consideram que, no centro dos processos migratórios, se encontra a decisão de um agente racional que, na posse de informação sobre as características relativas das regiões “A” e “B”, se decide pela permanência ou pela mobilidade.

Outro trabalho de destaque deste paradigma, é a Hipótese da Transição da Mobilidade Territorial, do geógrafo americano Wilbur Zelinski, publicada na *Geographical Review*, em 1971. Nesta obra, Zelinski (1971), combinou as Leis das Migrações de Ravenstein com as etapas da Teoria da Transição Demográfica, que descreve a evolução em longo prazo das taxas de natalidade e mortalidade, que vão diminuindo conforme a sociedade se moderniza. Esta hipótese é fundamentada na Teoria da Modernização, na qual a modernização é interpretada como um “processo linear” que forçosamente tem de passar por determinadas etapas. Ou seja, a mobilidade é vista como um processo conjuntural e linear estando ligada a modernização/desenvolvimento do sistema capitalista do qual Zelinski (1971) afirma que, as sociedades subdesenvolvidas passariam também, por

todas as etapas tanto da transição vital como da mobilidade territorial, induzindo-se que a tendência geral dos países é caminhar para o desenvolvimento.

Dessa forma, as análises do Paradigma Capitalista da Mobilidade Perfeita, advogam que a mobilidade nada mais é, do que um “investimento” que trabalhador faz em seu capital humano. Como indica Sjaastad (1962, p.83), a migração pode ser tratada “[...]como um investimento que aumenta a produtividade dos recursos humanos, um investimento que possui custos, mas que também envolve retornos”. O essencial dos seus argumentos é afirmar que a mobilidade, envolve um investimento do agente no seu próprio potencial produtivo, ou no da sua unidade familiar, cujos resultados só podem ser atingidos a prazo. Por outras palavras, o migrante aposta na capacidade que possui de gerar maiores rendimentos no futuro (utilizando melhor as suas qualificações), mesmo que para tal seja necessário incorrer em custos importantes no curto prazo.

Nestes termos, o Paradigma Capitalista da Mobilidade Perfeita, vê a mobilidade territorial como a grande chance do capital humano de se investir onde seu preço “lucro” for máximo, proporcionando assim, uma satisfação máxima ao trabalhador. Para este paradigma o espaço de análise de seus objetos, coisas e sujeitos é a sociedade capitalista, que é apresentada como totalidade. As perspectivas estão nas possibilidades de se tornar unidades do sistema, regulados pelo mercado, na lei da oferta e da procura. Assim sendo, a mobilidade territorial seria um investimento do trabalhador em si, tendo em vista que cabe ao trabalhador se integrar ao mercado de trabalho capitalista onde quer que ele esteja.

Em resumo, para o Paradigma Capitalista da Mobilidade Perfeita, os estudos da mobilidade humana, pressupõem um cálculo racional e a livre decisão dos indivíduos, baseada na realização do direito de ir e vir que possibilitaria equilíbrio demográfico e no mercado de trabalho, sendo traduzida como positiva no sentido de que, favoreceria a otimização e satisfação do migrante. A força de trabalho racionalmente aproveitaria o seu próprio capital humano e faria uma análise de investimento entre os custos do deslocamento e o retorno financeiro esperado com o salário em outro território, dessa forma, a mobilidade propiciaria a transformação de capital humano em dinheiro levando a satisfação ótima do trabalhador.

Em outras palavras, para este paradigma, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são problemas conjunturais, que podem ser superados por meio da mobilidade da força de trabalho, de um território “x” para “y” possibilitando a “integração” dos trabalhadores ao mercado capitalista. Nessa lógica, trabalhadores e capital são colocados do mesmo lado, fazendo parte de uma totalidade (sociedade capitalista) que não os diferencia, porque a luta de classes não é postulada pelo Paradigma Capitalista da Mobilidade Perfeita.

Paradigma da questão da mobilidade do trabalho

O Paradigma da Questão da Mobilidade do Trabalho é pautado pelo materialismo histórico dialético de Marx, é com base neste postulado, que o economista francês Jean-Paul de Gaudemar, publica originalmente em 1975, a obra seminal, *“Mobilité du travail et accumulation du capital”*, no qual formula o conceito central de “mobilidade do trabalho”. O que é esse conceito? Esse conceito, em linhas gerais, trata das formas como o capital produz, explora, faz circular e controla, tanto pelo lado da oferta como pela demanda, a força de trabalho como mercadoria essencial ao processo de acumulação capitalista.

Para Gaudemar (1977), o conceito de mobilidade do trabalho designa a natureza específica da mercadoria força de trabalho, que permite o uso capitalista das disponibilidades dos homens e a subordinação do trabalhador ao capital, e pode ser definido como “[...] a capacidade que permite a força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos sempre crescentes de uma divisão do trabalho cada vez maior” (p. 194). A preocupação do autor é desenvolver uma análise sob como a própria acumulação de capital determina tanto as condições de demanda quanto de oferta de trabalho, demonstrando que o trabalhador também constitui uma produção capitalista, pois somente tem a força de trabalho para vender em troca da sua própria sobrevivência e de seus dependentes.

Para o Paradigma da Questão da Mobilidade do Trabalho, a formação social capitalista, ao gerar trabalhadores excedentes, separados de seu meio de existência, cria a necessidade de deslocamentos em busca do trabalho. A disponibilidade de tais trabalhadores, como reserva de mercado, nos mais diversos pontos do território, torna-se, por sua vez, condição necessária para a própria existência da acumulação do capital. Dessa forma, a mobilidade espacial do trabalho, é vista não como um mero mecanismo de redistribuição espacial de populações, que se adapta às solicitações do sistema econômico, mas ela se configura como estrutural para a acumulação de capital. Perpetua (2010, p. 9), sintetiza os principais postulados que advogam este paradigma:

[...] tem como fundamentos, por um lado, não a mobilidade perfeita dos trabalhadores sobre o espaço, mas a mobilidade forçada, estranhada, uma condição elementar da acumulação do capital; e por outro, não o equilíbrio geral do desenvolvimento espacial sob o capitalismo, mas o desequilíbrio e a contradição constantes, expressos pela desigualdade que gera, em última análise, a necessidade da mobilidade.

Para este paradigma, a mobilidade territorial tem sua origem na estrutura do sistema capitalista, a mobilidade é tratada como condição da força de trabalho se sujeitar ao

capital, e se tornar mercadoria cujo consumo criará valor, e assim produzirá o capital. É uma tentativa de entender a mobilidade através das contradições estruturais do processo de acumulação capitalista. Como aponta Vainer (1984), o que aparece como livre deslocamento de homens livres no espaço, não é senão a dimensão espacial da subordinação do trabalho ao capital.

Conforme Oliveira (2007), devemos compreender que esses deslocamentos são impulsionados, sobretudo pelo capital, e que eles se constituem numa forma de ajustamento da força de trabalho às necessidades do capital no processo de valorização. Nesta perspectiva Thomaz Junior (2009), assertiva de que há uma conciliação de interesses dos conglomerados do capital, de modo a incentivar e produzir as migrações do trabalho para o capital, tendo em vista o reordenamento territorial que privilegie a acumulação do capital e exploração do trabalho.

Para o Paradigma da Questão da Mobilidade do Trabalho, considerando as diversidades presentes em suas vertentes e vieses, o espaço de análise não se limita à lógica do capital, de modo que a perspectiva de enfrentamento no capitalismo torna-se uma condição possível. Nestes termos, se reconhece uma “questão”, uma problemática do sistema capitalista que utiliza a mobilidade territorial para reprodução ampliada de capital, a mobilidade não é vista como fator de ajustamento e de decisão individual e sim, como uma contradição histórica, estrutural do processo de acumulação capitalista. Para Vale (2007, p.46-47), “em estruturas capitalistas, marcadas pela rigidez ou expansão de sua morfologia econômica, as formas de mobilidade do trabalho surgem como fenômeno de submissão e não de liberdade”. Para Gaudemar (1977, p. 172), “toda estratégia capitalista de mobilidade é igualmente estratégia de mobilidade forçada”.

De modo geral, há o reconhecimento da estrutura de classe, como mecanismo de exploração, que assegura a desigual repartição do produto social, e de que a mobilidade resulta de transformações nas relações sociais de produção nas áreas de origem e destino, no qual o sujeito social não atua de forma autônoma, mas sim submetido à lógica estrutural do capital. Por fim, categoricamente para o Paradigma da Questão da Mobilidade do Trabalho, a mobilidade do trabalhador ocorre quando a força de trabalho destituída dos meios de produção, pelo sistema capitalista, acaba subordinada ao capital, convertendo-se em mercadoria, criadora de valor, e que transforma dinheiro em capital que não lhe pertencerá ao fim de seu trabalho.

Mobilidade do trabalho e território(s)

O conhecimento enquanto processo revela ter um movimento que não é linear e natural, mas sim, em espiral e contraditório; uma vez que uma proposição gera novas

interrogações, leituras e ideologias distintas da mesma realidade. Podemos aventar que o conceito de mobilidade do trabalho proposto por Gaudemar (1977) deve ser entendido perante suas intencionalidades e características das ciências econômicas, dessa forma, a terceira dimensão deste processo, que diz respeito à espacialidade, fica confinada em segundo plano, sendo assim, tendo em vista, os horizontes da ciência geográfica e sua contribuição para o entendimento do processo de mobilidade do trabalho, é preciso colocar em primeiro plano a espacialidade deste processo.

Portanto, gostaríamos de defender a argumentação de que a compreensão do processo de mobilidade do trabalho passa pela compreensão da *produção territorial*, ou seja, mobilidade do trabalho e território(s) são indissociáveis, pois toda estratégia de mobilidade *ocorre no, surge no e produz um território*, além de que, a mobilidade resulta da subordinação estrutural do trabalhador perante a perda ou apropriação de território diante do capital. É nestes termos, que propomos o conceito de mobilidade territorial do trabalho! Mas, o que é território? De que território estamos falando?

Podemos começar dizendo, assim como Raffestin (1993), que o território é um espaço onde se projetou um trabalho, e que por consequência revela relações marcadas pelo poder. Assim, uma nova indagação surge, o que seria o poder? Estamos compreendendo o poder em sua acepção ampla, para além da ação do Estado, como uma relação social que expressa a conflitualidade, sendo composta pela dominação, resistência e concessão, visando sempre os trunfos do poder.

Nesta reflexão estamos entendendo o território em sua multidimensionalidade como sujeito-relação-espaço circunscritas num campo de conflitualidade e disputa pelo poder e soberania, tanto material como imaterial. Sendo assim, convivemos com diferentes tipos de territórios produtores e produzidos por relações sociais distintas, que são disputados cotidianamente. Tal leitura nos leva a entender a produção territorial por meio das relações sociais, promovidas pelas classes em permanente conflitualidade na disputa por modelos de desenvolvimento e de sociedade. Para compreendermos a conflitualidade entre os diferentes territórios, consideramos insuficiente a compreensão do território apenas como espaço de governança. É preciso ir além desta perspectiva clássica do território para darmos relevância e compreensão da sua multidimensionalidade e multiescalaridade, conceber o território como uno não nos permite entender os distintos tipos de territórios produzidos pelas diferentes relações e classes sociais.

Por essa compreensão é que entendemos ser importante o uso da tipologia de territórios proposta por Fernandes (2009), no qual considera três tipos de territórios materiais: o primeiro território formado pelo país, estados e municípios (espaço de governança), o segundo território formado pelas propriedades privadas capitalistas ou propriedades privadas não capitalistas, e por fim, o terceiro território como espaço relacional

considerado a partir de suas conflitualidades estando relacionado às formas de uso dos territórios; portanto, às suas territorialidades.

No que diz respeito ao território é preciso considerar que existem *territórios materiais* e *imateriais*, e que estes são indissociáveis, porque um não existe sem o outro. Nessa perspectiva Fernandes (2009, p. 210-211), sinaliza uma possível interpretação do território imaterial, destacando que:

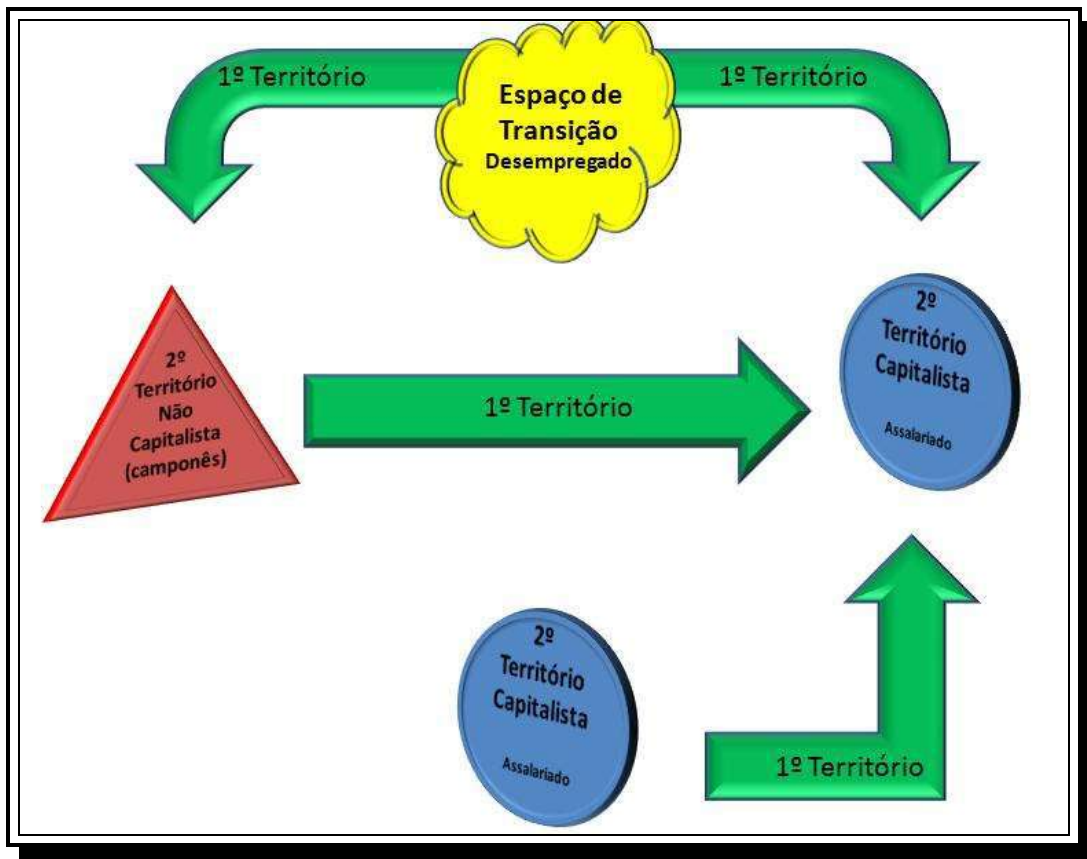
O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. O processo de construção do conhecimento é, também, uma disputa territorial que acontece no desenvolvimento dos paradigmas ou correntes teóricas. Estou me referindo ao mundo das ideias em que forma, limite, referência, convencimento, conteúdo, área, domínio, extensão, dimensão, entre outras diversas, são noções necessárias para compreendermos que o pensamento também é produtor de relações de poder. A produção material não se realiza por si, mas na relação direta com a produção imaterial. Igualmente, a produção imaterial só tem sentido na realização e compreensão da produção material.

Baseado nesta concepção de território estamos propondo o conteúdo de entendimento do conceito de mobilidade territorial do trabalho, como sendo um deslocamento forçado resultante da subordinação estrutural da força de trabalho aos imperativos das mediações de segunda ordem do capital. Mas, o que torna esses homens e mulheres disponíveis/mobilizados para o capital?

Partimos do princípio de que mobilidade da força de trabalho pelo capital se dá através de uma dupla conjugação territorial. Por um lado, materialmente, o capital promove a dissociação do trabalhador da propriedade dos meios de produção, expressando assim a perda de território (desterritorialização), sendo assim, como apontou Marx (1985), o trabalhador no capitalismo dispõe apenas de sua força de trabalho enquanto mercadoria e não tendo outra mercadoria para vender, sendo “despossuído de tudo” acaba subsumido ao capital, ocorrendo assim, a transmutação genética do trabalho em capital, através da extração de mais-valia possibilitando acumulação ampliada de capital.

Vide o Esquema Interpretativo 1, que estamos propondo, a grande questão é que materialmente em termos de relações sociais e produção territorial, a mobilidade territorial do trabalho se dá através de três maneiras diferentes, produzindo um segundo território capitalista, no qual o capital dita as regras do jogo.

**Esquema interpretativo 1-
Mobilidade Territorial do Trabalho e Produção de Diferentes Territórios.**



Org.: CARDOSO, M. A. (2015).

- O camponês é desterritorializado (ou não), sai do segundo território (propriedade não capitalista), percorre pelo primeiro território (espaço de governança) e vai produzir o segundo território capitalista.
- O trabalhador assalariado é levado a sair do segundo território capitalista (plasticidade do trabalho), caminha pelo primeiro território (espaço de governança) e vai produzir o segundo território capitalista em outro ponto do espaço.
- O trabalhador desempregado, é mobilizado a sair do “espaço de transição”, percorre o primeiro território (espaço de governança) e vai produzir um segundo território capitalista ou não capitalista em outro ponto do espaço.

Todavia, o elo oculto desta dupla conjugação territorial, silencia os determinantes imateriais da mobilidade territorial do trabalho, pois, por outro lado o capital no século XXI não se sacia apenas pela extração da mais-valia, ele requer mais! E através de sua lógica destrutiva procura controlar, manipular, apropriar e converter todos os “territórios da consciência da classe trabalhadora” em “territórios de alienação do capital”. Nesse sentido, o ato de mobilidade da força de trabalho, também é resultante da apropriação e da

territorialidade do capital no território imaterial do trabalhador. No qual, o capital, através de seu sistema discursivo promove o advento imaterial da mobilidade territorial do trabalho. Portanto, a mobilidade territorial do trabalho acompanha essa dupla conjugação territorial, no qual materialidade e imaterialidade são dimensões imprescindíveis para compreensão da ação de mobilidade de homens e mulheres pelo território.

Mobilidade ou movimento?

Pensar o deslocamento dos sujeitos pelos territórios nos coloca diante de algumas armadilhas conceituais, uma delas e, talvez a mais recorrente, seja a confusão ou uso como mero adjetivo expressando sinônimo entre os conceitos de *mobilidade do trabalho e movimentos sociais*; nesse sentido, cabe demarcarmos nosso entendimento e as diferenças conceituais.

Desde logo, é preciso dizer que nas ciências sociais não há um conceito único sobre movimento social, mas vários, conforme o paradigma utilizado. Como primeira aproximação do conceito, podemos tomar as indicações de Gohn (2007; 2010) que afirma que os movimentos sociais são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas.

Ora, tendo como horizonte de análise a ciência geográfica, é possível perceber que a maioria dos referenciais usados para análise dos movimentos sociais vem de outras ciências, principalmente da Sociologia. Sendo assim, o movimento social visto pelo método sociológico concentra seus esforços nas formas de organização e relações sociais, deixando uma lacuna para contribuições da Geografia em relação aos movimentos e sua produção espacial, pois os movimentos são importantes sujeitos de transformação não só das relações sociais, mas também do espaço. Como assegura Fernandes (2005, p. 30):

Os sociólogos, na construção do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos espaços e dos territórios produzidos/construídos pelos movimentos. Mas não é satisfatória. As formas de organização, as relações e as ações acontecem no espaço. Elas se realizam no espaço geográfico e em todas as suas dimensões: social, político, econômico, ambiental, cultural, etc. Portanto, a partir do momento que nos propomos a realizar uma análise geográfica dos movimentos, além da preocupação com as formas, ações e relações, é fundamental compreender os espaços e territórios produzidos ou construídos pelos movimentos.

De acordo com Pedon (2009), a Geografia já tem há algumas décadas pesquisado os movimentos sociais, contudo, conforme apontado por Sobreiro Filho (2013), são recentes os avanços na construção de conceitos que de fato estejam alinhados com as

especificidades epistemológicas, sobretudo metodológicas da ciência geográfica, e que, portanto, nos permita ir além da análise da relação sujeito-sujeito/sujeito-sociedade para alcançar o patamar analítico da geografia que focará sua atenção na relação sujeito-espaço.

No bojo desta perspectiva, se destaca a criação dos conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial. Esta construção é desdobramento direto de uma leitura cujo espaço é elemento fundante, ou seja, é o ponto de partida para a análise geográfica sobre os movimentos e justamente este ponto de partida torna-se o principal elemento na diferenciação do conceito de movimento social (FERNANDES, 2005; PEDON, 2009; SOBREIRO FILHO, 2013).

Os conceitos de movimento socioespacial e movimento socioterritorial têm suas origens em Martin (1997), Fernandes (1999; 2005) e, mais tarde, em Pedon (2009). Conforme Fernandes (2005) para todos os movimentos o espaço é essencial. É evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mas nem todos os movimentos têm o território como trunfo. Existem movimentos socioespaciais e movimentos socioterritoriais. Nesse sentido, é preciso diferenciar os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais. Sobreiro Filho (2015, p.5-6) argumenta sobre essa diferença conceitual indicando que:

O conceito de movimento socioterritorial coexiste com o conceito de movimento socioespacial, do mesmo modo que o conceito de território com o de espaço. Para entendermos essa relação, basta retomarmos a noção de que o espaço antecede a existência do território, ou seja, de que é o ponto de partida. Assim, podemos afirmar que todo território é também espaço, mas a recíproca não é verdadeira, pois nem todo espaço é necessariamente um território. O mesmo vale quando temos os movimentos como objeto de análise, ou seja, todo movimento socioterritorial é também um movimento socioespacial, mas nem todo movimento socioespacial é um movimento socioterritorial. A interação com espaço e, portanto, a compreensão da relação sujeito-espaço é ponto comum em ambos os conceitos. Assim, a principal diferença na definição de um movimento socioterritorial reside no fato de ser o território o elemento essencial para determinados movimentos.

A diferença essencial está na base da produção espacial destes movimentos, pois enquanto o conceito de movimento socioespacial, está diretamente relacionado ao conceito espaço, e esta ligação deve-se ao fato de que os movimentos são produtores, construtores e transformadores diretos e indiretos do espaço material e imaterial. Os movimentos socioterritoriais estão ligados à apropriação, disputa e domínio de um território que lhe é vital para sua existência.

Em contrapartida, a mobilidade territorial do trabalho, expressa outros nuances e processos que não indicam semelhança alguma com os movimentos, pois a mobilidade

territorial do trabalho, muito distante de ser um caminho da liberdade e autonomia do sujeito, nada mais é do que, o exercer da hegemonia do capital sobre o trabalho.

A concepção de mobilidade tratada aqui, leva em consideração o fato de que a força humana que trabalha vive uma constante mobilidade territorial impulsionada e condicionada pela dinâmica autoexpansionista e desterritorializante do capital, especialmente no contexto atual de mundialização e de reestruturação produtiva do capital.

La versatilidad y movilidad geográfica de la fuerza de trabajo, así como la “indiferencia” de los trabajadores al contenido de su trabajo son esenciales para la “fluidez del capital”[...] Cuanto más movilidad tenga el trabajador, más fácilmente podrá adoptar el capital nuevos procesos de trabajo y aprovechar las situaciones superiores. La libre movilidad geográfica de la fuerza de trabajo parece ser una condición necesaria para la acumulación del capital (HARVEY, 1990, p. 384).

Portanto, estamos propondo, que ao invés de uma decisão livre, o direito de migrar se converte em obrigação compulsória pela sobrevivência: “ir e vir”, longe de ser um ato de liberdade acaba sendo a revelação do desespero de quem se vê pressionado pela necessidade de sobreviver.

De antemão, o que é importante a ser enfatizado é a forma pela qual a sociedade burguesa é encoberta pela ideologia da liberdade e da igualdade. A Revolução Francesa foi o marco político e social por meio do qual estes princípios foram disseminados. Assim foi sendo gestado, em nível de representações, um conjunto de abstrações, de ideias invertidas sobre a nova ordem social prestes a ser implantada. De acordo com Silva (2008), estes dois princípios, na verdade, foram sendo erigidos desde o século XVIII pelos iluministas, princípios estes que vislumbravam a construção de outra sociedade, diferente daquela existente. O primeiro passo era a garantia de homens livres para o trabalho, sem as marcas da escravidão e servidão; o segundo, a garantia de uma igualdade para mascarar as profundas desigualdades. A igualdade, como princípio, fundamentava-se na equalização das mercadorias enquanto valores de troca. Como foi dito acima, estes princípios instituíram direitos, que não foram dados de fato, mas seria apenas um ideal a perseguir.

Dessa forma, a liberdade pensada pelo viés capitalista seria alcançada pelo tão propalado “crescimento” econômico, expansão da economia de mercado e do trabalho assalariado, como afirma Sen (2000, p. 21), “acontece que a rejeição da liberdade de participar do mercado de trabalho é uma das maneiras de manter a sujeição e o cativeiro do trabalho”. Nesta afirmação fica claro o tipo de liberdade que o sistema do capital propõe, ou seja, uma “liberdade às avessas”, na qual seu conteúdo e sentido garantem apenas a construção de um mercado de trabalho, baseado na compra e venda de força de trabalho, mecanismo fundamental para reprodução ampliada do mais valor. Sendo assim, a liberdade

capitalista resume-se ao realizar da mais-valia. O ser social é dito “livre” enquanto apenas uma mercadoria para venda de sua força de trabalho.

Para Prado Júnior (1986), a liberdade capitalista consiste no estabelecimento e aceitação de acordos com outros indivíduos, é até aí que vai a liberdade no regime burguês, entretanto, essa igualdade dos indivíduos na liberdade de se acordarem entre si é, contudo, uma igualdade jurídica, isto é, uma liberdade de direito e não de fato. Pois, a realidade é que os indivíduos são muito desiguais, e são particularmente naquilo que mais contribui na fixação dos limites e do alcance da sua ação, a saber, na sua posição dentro da estrutura social, decorre daí que a liberdade de cada um variará muito, em função da desigualdade real criada pelo capitalismo.

Nesse sentido, a liberdade burguesa não passa de ilusão, pois outorga ao indivíduo uma faculdade que as contingências da vida coletiva lhe subtraem logo em seguida. Ou subtraem, na maior parte dos casos, da maioria dos indivíduos. O indivíduo é “livre” de escolher e determinar sua ação, mas quando procura realizar e tornar efetiva essa sua escolha, verifica que as contingências da vida social determinadas pela “livre” escolha de outros indivíduos mais bem situados que ele, lhe vão afunilando a “ilimitada” liberdade inicial, e tolhendo sua ação até reduzi-la a uma esfera mínima a que ele se verá inapelavelmente restringido e condenado (PRADO JÚNIOR, 1986, p. 59).

Não estamos defendendo a ideia de que vivemos em uma sociedade escravista ou feudal, a formação sócio-espacial capitalista experimentou sim, um processo de assalariamento, no qual a força humana que trabalha foi destituída, desterritorializada dos seus meios de produção. Todavia, estamos indicando à densa névoa ideológica confusamente percebida que cobre o sentido de ser “livre” na sociedade capitalista e que acaba tendo rebatimentos sobre a mobilidade territorial do trabalho. De antemão, podemos afirmar que a mobilidade territorial do trabalho não implica em “liberdade de fato”. Por dentro do metabolismo social do capital a liberdade não tem vez, predominam as relações sociais ancoradas na exploração do trabalho fonte de toda riqueza existente.

Portanto, pode-se afirmar que os movimentos socioespaciais e socioterritoriais têm sua centralidade na relação indissociável do sujeito-espço, na qual a intencionalidade da mobilização do sujeito é *de e por sua soberania*, ou seja, os sujeitos se colocam em movimento guiados por aspirações de sua intencionalidade, buscando realizar-se no e pelo espaço. Dessa forma, enquanto os movimentos apontam a construção da soberania, a mobilidade territorial do trabalho, sinaliza o seu avesso, o sujeito não se coloca em “movimento”, este é colocado, impelido a deslocar-se pelo espaço para valorizar o capital, portanto, a diferença central estabelecida, é o poder de decidir, a soberania e liberdade espacial.

Considerações Finais

À guisa de considerações finais, e como forma de instigar e provocar nossos interlocutores para o estabelecimento de uma agenda de diálogo e debates, um movimento em espiral da construção de conhecimento geográfico sobre a mobilidade territorial do trabalho, propomos, a seguir o Esquema Interpretativo 2.

Esquema Interpretativo 2- PCMP e PQMT: características centrais



Org.: CARDOSO, M. A. (2015).

Analisando a produção científica em relação ao conceito de mobilidade do trabalho, percebemos diferentes abordagens e enfoques teóricos sobre este conceito, todavia, quando se analisa as estruturas centrais das formulações: teoria, categorias, conceitos, método e ideologia, constata-se que as diferentes abordagens, partem suas formulações dos princípios e pressupostos vinculados a um dos paradigmas propostos aqui: Paradigma Capitalista da Mobilidade Perfeita e Paradigma da Questão da Mobilidade do Trabalho.

Nestes termos, reafirma-se a posição defendida inicialmente neste trabalho, em relação à natureza paradigmática, na qual construção e movimento do conhecimento científico realizam-se, através da conflitualidade e disputa de diferentes paradigmas ou estilos de pensamento. Na verdade, a produção teórica do conceito de mobilidade territorial

do trabalho, expressa as marcas da coexistência paradigmática e um desenvolvimento teórico marcado pela conflitualidade e disputa de dois modelos interpretativos da realidade diametralmente opostos, um de cunho e visão liberal e outro de cunho materialista histórico dialético. A linha de cisão central, entre essas duas formas de pensar a mobilidade do trabalho, está expressa nos quesitos: conjuntural ou estrutural, integrar ou resistir, liberdade ou subordinação.

Como já deixamos claro, não acreditamos na neutralidade científica, por isso entendemos que é preciso defender as posições e pensamentos que nos aproximam. Dessa forma, não compartilhamos das teses e ideias que defendem a mobilidade territorial do trabalho como um fator de equilíbrio, investimento e realização da liberdade individual. Ao contrário, defendemos que o ato de migrar, de mobilidade, não significa e não implica em liberdade de fato do trabalhador. É preciso ir além do visível, e entender que por trás deste deslocamento territorial forçado existem homens e mulheres que arriscam suas vidas para não morrerem de fome. A maioria da população, especialmente os setores condenados à exclusão social, deixam sua terra, ou melhor, são expropriados de seus territórios e sua gente não por um ato livre, mas por motivos de vida ou morte. Nesse ponto, cabe ironicamente a pergunta: que liberdade é essa? Cadê a liberdade na mobilidade territorial do trabalho?

Como escreveu a poetisa Cecília Meireles alguns decênios atrás, a liberdade é uma palavra que o sonho humano alimenta, não há ninguém que explique e ninguém que não entenda. Podemos inverter o raciocínio e dizer que a liberdade às avessas os sonhos humanos rejeitam, é possível explicar e muitos aceitam. Sendo assim, gostaríamos de demarcar o sentido em que entendemos a liberdade, como uma “relação de poder que propicia a construção socioespacial do conteúdo e significado das escolhas”, das alternativas durante a realização da vida, de oportunidades para o ser social se realizar, de dar vazão às suas potencialidades e fixar em função delas suas aspirações logrando alcançá-las.

Desta maneira, “a liberdade não é apenas um poder de decisão” diante de prerrogativas construídas e oferecidas aos sujeitos pela relação metabólica do capital, como advoga a concepção burguesa, na qual cria um instrumento coercitivo e alienante que transfere para os trabalhadores a culpa e responsabilidade pelos dissabores da realização dos deslocamentos espaciais. Diante desses entendimentos, fica evidente que a mobilidade territorial do trabalho não é apenas um fenômeno conjuntural, que se resolva pelo próprio metabolismo do sistema do capital, pelo contrário, a mobilidade territorial do trabalho é uma questão estrutural, imbricada ao modo de *ser* e *operar* da lógica de acumulação ampliada do capital. Portanto, seu enfrentamento e busca de emancipação do sujeito e do espaço passa pela luta de classes!

Referências

- ANTUNES, R. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**, São Paulo: Boitempo, 2006.
- ARENDT, H. **O que Política?** 7. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- ARISTÓTELES. **Categorias**. Goiânia; Editora UFG; Alternativa, 2005.
- CAMPOS, J. F. de S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária**: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo. Presidente Prudente. Tese (Geografia). Universidade Estadual Paulista. “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente 2012.
- CORTELLA, M. S. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. 14. ed. São Paulo, Cortez, 2011.
- FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 214 f. (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, 2011.
- FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. (Tese de Livre Docência- UNESP) Universidade Estadual Paulista. “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.
- _____. Sobre a tipologia de territórios. SAQUET, Aurélio Marcos e SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.
- _____. Entrando no território dos Territórios. In PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela Terra**: Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil. Campinas: Editora Unicamp, 2008.
- _____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, n. 6, 2005.
- _____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra–MST 1979-1999. 326 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum Editora, 2010.
- GAUDEMAR, J-P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Tradução: Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 4ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- _____. **Teoria dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. 6ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

HARVEY, D. **Los Límites del capitalismo y La teoria marxista**. Oxford; San Lorenzo/México, 1990.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 11. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.

MARTIN, J. Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, nº 19, 1997, p. 26-40.

OLIVEIRA, A. M. S. de. A Territorialização do Capital Agroindustrial Canavieiro e a Nova Geografia do Trabalho Migrante no Brasil. THOMAZ JÚNIOR, A; GONÇALVES, M. A; OLIVEIRA, A. M. S. de. (Org.). **Geografia e Trabalho no Século XXI**, Volume III. Presidente Prudente, 2007. p. 54-83.

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica**. 240f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, 2009.

PERPETUA, G. M. Movimentos pendulares e acumulação do capital. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 11, n. 2, 31 dezembro 2010. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada112/07MARINI1102.pdf>>. Acesso em: 20.out. 2011.

PRADO JUNIOR, C. **O que é Liberdade: capitalismo x socialismo**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 12ª Ed., 1986.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. MOURA, H. A. (Org.). **Migrações Internas: textos escolhidos**. Fortaleza: Etene, 1980, p. 19-88.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, M. A. de M. Trabalhadores Rurais: a negação dos direitos. **Raízes**. Vol.27 n.1, 2008.

SJAASTAD, L. A. The costs and returns of human migration. **Journal of Political Economy** vol. 70, n. 5, 1962. p. 80-93. Disponível em: www.jstor.org/stable/1829105 Acesso em: 06.jun.2015.

SOBREIRO FILHO, J. Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP. **GeoGraphos**. Alicante, vol. 6, nº 73, p. 1-29, 2015. Disponível em: <web.ua.es/revista-geographos-giecryal>. Acesso em: 17.jun. 2015.

_____. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento em pedaços: Da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão dos movimentos socioterritoriais camponeses**. 546 f. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual Paulista. “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2013.

THOMAZ JUNIOR, A. **Dinâmica Geográfica do Trabalho no Século XXI (limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)** (Tese de Livre Docência- UNESP) Presidente Prudente, 2009.

VAINER, C. B. Trabalho, espaço e Estado: questionando a questão migratória. Rio de Janeiro: PUR Editora da UFRJ, 1984.

VALE, A. L. F. **Migração e Territorialização**: as dimensões territoriais dos nordestinos em Boa Vista/RR. Tese de Doutorado- UNESP, Presidente Prudente, 2007.

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. In: **Geographical Review**, vol. 61 nº2, 1971. p. 219-249. Disponível em: www.jstor.org/stable/213996 Acesso em: 11.jun.2015.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 19 de maio de 2017.

Contribuições para a conceitualização da mobilidade territorial do trabalho

Robinzon Piñeros Lizarazo

Doutorando em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente (FCT/UNESP)

Membro do Centro de Estudos em Geografia do Trabalho -CEGeT-
e Centro de Estudos de Trabalho, Saúde e Ambiente –CETAS-

Bolsista FAPESP, grant 2015/104700

e-mail: robinzonp@gmail.com

Resumo

No intuito de municiar os referenciais teóricos para a compreensão das disputas de classe no cenário do capital reestruturado do agronegócio, neste artigo apresenta-se a proposta conceitual da mobilidade territorial do trabalho de camponeses, assalariados rurais e comunidades tradicionais. Na primeira parte comparece uma revisão teórica focada na teoria dos territórios, elencando duas formas de territorialização presentes na exploração da força de trabalho, seja no movimento como expressividade da sua venda no mercado, seja na imobilidade presente nos casos de verticalização para extrair a renda capitalizada da terra. Foca-se na análise das migrações internas como uma temática em disputa no campo das teorias modernas sobre o desenvolvimento. Nessa sequência, são analisadas as formas materiais da mobilidade da força de trabalho, destacando o deslocamento típico campo-cidade, ademais da migração campo-campo e cidade-campo, as quais têm se intensificado nas últimas décadas com o avanço do agronegócio, a mineração, o turismo e as lutas pela terra protagonizadas pelos movimentos sociais. A discussão final sobre a mobilidade territorial provê referenciais, tanto teóricos quanto empíricos, para fortalecer o debate sobre a dialética capital x trabalho no século XXI.

Palavras-chave: Mobilidade territorial do trabalho; migrações internas; campesinato; assalariados rurais; agronegócio.

Approaches to a definition of the territorial mobility of the labor

Abstract

The following paper aims to contribute to the theoretical discussion of class disputes in the stage of restructuring of capital of agribusiness. In this respect, this paper it provides a proposal for conceptualizing the territorial mobility of the labour for peasants, rural workers and traditional communities. In the first part presents a theoretical review of the theory of the territories, including two forms of territorialization presents in the exploitation of the labour force, the first one such as an expression of the offer the labour in the labour market, and the second one in the immobility, which is extracted the capitalized rent of land. The second part has focused in the analysis of the internal migrations such as a dispute topic in the field of modern theories of the development. In that sense, the material expressions of labour mobility are analysed, highlighting the typical rural-urban displacement, in addition to the rural-rural and urban-rural migration, which have intensified in recent decades by the advance of agribusiness, the mining and tourism, as well as the land struggles carried out by social movements. The final discussion of the territorial mobility provides a framework both theoretical and empirical, to strengthen the debate of the dialectic of capital/labour in the XXI century.

Keywords: Territorial mobility of labour; internal migration; peasants; rural workers; agribusiness

Contribuciones para la conceptualización de la movilidad territorial del trabajo

Resumen

Con el objetivo de aportar referenciales teóricos para la comprensión de las disputas de clase en el escenario del capital reestructurado del agronegocio, en este artículo se presenta una propuesta conceptual sobre la movilidad territorial del trabajo de campesinos, asalariados rurales y comunidades tradicionales. En la primera parte se realiza una revisión teórica sobre la teoría de los territorios destacando dos formas de territorialización presentes en la explotación de la fuerza de trabajo, una como expresión de su venta en el mercado, otra en la inmovilidad propia de los casos de verticalización para extraer la renta capitalizada de la tierra. La segunda parte se concentra en el análisis de las migraciones internas como temática en disputa en el campo de las teorías modernas sobre el desarrollo. En ese sentido son analizadas las formas materiales de la movilidad del trabajo, destacando el desplazamiento típico campo-ciudad, además de la migración campo-campo y ciudad-campo, las cuales se han intensificado en las últimas décadas por el avance del agronegocio, la minería y el turismo, así como por las luchas por la tierra protagonizadas por los movimientos sociales. La discusión final sobre la movilidad territorial provee referenciales, tan teóricos como empíricos, para fortalecer el debate sobre la dialéctica capital x trabajo en el siglo XXI.

Palabras-clave: Movilidad territorial del trabajo; migraciones internas; campesinado; asalariados rurales; agronegocio.

Introdução

O conceito de território se apresenta como conceito fundamental para compreendermos o processo histórico de avanço do capital no campo na América Latina, dimensionando as territorialidades construídas nas disputas que enfrentam ao campesinato e comunidades tradicionais com o capital do agronegócio, da mineração e do turismo, entre outros.

A teoria dos territórios de Fernandes (2009, 2008) focada na questão agrária e as territorialidades camponesas municia nossa reflexão no tocante ao poder, à conflitualidade e aos fluxos e fixos que operam no processo da mobilidade do trabalho e acumulação do capital propostos por Gaudemar (1977). Esse referencial teórico faz parte dos principais fundamentos da nossa proposta de conceituação da Mobilidade Territorial do Trabalho.

O andamento para propor esse conceito se baseia na interpretação marxista do processo de construção da força de trabalho para ser explorada, distinguindo as particularidades do processo de trabalho camponês e o industrial, mesmo assim, interligadas pelo avanço dos processos de produção industriais na agricultura. Dessas diferenças emergem os elementos fluxos que se materializam no trabalho migrante,

sazonal, temporário etc., assim como os elementos fixos, observados no trabalho de camponeses inseridos em processos produtivos de integração vertical e horizontal.

Essa tessitura teórica se subsidia da proposta de leitura paradigmática de Fernandes (2005), que se enquadra no entendimento de uma disputa no âmbito do território imaterial na teoria geográfica. Assim mesmo, está amparada na revisão das disputas teóricas sobre a questão da migração interna e o desenvolvimento na América Latina, presente nas teorias do desenvolvimento e da dependência.

No final, esse percorrido teórico-metodológico fundamenta nossos argumentos sobre o que está acontecendo nas últimas décadas no campo por conta do avanço avassalante do capital reestruturado, se territorializando para espoliar terra, trabalho e recursos naturais (THOMAZ JUNIOR, 2009). Todavia, destacamos a centralidade do trabalho para desvendarmos as formas como o capital produz o estranhamento de camponeses e trabalhadores rurais através das formas reestruturadas de controle da força de trabalho: flexibilização e precarização; alicerçando a dominação de classe, assim como as lutas pela terra e o trabalho.

A mobilidade do trabalho como produção socioespacial das disputas de classe no capitalismo

Na relação de compra e venda da força-do-trabalho, comparece como fato espacial entanto se realiza no mercado, como relação social entre o comprador e o vendedor. Ao aprofundarmos nessa relação poderemos analisar as contradições que a constituem, nesse sentido, Marx (2013) sinaliza que “a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria **no mercado** na medida em que é colocada à venda ou é vendida pelo seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho” (p. 314, grifo nosso). Entendendo que o Capital é uma relação social, no mercado comparece uma das múltiplas relações que o compõem, a contradição Capital X Trabalho. De um lado teremos ao vendedor, indivíduo que oferece sua força de trabalho, do outro lado está o capitalista, que através do dinheiro a compra para controla-la ao processo produtivo e extrair a mais valia. Existe outra relação social que faz parte dessa acumulação do capital, localizada na relação entre o capitalista e camponês ou sujeito de comunidades tradicionais, essa está constituída pelo ingresso resultante da renda transferida para o capital, através da venda do produto plantado e coletado pelo campesinato ou comunidade tradicional (BARTRA, 2006), essas duas relações serão tidas com referencia, devido a que nos permitirão aprofundar nas mudanças históricas sob a fase reestruturada do capital e seu avanço territorial para produzir valores de troca.

O mercado é o espaço geográfico, entanto é uma materialidade histórico-concreta do processo do trabalho no capitalismo, tornando-se determinado e determinante pela sua importância no processo de (re)produção do capital (MOREIRA, 2009, p. 50). Isto é, o mercado é o espaço do antagonismo de classe, o que, segundo Marx, estabelece uma relação mútua entre as classes sob o princípio de “iguais possuidores de mercadorias”, sendo que os dois (quem possui o dinheiro –comprador- e quem possui a força de trabalho ou o produto de seu trabalho) são pessoas juridicamente iguais (MARX, 2013, p. 314).

Nesse sentido, a aparente igualdade econômica dessa relação existe também no âmbito formal da esfera política sob o comando do Estado, materializada nas leis e políticas que garantem a propriedade privada das mercadorias e suas trocas. A igualdade, como colocada, é o fundamento positivo da liberdade no sentido burguês, segundo Marx (2010), como direito humano que reproduz o indivíduo limitado a si mesmo, como possuidor de propriedade privada. Essa liberdade positiva é o reconhecimento formal da pessoa livre que dispõe de sua força de trabalho como sua mercadoria, esse é um dos dois pontos destacados no processo de produção e exploração da força de trabalho para transformar o dinheiro em capital (MARX, 2013; GAUDEMAR, 1977).

O segundo ponto é a liberdade negativa, processo histórico da espoliação dos meios de produção, do próprio trabalho e da integração e/ou destruição em diferentes gradações, dos resquícios de outros modos de produção não capitalistas (como o camponês, indígena ou quilombola) com o intuito de produzir valor e acumular capital. A principal característica desse processo é a produção do indivíduo carente das condições necessárias para sua subsistência, isso vai derivar em duas relações de exploração: a primeira se ancora no sujeito que só tem a sua própria força de trabalho para vender; a segunda é fruto da venda (renda capitalizada da terra) do produto do seu trabalho na terra ou nos recursos naturais (mineração artesanal, artesanato, turismo).

A dialética da liberdade está diretamente relacionada com a mobilidade do trabalho, e, se manifesta através da subsunção das qualidades humanas que produzem valores de uso, ou seja, as “capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade viva” (MARX, 2013, p. 312)¹. Desse modo, a relação de compra e venda está mediada pelo valor de troca, e coloca toda forma de mobilidade no capitalismo como *mobilidade forçada* (GAUDEMAR, 1977, p. 17). Assim, toda venda da força de trabalho livre ou dos produtos do trabalho da terra, ocorrem na esfera da circulação, ou seja, no mercado que materializa os movimentos e processos pelo espaço geográfico, desde a esfera da produção de mercadorias até a realização do seu valor de troca. Assim, as mercadorias são o produto das condições de produção materializadas na divisão territorial do trabalho.

¹ No texto de Gaudemar (1977) essa citação direta de Marx as capacidades são traduzidas como qualidades da força de trabalho, acrescentando algumas outras: “qualidades psíquicas, físicas e intelectuais”.

No caso, a força de trabalho se insere como *mobilidade forçada* através da prática individual da liberdade positiva, essa aparência está fundamentada na decisão “estranhada” do sujeito que parece escolher racionalmente o local de trabalho e aceita as condições de venda de sua mercadoria (ALVES, 2007). O estranhamento é produzido pela a liberdade negativa, baseada no poder exercido pelo modo de organização espacial do capital, através da qual consegue garantir a exploração do trabalho. Segundo Gaudemar (1977) a mobilidade não só está composta pelos deslocamentos espaciais, porém, “todos os modos de passagem de mão-de-obra disponível para as esferas de valorização do capital e todos os modos de intensificação e produtivização desta mão-de-obra” (p. 21).

Isto é, a mobilidade e controle do trabalho, tanto dos sujeitos que se deslocam para os locais de trabalho (migração para usina, fábrica, lote, casa etc.), quanto das condições de intensificação da produtividade (horários, recrutamento e seleção das camadas mais produtivas, controle das esferas reprodutivas) e das exigências de qualificação e profissionalização (formação e educação). No caso do campesinato a mobilidade forçada é produto das formas de subsunção formal (as formas econômicas submetidas ao capital) e subsunção material (a produção submetida à racionalidade técnica e tecnológica do capital) que o identificam como classe explorada ou subordinada ao capital (BARTRA, 2006; THOMAZ, 2006; 2013; FERNANDES, 2013).

Nesta relação desigual de troca entre o capital e força de trabalho comparece com grande destaque a capacidade de mobilidade. Para o primeiro, a mobilidade garante a capacidade para se deslocar procurando as condições para sua valorização e (re)produção, para a classe trabalhadora é a capacidade de (re)produção de suas condições mínimas de existência, deslocando-se para ir atrás dos locais de emprego, para se adaptar às exigências da polifuncionalidade, procurando a terra ou trabalhando em seu lote ou sítio, e ainda mais hoje, procurando a qualificação requerida. No caso do campesinato, além da possibilidade de venda de força de trabalho fora da sua propriedade de terra, defronta a mobilidade para vender os produtos do seu trabalho de sua terra nas condições impostas pelo mercado.

Nesse sentido, concordamos com Perpetua (2013) ao afirmar que a mobilidade espacial do capital e do trabalho “não é apenas um efeito da dinâmica da acumulação sempre ampliada do capital, mas também um fator imprescindível para que ela ocorra [causa]” (p. 61). Em consequência, a mobilidade é um fator que nos auxilia para compreender a origem e o desenvolvimento dos territórios no capitalismo, para além das relações de poder que são constituídas e constituintes das relações de produção contraditórias, quer dizer, são resultado e sujeito dos conflitos do processo histórico do capital (BARTRA, 2006).

A mobilidade territorial do trabalho como conceito

Fernandes (2009) sinaliza que a conflitualidade é um dos princípios da formação dos territórios, e é reflexo das contradições sociohistóricas das relações sociais. Assim sendo, “[a]s classes sociais, suas instituições e o Estado produzem trajetórias divergentes e diferentes estratégias de reprodução socioterritorial” (p. 203). Portanto, como manifestação da conflitualidade no campo temos os interesses do capital, e, ao mesmo tempo, comparecem as lutas e resistências do campesinato e comunidades tradicionais, destas emergem territórios heterogêneos e contraditórios que se realizam no mesmo espaço.

Desse modo, a conflitualidade é uma relação de poder constituinte dos territórios. Por um lado, o poder atua como elemento que define o outro oposto (o Capital, o Estado, a classe trabalhadora ou o campesinato), registrando a ação de dominação ou resistência dos atores e instituições que o reproduzem (empresários, funcionários, camponeses, quilombolas, operários etc.), ou seja, a “*disputa territorial*”. De outro lado, ao interior dos territórios, revelam-se ações de poder por parte dos atores ou instituições para se apropriar do espaço (material e imaterialmente), produzindo a força viva do território, a “territorialidade” (FERNANDES, 2008; RAFFESTIN, 1996).

A mobilidade, segundo os argumentos supracitados, constitui um tipo de disputa territorial que projeta a dialética Capital X Trabalho. Nesta contradição comparecem hegemonicamente as formas de dominação do Estado e do capital, atreladas ao entendimento da mobilidade como um problema da quantidade e disponibilidade espacial da população, ou seja, como um “recurso” que representa um custo. Segundo Raffestin (1996), esse é o primeiro domínio do poder, tentando governar a população através da contagem (recenseamento) e da regulação dos fluxos naturais (natalidade, morbidade e mortalidade) e espaciais (imigração, emigração e migrações internas). Assim, esse autor sinaliza que as variações podem ser seguidas e geridas no tempo e no espaço:

As variações no tempo incitaram a tomada de medidas que se concretizaram em políticas populacionais ou não. As variações no espaço determinaram políticas de localização, de transferência, autoritárias ou não (RAFFESTIN, 1996, p. 70).

O controle dos fluxos de população pelo Estado elenca a territorialidade do território de governança (FERNANDES, 2008), gerindo as formas de uso e acesso ao território nacional (liberdade), por consequência, das múltiplas territorialidades que o compõem. Ao lado do Estado, o Capital se desloca para se territorializar, arranjando as condições para garantir sua valorização, nesse processo, a população comparece em condições potenciais para ser expulsa (deslocada, desterrada etc.) ou controlada, mobilizada e inserida na

produção e extrair a mais-valia; ora como fonte de força-de-trabalho, ora como fornecedora de produtos.

Assim sendo, ao interior e nas margens da governança estatal e dos rearranjos do capital estão as territorialidades da população, recriando-se como expressões da multidimensionalidade que configuram as questões políticas, econômicas, culturais etc., da classe trabalhadora ou subalterna. Desse modo, comparece nessa relação a *multiterritorialidade*, produto da diversidade e interação conflitiva ou pacífica entre os territórios construídos no espaço geográfico (FERNANDES, 2008, 2009).

Esse arcabouço teórico destaca a compreensão da mobilidade do trabalho como uma forma de territorialização. Em concordância com isso, sugerimos como conceito emergente a ***mobilidade territorial do trabalho***, produto das relações de poder ancoradas na dialética Capital X Trabalho. Para além da interpretação da mobilidade só como desterritorialização, nos auxiliamos de Haesbaert (2011), quem assinala que uma conceitualização de território mais dinâmica pode reconhecer alguns dos movimentos de pessoas, ainda mais visíveis hoje no contexto da globalização do capital e das mercadorias, como formas de “territorialização no movimento e na imobilidade”. O autor afirma que:

[...] a territorialização pode ser construída no movimento, um movimento sobre o qual exercemos nosso controle e/ou com o qual nos identificamos, a desterritorialização também pode ocorrer através da ‘imobilização’, pelo simples fato de que os ‘limites’ de nosso território, mesmo quando mais claramente estabelecidos, podem não ter sido definidos por nós e, mais grave ainda, estar sob controle ou o comando de outros (p. 237).

Nesse intuito o autor estabelece dois tipos de mobilidade que oferecem elementos analíticos para compreendermos a mobilidade territorial do trabalho. O primeiro tipo está inspirado na figura do nômade, como movimento sob-controle e repetitivo, com um alto grau de previsibilidade. A desterritorialização inerente à mobilidade constitui a territorialidade, “pois o território pode ser definido também como repetição do movimento (...). O que importa aqui é a presença de um processo de domínio e/ou apropriação que dota o espaço de função e expressividade” (HAESBAERT, 2011, p. 242).

O segundo tipo acolhe a figura do migrante, sendo que a mobilidade é um meio na busca de certa estabilidade, essa condição dificulta a sua classificação como desterritorialização. A migração não é genérica, por isso, tem que ser qualificada nos termos de suas origens econômica (v.g. trabalho), política (v.g. refugiado ou exilado), cultural (v.g. religião, etnia, raça), ambiental (v.g. produto de catástrofes) etc. Assim, essas origens terão que ser relacionadas com o tipo e/ou o nível da desterritorialização (tempo e escala, entre outros). Em vista disso, a mobilidade do migrante é relativamente controlada e direcionada,

portanto, não é produto da indeterminação, permitindo uma territorialização em movimento (HAESBAERT, 2011).

A referência desses dois tipos de mobilidade, um destes, próprio de populações pré-capitalistas (nomadismo) e, o outro, multidimensional (migrante), oferece elementos para pensarmos a sua importância na análise do território. Segundo o autor, essas mobilidades não são uma novidade, só que atualmente o “elemento rede passou a dominar”, esclarecendo que essa mobilidade interage com o princípio fixo do território. Isto implica que não é possível fazer uma leitura dicotômica entre território-fixe e território-rede, pois como temos mostrado o movimento em rede é constituinte do tudo (HAESBAERT, 2011, p. 282).

A territorialidade no movimento da força de trabalho faz parte do conceito que denominamos de **mobilidade territorial do trabalho**. Nosso objetivo é utiliza-lo para analisar as formas de exploração dos trabalhadores inseridos no avanço do agronegócio em territórios camponeses, territórios de comunidades tradicionais e terras devolutas. Fato que tem se impulsionado com o interesse das multinacionais e do capital financeiro, no contexto de políticas nacionais de liberalização comercial de commodities agrícolas e mineiras.

Como exemplo desse notado interesse que alicerça a disputa territorial, temos o relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento -BID- (2004) financiado pela “Global Harvest Initiative”² elencando as vantagens comparativas que possui a América Latina e o Caribe na produção de alimentos e agrocombustíveis. Segundo esses critérios:

é rica em três dos ingredientes mais importantes para a produção agrícola: terra, água e hábitat natural. A região tem um terço dos recursos de água doce do mundo, mais que qualquer outra região em desenvolvimento tomando-se como base a renda per capita. Tem mais de 28% da terra do mundo identificada como de médio a alto potencial para a expansão sustentável da área cultivada e cerca de 36% das terras que estão a seis horas viagem dos mercados. De fato, a região tem mais terra potencialmente adequada à agricultura de chuva do que a terra combinada de todas as outras regiões do mundo, afora a África subsaariana (BID E GLOBAL HARVEST INITIATIVE, 2014, p. 7).

A heterogeneidade e os desdobramentos desse avanço são enxergados pelos movimentos sociais como a Via Campesina como espoliação, seja material, da terra através de práticas de grilagem, acaparamento e estrangeirização (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2012); seja imaterial (simbólico), atingindo os saberes presentes nas práticas camponesas tradicionais e alternativas (por exemplo, a agroecologia). Também, esse

² Algumas das empresas ou grupos econômicos que financiam à Global Harvest Initiative são protagonistas do avanço recente do capital mundializado para controlar grandes extensões de terra através da compra/arrendamento/integração para investimentos agrícolas na América Latina: Coca Cola Company, Mitsubishi Corporation, Unilever, Monsanto, Mondelez, John Deere e Dow. Ver: <http://www.globalharvestinitiative.org/>

movimento social manifesta seu interesse pelos desdobramentos das migrações de camponeses e/ou trabalhadores rurais, em diferentes escalas (regional, nacional e internacional), dado que:

La emigración, desde el punto de vista de La Vía Campesina, incluye un continuo ataque a las/os campesinas/os, productores/as de pequeña escala y trabajadoras/es rurales y agrícolas de todo el mundo. (...) La migración es un tema transversal y un importante ámbito de trabajo para La Vía Campesina. Es un escenario de lucha en el que se cruzan muchos temas diferentes, como los derechos humanos y **derechos laborales**, temas de género, el clima y muchos otros. Aún más importante: es el **nexo entre el trabajo campesino y el trabajo asalariado, lo rural y lo urbano** (LA VIA CAMPESINA, 2014, p. 25-26, grifos nossos).

A expressividade da disputa territorial entre Capital e Trabalho no campo abrange a materialidade e a imaterialidade (simbólico), (re) produzindo a contradição entre dois grandes modelos de desenvolvimento no mesmo espaço. Nessa multidimensionalidade que caracteriza os territórios, pretendemos fazer um recorte temático para qualificar a nossa análise da mobilidade territorial do trabalho, concentrando as atenções nas migrações internas (nacionais). Esse fenômeno, na América Latina, tem sido em grande parte induzido pelo Estado, mormente desde os mediados do século XX, com o intuito de criar e gerir as condições para aperfeiçoar o seu domínio territorial e o desenvolvimento capitalista. O Capital, por sua parte, acompanha essas ações se interessando pela desejada modernização ou acumulação na indústria, comércio e agricultura.

A migração interna como um dos correlatos da mobilidade territorial do trabalho tem foco no deslocamento campo-cidade, fato que atinge à relação entre desenvolvimento das forças produtivas e acumulação de capital. Na América Latina esse processo foi alicerçado pelas ações de cooperação internacional (Banco Mundial, BID, USAID e CEPAL, entre outras) e a assimilação das teorias sociológicas e econômicas norte-americanas sobre o desenvolvimento. No viés contrário, emergiu uma proposta teórica crítica desse modelo de desenvolvimento, denominada de teoria da dependência, que sinalizava a migração campo-cidade como reprodutora das relações desiguais no processo de acumulação mundial do capital, além de fazer ênfase nas consequências estruturais para a população camponesa, seja como processo de decomposição de classe (de camponês para operário) ou como classe subordinada ao capital. Nas últimas décadas do século XX, com a reestruturação produtiva do capital o padrão da migração campo-cidade tem sido mais heterogêneo, destacando-se o aumento de outras formas de mobilidade territorial do trabalho, existentes ou emergentes, como os fluxos de retorno regional (cidade-campo) e a migração campo-campo para se assalariar no agronegócio ou mineração etc. (THOMAZ JUNIOR, 2013; 2006; PÓVOA-NETO, 1997).

A mobilidade territorial do trabalho e sua expressividade nas disputas territoriais imateriais e materiais

Para fazer a análise da temática das migrações internas como fato seminal, baseamo-nos inicialmente na proposta de Fernandes (2013, 2005) respeito à leitura paradigmática da produção da teoria como terceiro território, como território imaterial em disputa (FERNANDES, 2009). Consideramos que essa proposta contribui com uma leitura crítica dos posicionamentos acadêmicos, portanto, políticos, inerentes à produção científica e seus desdobramentos nos modelos de desenvolvimento agenciados pelos atores e instituições sociais (Estado, Universidade, Escola, Empresas, Movimentos Sociais, Sindicatos etc.).

O núcleo da análise do autor é a disputa teórica e política entre o Paradigma da Questão Agrária -PQA- e o Paradigma do Capitalismo Agrário -PCA-. Essa disputa está focada na luta de classes presente nos conflitos pela terra e a extração/apropriação da renda capitalizada da terra (FERNANDES, 2005). Derivado dessa proposta analítica, consideramos que a mobilidade se insere no tocante à identificação do campesinato e das comunidades tradicionais (quilombolas, ribeirinhos etc.) e indígenas, como força de trabalho móvel, quer dizer, como população gerida pelo Estado e o Capital como exército industrial de reserva deslocado para a cidade (migrantes), ou localizado no campo como esfera não-capitalista passível de ser inserida no processo de valorização do capital do agronegócio (trabalhadores rurais ou camponeses integrados).

A produção teórica desses paradigmas é um posicionamento político enfrentado. O PQA tem uma fundamentação na teoria marxista, dividida em duas vertentes: os proletaristas que focam no processo de proletarianização do campesinato e os campesinistas que acreditam na recriação do campesinato ao interior das contradições que experimenta. Contrário a isto, o PCA com a produção teórica de finais do século XX com origem em teorias precedentes, expressamente na obra do brasileiro Abramovay, quem acredita na profissionalização do campesinato, quebrando o modo de vida comunitário e sua integração parcial ao mercado capitalista, à vista disto, transforma-se em agricultor familiar adaptado totalmente às formas sociais, culturais e econômicas do capital (FERNANDES, 2005).

Como disputa territorial imaterial, revemos na história das ciências sociais essa tensão entre paradigmas como expressão da bifurcação teórica que se produz há três séculos quando a teoria social se desprende da filosofia idealista. Desse processo despontam as análises materialistas (positivista e marxista) sobre as estruturas e processos das mudanças sociais, produtivas e culturais, resultado da revolução industrial e as revoluções políticas (francesa, e as independências dos Estados Unidos e as colônias da

América Latina) aos finais do século XVIII e no decorrer do século XIX (WALLERSTEIN, 1996).

A migração campo-cidade comparece como fenômeno interligado dessas mudanças estruturais, nessa seara, os autores revisados sinalizam duas escolas de análise da migração desde começos do século XIX. Uma destas é a escola **neoclássica**, herdeira da teoria clássica da economia e da teoria demográfica de Malthus, a qual considera a migração como efeito de atração-repulsão (push-pull) vinculada ao crescimento demográfico e sua influencia no aumento dos preços dos alimentos e salários. Consequente com esses princípios, aos finais do século XIX, Ravenstein, geógrafo inglês, propôs as leis da migração interna produto da urbanização e industrialização das sociedades, inserindo no modelo teórico, variáveis independentes de tempo (durabilidade), espaço (distância), posição social (gênero) e fatores de inovação como a apropriação social da tecnologia. Já, aos mediados do século XX, Everett Lee acrescentou variáveis focadas nas áreas de expulsão e propôs hipóteses sobre o volume da migração e os fluxos, entre outros aportes (BECKER, 1997, p. 326-327).

Outro geógrafo destacado e influente nessa escola, é o estadunidense Wilbur Zelinski, que cunhou em 1971 a hipótese referida à relação entre a migração com o desenvolvimento. A hipótese explicitava que “há regularidades no crescimento da mobilidade pessoal através do espaço - tempo durante a história recente, e essas regularidades compreendem um componente essencial do processo de modernização” (p. 222, tradução nossa). O que significa que a mobilidade é entendida como medida da desterritorialização para a modernização das sociedades, seja como deslocamento populacional, seja como mobilidade social ascendente das camadas inferiores.

A migração segundo os neoclássicos é positiva, ressaltando o deslocamento de indivíduos no espaço geográfico por razões econômicas, fazendo uso da sua liberdade positiva, produto do uso de sua racionalidade de custo-benefício para procurar melhores condições de vida ou de investimento.

O migrante significa (...) um portador de trabalho, fator produtivo que, em combinações adequadas com a terra e o capital, apresenta interesse para os processos de desenvolvimento econômico. O espaço pode ser tido, para os neoclássicos, como ‘equilibrado’ ou ‘desequilibrado’, conforme a combinação de fatores esteja mais ou menos próxima de um determinado ‘ótimo’ (PÓVOA-NETO, 1997, p. 15).

Esse estilo de pensamento entende o desenvolvimento desigual como dual, reconhecendo a existência de setores pré-modernos (campesinato, comunidades tradicionais e indígenas, e marginais urbanos) e um setor moderno (vinculado à indústria urbana com força de trabalho livre no sentido positivo). A migração comparece nesse

dualismo como mecanismo de equilíbrio, portanto, manifesta-se como fluxo de ajustamento e um indicador dos níveis de progresso.

Em síntese, o foco dessa escola é a “mensuração dos fluxos demográficos” e as “características individuais dos migrantes” sobre o espaço geográfico homogêneo, ou tendente à estabilidade. Os estudos espaciais nessa perspectiva utilizam métodos estatísticos para a explicação dos fluxos (linhas) e aglomerações (pontos) (BECKER, 1997, p. 323).

A segunda escola tem o seu patamar na teoria marxista e é denominada de **histórico-estrutural** (BECKER, 1997; PÓVOA-NETO, 1997; ORTIZ, s.f.). As diferenças com a escola neoclássica estão na concepção da racionalidade do indivíduo como motor da migração, e na tendência ao equilíbrio espacial da população se projetando ao progresso linear, isto é, à indústria e à urbanização. Segundo a perspectiva histórico-estrutural, a tendência do capital de gerar excedentes de força de trabalho (exército industrial de reserva) não produz equilíbrio, ao contrário, arranja as condições desiguais nas quais o capital se valoriza, e reproduz a disciplina do trabalhador no âmbito da dominação de classe.

Também critica a análise mecanicista por desconhecer a história como processo tanto social, quanto econômico. Assim sendo, a escola estrutural-histórica faz uma mudança na análise ao inserir a história como processo fundamental e ao realizar a crítica à “racionalidade” do indivíduo isolado procurando vantagens [liberdade positiva]. Desse modo, colocou o social e o econômico como estruturas dinâmicas, isto é, as relações sociais de produção e as formas de controle da força de trabalho pelo capital determinam a maior ou menor propensão à migração dos grupos e classes sociais [liberdade negativa]. Portanto, a migração deixa de ser representada como

[...] mero mecanismo de redistribuição espacial de populações, adaptando-se às solicitações do sistema econômico. [Na teoria marxista] Ela configura, em suas diversas modalidades, a existência de organizações sócio-espaciais específicas” (PÓVOA-NETO, 1997, p. 19).

Nessa escola, na segunda parte do século XX, comparece a proposta de Gaudemar (1977). O autor, através da leitura aprofundada da obra de Marx e a crítica aos neoclássicos, defende que há diferentes dimensões que constituem a mobilidade forçada da força de trabalho.

Na sua dimensão espacial, ela assegura a repartição dos indivíduos no espaço, na sua dimensão profissional constitui o postulado implícito de toda a nomenclatura dita homogênea, portanto de toda codificação das atividades; na sua dimensão produtiva mais geral, ela conduz a todos os processos pelos quais o capital dispõe das forças de trabalho e as usa na multiplicidade dos processos de extorsão da mais-valia tanto absoluta como

relativa. A mobilidade do trabalho surge assim como trave maestra de toda estratégia de desenvolvimento capitalista (GAUDEMAR, 1977, p. 51).

Destarte, com Gaudemar se entende que a mobilidade é forçada, e se manifesta em três tipos: a localização e distribuição dos indivíduos como expressado na análise da migração alicerçada pelo capital (mobilidade espacial); também abrange a mobilidade setorial representada na transferência de força de trabalho entre setores econômicos, e, finalmente, a mobilidade ao interior das profissões-ocupações dentro de um mesmo setor econômico. Com isso, aprovisiona-se a compreensão da dominação de classe através dos indivíduos que são constrangidos para se adaptar ou se deslocar entre lugares, setores, profissões, empregos, funções etc.

Em síntese, a mobilidade territorial do trabalho enquadra diferentes movimentos que têm a ver com a divisão territorial do trabalho. Os neoclássicos analisam o equilíbrio populacional através dos fluxos e pontos, o que é a representação da teleologia do capital e seu desenvolvimento histórico e espacial. Já o marxismo representado pela escola histórico-estrutural destaca as contradições que emergem de uma relação social desigual, que mobiliza aos sujeitos para serem exploradas pelas forças históricas e espaciais do capital. O mais destacado da análise marxista é o entendimento do fenômeno para pensarmos que o movimento não só encaixa como migração ou deslocamento entre territórios. A contradição também explica a diversidade de movimentos que alicerça o capital no território para explorar temporalmente a força de trabalho e criar o exército industrial de reserva, ou seja, o controle territorial ampliado na dominação da esfera reprodutiva da classe trabalhadora.

América Latina como cenário da disputa territorial imaterial sobre a mobilidade territorial do trabalho

Temos mostrado que as disputas tanto na análise do PQA e PCA, quanto das escolas das teorias da migração oferecem um marco de análise da mobilidade territorial, enquanto nosso intuito é aprofundar nas disputas territoriais produzidas pela contradição Capital X Trabalho no campo, particularmente na América Latina. No sentido político e teórico nossa escolha analítica se inclina pela interligação existente entre os paradigmas e as escolas da análise da migração com a conflitualidade presente nas teorias sobre o desenvolvimento na América Latina, as quais aparecem ao longo do século XX, inclusive, com maior destaque na segunda parte deste.

No decorrer deste século, governos, agências multilaterais, *think thanks* e intelectuais filiados às universidades e/ou centros de pesquisa interessados na América Latina, interpretaram as condições para impulsionar economicamente o progresso, agora

denominado de desenvolvimento. O conceito de desenvolvimento mais destacado é proposto pela Comissão Econômica para América Latina e o Caribe –CEPAL-, e acolhe as expectativas econômicas da inserção dos países da região no mercado mundial superando o ciclo de exportações de produtos primários (agrícolas e minérios), propondo uma fase de industrialização alicerçada pelo modelo de sociedade moderna caracterizada pela urbanização, individualização (cidadão e consumidor), e a consolidação da instituição estatal, entre outros aspectos. Marini (1994) identifica à CEPAL como a plataforma ideológica dos países desenvolvidos no tocante à difusão e aplicação da teoria da modernização, no entanto, os intelectuais que atuaram nessa instituição (Raúl Prebisch e Enzo Faletto) introduziram mudanças que representaram uma contribuição original que se destaca como o *desenvolvimentismo latino-americano*³.

Os rasgos distintivos dessa contribuição se municiam na crítica da teoria econômica clássica, no tocante ao comércio internacional que acolhe como princípio a lei das vantagens comparativas, colocando como ponto central a deterioração dos termos de troca. América Latina já tinha uma inserção no mercado mundial como exportadora de bens primários desde o século XIX (economia herdada da dominação colonial espanhola e portuguesa), só que, essa vantagem, com o decorrer do desenvolvimento industrial nos países centrais vai trazer uma deterioração dos termos de troca, o que consiste em uma confrontação desigual das mercadorias com pouco e mais valor agregado no mercado mundial entre países industrializados e países de economia primário-exportadora.

Se não desenvolverem um setor industrial o manufatureiro os países latino-americanos não teriam possibilidade de conseguir a elevação da produtividade do trabalho, em consequência, não poderiam comercializar mercadorias com valor agregado e tampouco possuir uma oferta de emprego derivada da indústria, e, por consequência, isso impediria a integração da força de trabalho excedente no setor primário e terciário. A proposta para atingir essa deterioração foi o estímulo do crescimento industrial por meio da substituição de importações, aprofundando a dualidade da economia com um setor industrial-moderno e outro setor atrasado, a agricultura. O relacionamento entre esses setores se baseava no financiamento do setor industrial pelo setor rural a partir de duas ações: o campo atuaria como fornecedor de alimentos e matérias primas baratas para a cidade e a indústria, assim como, transferiria a força de trabalho que a indústria precisasse, alicerçando a proletarianização através da migração campo-cidade.

Os efeitos esperados foram uma redistribuição, ou equilíbrio segundo a teoria neoclássica, que alavancaram as forças produtivas dos polos de desenvolvimento urbano

³ A mais importante contribuição, segundo Marini (1994), é introduzir a questão centro-periferia, indo para além das outras teorias do desenvolvimentismo. Isso colocou dentro da análise a economia mundial em relação com a economia nacional e regional, desvendando as desigualdades próprias do sistema como um todo.

em cada país. No tocante ao interesse de classe, esse se concentrou na burguesia industrial, ator fundamental da mudança de uma estrutura econômica primário-exportadora para uma estrutura de mercadorias industrializadas. O equilíbrio produzido pela migração, de fato, representou um pacto intra-classe, ao manter a estrutura latifundiária em poder da burguesia agrária, adiando as políticas de Reforma Agrária ou executando contrarreformas agrárias.

O campesinato comparece dentro desse modelo como ator atrasado e marginal, a única possibilidade era sua transição para a modernidade capitalista, ora através da migração para se proletarizar na cidade, ora como agente da mudança técnico-científica produto da “revolução verde”. Ambas as tendências inspiraram interpretações enquadradas na teoria desenvolvimentista.

Em referência à migração interna teve a proposta do sociólogo argentino Gino Germani. Este, mantendo como núcleo central a teoria neoclássica (Push-Pull), acrescentou uma análise sociológica das normas sociais da migração, destacando as mudanças psicossociais de valores, crenças e comportamentos ao se urbanizar a população. O modelo identificava duas fases, a primeira vinculava as mudanças da estrutura econômica expressadas na industrialização e a urbanização com a adoção de condutas próprias de países desenvolvidos (individualismo, cálculo racional e laicismo); a segunda fase, resultado evolutivo da primeira, colocava a cidade como centro de atração dos setores tradicionais-rurais que procuravam o padrão de vida moderna (ORTIZ DE D'ARTERIO, 2007; FERNANDEZ, 1976).

Como agente de mudança, o campesinato é colocado como parte da força propulsora da modernização da agricultura depois dos anos sessenta, atuando na difusão dos avanços técnicos e tecnológicos focados no aumento da produtividade do trabalho no campo⁴. Essa função poderia ser concretizada seja como camponês, seja como trabalhador rural ao serviço da agroindústria.

Segundo Lara Flores (2006):

Después de que las reformas agrarias en América Latina dejaran de ser un símbolo del progreso social y uno de los compromisos base de los países que firmaron en 1961 la Carta de Punta del Este, la tecnología aparece como la panacea para resolver los graves problemas de la agricultura. Con apoyo de la Agencia de Estados Unidos para el desarrollo internacional (USAID), el Banco Interamericano de Desarrollo y el Banco Mundial, se extiende el uso de paquetes tecnológicos, junto con la construcción de grandes obras de riego, dando lugar a la llamada “revolución verde” (p. 485)

⁴ Desde os anos setentas, a América Latina foi uma das regiões do mundo que teve um avanço significativo na mecanização da produção agrícola em comparação com outras regiões “subdesenvolvidas”, além de sediar importantes instituições particulares de pesquisa como o CIAT e o CIMMYT, e instituições nacionais de pesquisa e extensão agrícolas (v.gr. EMBRAPA no Brasil).

Ambas as perspectivas colocavam o capital e o Estado como atores fundamentais para mudar as condições materiais e imateriais de “atraso”. Ao nosso entender, a interpretação desenvolvimentista tem continuidade aos finais do século XX na obra paradigmática de Abramovay. Esse autor destaca a perspectiva evolucionista e eurocêntrica para a análise do campo, acreditando nos impactos positivos do avanço das relações capitalistas nesse espaço, por conseguinte, o capital tem desenvolvido processos de integração total o parcial do campesinato ao mercado e isso tem mudado às formas de organização social e produtiva.

Segundo este autor, o desenvolvimento se expressa na transformação do campesinato para agricultor familiar inserido totalmente no mercado, mudando de um modo de vida tradicional para um de tipo profissional, ou seja, moderno. Isto é, a organização familiar comunitária do trabalho camponês se transforma em uma forma de trabalho em condições de mercado capitalista, em concorrência e com formatos de interação impessoal e individual (ABRAMOVAY, 1992 apud FERNANDES, 2005, p). Assim, Abramovay coincide em parte com a interpretação de Gino Germani ao considerar que as relações capitalistas conduzem para uma mudança dos valores-pauta, esquematismo teórico do funcional-estruturalismo norte-americano.

No outro lado está a teoria da dependência⁵, que faz uma crítica ao enfoque dualista da teoria do desenvolvimentismo na América Latina. A análise da dependência foi alicerçada pela teoria marxista, contextualizada para ponderar o avanço do capital na região como uma fase do processo histórico da acumulação e concentração, na qual se produz uma reorganização da divisão internacional do trabalho e o aperfeiçoamento da exploração da força de trabalho no tocante à extração da mais-valia relativa (MARINI, 1994, p. 114-115).

A mobilidade territorial da força de trabalho faz parte desse arcabouço como parte da conformação do “exército industrial de reserva”, compreendida nas suas particularidades sociais e territoriais, tendo a vista que na América Latina a população até metade do século XX era predominantemente rural, e na segunda parte desse século tem um diferenciado processo de urbanização e industrialização. A análise da dependência deu mais ênfase às condições para a migração campo-cidade, tendo como plataforma acadêmica e política os estudos seminais do Grupo de Trabalho de Migrações Internas da CLACSO nos anos setenta, que apontava:

[...] estudiar con mayor detenimiento las posibles modificaciones de la estructura agraria en relación con los movimientos migratorios. Las transformaciones del sector agrícola pueden deberse a políticas de

⁵ Nessa teoria destacam-se Ruy Mauro Marini, Anibal Quijano, Theotonio do Santos, Andre Gunder Frank, Celso Furtado e o contraditório Fernando Henrique Cardoso.

desarrollo específicas, a decisiones de localización de ciertas actividades y ciertas inversiones, etc. En ocasiones, el desarrollo regional facilita la penetración de relaciones capitalistas en la agricultura, lo cual transforma el carácter de las fuerzas de expulsión y en consecuencia las características de las propias corrientes migratorias. Asimismo, es necesario estudiar el efecto de diferentes tipos de tenencia de la tierra, aunados a diferentes modelos de organización de la producción, productividad del trabajo, tipo de cultivo, etc., sobre la retención de la población campesina en el agro” (MUÑOZ; DE OLIVEIRA, 1972, p. 250).

A teoria da dependência compreendia a mudança estrutural como processo, não como dualidade que visava à industrialização, modernização e urbanização com padrões das economias desenvolvidas. Esta assinalava as desigualdades produzidas pelo avanço do capital, afundando na dependência e na pauperização das formas de reprodução do campesinato e dos trabalhadores rurais. Inclusive, balizava que as consequências da migração dos “excedentes populacionais” não diminuíam o desemprego e subemprego no campo, e ainda mais, recuava o desenvolvimento rural pela migração de força de trabalho, sobretudo, dos jovens (ORTIZ DE D’ARTERIO, 2007).

Muitas das pesquisas nessa seara se debruçaram nas obras paradigmáticas sobre o campesinato, sua proletarização (Marx, Lenin, Kautsky) e/ou resistência como organização familiar do trabalho (Chayanov). Os resultados das investigações se focaram nas formas de extração da renda da terra tendo em consideração a heterogeneidade das formas de organização social do campesinato (BARTRA, 2006; FERNANDES, 2013). Ao mesmo tempo, outras investigações focaram na proletarização e assalariamento, produzidos pelo aumento das áreas com grandes explorações agrícolas de monoculturas (cana de açúcar, milho, banana e soja, entre outras) utilizando, diferencialmente, melhoras técnicas e tecnológicas através de sementes, agrotóxicos e maquinaria (LARA FLORES, 2006).

Até os anos oitentas as disputas entre a teoria da modernização e da dependência contribuíram para compreendermos e posicionarmos diante das contradições vinculadas com a reprodução ampliada do capital, tanto quanto, da criação e recriação do campesinato como classe, seja na luta pela terra ou como trabalhador assalariado/integrado.

Ou seja, essas disputas teóricas subsidiaram a emergência analítica e crítica de mais componentes que fazem parte da heterogeneidade do conceito⁶ de classe social, na qual comparecem com mais força a materialidade do campesinato e dos trabalhadores assalariados no campo e seus territórios e territorialidades diversas. Esses territórios e territorialidades são expressivos do caráter relacional, o qual é configurado pelos múltiplos elementos políticos, econômicos, sociais e culturais que compõem o território, construindo

⁶ Segundo Deleuze e Guattari (2001), a crítica do conceito o desmancha e faz que perda seus componentes, ou mesmo, ao submetê-lo a novos ambientes pode adquirir outros novos elementos que o transformam (p. 33, tradução nossa).

uma coerência interna e externa a partir da relação para-si e para o(s) outro(s), isto é, a identidade.

No tocante à mobilidade territorial do trabalho, com a notada implantação de relações capitalistas de compra-venda de força de trabalho, destacam-se a intensidade da desterritorialização no campo produto da migração interna campo-cidade e das estratégias do agronegócio para espoliar terra e assalariar e/ou integrar camponeses e trabalhadores com diferentes origens e qualificações para emprega-los como boias frias, jornaleiros, migrantes, etc. (LARA FLORES, 2006; THOMAZ JUNIOR, 2006).

Tudo isso coloca a mobilidade territorial do trabalho, a nosso entender, como uma das forças que atravessa ou permite a relação entre os três tipos de territórios propostos por Fernandes (2009), o território de governança; o território-propriedade (privada ou coletiva); e o território das práticas produzidas pela conflitualidade, criando uma “representação das formas de uso dos territórios” (p. 208) expressando o carácter relacional do território.

A territorialização do agronegócio como alicerce da mobilidade territorial do trabalho aos finais do século XX e começo do XXI

Desde os anos oitentas, e com mais veemência nos noventas, aprofundam-se as formas de territorialização do capital no campo, as quais amparam a continuidade da conflitualidade material e imaterial supracitados. Tudo isto, exige de novo um aprofundamento no processo histórico que envolve a reestruturação produtiva do capital e suas estratégias para extrair mais-valia, degradando ainda mais as condições de trabalho (flexibilização e precarização).

Nesse cenário, comparece o agronegócio como nova forma do discurso do “progresso” ou “desenvolvimento rural” para os governos, uma parte dos setores políticos e empresariais, acadêmicos e a mídia. Segundo Fernandes (2013) o agronegócio se apresenta como um complexo de capitais formando “sistemas agrários, industriais, mercantis, financeiros, tecnológicos e ideológicos” (p. 37), que se mobilizam procurando as condições ótimas de investimento para a exploração de monoculturas (água, terra, recursos naturais e força de trabalho, entre outros). Esse “novo” formato da agricultura moderna, territorializa-se estabelecendo pactos de classe, sobretudo com os latifundiários, reproduzindo mecanismos de controle territorial da terra e do trabalho.

Nessa sequência, nas últimas décadas a mobilidade do capital tem sido impulsionada pela desregulação global apoiada no Estado e no uso de tecnologias de comunicação. Segundo Chesnais (1996) este processo elenca “a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer, de investir e desinvestir” (p. 81). Em concordância com isto, a mobilidade do trabalho também tem sido exacerbada, junto às

migrações internas campo-cidade se elencam as migrações campo-campo ou cidade-campo para as áreas do agronegócio que requerem força de trabalho temporária, ao mesmo tempo em que têm aumentado o número de grupos sociais expulsos de áreas rurais espoliadas pelas multinacionais agrícolas ou mineradoras.

Isso destaca uma mobilidade territorial do trabalho com uma multiescalaridade temporalmente mais dinâmica, quer dizer, além da migração permanente campo-cidade na qual existe uma mudança do local de residência, destaca-se o notado aumento dos movimentos não definitivos, circulares, pendulares, sazonais que abrangem aos camponeses e trabalhadores rurais envolvidos nos processos produtivos do agronegócio (ORTIZ DE D'ARTERIO, 2007- LARA FLORES, 2006). Além disso, se acrescentaram as migrações internacionais de força de trabalho sul-norte para áreas de produção agroindustrial, é o caso de latino-americanos e africanos migrantes (legais e ilegais) na Europa e os Estados Unidos, trabalhando nos plantios de laranja, oliveira, uva, ou nas estufas de produção de verduras e legumes.

Nessa multiescalaridade da mobilidade territorial do trabalho, resultante dos movimentos que articulam empregos temporários no agronegócio, também é observada em outras formas de exploração do trabalho camponês através da externalização dos processos produtivos por meio de contratos de “integração vertical ou horizontal”, denominados por ROOS (2015) como “territorialidade capitalista no território camponês” (p. 186), subordinando-o através da sujeição da renda da terra.

As múltiplas mobilidades alicerçadas pelo agronegócio expressam a multiterritorialidade. Essa última é um reflexo das contradições produzidas pela dialética Capital x Trabalho, fundamentando o conceito aqui proposto de mobilidade territorial do trabalho baseado na proposta crítica de Gaudemar (1977). Lembrando que a mobilidade que reproduz o capital, para nosso autor, não é só a mobilidade espacial (migração), também a mobilidade setorial e a intra-profissional.

Com isso o autor coloca em evidência as diferentes formas como o capital se territorializa para dominar e utilizar a força de trabalho, todavia, o capital parecendo uma força historicamente mais desenvolvida, mormente utiliza formas não capitalistas de trabalho para se reproduzir, esse é o caso do campesinato e as comunidades tradicionais. Portanto, a mobilidade do trabalho é para ele “uma condição necessária, se não suficiente, da gênese do capitalismo e como um índice do seu desenvolvimento” (GAUDEMAR, 1977, p. 192).

Prosseguindo, a mobilidade nessas condições alicerça outra característica, a reversibilidade. Com a flexibilização do processo produtivo (toyotismo ou post fordismo), o capital conseguiu que a classe trabalhadora se tornasse mais flexível e quebrasse não só das ataduras do local de trabalho, se não as ataduras das funções especializadas no processo produtivo, isto é, conseguiu organizar a força de trabalho como uma massa

polifuncional que se adapta às mudanças just-in-time do mercado de trabalho e das mercadorias (commodities). Nesse sentido, a territorialidade capitalista aproveita o trabalho familiar, os pulos entre empregos entre diferentes setores produtivos, e/ou em funções dentro do mesmo setor, sem descartar à volta a empregos ou funções anteriormente desenvolvidas.

No campo, a reversibilidade da mobilidade territorial do trabalho foi parcialmente estudada pelo arcabouço teórico da denominada “Nova Ruralidade” por meio dos conceitos de multifuncionalidade e pluriatividade, criados no contexto político e acadêmico da Europa nos anos noventa para compreender as consequências da Política Agrícola Comum - PAC. Esse arcabouço foi trazido para América Latina com o intuito de analisar as novas dinâmicas rurais com a expansão de atividades econômicas não agrícolas no campo (turismo, serviços ambientais etc.) e a maior interdependência de mercados urbanos (LLAMBÍ; PEREZ, 2007). Em síntese, esses conceitos estão mais próximos do PCA ao aceitarem o avanço do capital de diferentes setores econômicos no campo, fornecendo aos camponeses a possibilidade de se adaptar para conseguir outros tipos de renda, diferente ou complementar à da terra.

Já, com uma perspectiva crítica está o conceito de plasticidade do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009, 2013), que da conta das territorialidades do capital para inserir/excluir força de trabalho camponesa e de comunidades tradicionais de forma acelerada, flexível e precarizada. Essa proposta conserva a leitura sistêmica do marxismo como metabolismo do capital, ancorando a multiterritorialidade e multiescalaridade como centro a dialética da luta de classes, no tocante a importância da Reforma Agrária e a gestão do trabalho através da:

[...] requalificação das relações de produção e de trabalho, tais como: fortalecimento do assalariamento; manutenção das formas de dependência dos trabalhadores com os sistemas integrados; agricultor a tempo parcial, atividades rurais não agrárias; pluriatividade, enfim, formas específicas de subproletarização, ou ainda a busca de formas autônomas e fragilizadas de trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 20).

Em conclusão, a mobilidade territorial do trabalho ao focar nas disputas entre os territórios do capital e do campesinato/comunidades tradicionais, alavanca a análise da multidimensionalidade política, social, econômica e cultural. Isso desvenda a produção social do trabalhador pela via da mobilidade forçada pelo capital (liberdade negativa) que se territorializa através da apropriação do uso e acesso aos territórios camponeses, de comunidades tradicionais e indígenas, seja para extrair diretamente a renda da terra (arrendamento da terra) ou indiretamente (integração vertical ou horizontal). Além disso, apresenta a migração não como uma decisão racional individual, essa é uma mobilidade da classe trabalhadora e subalterna exposta ao “uso capitalista dos corpos dos trabalhadores,

nas localizações, condições de intensidade e ritmos de produção” (GAUDEMAR, 1977, p. 19).

Aludimos de novo à leitura de Haesbaert (2011) sobre a territorialização no movimento, como demonstrado pelos migrantes e as formas de trabalho sazonal e jornalero (LARA FLORES, 2006; ORTIZ DE D'ARTERIO, 2007; THOMAZ, 2009), e a territorialização na imobilidade, como demonstrado no tocante ao controle capitalista do território camponês (ROOS, 2015). Esses tipos contribuem na empreitada de reconhecer a reversibilidade da mobilidade das territorialidades em fluxo e rede, seja como nômade com movimentos sob controle, seja como migrante, mormente com fins vinculados à mobilidade forçada pelo capital (HAESBAERT, 2011).

As resistências também se expressam nas territorialidades no movimento e na imobilidade. Entanto o capital não consegue dominar as territorialidades em sua totalidade, existem controles relativos do primeiro território (de governança) sobre o segundo território – a propriedade da terra e do próprio corpo- que expressam os resquícios da liberdade positiva como uma possibilidade real. Essa liberdade nas últimas décadas foi reivindicada com mais força pelos movimentos sociais que lutam pela terra e pelo trabalho.

Considerações finais

Nesse apartado, são elencados alguns referenciais teóricos e metodológicos que nos auxiliaram e permitiram uma aproximação à nossa definição do conceito de mobilidade territorial do trabalho. O primeiro, e o estabelecimento de diálogo entre disciplinas. Tendo como fundamento a fertilização cruzada da multi e transdisciplinariedade nos temas agrários e do trabalho, consideramos fundamental ter o alicerce da Geografia para compreender e aprofundar a teoria do espaço e do território em diálogo com a teoria do social.

Um dos elementos teóricos que teceram esse trabalho foi à análise da migração no debate entre a teoria do desenvolvimento e da dependência, municiando a referência na teoria latino-americana e seus aportes para compreendermos o momento atual de avanço e acumulação do capital no campo. A multiescalaridade que está ancorada nessas teorias permite-nos compreender o todo e as particularidades da América Latina no contexto do desenvolvimento desigual e combinado do capital.

Em quanto ao metodológico, na escrita aparece uma continua procura da materialidade do conceito através da revisão de pesquisas, o que forneceu uma possibilidade para compreender melhor a territorialização no movimento e na imobilidade, elementos que consideramos substanciais de serem aprofundados em futuros trabalhos com o intuito de compreendermos as formas que expressa a mobilidade no âmbito da exploração do trabalho pelo capital reestruturado no século XXI.

Referências

- ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva**: ensaios de sociología do trabalho. Londrina: Praxis; Bauru: Canal 6, 2007.
- ALMEYRA, G. et al. **Capitalismo**: tierra y poder en América Latina (1982-2012). Buenos Aires: UAM-X/CLACSO, 2014.
- AUVILLAIN, M.; LIBERTI, S. El lado oscuro de los tomates italianos. **El Pais**, Madrid, 2014.
- BARTRA, A. **El capital en su laberinto. De la renta de la tierra a la renta de la vida**. 1. ed. México: Itaca, 2006.
- BECKER, O. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C.; LOBATO-CORRÊA, R. **Explorações geográficas. Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 319-343.
- BID E GLOBAL HARVEST INITIATIVE. **La próxima despensa global**: cómo América Latina puede alimentar al mundo. Un llamado a la acción para afrontar desafíos y generar soluciones. [Washington]: BID, 2014.
- CIMMYT. Centro Internacional de Mejoramiento de Maiz y Trigo. **Quiénes somos**, 2015. Disponível em: <<http://www.cimmyt.org/es/quienes-somos>>. Acesso em: 3 Julio 2015.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. Tradução de Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **¿Qué es la filosofía?** 6a. ed. Barcelona: Anagrama, 2001.
- FERNANDES, B. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP, 2005.
- _____. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E.; (ORG.) **Campesinato e Território em disputas**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-302.
- _____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-216.
- _____. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. 873 f. Tese (livre-docência). 2013. Presidente Prudente.
- FERNANDES, B.; WELCH, C.; GONÇALVES, E. **Políticas fundiárias no Brasil. Uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition, 2012.
- FERNANDEZ, M. Las migraciones internas: algunos lineamientos teóricos para su estudio. **Revista de Ciencias Sociales**, San José de Costa Rica, n. 12, p. 119-146, 1976.
- GAUDEMAR, J. P. D. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

LA VIA CAMPESINA. **Informe de la VI Conferencia Internacional de la Vía Campesina**. Yakarta: La vía campesina, 2014.

LARA FLORES, S. El trabajo en la Agricultura: Un recuento sobre América Latina. In: DE LA GARZA, E. **Teorías sociales y estudios del trabajo: nuevos enfoques**. [S.l.]: Anthropos, 2006.

LLAMBÍ, L.; PEREZ, E. Nuevas ruralidades y viejos campesinismos. Agenda para una nueva sociología rural latinoamericana. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 4, n. 59, p. 37-61, 2007.

MARINI, R. Escritos de Ruy Mauro Marini. **La crisis del desarrollismo**, 1994. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/085_crisis_desarrollismo.html#1>. Acesso em: 20 Novembro 2015.

MARX, K. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **O Capital. Crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MOREIRA, R. **O que é geografia?** 2a. ed. Brasília: Coletivo Território Livre, 2009.

MUÑOZ, H.; DE OLIVEIRA, O. Migraciones internas y desarrollo: Algunas consideraciones sociológicas. **Demografía y economía**, México, v. 6, n. 2, p. 248-260, 1972.

ORTIZ DE D'ARTERIO, P. **La movilidad territorial de la población en los contextos rurales. Una revisión teórica**. Iª Jornadas de Antropología Rural. Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán. 2007.

PEDREÑO, A. **De cadenas, migrantes y jornaleros**. Madrid: Talasa, 2014.

PERPETUA, G. Mobilidade espacial do capital e da força de trabalho: elementos para uma teorização geográfica a partir da matriz marxista. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 14, n. 1, p. 58-79, Julho 2013.

PÓVOA-NETO, H. Migrações internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. **Experimental**, São Paulo, n. 2, p. 11-24, Março 1997.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1996.

ROOS, D. **Contradições na construção dos territórios camponeses no Centro-Sul**. 2015. 390 f.: Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

THOMAZ JUNIOR, A. Se Camponês, se Operário! Limites e Desafios para a Compreensão da Classe Trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JUNIOR, A. **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Centelha, v. II, 2006.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: Limites explicativos, Autocrítica e Desafios teóricos**. 2009. 985f. Tese (Livre Docência em Geografia do Trabalho) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

_____. Territórios em disputa e movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora. **Pegada**, v. 14, n. 2, p. 1-24, 2013.

WALLERSTEIN, I. **Abrir las ciencias sociales**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 19 de maio de 2017.

A exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento territorial do campesinato

Paulo Roberto Rosa

Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP).

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).

Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional, Universidade do Oeste Paulista.

Membro do Núcleo de Estudos Ambientais e Geoprocessamento (NEAGEO).

Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) - Campus de Presidente Epitácio.

e-mail: paulorosapp@hotmail.com

Resumo

O embate envolvendo capital e campesinato pelo domínio dos meios e modos de produção denomina-se Questão Agrária. O capital busca subordinar o campesinato através da expropriação da terra, enquanto o campesinato desenvolve estratégias de resistência para enfrentar às investidas do capital e manter sua autonomia e protagonismo. O objetivo é apresentar e discutir a exclusão digital como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento do território (material e imaterial) camponês. No desenvolvimento do artigo foi realizada uma abordagem de caráter quali-quantitativa, através de um estudo teórico de literatura específica e, em sua vertente aplicada, se fez documental com a utilização da técnica de observação direta extensiva. As análises realizadas, tanto no que concerne ao levantamento teórico quanto às informações obtidas junto a base empírica, conduzem à constatação de que o campesinato da Região do Pontal do Paranapanema passa por um processo de exclusão digital. Nesse processo de exclusão não significa que os camponeses são impedidos de acessar às tecnologias da informação e comunicação (TIC's), mas o acesso é dificultado, por exemplo, pela ausência de infraestrutura e serviços necessários.

Palavras-chave: Campesinato; capital; questão agrária; exclusão digital; território.

The digital exclusion as a strategy engendered by capital to restrict the territorial development of the peasantry

Abstract

The clash involving capital and peasantry for the domain of the means and types of production is called Agrarian Question. Capital seeks to subordinate the peasantry through the expropriation of land, while the peasantry develops resistance strategies to face the capital investees and maintain their autonomy and leadership. The goal is to present and discuss the digital exclusion as a strategy engendered by capital to restrict peasant land development (material and immaterial). In developing the article, a qualitative-quantitative character approach was performed using a theoretical study of the literature, and in its applied aspects, which was documental by using the extensive direct observation technique. The analyzes, both regarding the theoretical survey on the information obtained from the empirical basis, lead to the conclusion that the peasantry of the Pontal do Paranapanema region goes through a process of digital exclusion. This deletion process does not mean that farmers are prevented from access to information and communication technologies (ICTs), but access is difficult, for example, lack of infrastructure and necessary services.

Keywords: Peasantry; capital; agrarian question; digital divide; territory.

L'exclusion numérique en tant qu' une stratégie engendrée par le capital pour limiter le développement territorial de la paysannerie

Résumé

L'affrontement impliquant le capital et la paysannerie par la domaine de moyens et des manières de production est appelé d'Agraire Question. Le capital cherche à subordonner la paysannerie par l'expropriation des terres, tandis que la paysannerie développe de résistance des stratégies pour faire face au capital investi et de maintenir son autonomie et son protagonisme. L'objectif est de présenter et de discuter l'exclusion numérique en tant qu'une stratégie engendrée par le capital pour limiter le développement des terres (matériel et immatériel) paysan. Dans l'élaboration de l'article, une quali-quantitative approche de caractère a été réalisée à l'aide d'un étude théorique de la littérature spécifique, et dans son aspect appliqué, les documents sont faits avec l'utilisation de la vaste technique d'observation directe. Les analyses réalisées, à la fois en ce qui concerne l'enquête théorique sur les informations obtenues à partir de la base empirique, conduisent à la conclusion que la paysannerie de la région du Pontal do Paranapanema passe par un processus d'exclusion numérique. Ce processus de suppression ne signifie pas que les agriculteurs sont empêchés d'accéder aux technologies de l'information et de la communication (TIC), mais l'accès est difficulté, par exemple, par la manque d'infrastructures et de services nécessaires.

Mots-clés: Paysannerie; capitale; agraire questions; exclusion numérique; territoire.

Introdução

A abordagem e opção política adotada neste artigo está alinhada aos autores do paradigma da questão agrária. Felício (2001, p. 5) entende que "o paradigma da questão agrária defende a tese segundo a qual a questão agrária é estrutural e engendrada pelo avanço do capital na agricultura", que ela "não pode ser superada pelo capitalismo e sua superação está na construção de uma outra sociedade". No entanto, é necessário destacar a existência de uma outra corrente de pensamento, aquela formada pelos autores alinhados ao paradigma do capitalismo agrário. Na perspectiva desse paradigma, "[...] os problemas agrários criados pelo capitalismo podem ser solucionados por ele próprio, não existindo uma questão agrária na perspectiva do outro paradigma" (FELÍCIO, 2011, p. 5), sendo ela uma questão de caráter conjuntural.

O presente artigo objetiva apresentar e discutir a exclusão digital pelo qual passa o campesinato como uma estratégia engendrada pelo capital para restringir o desenvolvimento do território (material e imaterial) camponês. No desenvolvimento do artigo foi realizada uma abordagem de caráter quali-quantitativa, através de um estudo teórico de literatura específica e, em sua vertente aplicada, se fez documental com a utilização da técnica de observação direta extensiva.

A base empírica onde foram obtidas as informações que corroboram as análises realizadas foi composta por 16 pontos de coleta localizados na Região do Pontal do Paranapanema, Extremo Oeste do Estado de São Paulo. Trata-se da região com maior concentração de Projetos de Assentamento (PA's) de Reforma Agrária do Brasil. Segundo Dataluta (2014), na região foram implantados 114 PA's para atender 6.282 famílias que lutavam por terra, atendendo apenas parcialmente a demanda oriunda das famílias que integram movimentos de luta pela terra na região. As informações foram coletadas em 13 PA's, 1 Agrovila e 2 Associações de Pequenos Produtores Rurais não vinculados a PA's. Nestes locais foram pesquisadas 8 associações, 1 cooperativa, 2 escolas e 1 posto do programa ACESSA São Paulo. Duas associações atendem a mais de um PA e um outro PA abriga uma escola e o Posto do programa ACESSA SP.

Os PA's selecionados para realização dos trabalhos de campo foram: Engenho, Lagoinha, Porto Velho e São Paulo, localizados no município de Presidente Epitácio/SP; Malu, Santa Angelina, Santa Rita III e Vista Alegre, localizados no município de Caiuá/SP; Água Limpa II, Rodeio e Santa Eudóxia, em Presidente Bernardes/SP; Dona Carmem e Haroldina, localizados no município de Mirante do Paranapanema/SP. Além dos PA's, foram coletadas informações na Agrovila III, localizada no município de Caiuá/SP, e junto ao campesinato das Associações de Pequenos Produtores Rurais de Ajicê, localizada no distrito de Ajicê, município de Rancharia/SP, e do Bairro Palmitalzinho, localizada entre os municípios de Regente Feijó/SP e Anhumas/SP.

Este artigo é um desdobramento das discussões realizadas na elaboração de uma dissertação intitulada "Desenvolvimento e Questão Agrária: uma análise da exclusão digital do campesinato" desenvolvida junto ao programa de Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional da Universidade do Oeste Paulista. Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada durante a realização do III Simpósio Internacional de Educação a Distância e V Simpósio de Educação Inclusiva e Adaptações, promovido pela Faculdade de Ciência e Tecnologia/Unesp de Presidente Prudente/SP.

As análises realizadas neste artigo estão organizadas em cinco partes, sendo que a primeira dedica-se a promover um breve delineamento acerca dos seguintes conceitos: campesinato, questão agrária, exclusão (social e digital) e território. A segunda parte é destinada a abordar as tecnologias da informação e comunicação (TIC's) no contexto da mundialização. Em seguida é realizada uma análise da exclusão digital com suas razões, consequências e possibilidades. A quarta seção deste trabalho é dedicada ao relato e análise das informações captadas junto a base empírica e que conduzem à constatação de que está havendo a exclusão digital do campesinato na Região do Pontal do Paranapanema. Por fim são realizadas as considerações finais sobre as temáticas e análises realizadas.

Delineamento conceitual: questão agrária, campesinato, território e exclusão social e digital

A questão agrária é complexa e surge com o desenvolvimento do capitalismo e do sistema de produção a ele relacionado. Para Felício (2011, p. 6) “Os elementos estruturantes da questão agrária se constituem pelo campesinato e pelo capital”. A questão agrária envolve uma relação conflituosa que se caracteriza pela disputa entre o campesinato e o capital pelo domínio dos meios (terra, trabalho e tecnologia) e modos de produção.

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz simultaneamente a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da sujeição da renda da terra ao capital. Nessa diferenciação, prevalece a sujeição e a resistência do campesinato à lógica do capital (FERNANDES, 2008, p. 176).

A questão agrária decorre da concentração da propriedade da terra, ou seja, de um lado pouca gente com muita terra e doutro muita gente com pouca ou sem nenhuma terra. No Brasil essa concentração fundiária tem origem histórica através da cessão da terra, pelo Estado, a um pequeno número de pessoas privilegiadas, ou então através da expropriação do campesinato pelo capital. “Por essa razão, a questão agrária gera continuamente conflitualidade, porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: [...] de monopólio do território camponês pelo capital” (FERNANDES, 2008, p. 177).

De acordo com Shanin (1979), a delineação conceitual do campesinato é dirigida para a compreensão da sociedade camponesa como forma de compreender a realidade. Ele enfatiza que as sociedades camponesas são estruturas sociais muito complexas e dotadas de baixa organização formal. Ao reconhecer que a definição do campesinato baseado em apenas um critério é insuficiente, Shanin (1979) estabeleceu quatro critérios básicos para delimitar as sociedades camponesas:

1. *A propriedade familiar camponesa como a unidade básica de uma organização social multidimensional.* A família, e quase só a família, contribui no trabalho da propriedade. A propriedade, e quase só a propriedade, atende às necessidades de consumo das famílias e o pagamento de suas dívidas para com o detentor do poder político e econômico. [...].
 2. *A agricultura como o principal meio de subsistência para atender à maioria das necessidades de consumo.* A agricultura tradicional inclui uma combinação específica de tarefas em um nível relativamente baixo de especialização e o treinamento profissional dentro da família. A produção de alimentos torna relativamente autônoma a propriedade familiar. [...].
 3. *Uma cultura tradicional específica relacionada com o estilo de vida das pequenas comunidades.* [...].
- Pelo menos alguns desses padrões

culturais estão relacionados com as características de uma comunidade pequena, onde pode aceitar-se a vida em tal comunidade como um aspecto adicional que define o campesinato. 4. *A posição de subordinação e a dominação do campesinato por forasteiros*. Via de regra, os camponeses têm permanecido a margem das fontes sociais do poder. Sua sujeição política se liga com a subordinação cultural e com sua exploração econômica através do imposto, emprego, renda, taxas de juros e termos de intercâmbio desfavoráveis ao camponês (SHANIN, 1979, p. 11-12, grifo do autor, tradução nossa).

Motta (2005) trata o termo campesinato como sinônimo de camponês e destaca que, apesar das diversas definições existentes para o camponês, todas elas convergem em três pontos comuns e interconectados, e estabelece que:

O primeiro deles é que camponês é aquele que tem acesso a uma parcela de terra para produzir. O segundo é que essa produção se faz, fundamentalmente, a partir da força de trabalho familiar. O terceiro é que, sendo familiar, a unidade camponesa é, a um só tempo, unidade de produção e de consumo (MOTTA, 2005, p. 73).

As análises realizadas por Motta (2005) destacam a necessária capacidade evolutiva e adaptativa dos conceitos, os quais devem ser flexíveis a ponto de acompanhar as transformações da realidade social. Uma outra definição atribuída ao campesinato é a estabelecida por Marques (2012):

Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro –, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade (MARQUES, 2012, p. 42-43).

A atualidade conceitual do campesinato é então defendida tanto por Motta (2005) quanto por Marques (2012). O que diferencia a unidade camponesa da capitalista são, basicamente, o tipo de mão-de-obra empregada, a forma de exploração da terra e a finalidade produtiva. Segundo Fernandes (2004, p. 3) “a base familiar é uma das principais referências para delimitar o conceito de campesinato”. Na propriedade camponesa a mão de obra empregada é predominantemente familiar, a terra é utilizada na produção voltada para a subsistência – ou seja, a propriedade camponesa é ao mesmo tempo unidade de produção e de consumo – e os excedentes produtivos são direcionados ao mercado interno. A terra é considerada local de trabalho e não de exploração, não tendo a propriedade como finalidade uma atividade de negócio. Chayanov (1974) estabelece que

A família deste tipo de unidade pode não coincidir com a família nuclear, já que pode incluir filhos, netos e membros "adotados" pela família (ou seja, trabalhadores que pertençam a outras famílias), e pode excluir membros da própria família que trabalhem noutro lugar. Como resultado de um ano de trabalho a família recebe uma renda simples [...] e pondera seus esforços contra os resultados materiais [...] (CHAYANOV, 1974, p. 338, tradução nossa).

Na remuneração do trabalho em uma unidade camponesa, “[...] o montante total do ingresso anual fica disponível para a família após a dedução das despesas” (CHAYANOV, 1974, p. 335, tradução nossa). A unidade camponesa normalmente é caracterizada por uma relação de reciprocidade com a vizinhança, ou seja, os camponeses ajudam-se mutuamente na certeza de que haverá a retribuição de seus vizinhos quando necessitar. Isso vai desde a ajuda no trabalho diário, quando necessário, até a socialização de conhecimentos.

Em suas análises Motta (2005, p. 73) assevera que “apesar da crença razoavelmente generalizada no fim inexorável do campesinato, isso não chegou a ocorrer. Camponeses ainda existem mesmo em sociedades modernas”. Para efeitos deste texto, o termo campesinato será entendido como o grupo composto por pequenos produtores rurais, assentados e trabalhadores rurais assalariados.

Para Fernandes (2008, p. 179) “o capital se realiza desenvolvendo a sua própria relação social, destruindo o campesinato, mas também se desenvolve na criação e na recriação do campesinato”. O sistema capitalista é excludente, centrado em relações competitivas e no individualismo exacerbado, com pouco ou nenhum espaço para ações colaborativas, cooperativas, associativas e humanitárias. As consequências do modelo capitalista estão presentes e são, segundo Franco (2003), o não desenvolvimento e a marginalização de um grande contingente populacional, processo esse conhecido como exclusão social e que nega oportunidades, segrega e discrimina as minorias.

Para Wanderley (2001) apud Vieira (2009), a exclusão tem raízes socioeconômicas e suas causas seriam: “o rápido e desordenado processo de urbanização; a uniformização do sistema escolar; o desenraizamento causado pela mobilidade profissional; a desigualdade de renda e de acesso aos serviços essenciais” (VIEIRA, 2009, p. 63). Nesse contexto emerge a exclusão social como “[...] um processo social de descompromisso com o ser humano em geral, fechando-lhe o acesso aos benefícios e serviços sociais (direitos sociais) [...]” (VIEIRA, 2009, p. 85). Segundo Vieira (2009, p. 65) “[...] o processo de exclusão social é intrínseco ao próprio modo de produção e a banalização das desigualdades sociais na sociedade atual tende, cada vez mais, condenar parcelas significativas da população à condição de excluído”.

As análises de Vieira (2009) sinalizam que a exclusão social é um processo multidimensional - histórica, geográfica, econômica, social, política e de representação

social; objetivas ou subjetivas - resultante "[...] da complexidade de vários fatores e situações de inserção social dos indivíduos [...]" (VIEIRA, 2009, p. 79). Para que se configure a exclusão não é necessária uma ruptura radical, mas "[...] também pela ausência de recursos mínimos, pelo acesso precário, ou mesmo a falta de acesso a recursos e aos bens de consumo básicos, pela falta de acesso à educação, saúde, mercado de trabalho e às condições afetivas e subjetivas dignas" (VIEIRA, 2009, p. 76).

No entanto, para Martins (1997, p. 14, grifo do autor), do ponto de vista sociológico, "[...] *não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes [...]*" e assevera:

[...] a exclusão é apenas um *momento* da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em privação: privação de emprego, privação de meios para participação do mercado de consumo, privação de bem-estar, privação de direitos, privação de liberdade, privação de esperança (MARTINS, 1997, p. 18, grifo do autor).

Segundo Martins (1997) o termo exclusão é inapropriado porque as reações a esses processos excludentes são provenientes do interior dos sistemas econômicos e de poder, e não de fora. Assim, de um lado haveriam reações buscando a reinserção desses sujeitos e, de outro, sistemas que possibilitariam essa inclusão, mas em condições precárias, instáveis e marginais. Na ótica de Martins (1997) está havendo uma certa fetichização da ideia de exclusão e afirma que:

O rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas "melhores" e mais justas e "corretas" relações sociais, privando-as dos direitos que dão sentido a essas relações. Quando, de fato, esse movimento as está empurrando para "dentro", para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestem em face de privações, injustiças, carências (MARTINS, 1997, p. 16-17).

Quando essas pessoas, ao não mais suportar tais condições, resolvem reivindicar, protestar e lutar para romper a situação na qual se encontram, suas ações são marginalizadas e/ou invisibilizadas perante a opinião pública. Isso ocorre porque "o homem deixa de ser o destinatário direto do desenvolvimento, arrancado do centro da história para dar lugar à coisa, ao capital, o novo destinatário fundamental da vida" (MARTINS, 1997, p. 20). A inclusão, quando ocorre, é feita em circunstâncias e condições que favorecem aos interesses das classes dominantes, como assevera Martins (1997).

As políticas econômicas atuais, no Brasil e em outros países, que seguem o que está sendo chamado de modelo neoliberal, implicam a proposital *inclusão precária e instável, marginal*. Não são, propriamente, políticas de

exclusão. São políticas de inclusão das pessoas nos processos econômicos, na produção e na circulação de bens e serviços, estritamente em termos daquilo que é racionalmente conveniente e necessário à mais eficiente (e barata) reprodução do capital. E, também, ao funcionamento da ordem política, em favor dos que dominam. Esse é um meio que claramente atenua a conflitividade social, de classe, politicamente perigosa para as classes dominantes (MARTINS, 1997, p. 20, grifo do autor).

Para Martins (1997) essa temática ganhou visibilidade recentemente pelo fato do tempo decorrido entre a exclusão e reinclusão ter aumentado consideravelmente. Diante das análises de Martins (1997) entende-se serem necessários alguns questionamentos: Todos conseguem ser incluídos novamente? A exclusão, bem como as formas e condições de reinclusão, seriam instrumentos de controle e dominação? Segundo Martins (1997) estamos diante de uma nova desigualdade, que "separa materialmente, mas unifica ideologicamente" (MARTINS, 1997, p. 21), e destaca que ela:

[...] se caracteriza basicamente por criar uma sociedade dupla, como se fossem dois mundos que se excluem reciprocamente, embora parecidos na forma: em ambos podem ser encontradas as mesmas coisas, aparentemente as mesmas mercadorias, as mesmas idéias individualistas, a mesma competição. Mas, as oportunidades são completamente desiguais (MARTINS, 1997, p. 21-22).

Essa característica desigual e altamente excludente do sistema de produção capitalista manifesta-se, inclusive, também no que se refere ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), onde tem sido negado, em pleno século XXI, à grande parte da sociedade, inclusive o campesinato, o acesso a essas inovações tecnológicas e seus benefícios. A negação do acesso não se dá pela existência de impedimentos legais na aquisição e uso, mas sim pela inexistência de condições financeiras favoráveis, falta de capacitação para uso e ausência da infraestrutura técnica necessária. O mesmo capital que promoveu ao longo do tempo a exclusão social do campesinato, ao lhe tirar a terra e levá-lo à proletarianização, expropriou-o e o explorou, agora está promovendo a exclusão digital deste mesmo camponês. Dessa forma, assim como cria uma massa de excluídos dos circuitos econômicos e sociais, o modelo de desenvolvimento capitalista gera também a exclusão digital.

Entende-se que não há uma delimitação conceitual apropriada e que dê conta da abrangência que envolve exclusão digital. Por isso, optou-se por construir uma delimitação com base nas palavras "excluir" e "exclusão" (HOUAISS & VILLAR, 2009; MICHAELIS, 2008), "dependência social", "discriminação social", "desigualdade social" e "distância social" (WILLEMS, 1977). Uma pessoa excluída é aquela que fica fora, a margem, é privada de uma conversa, de um processo, de um serviço essencial, de um benefício, de um grupo social, da posse ou acesso a alguma coisa, por exemplo.

Seguindo a linha de interpretação até aqui construída, entende-se a exclusão digital como um processo engendrado pelo capital que priva alguns membros da sociedade do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), da sua posse ou do conhecimento necessário para operá-las em proveito próprio, através da aplicação nas atividades pessoais e profissionais. Manifesta-se também quando se impede uma pessoa ou grupo de disseminar seus valores, cultura e identidade através das TIC's. Com isso o capital aumenta a capacidade de subordinação do campesinato ao minar a sua capacidade de resistência, como assevera Gorz (2005).

Para impedir essa resistência de se cristalizar e de se estender, o capital deve interiorizar pela cultura a dominação que exerce sobre ela. Para o capital, é necessário apoderar-se da imaginação coletiva, das normas comuns, da linguagem. No conflito que se desenha, a linguagem é um desafio central: de seu domínio, de seu controle, depende a possibilidade de pensar e exprimir a resistência e o que a motiva (GORZ, 2005, p. 53).

A exclusão digital pode ser entendida como um desdobramento ou consequência da exclusão econômica e social e, por isso, é uma forma de discriminação social que gera desigualdade e aumenta a distância e dependência social. Com uma abordagem mais restrita, Santos (2003, p. 1) entende a exclusão digital como "expressa pela divisão entre os que têm acesso às informações pela Internet e aqueles que não têm acesso, principalmente os pobres, residentes nas regiões mais deprimidas dos países periféricos ou semiperiféricos (caso do Brasil)". A exclusão digital tem recebido diversas denominações, tais como "apartheid digital", "apartheid tecnológico", "e-xclusão", dentre outras.

No que se refere ao território, Raffestin (1993, p. 143) estabelece que "espaço e território não são termos equivalentes". O território não é uma dimensão do espaço, ele é o próprio espaço, produto de uma série de relações que produzem este espaço. "É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço [...]" (RAFFESTIN, 1993, p. 143). As diferentes relações sociais e estruturas de poder produzem territórios diferentes. "O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Tecnologias da informação e comunicação (TIC's) e mundialização

Para Santos (2005, p. 25), "em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica". A Revolução Tecnológica resultante da "convergência entre os novos sistemas de telecomunicações por satélite e a cabo, as tecnologias de informatização

e a microeletrônica" (CHESNAIS, 1996, p. 28); é a "responsável por diversas mudanças de conceitos na sociedade, alterando as formas de produção, de entretenimento, de comunicação, de educação e de comercialização" (BATISTA, 2004, p. 4), interferindo e transformando as relações sociais. Ela possibilitou ir além da mecanização. Seu desenvolvimento é baseado no uso de computadores e instrumentos para automação. Essa revolução, em pleno desenvolvimento, proporcionou o surgimento e evolução das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's).

Segundo Baltzan e Phillips (2012, p. 9) as TIC's são "um campo dedicado no uso da tecnologia, no gerenciamento e no processamento da informação". As TICs são um conjunto de artefatos físicos (*hardware*) ou lógicos (*software*) que permitem captar, tratar, armazenar e disseminar informações, além de automatizar máquinas e processos. O desenvolvimento das TIC's representou um grande passo à humanidade, aumentando as possibilidades para inovação em máquinas e equipamentos, bem como possibilitou a construção de novos conceitos e o desenvolvimento de novos métodos de trabalho e formas de organização.

As TIC's têm contribuído com a sociedade contemporânea, em especial com as empresas e as pessoas que vivem nas cidades. No que concerne às pessoas, as TIC's tornaram-se elementos facilitadores que tem otimizado a comunicação, modificado formas, métodos e relações de trabalho, alterado hábitos de consumo, reduzido a exposição a determinados tipos de riscos, dentre outros. Nesse plano, Baltzan e Phillips (2012, p. 9) asseveram que "a tecnologia da informação é mais útil quando aproveita os talentos das pessoas. Ela em si não é útil, a não ser que as pessoas certas saibam como usá-la e gerenciá-la efetivamente".

Nas corporações as TIC's têm sido determinantes no aumento da eficiência e eficácia, seja no que se refere a capacidade produtiva ou de prestação de serviços, seja nos processos e fluxos informacionais, otimizando a captura, tratamento, armazenamento, recuperação e disseminação da informação; ou então no suporte a tomada de decisão e obtenção da vantagem competitiva. As TIC's não trouxeram apenas fatores positivos, mas, apesar dos problemas, é inegável que não se teria conseguido atingir os atuais níveis de integração, social e econômica, sem essas tecnologias.

O principal objetivo dessas novas tecnologias reside não em substituir o esforço físico apenas, mas ampliar a potência da capacidade cerebral, liberando-a para atividades mais importantes e diversificadas. Amplia sua capacidade para manusear grandes volumes de dados ou executar grande volume de transações simultaneamente e com maior velocidade. Elas também praticamente suprimiram a distância entre as culturas no globo por conectar em rede atividades sociais de toda ordem. Para a OCDE (1992) apud Chesnais

(1996), as novas tecnologias, ao lado da desregulamentação e liberalização financeira, impulsionaram as transformações e conduziram à globalização.

O problema, já a esse nível, é que a liberalização e a desregulamentação, combinadas com as possibilidades proporcionadas pelas novas tecnologias de comunicação [...] decuplicaram a capacidade intrínseca do capital produtivo de se comprometer e descomprometer, de investir e desinvestir, numa palavra, sua propensão à mobilidade (CHESNAIS, 1996, p. 27-28).

Constituem-se as condições ideais que garantem ao capital a flexibilidade necessária para explorar determinada região, enquanto lhe for conveniente, e a mobilidade para migrar quando surgirem oportunidades mais favoráveis. Segundo Chesnais (1996), as novas tecnologias da comunicação têm permitido ao capital beneficiar-se da deslocalização de tarefas rotineiras. Além disso, são criadas as condições necessárias também a fragmentação do trabalho, onde "[...] um pedaço da produção poder ser feita na Tunísia, outro na Malásia, outro ainda no Paraguai [...]" (SANTOS, 2005, p. 26).

As operações feitas com finalidade lucrativa, para "frutificar" um capital, são por definição [...] "seletivas". Não é todo o planeta que interessa ao capital, mas somente parte dele [...], o capital recuperou a possibilidade de voltar a escolher, em total liberdade, quais os países e camadas sociais que têm interesse para ele. [...] os critérios de seletividade modificaram-se [...] em relação àqueles que predominavam na época do imperialismo clássico [...]. A modificação de critérios leva à chamada "desconexão forçada", acompanhada por formas dramáticas de retrocesso econômico, político, social e humano. Hoje em dia, muitos países, certas regiões dentro de países, e até áreas continentais inteiras [...] não são mais alcançados pelo movimento de mundialização do capital, a não ser sob a forma contraditória de sua própria marginalização. Esta deve ser estritamente compreendida, como mecanismo complementar e análogo ao da "exclusão" da esfera de atividade produtiva, que atinge, dentro de cada país, uma parte da população, tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento (CHESNAIS, 1996, p. 17-18).

Tanto a deslocalização quanto a fragmentação dos processos produtivos possibilitam ao capital as condições necessárias à economia com mão de obra, pois permitem tirar proveito das diferenças de preço da força de trabalho ao redor do mundo. Segundo Chesnais (1996), as novas tecnologias possibilitaram o repasse de tarefas mais simples e de menor valor agregado para serem realizadas em áreas de baixo salário, restando as mais complexas e intensivas em capital. Isso permite, inclusive, reduzir o nível de transferência tecnológica e intensificar a exploração das áreas deprimidas. Por isso, Santos (2005) afirma que:

[...] a globalização atual é perversa, fundada na tirania da informação e do dinheiro, na competitividade, na confusão dos espíritos e na violência estrutural, acarretando o desfalecimento da política feita pelo Estado e a

imposição de uma política comandada pelas empresas (SANTOS, 2005, p. 15).

Para Chesnais (1996, p. 35) "o efeito combinado das novas tecnologias e das modificações impostas à classe operária, no tocante à intensidade do trabalho e à precariedade do emprego [...]" oportuniza ao capital constituir, com apoio do Estado, "zonas de baixos salários e de reduzida proteção social". Nessas condições, o capital tem liberdade para promover a exploração ao redor do mundo, onde e conforme as condições lhe sejam mais favoráveis. O impacto dessa revolução na relação capital-trabalho é destacada por Chesnais (1996) quando assevera:

Cada passo dado na introdução da automatização contemporânea, baseada nos microprocessadores, foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais, e também os meios inventados pelos operários, com base em técnicas de produção estabilizadas, para resistir à exploração no local de trabalho (CHESNAIS, 1996, p. 35).

Dessa forma,

O trabalho humano é, mais do que nunca, uma mercadoria, a qual ainda por cima teve seu valor venal desvalorizado pelo "progresso técnico" e assistiu à capacidade de negociação de seus detentores diminuir cada vez mais diante das empresas ou dos indivíduos abastados, suscetíveis de comprar o seu uso. As legislações em torno do emprego do trabalho assalariado, que haviam sido estabelecidas graças às lutas sociais e às ameaças de revolução social, voaram pelos ares, e as ideologias neoliberais se impacientam de que ainda restem alguns cacos delas (CHESNAIS, 1996, p. 42).

Segundo Chesnais (1996, p. 14), "o capitalismo parece ter triunfado e parece dominar todo o planeta, mas os dirigentes políticos, industriais e financeiros dos países do G7 cuidam de se apresentarem como portadores de uma missão histórica de progresso social". É necessário estar atento as informações veiculadas, pois, segundo Santos (2005, p. 39), "o que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde". O autor alerta para o fato de que "a informação sobre o que acontece não vem da interação entre as pessoas, mas do que é veiculado pela mídia, uma interpretação interessada, senão interesseira, dos fatos" (SANTOS, 2005, p. 41). Pela importância da informação na dinâmica da sociedade atual, a impossibilidade de acesso e/ou a manipulação da informação pode ser caracterizado como instrumento de dominação.

Uma análise crítica que busque alternativas para romper com o atual modelo de globalização requer, segundo Santos (2005), que se considere a existência de três mundos num só. Um primeiro fantasiosamente pintado pelas forças dominantes; um segundo,

perverso, degradante, mas real; e como terceiro aquele com as condições almejadas. Santos (2005) diz estar convencido de que a ruptura com o atual modelo será uma conquista a ser realizada pelos menos favorecidos, ou seja, um movimento de baixo para cima e que irá romper com a atual estrutura.

"O mundo necessita de uma globalização solidária, de inclusão e justiça social capaz de fomentar modelos de desenvolvimento que possibilitem a todos os habitantes uma vida produtiva e a desfrutar dos benefícios oferecidos à sociedade" (FRANCO, 2003, s. p., tradução nossa). Um novo modelo deve ser concebido de forma a colocar o ser humano como centro e principal beneficiário dos progressos alcançados.

Exclusão digital: razões, consequências e possibilidades

Com a exclusão digital o capital objetiva monopolizar e controlar a produção e disseminação do conhecimento, concentrando essa fonte de riqueza e poder própria da Sociedade da Informação, apropriando-se para que não se torne um bem coletivo. A importância do conhecimento na sociedade contemporânea está na "[...] capacidade de monopolizar o direito de se servir dele" (RULLANI, 2000 apud GORZ, 2005, p. 45). Nesse sentido, Gorz (2005) estabelece que:

Essa apropriação nem sempre precisa ser direta. Basta que o capital se aproprie dos meios de acesso ao conhecimento - especialmente os meios de acesso à internet - para conservar o controle sobre ele, para impedi-lo de se tornar um bem coletivo abundante. O acesso e os meios de acesso ao conhecimento se tornam assim o desafio maior de um conflito central (GORZ, 2005, p. 37).

Ao se considerar que o campesinato tem desempenhado um protagonismo histórico na luta de classes, negar o acesso às TIC's significa restringir sua liberdade e também suas possibilidades de, por exemplo, articulação, resistência, cooperação, troca de informações, organização e desenvolvimento econômico, social e cultural. A exclusão digital inibe o intercâmbio de produtos, serviços, experiências e conhecimento, o que afeta negativamente as pessoas ao restringir a liberdade, autonomia, protagonismo e o acesso às oportunidades.

Para Santos (2003, p. 3), "constatando que a Internet é uma infovia de mão dupla dá para inferir que a falta de acesso alija o cidadão dos circuitos econômicos dominantes, e mais: retira-lhe a possibilidade de incluir na rede o padrão cultural da sua realidade local". Isso, consorciado com outras formas utilizadas para imposição de modelos urbanos, tem contribuído sobremaneira na degradação da identidade camponesa, tentando conformar o campesinato à cultura e valores urbanos, bem como às necessidades da exploração

capitalista. A urgência no combate à exclusão digital é considerada por Takahashi (2000) ao asseverar que:

No novo paradigma gerado pela sociedade da informação, a universalização dos serviços de informação e comunicação é condição fundamental, ainda que não exclusiva, para a inserção dos indivíduos como cidadãos, para se construir uma sociedade da informação para todos. É urgente trabalhar no sentido da busca de soluções efetivas para que as pessoas dos diferentes segmentos sociais e regiões tenham amplo acesso à Internet, evitando assim que se crie uma classe de “info-excluídos” (TAKAHASHI, 2000, p. 31).

No entanto, prover o acesso à internet não garante a inclusão digital, ou seja, garantir o acesso deve ser compreendido como uma das condições a serem satisfeitas para que a inclusão de fato aconteça. É necessário também capacitar o campesinato no uso das TIC's para que possa fazer bom uso da internet. Além disso, é necessário garantir-lhe as condições e a autonomia necessária para produzir, acessar e compartilhar conteúdos na rede, além de usufruir da comunicação em alta velocidade e “sem fronteiras” propiciados pela internet, possibilitando contatar e compartilhar experiências com outros camponeses ao redor do mundo.

Nesse campo de forças onde campesinato e capital disputam o domínio sobre os meios e modos de produção, qualquer iniciativa que vise proporcionar liberdade e autonomia ao campesinato encontrará pela frente os obstáculos interpostos pelo capital. Trata-se da expansão da questão agrária em que o capital e o campesinato se enfrentam das mais diversas formas. Inclusive pela invisibilização das propostas, realizações e sucessos, e, como os meios de comunicação social quase sempre estão sob o domínio do capital, a divulgação que é feita insiste naquilo que é depreciativo, incutindo na sociedade a ideia de que o campesinato é contraproducente e que luta por direitos que não são seus.

As TIC's consistem numa oportunidade para que o campesinato possa se articular, organizar, lutar, compartilhar conhecimentos, fortalecer a sua identidade, implementar novas técnicas e tecnologias, melhorar sua produtividade, bem como encontrar formas alternativas para desenvolver-se dentro do sistema capitalista, mas não fazendo parte dele e, contraditoriamente, sendo parte dele. Essas tecnologias têm potencial para auxiliar o campesinato com informações, por exemplo, sobre a previsão do tempo (chuva, frio, seca), os tipos e qualidade do solo, políticas de preços, aquisição, controle e venda de produtos. Apontar as épocas mais propícias para plantio ou colheita, uso e ocupação do solo, distribuição de sementes e fertilizantes conforme o tipo de solo, dentre outras. Torres *et al* (2013) destacam a importância das TIC's no contexto rural ao asseverar:

No espaço rural as tecnologias digitais apoiam o negócio agrícola cujo crescimento econômico vem trazendo para o Brasil resultados expressivos. Desde o rádio até a chegada da Internet passando pelo rádio frequência, telefone, televisão, televisão a cabo, computador, celular, tablet etc. o que se verifica é o aumento da circulação de informações técnicas-especializadas no espaço rural. As atuais TIC passam a ser um elemento importante no cenário agrícola porque podem servir simultaneamente como ferramenta para disseminar informações, conhecimentos e tecnologias e para ampliar a capacidade dos produtores rurais atenderem às necessidades crescentes de produção da sociedade com uma visão voltada para o desenvolvimento sustentável (TORRES *et al*, 2013, p. 1221).

Apesar da importância atribuídas às TIC's, “no campo, no entanto, as condições para a educação do povo e para o desenvolvimento da inteligência tem sido muito desfavoráveis nos últimos séculos. Aí a máquina não encontra por vezes o tipo de mão de obra de que necessita” (KAUTSKY, 1986, p. 43). Promover a real inclusão dessas pessoas no circuito das TIC's requer um conjunto de ações pensadas e articuladas de acordo com a realidade e necessidade do campo, passando pela educação, infraestrutura física e de comunicações, para, enfim, poderem usufruir das potencialidades possibilitadas pelas TIC's.

Segundo Luxemburg (1985), apesar de estar presente no sistema de produção capitalista, mas ao mesmo tempo não fazer parte dele, a fim de resistir, sobreviver e recriar-se enquanto sujeito, o campesinato tem sua própria lógica e desenvolve suas próprias estratégias produtivas. Em um ambiente complexo, globalizado e altamente competitivo, onde um detalhe pode fazer a diferença entre o sucesso e o fracasso, o trabalho colaborativo, o compartilhamento de experiências e o acesso ao conhecimento tornam-se elementos de primeira grandeza. É nesse contexto que as TIC's tornam-se uma poderosa aliada do campesinato para promover o constante aprimoramento do jeito camponês de fazer agricultura, como explicita Torres *et al* (2013).

Neste cenário as TIC se constituem em um novo formato de comunicação que tanto amplia a cognição humana quanto contribui para promover a colaboração entre pessoas, a facilitação e a gestão dos fluxos de tarefas além da organização de atividades realizadas em comum. Elas não só oferecem perspectivas para se mudar a paisagem social nas zonas rurais como também possibilitam que os pequenos agricultores, importantes protagonistas deste espaço, aprendam uns com os outros usando estas tecnologias como mediadoras (TORRES *et al*, 2013, p. 1224).

Convivendo historicamente em uma realidade de concentração fundiária, o protagonismo do campesinato brasileiro pode ser observado pela sua presença sempre marcante na luta contra o capital pelo domínio dos meios de produção, em especial pela terra. Para Luxemburg (1985), o protagonismo historicamente desempenhado pelo campesinato se apresenta, dentre outras formas, pelas constantes barreiras interpostas contra o avanço do capital sobre a agricultura. O capitalismo, por ser um sistema altamente

excludente, centrado em relações competitivas e no individualismo, utiliza todo tipo de artimanha para concentrar o poder e manter o controle sobre as pessoas. Uma das formas encontradas pelo capital para manter o controle sobre a produção e disseminação do conhecimento foi a exclusão digital. A exclusão digital impede o acesso aos benefícios proporcionados pelas TIC's e limita a capacidade do campesinato em expandir o seu território imaterial.

A exclusão digital do campesinato na Região do Pontal do Paranapanema

Para fazer frente à exclusão digital, atender aos anseios da massa de excluídos e em resposta às cobranças da comunidade internacional, algumas políticas públicas tem sido concebidas tanto no âmbito federal quanto estadual. Três dessas políticas foram selecionadas para serem analisadas neste artigo: os programas Acessa São Paulo (Acessa SP) e Acessa Escola, do Governo do Estado de São Paulo, e o Territórios Digitais em Territórios de Cidadania, do Governo Federal.

De acordo com um relatório consolidado datado de dezembro de 2013, o programa Acessa SP possui 6 (seis) postos do Acessa SP localizados em PA's na Região do Pontal do Paranapanema: Santo Antonio, em Marabá Paulista; Santa Zélia, em Teodoro Sampaio; Haroldina, em Mirante do Paranapanema; Santa Rosa, em Euclides da Cunha Paulista; e Gleba XV de Novembro, em Rosana. A Gleba XV de Novembro, dada sua extensão territorial, teria sido contemplada com 2 (dois) postos localizados em pontos estratégicos para atendimento da comunidade. Ou seja, dos 114 PA's existentes na Região do Pontal do Paranapanema, apenas 5 PA's (4,4%) seriam atendidos pelo programa Acessa SP.

Dos 5 PA's que já abrigariam um posto do Acessa SP apenas o PA Haroldina está contemplado neste artigo, sendo a sua existência e pleno funcionamento confirmados *in loco* durante trabalho de campo. A sala conta com duas monitoras e funciona das 7 às 16 horas, de segunda à sexta-feira. São atendidas por volta de 30 pessoas/dia, em sua maioria jovens, que procuram o posto do Acessa SP para acessar serviços públicos e privados, realizar cursos à distância, bem como em busca de orientações e serviços por pessoas da comunidade que não tem familiaridade com a informática.

O mesmo relatório apresenta informações sobre 15 (quinze) postos que estariam sendo implementados. Estes novos postos estariam sendo instalados nos seguintes PA's: Malu, em Caiuá; Rancho Grande e Tucano, em Euclides da Cunha Paulista; Arco Íris e Santa Lúcia, em Mirante do Paranapanema; Florestan Fernandes e Rodeio, em Presidente Bernardes; São Paulo, em Presidente Epitácio; Primavera, em Presidente Venceslau; Nova Pontal, em Rosana; Bom Pastor e Guarany, em Sandovalina; Ribeirão Bonito e Padre Josimo (São Pedro da Alcídia), em Teodoro Sampaio; e Santa Rita, em Tupi Paulista. Todos

os PA's contemplados ou a serem contemplados com um posto do Acessa SP são classificados como estaduais, o que confere uma característica excludente ao programa ao não incluir os PA's classificados como federais.

Considerando-se a teórica implantação de mais 15 postos, o índice de cobertura do programa Acessa SP subiria para 17,5%, o que ainda é muito pouco. No entanto, dos 15 PA's onde estariam em implantação os novos postos, estão contemplados neste artigo os PA's Malú, Rodeio e São Paulo. Destes, o PA Malu apresenta indícios de que a implantação foi iniciada, mas, ao menos por temporariamente, encontra-se interrompida, todos os outros três não apresentam sinais que indiquem a implantação de um posto do Acessa SP. Uma outra informação importante é que todos esses teóricos postos em implantação não constam mais dos relatórios consolidados de 2014 e 2015.

As informações constantes do site oficial do GESAC (s.a.) indicam a presença de 5 (cinco) Casas Digitais do projeto Territórios Digitais na Região do Pontal do Paranapanema. Estes pontos de presença estariam localizados nos seguintes PA's: Roseli Nunes, em Mirante do Paranapanema; Porto Velho e São Paulo, em Presidente Epitácio; Padre Josimo e Fusquinha, em Teodoro Sampaio. À exceção do PA Porto Velho, classificado como federal, todos os demais PA's contemplados com uma Casa Digital do Projeto Territórios Digitais são classificados como estaduais, contrapondo a característica excludente do programa paulista. Estão contemplados neste artigo os PA's Porto Velho e São Paulo.

Segundo informações constantes de uma placa fixada no local, a Casa Digital do PA Porto Velho foi implantada em junho de 2012 e é resultado de um projeto denominado "Luz para Todos", que envolveu uma parceria entre INCRA, Prefeitura e Câmara Municipal de Presidente Epitácio e a Associação de Moradores do Assentamento Porto Velho. Os equipamentos então existentes possuem placas de patrimônio que indicam como origem a Companhia de FURNAS.

Os 10 equipamentos originalmente cedidos para montagem da Casa Digital do PA Porto Velho apresentaram problemas quando da instalação, foram enviados para manutenção e posteriormente retornaram apenas 5. Durante o trabalho de campo foi constatado que apenas 3 computadores estavam em funcionamento, mas a internet estava inoperante há mais de 30 dias. Em um trabalho de campo posterior constatou-se que a internet estava funcionando, mas havia apenas 1 computador em condições de uso. As precárias condições de funcionamento tem levado as pessoas a não mais procurar pelos serviços da Casa Digital.

Estima-se que a idade dos equipamentos seja superior a 10 anos, o que em termos de tecnologia computacional aproxima-os de sucata. O modelo de inclusão digital adotado pelas políticas públicas, baseado em espaços coletivos, a origem e o estado de uso dos

equipamentos existentes no PA Porto Velho remetem ao Mapa da Inclusão Digital elaborado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), onde Neri (2012) assevera:

Na perspectiva das políticas de redistribuição de equipamentos, os segmentos que possuem computador em seus domicílios constituem potenciais doadores de equipamentos, e os excluídos digitais são potenciais receptores de políticas públicas de inclusão digital e de equipamentos. O locus de recepção de equipamentos não se dá necessariamente em suas casas, mas em centros comunitários e escolas, o que permite socializar os custos de obsolescência tecnológica dos equipamentos pelo potencial aumento da taxa de utilização dos mesmos (NERI, 2012, p. 45).

A velocidade apresentada pelo desenvolvimento e obsolescência desse tipo de tecnologia cria uma janela de oportunidade para incentivar a doação de equipamentos em bom estado de conservação, dada a queda vertiginosa do valor de mercado para equipamentos usados. No entanto, para casos de doação de equipamentos usados deve-se levar em conta que o ciclo vida útil destes equipamentos em um telecentro será menor, e a propensão a necessidade de intervenções técnicas será maior, o que interfere diretamente na disponibilidade e qualidade dos serviços prestados.

No PA São Paulo foi possível identificar um princípio de instalação da Casa Digital do Projeto Territórios Digitais, com a chegada de mesas, cadeiras, antena e receptor para comunicação via satélite. A antena, o receptor e o cabeamento para uma rede de computadores foram instalados. No entanto, embora já decorridos 2 anos, os computadores, impressora e demais equipamentos necessários ao funcionamento da Casa Digital não chegaram até o PA. É importante salientar que o PA São Paulo constava da lista de postos em implantação do Programa Acessa SP, o que indica uma sobreposição de iniciativas entre o governo federal e estadual. Entretanto, nenhuma das iniciativas logrou êxito em romper com a exclusão digital sofrida por esta comunidade.

Além dos PA's Porto Velho e São Paulo, a associação que congrega produtores dos PA's Santa Rita III, Santa Angelina e Vista Alegre, localizados no município de Caiuá/SP, conquistou a instalação de uma Casa Digital pelo projeto Territórios Digitais, o que não consta no site do programa. Diferente do PA São Paulo, chegou todo o mobiliário, máquinas e equipamentos que integram o pacote da Casa Digital. No entanto, embora já decorridos mais de 5 anos, tudo continua com as embalagens originais intactas, ou seja, as caixas nunca foram abertas e, portanto, os equipamentos não foram instalados. Foram 18 meses aguardando a instalação das grades de proteção e aguarda-se há 3 anos pela instalação de um ar condicionado e de um alarme. A instalação elétrica foi realizada em conformidade com as orientações inicialmente recebidas, mas uma vistoria posterior não homologou as instalações baseada em padrão diferente daquele fornecido anteriormente.

Na tentativa de identificar alguma ação bem sucedida do projeto Territórios Digitais, embora não estivesse contemplado no escopo da pesquisa, foram realizados dois trabalhos de campo no Estado do Mato Grosso do Sul, mais especificamente nos PA's Montana e Santa Clara, ambos no município de Bataguassu/MS. Esses dois PA's foram escolhidos pela proximidade geográfica e pelas informações obtidas antecipadamente de que ali haveriam salas digitais.

O trabalho de campo no PA Montana permitiu identificar a existência de duas salas digitais, uma do projeto Ponto de Cultura, funcionando normalmente, e outra do projeto Territórios Digitais, totalmente montada mas fora de operação. O trabalho de campo no PA Santa Clara permitiu identificar a existência de uma sala também do projeto Territórios Digitais, igualmente montada e fora de operação. Os dois trabalhos de campo permitiram constatar que, apesar de estarem em um estágio mais avançado, montadas há um tempo considerável, seguindo a tendência identificada na Região do Pontal do Paranapanema. Ou seja, a exceção da Casa Digital do PA Porto Velho, que foi montada com equipamentos usados, as salas do projeto Territórios Digitais com computadores novos enfrentam o mesmo problema, até chegam a ser montadas, mas não entram em operação.

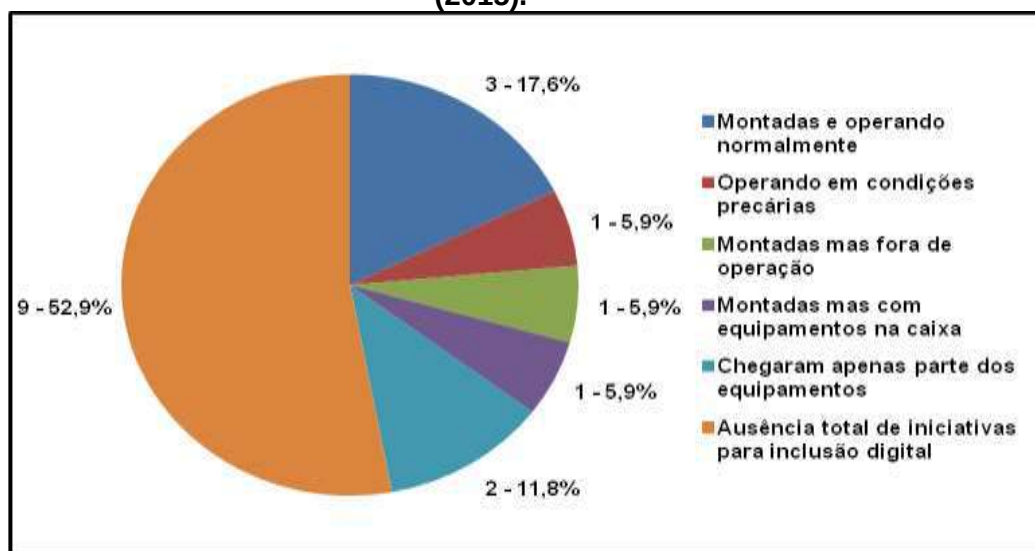
A evidência encontrada em Mazzini (2007) de que haveria uma sala de informática na Agrovila III motivou a realização de um trabalho na E E Projeto Lagoa São Paulo, único local com potencial para abrigar uma sala deste tipo naquela comunidade. Ali foi encontrada uma sala do programa Acessa Escola, utilizada exclusivamente pela comunidade escolar para fins pedagógicos de ensino, projeto e pesquisa. Uma segunda sala deste programa foi encontrada posteriormente no E E Fazenda São Bento, localizado no PA Haroldina. Essas salas apresentam infraestrutura e equipamentos adequados e, apesar de problemas técnicos, encontram-se em pleno funcionamento.

Na Associação dos Produtores Rurais de Ajicê, distrito do município de Rancharia, existe uma sala de informática destinada ao uso pela comunidade. A instalação desta sala foi possível mediante celebração de uma parceria entre a associação e o Banco do Brasil, ou seja, não é proveniente dos três programas analisados neste artigo. A sala iniciou e formou duas turmas, cada qual 15 a 20 alunos concluintes. No entanto, a sala está encontra-se temporariamente desativada, aguardando um liberação de um novo espaço a ser fornecido pela prefeitura municipal.

Nas comunidades rurais dos PA's Engenho, Lagoinha, Dona Carmem, Água Limpa II e Rodeio, além do Bairro Palmitalzinho, constatou-se a inexistência de iniciativas voltadas à inclusão digital. Embora o PA Rodeio estivesse entre os 15 locais onde estaria em implantação um posto do programa Acessa SP, essa informação não se confirmou *in loco*. Integrantes da comunidade informaram que, apesar de reiteradas solicitações e promessas neste sentido, nenhuma iniciativa governamental para inclusão digital foi desenvolvida.

O Gráfico 1 apresenta a consolidação dos dados referentes a existência de espaços destinados a inclusão digital nos assentamentos e comunidades pesquisadas na Região do Pontal do Paranapanema. É possível observar a existência de apenas 3 (17,6%) salas de informática que foram montadas e encontram-se operando normalmente nas 16 comunidades pesquisadas. Dessas, 2 estão localizadas no PA Haroldina e 1 na Agrovila III, ou seja, na realidade apenas duas comunidades estão contempladas com ações efetivas. Além disso, 2 são do programa paulista ACESSA Escola e, portanto, encontram-se instaladas em escolas e são para uso restrito da comunidade escolar. Ou seja, de acesso livre a qualquer integrante da comunidade e em boas condições de funcionamento tem-se apenas 1. Mesmo somando-se a esses mais 1 sala funcionando em condições extremamente precárias, a do PA Porto Velho, e a sala desativada na Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ajicê, que poderia estar funcionando, ainda é muito pouco. Das comunidades pesquisadas permanecem ainda 12 (75%) sem uma ação efetiva para inclusão digital.

GRÁFICO 1 – Salas de informática nos PA's e comunidades pesquisadas (2015).

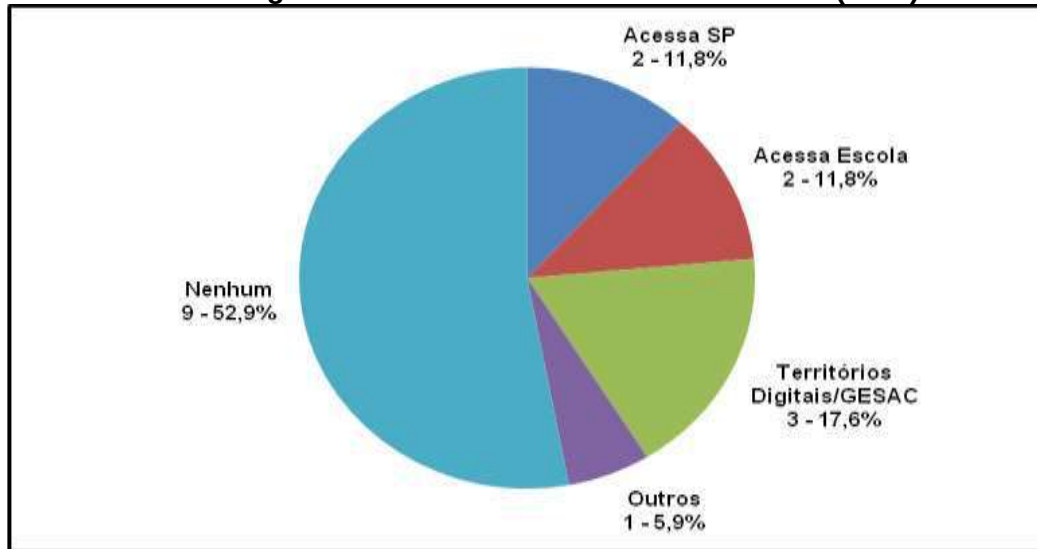


Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 2 apresenta a origem dos espaços de inclusão digital encontrados nas comunidades pesquisadas na Região do Pontal do Paranapanema. Nos espaços considerados na pesquisa existe apenas 2 salas do programa ACESSA SP e 2 do programa ACESSA Escola, ambos do Governo do Estado de São Paulo. No entanto, existe uma sala do programa ACESSA SP que teve sua implantação iniciada mas não concluída. As 3 salas efetivamente implantadas pelo governo paulista, apesar de alguns problemas, funcionam normalmente. No que se refere ao programa federal Territórios Digitais/GESAC, existe 1 sala funcionando em condições extremamente precárias, com equipamentos totalmente

obsoletos, e 2 iniciativas que, apesar de decorrido um lapso temporal significativo, ainda não tiveram sua implementação concluída. Existe também uma iniciativa desenvolvida entre a Associação dos Pequenos Produtores Rurais local e o Banco do Brasil que funcionou durante um tempo e agora aguarda a transferência para um espaço sob responsabilidade do poder público municipal.

GRÁFICO 2 – Origem das salas de informática existentes (2015).



Fonte: Elaborado pelo autor.

Considerações finais

O que une o campesinato, estado, capital, conhecimento, trabalhador e indígena ao território são as relações sociais. Quando abordamos a questão agrária estamos falando de relações sociais e, portanto, de território. No território do campesinato as relações sociais são familiares, associativas ou cooperativas, e as relações de poder encontram-se distribuídas. O fortalecimento e ampliação dessas relações sociais e de poder é fundamental para o desenvolvimento territorial do campesinato.

Segundo Gottmann (2012, p. 523), “[...] seria ilusório considerar o território como uma dádiva divina e como um fenômeno puramente físico”. A materialidade e a imaterialidade são indissociáveis, uma é expressão da outra, bem como são propriedades ou atributos do território. A passagem do material para o imaterial se dá no sujeito, a partir de uma leitura do espaço, sujeito e relação. “O território imaterial está relacionado com o controle, o domínio sobre o processo de construção do conhecimento e suas interpretações. Portanto, inclui teoria, conceito, método, metodologia, ideologia etc.” (FERNANDES, 2008, p. 210).

O processo de exclusão digital pelo qual passa o campesinato da Região do Pontal do Paranapanema impacta negativamente a sua atividade produtiva, pois nega o acesso a

um conjunto de tecnologias com grande potencial contributivo. Além da mecanização e automação, as TIC's podem contribuir com o campesinato através do provimento de informações que lhe permitam otimizar a produção e a gestão da unidade produtiva. Possibilita tomar decisões no que se refere a estabelecer objetivos e ações a serem empreendidas, organizar e aplicar os recursos existentes, além de controlar as ações e os resultados, promovendo os ajustes necessários para que os objetivos sejam alcançados. Com o conhecimento necessário, é possível, por exemplo, controlar o rebanho - nascimento ou aquisição, crias, produtividade, vacinas, enfermidades, etc -, as receitas e despesas, as culturas - data de plantio, custos, adubação, etc.

Os trabalhos de campo realizados permitiram identificar que as políticas públicas destinadas a promover a inclusão digital são pensadas sob a forma de espaços coletivos. Santos (2003, p. 3) estabelece que "a opção mais adequada para a inclusão de cidadãos pobres em países periféricos e semiperiféricos é o acesso coletivo às tecnologias da informação e comunicação, por meio de telecentros comunitários [...]". Entretanto, assim como outras políticas concebidas para o campesinato, as iniciativas voltadas à inclusão digital tem seguido a mesma lógica e gerado reclamações como, por exemplo: a interrupção precoce das ações antes da sua conclusão, as faltas de infraestrutura, continuidade e assistência, dentre outras. Dos casos estudados, são exceções a essa regra apenas os espaços existentes na Agrovila III e no PA Haroldina.

As informações apresentadas demonstram que são muito tímidas as iniciativas para inclusão digital do campesinato da Região do Pontal do Paranapanema. Para piorar, das implementações iniciadas, um número ainda mais reduzido de fato são levadas a cabo e as salas entram em operação. Os dados apresentados aqui apontam no sentido de uma preocupação do governo brasileiro em demonstrar à comunidade internacional, ao menos documentalmente, que foram realizados os aportes de investimento necessários para atingir as metas fixadas pela Cúpula do Milênio. O mobiliário, os equipamentos e os insumos necessários estão sendo comprados e ficam por vários anos na caixa, quando são retirados e instalados, se o são, ficam ainda um longo período esperando a finalização das instalações e autorização para funcionar. Isso leva os equipamentos a se tornarem obsoletos, ultrapassados, antes mesmo de serem utilizados.

Diante do exposto, é possível apontar a existência de ações visando promover a inclusão digital do campesinato, poucas é verdade, mas não se pode negar que existem. Mas é possível questionar com facilidade o quão efetivas são essas ações. Além disso, espera-se ter ficado claro e notório que o ritmo de implantação dessas ações é sofrível. São muitas as barreiras a serem superadas pelos telecentros existentes, por aqueles que estão aguardando para entrar em operação e por aqueles que futuramente possam vir a ser instalados.

Dentre essas barreiras podem ser elencadas a falta de planejamento, a precariedade da infraestrutura, a ausência de critérios técnicos claramente definidos, a dificuldade de manter uma tecnologia razoavelmente atualizada, a burocracia, a cultura, o interesse e a política. Apesar de terem sido encontradas apenas quatro salas de informática operando nos locais onde foram realizados os trabalhos de campo, uma na Agrovila III, outra no PA Porto Velho e duas no PA Haroldina, foi possível evidenciar algumas contribuições destas para com as comunidades atendidas. As salas são utilizadas em aulas, pesquisas e trabalhos escolares, realização de cursos a distância, comunicação e entretenimento, além do desenvolvimento de novas habilidades e competências.

Referências

BATISTA, Emerson de O. **Sistemas de informação: o uso consciente da tecnologia para o gerenciamento**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. Tradução: Silvana Finzi Foá. São Paulo: Xamã, 1996.

FELÍCIO, Munir J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 214 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP - Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, Bernardo M. **Delimitação conceitual do campesinato**. 2004. Disponível em: <<http://www.coptec.org.br/biblioteca/Campesinato%20e%20Reforma%20Agr%20E1ria/Artigos/Delimita%20E7%20E3o%20conceitual%20de%20campesinato%20Bernardo%20Man%20E7ano.do>>. Acesso em: 28 de jun. 2015.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.) **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008, p. 173-230.

_____. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (orgs.) **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP – Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p. 197-215.

FRANCO, Pedro. **Movimientos sociales en lucha contra la exclusión social**. Foro Social Mundial, 2003. Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.php?pagina=bib_pedro_franco_esp>. Acesso em 16 de nov. 2014.

GORZ, André. **O imaterial: conhecimento, valor e capital**. Tradução: Celso Azzan Júnior. São Paulo: Annablume, 2005.

GOTMANN, Jean. **A evolução do conceito de território**. Boletim Campineiro de Geografia. V. 2, N. 3, p. 523-545. Disponível em: <http://agbcampinas.com.br/bcg/index.php/boletim-campineiro/article/download/86/2012v2n3_Gottmann>. Acesso em: 21 de jun. 2015.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KAUTSKY, Karl. **A Questão agrária**. Tradução: Otto E. W. Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LUXEMBURG, Rosa. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. Tradução: Marijane V. Lisboa, Otto E. W. Maas. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARQUES, Marta I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Revista NERA. Ano 15, Ed. Especial, p. 41-51. Presidente Prudente: FCT/Unesp, Agosto de 2012.

MARTINS, José de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MAZZINI, Eliane de J. T. **Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema - SP**: uma política de desenvolvimento regional ou de compensação social? 322 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP - Presidente Prudente, 2007.

MICHAELIS. **Dicionário escolar língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2008.

MOTTA, Márcia. **Dicionário da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução: Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. Tradução: Eduardo L. Suárez. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). **Sociedade da informação no Brasil**: livro verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. Disponível em: <<http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/434/1/Livro%20Verde.pdf>>. Acesso em: 02 de mai. 2015.

TORRES, Tércia Z.; GAROFO, Ana Cristina S.; FUGISAWA, Marcia I.; AMÂNCIO, Cristhiane da G. O. **As tecnologias digitais no fluxo informacional do espaço rural brasileiro**. III Congresso Internacional de Cidades Criativas. Madrid, v. 1, p. 1219-1236, 2013. Disponível em: <<http://www.congreso2013.ciudadescreativas.es/images/atasparte1publicar.pdf>>. Acesso em: 11 de abr. 2015.

VIEIRA, Alexandre B. **Mapeamento da exclusão social em cidades médias**: interfaces da Geografia Econômica com a Geografia Política. 208 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP - Presidente Prudente, 2009.

WILLEMS, Emilio. Dependência Social, Desigualdade Social, Discriminação Social, Disparidade Social, Distância Social. In: **Dicionário de Sociologia**. 7. ed. Porto Alegre: Globo, 1977, p. 96-102.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 19 de maio de 2017.

Estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição a partir da Geografia

Lorena Izá Pereira

Discente de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP).

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

e-mail: lorena.izap@gmail.com

Resumo

Apesar de ser um processo antigo, a apropriação de terras por estrangeiros, aqui chamada por estrangeirização da terra, apresenta um novo ciclo desde o início do século XXI. Esta nova guinada na estrangeirização da terra promove um intenso debate em torno do referido processo. Emerge uma série de definições, elementos, impactos e possíveis causas da estrangeirização da terra oriundas de pesquisadores acadêmicos, instituições multilaterais, governos, empresas, movimentos sociais e organizações não governamentais, muitas vezes divergentes entre si, sem consenso algum. No Brasil, o debate sobre a estrangeirização da terra, apesar de ter se intensificado nos últimos anos, ainda é bastante restrito. Assim, o nosso objetivo é propor uma definição de estrangeirização da terra a partir da ciência geográfica através do debate paradigmático.

Palavras-chave: Estrangeirização da terra; *land grabbing*; controle de terras; debate paradigmático; território.

Land foreignization: (de) constructing a definition from the Geography

Abstract

Despite being an old process, the ownership of land by foreigners, here called by *foreignization of land*, features a new cycle since the early twenty-first century. This new twist in the land of foreignization promotes an intense debate about the said process. Emerge a series of definitions, elements, impacts and possible causes of foreignization of land, originated from academic researchers, multilateral institutions, governments, businesses, social movements and non-governmental organizations often differ from one another, without any consensus. In Brazil, the debate on the foreignization of land, despite intensified in recent years, is still quite restricted. Our goal is to propose a definition of land foreignization from the geographical science through the paradigmatic debate.

Keywords: Land foreignization; land grabbing; land control; paradigmatic debate; territory.

Extranjerización de la tierra: (de) construcción de una definición desde la Geografía

Resumen

A pesar de ser un proceso antiguo, la apropiación de la tierra por extranjeros, aquí llamado como extranjerización de la tierra, cuenta con un nuevo ciclo desde principios del siglo XXI. Este nuevo giro en relación a extranjerización de la tierra promueve un intenso debate sobre el mencionado proceso. El concepto emerge de una serie de definiciones, elementos, impactos y posibles causas de la extranjerización de la tierra, originado a partir de los

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 36 - Dossiê	pp. 107-132	2017
--------------	---------------------	-------------------------	-------------	------

investigadores académicos, instituciones multilaterales, gobiernos, empresas, movimientos sociales y organizaciones no gubernamentales, a menudo estas definiciones difieren unas de otras, sin ningún tipo de consenso. En Brasil, el debate sobre la extranjerización de la tierra, a pesar de haberse intensificado en los últimos años, todavía es bastante restringido. Por eso nuestro objetivo es proponer una definición de extranjerización de la tierra de la a partir de la ciencia geográfica en el debate paradigmático.

Palabras-clave: Extranjerización de la tierra; acaparamiento de tierra; controle de terras; debate paradigmático; territorio.

Introdução

“Cresço para fora, para dentro me esqueço”.
Eduardo Galeano

Este artigo é fruto de reflexões realizadas durante a disciplina de *teoria dos territórios e da questão agrária*, ministrada pelo Professor Dr. Bernardo Mançano Fernandes, no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP), campus de Presidente Prudente. O objetivo deste artigo é realizar uma contribuição na (des) construção de uma definição geográfica de estrangeirização da terra. Selecionamos este tema, pois o processo de apropriação de terras nacionais por estrangeiros é central na dissertação de mestrado em desenvolvimento, na qual o objeto de estudo é a apropriação de terras paraguaias por capitais argentinos e brasileiros. Buscar uma definição de estrangeirização da terra é de suma importância, uma vez que é um processo que ocorre cada vez mais com muita intensidade e que tem despertado a atenção de muitas empresas, instituição multilaterais, governos e pesquisadores, o que gera um debate bastante amplo, com dezenas de definições.

Este objetivo foi estabelecido devido inquietações sobre o objeto de pesquisa: I) não há um consenso entre as definições de estrangeirização da terra e *land grabbing*; II) as definições apresentadas são, na sua totalidade, elaboradas por outras áreas do conhecimento, ou seja, economia, sociologia e ciência política, não há uma definição de estrangeirização da terra a partir da Geografia; III) a maior parte destas definições provem de outros países, muitas vezes tais autores não conhecem a realidade dos países que são os maiores alvos destes processos, como o Brasil; IV) há algumas afirmações que são unânimes em todos as tentativas de definição da estrangeirização da terra, no entanto estas se mostram como discurso e, muitas vezes, são visões equivocadas sobre o referido processo. A partir do debate paradigmático, aqui trabalhado através do Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária (PQA), buscamos levantar questões sobre as atuais definições da estrangeirização da terra, identificando o as tendências e discursos embutidos nestas, classificando-as no debate paradigmático.

Para esclarecimentos iniciais salientamos que há um intenso debate em escala internacional em torno de processos como *land grabbing*, *acaparamiento de tierras* e *estrangeirização da terra*. Salientamos que compreendemos a estrangeirização como um elemento central de um processo maior de controle de terras. Através dos apontamentos de Borras Jr., Kay, Gómez e Wilkinson (2012 e 2013), entendemos o controle de terras como o poder de controlar o território e os recursos a este associados com a intenção de obter benefícios a partir desse controle, o que significa uma apropriação multidimensional e multiescalar do território envolvendo um novo uso do mesmo, isto é, uma nova territorialidade do capital através de um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R). Qualquer agente pode exercer o controle de terra, seja este nacional ou estrangeiro, desde modo, a estrangeirização corresponde ao controle de terras pelo capital estrangeiro. Assim, a estrangeirização está inserida em um processo mais amplo de controle de terras. No decorrer do texto iremos explicar como chegamos a esta conclusão.

O artigo está estruturado em quatro seções: I) *território como categoria de análise geográfica*, em que definimos o território como categoria geográfica fundamental para a abordagem da estrangeirização. Neste tópico defendemos que a estrangeirização da terra ocorre no segundo território, ou seja, do território da propriedade, seja esta camponesa ou do agronegócio (FERNANDES. 2009); II) *estrangeirização da terra: (des) construindo uma definição*, nesta seção abordamos diversas definições dos processos de *controle de terras* e estrangeirização para podermos construir nossa própria definição geográfica; III) *questões sobre o controle e estrangeirização da terra*; em que elencamos as questões que são abordadas com maior frequência entre as definições de estrangeirização, mas que são contraditórias; IV) *tendências e debate paradigmático no land grabbing e/ou estrangeirização da terra*, em que identificamos três tendências nas definições de estrangeirização da terra - estrangeirização da terra como positiva; estrangeirização da terra como uma oportunidade de redução da pobreza e, por fim, a estrangeirização da terra como problema e não como solução.

Território como categoria de análise geográfica

Durante a história do pensamento Geográfico, o território aparece de maneira distinta, de modo que reflete o próprio processo de construção e consolidação da Geografia enquanto ciência. Ao falar sobre território, concomitantemente temos que abordar o espaço geográfico enquanto categoria, uma vez que compreendemos que o território é gerado através do espaço (RAFFESTIN, 2009, p. 26) e que ao tratar o território como equivalente ao espaço, há o risco de '*coisificá-lo*' (SOUZA, 2009, p. 62).

Assim, entendemos o território como mais que um espaço físico, mas sim um espaço político por excelência. Segundo Fernandes (2004), os territórios são espaços sociais, culturais, onde há a manifestação de relações e ideias, que podem transformar e até mesmo produzir o território. Deste modo, o território é produzido pelas relações de produção, logo, de poder. O território possui como princípios a soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade. Fernandes (2009, p. 200) ainda destaca que há duas concepções distintas sobre o território. Uma primeira compreensão se refere ao território apenas como espaço de governança, multidimensional e pluriescalar, que corresponde ao Estado Nação, províncias, Estados e municípios, ou seja, dos espaços de governança. Neste sentido o território é abordado como uno. A segunda compreensão a respeito do território caminha no sentido de uma construção de uma tipologia de territórios, partindo do território como espaço de governança, no entanto reconhecendo outros tipos de territórios, que conter ser fixos e fluxos, materiais e imateriais.

A partir desta compreensão de território enquanto diverso, Fernandes (2005) defende que o território possui duas formas e três tipologias, que explicitam a sua diversidade, produz a multiterritorialidade e “*contribuem com a leitura das disputas territoriais e seus processos de conflitualidades*”. Tais tipologias são: **1)** O primeiro território: compreendido como o *espaço de governança*, neste caso seria o território dos Estados, municípios, ou seja, das esferas de poder. Destacamos que ao conceber o território apenas como espaço de governança, estamos ocultando os diversos territórios, por isso a necessidade da multidimensionalidade do território; **2)** O segundo território: abordado como as *frações territoriais*, neste ponto o campesinato seria uma fração territorial e o agronegócio outra, representando territórios móveis, deve-se distinguir as frações territoriais, uma vez que as relações sociais que as produzem são distintas. É no segundo território que ocorre a estrangeirização da terra; **3)** O terceiro território: compreendendo o *território relacional*, resultado das conflitualidades entre as frações de territórios, entre o território do agronegócio e do campesinato. Gonçalves (2011, p. 38) afirma que a terceira tipologia do conceito de território é uma representação das formas de uso do primeiro e segundo território. O terceiro território atinge todas as escalas e está cada vez mais presente no cotidiano das pessoas.

Diante desta abordagem sobre o território, cabe destacar o que compreendemos por *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização*. Anterior a *territorialização*, temos que nos referir à *espacialização*¹, que é onde ocorre à conquista da fração do território [segundo território] e desta forma desenvolvem o processo de *territorialização*. De acordo com Gonçalves (2011) a *territorialização* corresponde à fase superior da luta pela

¹ Espacializar é registrar no espaço social um processo de luta. É o multidimensionamento do espaço de socialização política.

terra, pois acontece quando se cria um assentamento rural. Ou seja, a *espacialização* compreende ao primeiro momento da luta pela terra, de ganhar espaço e visibilidade, enquanto a *territorialização* corresponde a conquista do território. Esta conquista do território pode se dar por diversos sujeitos e agentes, uma vez que há a *territorialização* da luta pela terra [assentamento], há a *territorialização* do capital estrangeiro [monocultura produzida a partir do capital transnacional]. Portanto, a *territorialização* corresponde a uma multiplicação de territórios, uma recriação. Após esta *territorialização* há a etapa de desenvolvimento territorial. Saquet (2007) compreende que processo de territorialização é historicamente determinado. “É um dos produtos socioespaciais do movimento e das contradições sociais, sob as forças econômicas, políticas e culturais, que determinam as diferentes *territorialidades*, no tempo e no espaço, as próprias *desterritorialidades* e *reterritorialidades*” (SAQUET, 2007, p. 127). A *territorialização* corresponde ao processo de formação de um território, é material, mas ao mesmo tempo está vinculada a aspectos políticos, econômicos e imateriais.

A *territorialização* possui uma dimensão dupla, comportando a *desterritorialização* e *reterritorialização*. Por sua vez, a *desterritorialização* corresponde à retirada de um sujeito ou agente de seu território, ou seja, o movimento pelo qual se abandona ou se é expulso do território. Um exemplo é “*desterritorialização* do campesinato em prol da *territorialização* do agronegócio canavieiro” (PEREIRA, 2015, p. 40). Todo processo de *desterritorialização* envolve uma *reterritorialização* e produz uma nova *territorialidade*. Estes três conceitos - *territorialização*, *desterritorialização* e *reterritorialização* - são indissociáveis, uma vez que a *territorialização* do capital estrangeiro envolve a *desterritorialização* de uma produção agrícola ou de camponeses e, conseqüentemente, a *reterritorialização* deste em outro território.

A estrangeirização² da terra se materializa através de sua *territorialidade* em outros territórios, como é o exemplo de camponeses que se integram a frigoríficos de capital transnacional, sobretudo, para a produção de aves e suínos. A estrangeirização da terra também é produzida a partir de território imaterial, que se pode manifestar através de criação de Leis, Pareceres e Medidas Provisórias, como exemplo há o Parecer LA 01 da Advocacia Geral da União (AGU)³, que criou barreiras para a compra de terras por estrangeiros no Brasil e a ação da Sociedade Rural Brasileira (SRB) para a revogação desta medida. Ambos os casos refletem territórios imateriais distintos que foram materializados na

² Enfatizamos que mesmo a discussão em torno da estrangeirização colocar em risco a soberania territorial de uma nação, ou seja, remeter diretamente ao primeiro território, consideramos que o processo aqui abordado dificilmente acarretará na perda desta soberania.

³ Parecer 01 da Advocacia Geral da União (AGU). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AGU/PRC-LA01-2010.htm>. Acesso em: 25 out. 2015.

forma de Parecer que, por sua vez, produzem efeitos na *territorialização* do capital estrangeiro no Brasil.

Estrangeirização da terra: (des) construindo um definição

A partir do início do século XXI, em um cenário caracterizado pela globalização (SANTOS, 2000; SASSEN, 2013), *financeirização* da economia (CHESNAIS, 1996; 2005) e da agricultura (FREDERICO, 2016), além da emergência das crises alimentar, ambiental, climática, energética e financeira, que Borras Jr. e Franco (2010) denominam de *convergência de crises*, intensifica-se o processo de controle de terras (frequentemente chamado de *land grabbing*) e estrangeirização da terra. Sobre os referidos processos, há uma vasta gama de definições, de críticas, de questionamentos e até mesmo de periodicidade. Essa manifestação sobre o controle e estrangeirização da terra emerge devido ao foco que tem se dado ao processo nos últimos anos.

Observa-se neste início de século a realização de dezenas de eventos das mais diversas ordens - seminários, congressos, *workshops*, conferências - sobre a estrangeirização, promovidos pelas mais variadas instituições: Banco Mundial, com a *16ª Conferência Anual do Banco Mundial sobre Terra e Pobreza* (2015), OXFAM⁴, GRAIN, poder público em diferentes escalas, universidades, instituições de pesquisa, como o caso da *International Conference on Global Land Grabbing*, promovido pela *Land Deals Politics Initiative*⁵, em 2011; a *Conferencia Internacional Tierras y Territorios en las Américas: acaparamientos, resistencias y alternativas*, realizada em 2016, envolvendo pesquisadores; movimentos sociais que atuam na defesa do território nas Américas e eventos organizados por movimentos sociais, como a *International Conference of Peasant and Farmers: Stop Land Grabbing*, da Via Campesina, em 2012; e escritórios de consultoria empresarial, como o exemplo do evento *Aquisição de Terras por Estrangeiros*, promovido pela Central Prática Educação Corporativa, em 2015. Estes eventos, por sua vez possuem os objetivos e inquietações mais distintas possíveis, desde preocupação com o aumento do preço da terra que a estrangeirização pode ocasionar, passando por estratégias de como lograr as novas medidas que restringe a aquisição de terras por estrangeiros, até de como a estrangeirização da terra fere a segurança alimentar e direito dos camponeses.

Concomitantemente, há uma série de novos trabalhos, pesquisas e relatórios que possuem como tema a estrangeirização da terra que, assim como os eventos, é realizado pelos mais diferentes atores, como governos, instituições multilaterais e acadêmicos. Consideramos que há um relatório que corresponde a um marco, inaugurando a nova

⁴ Disponível em: <<https://www.oxfam.org/>>. Acesso em: 16 set. 2015.

⁵ Disponível em: <<http://www.future-agricultures.org/events/global-land-grabbing>>. Acesso em: 15 set. 2015.

discussão sobre a estrangeirização da terra: “*Land Ownership and Foreigners: a comparative analysis of regulatory approaches to the acquisitions and use of land by foreigners*”, publicado em 1999 pela FAO, a pedido do governo da Lituânia, que estava preocupado com a intensificação da aquisição de terras em seu território, mas, ao mesmo tempo, tinha o receio de restringir tal aquisição influenciasse negativamente a sua entrada na União Europeia⁶.

Depois destes trabalhos que instauraram a discussão do controle de terras e estrangeirização da terra no século XXI, uma diversidade de outros artigos foram publicados em diversas escalas possuindo como objetos de estudo diversos países no globo, especialmente, países da América Latina e África, onde os processos ocorrem com maior intensidade. Para este trabalho selecionamos trinta publicações, sobretudo artigos e relatórios científicos, com o objetivo de compreender o que cada um destes compreende por *land grabbing* - aqui entendido como controle de terras - e estrangeirização da terra. Julgamos esta etapa essencial, pois apenas depois deste levantamento conseguiremos de fato refletir a respeito da nossa definição de estrangeirização a ser proposto neste artigo.

Iniciaremos pelos trabalhos da economia. Deininger (2011) defende “*land rush*” como o interesse estrangeiro na posse da terra, como um processo antigo, mas que assume uma postura diferente recentemente. No entanto, Deininger (2011) parte de uma perspectiva que o investimento estrangeiro em terras agrícolas, se realizado de modo consciente, pode ser positivo, inclusive elenca os benefícios da estrangeirização, sendo: infraestrutura social, geração de empregos e postos de trabalho, permite o acesso ao mercado e tecnologias pelos agricultores locais. Cabe ressaltar que Klaus Deininger é inglês e economista do Banco Mundial, instituição multilateral que busca a regulamentação da estrangeirização da terra.

Outro trabalho da economia, mas que possui uma postura totalmente distinta das apresentadas acima e que insere um novo elemento no debate é de Fairhead, Leach e Scoones (2012). Estes autores trazem para a discussão o termo *Green Grabbing*, que segundo os mesmos está inserido na definição de *Land Grabbing*. Fairhead, Leach e Scoones (2012) afirmam que o *Land Grabbing* não é justificado apenas para a produção de alimentos e agrocombustíveis, mas também com o discurso de ‘*aliviar pressão sobre as florestas*’, não correspondendo apenas ao cultivo de florestas plantadas para crédito de carbono e REDD+⁷, mas no sentido de produzir mais cana-de-açúcar não só porque produz agrocombustível, mas porque é livre de carbono, o que ‘*alivia as florestas*’. De acordo com os autores, há uma *commoditização da natureza*.

⁶ A Lituânia passou a ser Estado Membro da União Europeia em maio de 2004.

⁷ Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação florestal. Segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA), corresponde a arquitetura internacional de pagamento por resultados nacionais comprovados de redução de emissões provenientes de desmatamento e degradação florestal.

Na Economia Política, onde a maioria dos trabalhos sobre controle de terras e estrangeirização são produzidos há Borras Jr. e Franco (2010) definem o *land grabbing* como um novo ciclo de desapropriação promovido pelo capital, onde se expõe cada vez mais a necessidade de uma governança de terra mais eficaz. O *land grabbing*, segundo os autores, aumenta com as diferentes crises que assolam o mundo atualmente. Em outro artigo, publicado no ano de 2012, Borras Jr., Franco e Wang utilizam o *Land Grabbing* não apenas como uma apropriação da terra, mas como apropriação de recursos naturais. Afirmam que o contexto atual do cultivo de matérias-primas flexíveis, a transição de um regime alimentar global e a emergência dos BRICS⁸ e Países do Golfo⁹ conformam um contexto crítico para o *land grabbing* ou *Acapamiento de la tierra* (termo em espanhol), pois são países emergentes que buscam diminuir sua dependência do sistema alimentar hegemônico e por isso acabam comprando terras em demais países, praticando o *Land Grabbing*, um exemplo claro é a massiva apropriação de terras paraguaias e bolivianas pelo capital brasileiro e argentino. Outro importante autor é o canadense Timothé Feodoroff (2013), que compreende o *land grabbing* como apreensão do controle dos recursos terrestres e benefícios associados a sua utilização. Para o autor temos que desmascarar o discurso em torno das definições, pois cada um (academia, FAO, movimentos) possui uma interpretação política sobre este.

Na área de ciências sociais há diversas definições. O sociólogo brasileiro Sérgio Sauer (2010; 2011), utiliza a palavra estrangeirização como um *novo ciclo da expansão do capital*, que tem como resultado o aumento dos números de conflitos territoriais e fundiários, além de uma elevação no preço da terra, que impacta diretamente as políticas de caráter agrário. Ou seja, a estrangeirização não é um fenômeno novo segundo Sauer (2010; 2011). Em outro trabalho de Sérgio Sauer e Sérgio Pereira Leite (2012), a estrangeirização é abordada como uma corrida mundial por terras intensificada a partir de 2008, sobretudo pelo interesse na produção de agrocombustíveis.

Saskia Sassen (2013), também se dedicou ao estudo do atual controle de terras, em seu artigo publicado na revista científica *Globalizations* define o *Land Grabbing* como a apropriação de terras por estrangeiros, que consiste em um processo antigo, mas que em cada fase é marcado por uma particularidade. O que marca a fase atual do *Land Grabbing* é o interesse na produção de agrocombustíveis. Outro aspecto interessante do trabalho de Sassen (2013) é a distinção que a autora realiza entre o imperialismo do século XIX e XX e o *land grabbing* do século XXI, afirmando que atualmente todo Estado-Nação é soberano,

⁸ Mecanismo internacional na forma de agrupamento informacional de países considerados emergentes, assim, não é um bloco registrado burocraticamente com estatuto e carta de princípios. Atualmente é formado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

⁹ Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein, Kuwait, Iraque e Irã.

por mais fraca que seja esta soberania. Sassen (2013) coloca a estrangeirização como a expressão de uma mudança Geopolítica.

Finalmente, outra socióloga que aborda o *land grabbing* é Fairbairn (2015), que critica o termo estrangeirização, por compreender que este escamoteia atores no processo de apropriação de terras por estrangeiros. Esta autora ainda critica as atuais restrições na compra de terras por estrangeiros no Brasil, expressa através da Lei nº 5.709/71 e do Parecer LA-01 da Advocacia Geral da União, de 2010. De acordo com Fairbairn (2015), as medidas que buscam conter o *land grabbing* são muito territoriais e baseadas em um Estado-Centro, mas o processo é cada vez mais desterritorializado e financeirizado, os capitais são cada vez mais dinâmicos e mais voláteis. Compreendemos que a lei brasileira já não é propícia para um contexto global que vivemos atualmente. Fairbairn (2015) coloca que a melhor defesa contra o *land grabbing* é uma política pública em prol dos pequenos produtores, a favor da soberania alimentar e segurança da posse da terra, pois, em uma país que possui leis eficazes para proteger o direito de acesso a propriedade da terra a camponeses comunidades tradicionais e indígenas, a ameaça externa torna-se menos importante.

Na ciência geográfica, Fernandes (2011), entende a estrangeirização como processo de compra, arrendamento ou qualquer outro tipo de apropriação do território agrícola pelo capital transnacional, é uma nova característica da procura de novos territórios para a expansão da agricultura capitalista. O autor compreende que a estrangeirização está relacionada com crise do aumento do preço dos alimentos devido a uma mudança da matriz energética. Um fator atual é que estamos vivendo um momento de mudança estrutural na produção de energia, em que se eleva o interesse na aquisição de grandes extensões de terra para o cultivo de *commodities* que são matéria-prima para a produção de agrocombustíveis. O campo produtor de alimentos e fibras passa a produzir cada vez mais energia. Neste ponto cabe uma frase do escritor Eduardo Galeano (2010, p. 06): “agora é a vez da soja transgênica, dos falsos bosques de celulose e do novo cardápio dos automóveis, que já não comem apenas petróleo ou gás, mas também milho e cana-de-açúcar de imensas plantações. *Dar de comer aos carros é mais importante do que dar de comer às pessoas*”.

Oliveira (2010; 2011) aborda a respeito da estrangeirização referindo-se a esta como “*mundialização monopolista da agropecuária no mundo*”. Segundo Oliveira (2010; 2011) as empresas multinacionais não estão se tornando proprietárias das terras agricultáveis, mas sim controladoras monopolistas da produção agrícola. Defende que “em termos mundiais há movimentos de capitais na direção de aquisição de terras no universo capitalista neste período histórico, mas ele não é tão diferente do que ocorreu no século XX”. Logo, segundo o autor, não há peculiaridades neste processo, inclusive Oliveira (2010;

2011) expõe que a estrangeirização da terra é uma farsa do atual governo brasileiro para e retirar o foco da reforma agrária. Também apresenta críticas a estrangeirização da terra, alegando que é uma definição falha, pois não considera todos os atores e formas de aquisição/apropriação de terras. Oliveira (2010) considera que a proporção de imóveis rurais em posse de estrangeiros é insignificante, ocupando apenas 0,53% do território do Brasil. Pautado nas críticas de Sauer e Borrás (2016), evidenciamos que Oliveira (2010) em nenhum momento considerou as graves lacunas e equívocos dos registros do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), sem mencionar que Oliveira (2010) utilizou dados do relatório de José Miguel Pretto, publicados em 2008, momento do início da corrida mundial por terras, ou seja, este número provavelmente é muito maior hoje, mas Oliveira (2010) não considerou esta hipótese. Por fim, destacamos que a quantidade de hectares em posse de estrangeiros não é o mais problemático, mas sim os impactos que este processo gera no território e que o fato deste processo ser *insignificante* na dimensão territorial ao ver de um pesquisador não quer dizer que seja insignificante para a população camponesa afetada.

Recentemente Harvey (2014) buscou se inserir no debate do *land grabbing*. Em seu livro “*Seventeen Contradictions and the end of Capitalism*”, dentro da contradição de ‘*propriedade privada e propriedade estatal*’, o *land grabbing* seria um momento contraditório mais intenso, pois coloca em risco a soberania territorial do próprio Estado Nacional, uma vez que este permite e incentiva a apropriação de terras por estrangeiros devido a outros interesses, seja por relações comerciais, mercados e estratégias, mas sempre em nome do capital. Harvey (2014) destaca que isso pode até causar uma guerra interna. Outro trabalho de Harvey bastante utilizado é intitulado de “*The new imperialism*” (2005), que introduz a discussão o conceito de acumulação por espoliação, que compreendemos que é materializado na expropriação de terras de camponeses, indígenas e comunidades tradicionais, a favor da acumulação do capital.

Não apenas a academia se inseriu neste debate instituições e organização multilaterais como a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o *land grabbing* deve necessariamente envolver três elementos fundamentais, sendo: transações em grandes escalas, neste caso acima de 10.000 hectares; participação de governos, tanto na compra quanto na venda de terras em larga escala; terras adquiridas devem ser destinadas a produção de alimentos básicos, neste caso, produção de *commodities* como cana-de-açúcar para agrocombustíveis, mas com especificações (FAO, 2012). Deste modo, observa-se a estreita relação entre estrangeirização e concentração da terra. A postura da FAO ao considerar apenas três elementos para identificar a estrangeirização da terra restringe o processo e camufla casos de apropriação do território. Segundo a classificação da FAO, na América Latina a estrangeirização da terra ocorre apenas na Argentina e no Brasil, não considerando o Paraguai, onde de acordo com

Glauser (2009) cerca de 20% do território está em posse de estrangeiros. Logo, a definição da FAO oculta, em alguns casos, a realidade.

Deste modo, a partir da leitura e análise de artigos, relatórios e livros acima apresentada, observamos que dentre as terminologias utilizadas para se referir ao atual processo de corrida mundial por terras as utilizadas são: *Land Grabbing*, *Acaparamiento de tierra* e estrangeirização da terra. Estas nomenclaturas não se diferem apenas pelo idioma, mas sim pelo sentido que carregam. Ao pé da letra, a tradução de *Land Grabbing* e *Acaparamiento de tierra* para o português seria “*grilagem de terras*”. No Brasil, o termo grilagem de terras é remete a um processo histórico de “*apropriação ilegal de terras públicas por parte de especuladores*” (ALENTEJANO, 2012, p. 355). No inglês o termo “*Grabbing*” sugere a apropriação indevida de ALGO (MARGULIS; MCKEON e BORRAS JR., 2013), ou seja, não importando se é um bem público ou privado, além do mais o significado que o termo *Land Grabbing* carrega remete a um processo novo.

Borras Jr., Kay, Gómez e Wilkinson (2012), ao tratarem desta polemica questão de semântica afirmam que *Land Grabbing* e estrangeirização da terra não são sinônimos e quando se considera como sinônimos há um problema de formulação teórica. Os autores ainda destacam que a estrangeirização é uma dimensão chave e a mais contraditória do processo de *Land Grabbing*. Estes autores possuem esta postura devido ao fato de considerarem que o processo atual de corrida mundial por terras envolve mais do que apenas a apropriação de terras por estrangeiros e que só considerar esta modalidade de apropriação do território reduz o processo. Porém, em nossa definição, consideramos que a estrangeirização também deve ser entendida através de agentes nacionais, que são fundamentais para entender tal processo.

Diante do exposto, torna-se evidente que não devemos utilizar a tradução linguística correta, uma vez que há sentidos diferentes entre a grilagem de terras defendida no Brasil daquela utilizada em países de língua inglesa. Há a necessidade de utilizar uma terminologia de idioma português que de fato expresse o processo de apropriação de terras por estrangeiros, pois defendemos que não devemos importar conceitos, nem no que tange a sua nomenclatura, muito menos no que se refere a sua definição. Neste sentido, nos deparamos com a necessidade de construir a nossa própria reflexão sobre a apropriação de terras por estrangeiros.

Neste sentido, compreendemos o *land grabbing* como *controle de terras*, isto significa o poder de controlar a terra e os recursos a esta associados com a intenção de obter benefícios a partir desse controle, o que significa uma apropriação multidimensional e multiescalar do território envolvendo um novo uso do mesmo, isto é, uma nova territorialidade do capital através de um processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D-R). O controle de terras é um processo histórico, contudo apresenta

novos elementos no século XXI, no qual destacamos o fato de ocorrer no interior de uma convergência de múltiplas crises e do capital financeiro ser um novo agente de extrema importância (FAIRBAIRN, 2014; OUMA, 2014; FREDERICO, 2016). Partimos desta concepção, uma vez que qualquer agente pode exercer o controle sobre a terra, seja este nacional ou estrangeiro, desde modo, a estrangeirização corresponde ao controle de terras pelo capital estrangeiro. Assim, a estrangeirização está inserida em um processo mais amplo de controle de terras. É claro que o processo de estrangeirização em si não exclui a importância dos agentes nacionais, como empresas familiares, latifundiários e o próprio Estado (FAIRBAIRN, 2013).

O nosso objetivo é abordar sobre o processo de apropriação de terras por estrangeiros - sem desconsiderar agentes nacionais. Concordamos que a estrangeirização da terra quando compreendida apenas como compra de terras nacionais por estrangeiros é uma visão limitada e que não explica a realidade, uma vez que o capital possui uma capacidade e necessidade incrível de se territorializar, desterritorializar, reterritorializar, acumular e se mover para onde é mais rentável. Em um contexto de globalização e financeirização da agricultura não podemos falar apenas de compra de terra, devemos considerar outras formas e estratégias adotadas pelo capital transnacional e estrangeiro para se apropriar do território. Essa é uma das principais críticas de Oliveira (2010; 2011) em relação a definição de estrangeirização da terra.

Por isso, a partir da contribuição de cada autor e instituição acima expostas, definimos estrangeirização da terra como um elemento do controle de terras e como a apropriação de terras e de seus benefícios (recursos naturais, água, qualidade do solo, biodiversidade, recursos minerais, entre outros). Esta apropriação pode ser realizada através da compra do imóvel rural, do arrendamento, do contrato de parceria, do contrato de gaveta, das estratégias das corporações em constituírem empresas em nome de terceiros e que possuam uma identidade nacional, das táticas de fusões e *joint-venture* entre empresas nacionais e transnacionais (como o exemplo da Veracel Celulose - *joint-venture* entre Stora Enso e Fibria), das empresas de capital aberto e com ações *Free Float*, ou seja, ações destinadas a livre circulação, da concessão pública para a exploração (como ocorre em Moçambique, uma vez que a terra é propriedade do Estado), do uso de superfície, como caso do Brasil que, inclusive, está presente no Código Civil (2002), no Artigo 1.369¹⁰.

Compreendemos por apropriação o ato de tornar próprio, de adaptar, de adequar, apoderar-se, apossar-se de algo, como definem Fairhead, Leach e Scoones (2013, p. 238) “‘*Appropriation*’ implies the transfer of ownership, use rights and control over resources that

¹⁰ De acordo com este artigo “o proprietário pode conceder a outrem o direito de construir ou de plantar em seu terreno, por tempo determinado, mediante escritura pública devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis”. Segundo conversa com o Ministério Público Federal (MPF), este artigo atualmente é a principal lacuna que empresas estrangeiras utilizam para se territorializar no Brasil.

were once publicly or privately owned - or not even the subject of ownership - from the poor (or everyone including the poor) into the hands of the powerful". Neste sentido, é cabível considerar a estrangeirização da terra como apropriação da terra nacional por estrangeiros, pois a definição/compreensão de apropriação está presente em todas as formas de acesso à terra pelo capital transnacional acima descritas.

Consideramos a estrangeirização da terra como um processo antigo que, devido a globalização, financeirização da economia e aceleração de todas as esferas da vida humana (SANTOS, 2001), adquiriu novas formas e dinâmicas no século XXI. Concordamos com Fernandes (2010; 2011) e Sassen (2013) ao afirmarem que o que move a nova fase da estrangeirização é o interesse na produção de agrocombustíveis e, em alguns casos, na produção de alimentos, considerando sempre que estamos em uma era de mudança no paradigma agroalimentar (MCMICHAEL, 2009; 2013). De acordo com a pesquisa realizada por Sassen (2013), 40% da terra adquirida tem como destino o cultivo de *commodities* para a produção de agrocombustíveis e 25% para a produção de alimentos. Destacando sempre que o controle de terras e a estrangeirização ocorrem no interior de uma convergência de crises: ambiental, alimentar, energética e financeira.

Em um viés geográfico, compreendemos que a estrangeirização da terra produz impactos diretos no território, uma vez que há a *territorialização* da monocultura, os usos cada vez mais intensos de sementes transgênicas e agroquímicos, que desterritorializam culturas alimentares, causam danos imensos ao meio ambiente e a saúde humana. Comunidades inteiras são desterritorializadas, o preço da terra aumenta, pois a demanda é alta, logo, a concentração de terra aumenta. A estrangeirização ainda produz efeitos no território imaterial, uma vez que há uma disputa entre lógicas de mercado e produção, há uma disputa de modelo de desenvolvimento: a estrangeirização, através do agronegócio *versus* o modelo camponês. Há uma disputa entre discursos: "criar medidas para barrar a estrangeirização é um retrocesso, precisamos investir no Brasil" (Aurélio Pavinato, presidente da SLC Agrícola) e movimentos aclamando "*Stop Land Grabbing*" (VIA CAMPESINA, 2011).

Por fim, concordamos com as críticas expostas por Oliveira (2010, 2011) ao afirmar que a estrangeirização é uma "farsa" para tirar o foco da questão agrária e de Marques (2011, p. 12) ao expor que a estrangeirização da terra deu um novo significado a questão agrária, no qual a "*questão agrária resulta da estrangeirização da terra e regime alimentar corporativo*". Contudo, buscamos ir além, porque entendemos que a estrangeirização da terra é um *novo* elemento, de extrema importância, da questão agrária no século XXI, um fator que exige reflexão de todos os atores sociais e que de fato reflete em toda a sociedade, inclusive nas políticas de reforma agrária. Defendemos que uma nação que garante a reforma agrária, que assegura a propriedade da terra aos camponeses, indígenas

e comunidades tradicionais, sofre menores impactos com a estrangeirização da terra. Assim, a reforma agrária não foi superada ou escamoteada, apenas emerge um novo elemento que exige a reflexão e que dificulta o acesso à terra em escala global. A reforma agrária é a principal política contra a estrangeirização da terra, pois o enfraquecimento de programas de acesso à terra e de reforma agrária auxilia na consolidação da estrangeirização.

Questões sobre o controle e estrangeirização da terra

Com base nas definições de estrangeirização da terra já apontadas no início deste artigo podemos observar cinco questões que estão inseridas no debate sobre controle e estrangeirização da terra, mas tais questões evidenciam os equívocos acerca das definições destes processos. A primeira questão é que a maior parte das definições sugere que o controle e estrangeirização da terra só ocorre a partir dos governos e investidores estrangeiros na compra de propriedades de terra dos Estados com fraca governança. Sublinhamos que é necessário considerar o papel da elite nacional, das alianças entre o capital estrangeiro e o capital nacional (FEODOROFF, 2013, p. 14) bem como a importância do Estado anfitrião (FAIRBAIRN, 2013). Estes processos de transferência de terras não ocorre apenas nos Estados com fraca governança, um exemplo claro é a Argentina, que é um país com forte governança, porém 10% de todo o seu território está em posse de estrangeiros (KLIPPHAN e ENZ, 2006) e que ao mesmo tempo empresas argentinas adquirem terras em outros países da América do Sul, como Brasil e Paraguai.

A segunda questão gira em torno da “africanização” do processo. Instituições multilaterais como o caso do Banco Mundial alerta para o controle de terras nos países da África, sobretudo na região Subsaariana. Porém este controle ocorre em todos os continentes como é abordado no livro publicado em 2013 pelo *Transnational Institute* (TNI) com o título “*Land concentration, land grabbing and people’s struggles in Europe*”, em que traz para o debate o controle de terras em países desenvolvidos e com governança eficaz como França, Itália e Alemanha. O mesmo ocorre para a origem das empresas e governos que promovem a estrangeirização da terra. Isso significa que estamos além da lógica Norte-Sul colonial tradicional (FEODOROFF, 2013, p. 14).

A terceira questão é que muitas das definições apresentadas acima centra-se na crise alimentar de 2007/2008 para justificar o aumento do controle de terras e estrangeirização em nível mundial. Realmente ocorreu um aumento da transferência de terras neste período, mas esta leitura da crise alimentar é insuficiente. A nova onda do processo de controle e estrangeirização da terra não pode ser diretamente relacionada com a crise alimentar e com a produção de alimentos, pois observamos estes processos a partir

de megaprojetos não alimentares, para mineração, para a produção de agrocombustíveis, para a proteção da biodiversidade expressa através do “*green grabbing*” (FAIRHEAD; LEACH e SCOONES, 2012, p. 238).

A quarta questão remete aos diretos sobre a terra, em que instituições multilaterais e Estados afirmam a necessidade de melhorar a transparência nas transações de terras, como se a questão fosse técnica e não política, com relações de poder e controle. Por fim, e não menos importante, a quinta controvérsia remete a quantificação dos dados, devido à escassez e falta de confiabilidade nestes. É relevante destacar que muitas transações envolvendo a terra estão em estágios distintos e, às vezes, nem são consumadas de fato, como é o caso de empresas chinesas que anunciaram em 2009 o investimento na compra de terras no estado brasileiro da Bahia e até o momento estes investimentos não foram executados. Isso evidencia que além de saber e mensurar a área envolvida nestes processos, é importante olhar para reconfiguração das relações sociais, políticas e econômicas inseridas neste processo para evitar assim a *fetichização do hectare* (FEODOROFF, 2013; EDELMAN, 2013).

Estas questões aqui levantadas ilustram a necessidade de uma definição geográfica de controle e estrangeirização da terra, uma vez que apresentam pontos equivocados e que reproduzem discursos de certas instituições, agências e governos. Não estamos afirmando que uma definição geográfica seria livre de ideologias, uma vez que a “ideia de ciência neutra é uma ficção, e uma ficção interessada, que permite fazer passar por científico uma forma neutralizada e eufêmica, particularmente eficaz simbolicamente porque particularmente irreconhecível, da reprodução dominante do mundo social” (BOURDIEU, 1976, p. 102). Assim, a contribuição da Geografia é refletir sobre o controle e estrangeirização da terras a partir de uma abordagem territorial.

Tendências e debate paradigmático na estrangeirização da terra

Para a construção deste trabalho optamos pela realização de um debate paradigmático. Paradigma é definido por Kunh (1994, p. 13) como “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes da ciência”. Kunh (1994, p. 219) ainda reforça paradigma como “aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham de um paradigma”. Fernandes (2013) aponta os paradigmas como expressões e representações da materialidade e da imaterialidade. Caminhando além, paradigmas são construções mentais e que contribuem para a elaboração de leituras sobre o campo, desde universidades, governo, empresas e movimentos socioterritoriais.

Deste modo, compreendemos o processo de estrangeirização da terra inserido no debate paradigmático - Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária (PQA). O primeiro autor a escrever sobre o tema foi o sociólogo francês Henri Mendras, que em 1967 publicou o livro “*Le fin des paysans*”, traduzido para o português como “O fim dos camponeses”, em que sustenta que o modelo camponês clássico estaria perdendo sua significação e importância, mas que estes continuam a se reproduzir nas sociedades atuais a partir da integração, ou seja, Mendras (1967) sustenta sua tese no fim do campesinato e reprodução deste como agricultor familiar que, segundo o autor, é integrado com a sociedade moderna.

Outro autor importante para a compreensão deste paradigma é Hugues Lamarche, que é precursor de Mendras e publicou os livros: “*L’Agriculture Familiale: comparaison internationale - une réalité polymorphe*”, publicado em 1992 e “*L’Agriculture Familiale: d’idéal à la réalité*”, publicado em 1993. Lamarche (1993) afirma que toda exploração camponesa é familiar, no entanto nem toda exploração familiar é camponesa. Para o Paradigma do Capitalismo Agrário a questão agrária é algo conjuntural e pode ser superada com a integração do camponês ao mercado, ou melhor, com a integração do agricultor familiar ao mercado. Entende que os conflitos no campo são uma barreira ao desenvolvimento da agricultura capitalista, porém, como aborda Fernandes (2013), o PCA não entende o capitalismo como obstáculo ao desenvolvimento da agricultura camponesa.

Já o Paradigma da Questão Agrária tem como base teórica três teorias com igual importância e que podem ser agrupadas em duas tendências. O primeiro é o livro intitulado “Questão Agrária”, de Karl Kautsky, publicado no ano de 1899, a teoria defendida por Kautsky é a agricultura subordinada à indústria, ou seja, o fim do camponês seria sua subordinação à indústria. A ideia central de Kautsky é que a grande propriedade agrícola é superior em relação a pequena propriedade. A causa dessa superioridade é penetração do capitalismo no campo e a consequência é a industrialização da agricultura. Deste modo, a grande propriedade é a melhor unidade para desenvolver as atividades capitalistas, logo, a pequena propriedade tende a diminuir e desaparecer. A partir do momento que o camponês se subordina a indústria ele se proletariza e deixa de ser camponês, pois não é mais autossuficiente.

Outro autor nesta mesma tendência Vladimir Lenin, que em 1899 publicou o livro intitulado “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”. Lenin defende a teoria da desintegração do campesinato, que tem como base a teoria do desenvolvimento contraditório e desigual de Trotsky e base filosófica em Karl Marx. Lenin classifica o camponês em pobre, médio e rico. O camponês pobre produz essencialmente para o próprio consumo, não conseguindo vender o seu excedente para o mercado. Deste modo, o

camponês pobre vende a sua única mercadoria: a sua força de trabalho, ou seja, assim como Kautsky, Lenin defende a proletarização do campesinato.

Outro autor inserido no Paradigma da Questão Agrária, mas que defende a tendência campesinista ao invés da proletarista é Alexander Vasilovich Chayanov. Este publicou em 1925 “*A organização da Unidade Econômica Camponesa*”, com a teoria da organização da unidade econômica camponesa, em que constata a reprodução do campesinato e não o seu desaparecimento. Esta teoria fundamenta-se no entendimento de que a família trabalha para preencher as necessidades fundamentais dos seus membros e, em um segundo plano, para acumular capital. Chayanov classifica a unidade econômica camponesa como não capitalista pelo fato da ausência de trabalho assalariado.

Para o PQA a questão agrária é algo estrutural do capitalismo e só será superada com o fim deste sistema. A resistência é a marca deste paradigma, o camponês resiste na terra, que é o seu território. O camponês ocupa e luta pelo seu direito de acesso a terra, de estar na terra, é uma luta por território, pelo território de moradia, pelo território de reprodução da família, pela sua história. A partir dos paradigmas ocorre a construção de modelos de desenvolvimento territorial para o campo. Muitos conflitos territoriais entre indígenas, quilombolas, camponeses e agronegócio representam o enfrentamento entre os diferentes modelos de desenvolvimento. Muitas vezes, o Paradigma do Capitalismo Agrário impõem modelos de desenvolvimento para o campo brasileiro, esta imposição gera, quase sempre, conflitos. Os projetos de desenvolvimento territorial que enfocam o campo não consideram os conflitos, isso pode gerar o fracasso, uma vez que ignoram um dos principais movimentos do desenvolvimento: os conflitos sociais (FERNANDES, 2010).

O modelo de desenvolvimento defendido pelo Paradigma do Capitalismo Agrário se expressa através de políticas públicas que visam a integração do agricultor ao mercado, como se a submissão deste ao capital fosse a melhor maneira de resolver os problemas presentes no campo brasileiro, através do discurso de modernização e de inovação. Pesquisadores brasileiros, responsáveis pela elaboração de políticas públicas deste paradigma buscam em estudos e experiências realizadas, sobretudo na Europa, defender a mecanização e modernização do agricultor brasileiro, muitas vezes desenvolvendo projetos não considerando a realidade brasileira, “importando” políticas da Europa. Também promovem políticas públicas que beneficiam o agronegócio, as grandes empresas, o capital estrangeiro, promovendo a estrangeirização da terra.

O modelo de desenvolvimento proposto pelo Paradigma da Questão Agrária considera os conflitos existentes no campo. Suas políticas caminham no sentido de fortalecimento do campesinato, da agroecologia, da soberania alimentar e da reforma agrária. Considera a ocupação de terra como uma intensa maneira de acesso à terra, pois ela caminha contra a lógica do agronegócio. Para este paradigma o controle e a

estrangeirização da terra se configuram como processos negativos, como a perda do seu território e da sua soberania em diversos âmbitos - econômico, territorial e alimentar.

Inserido neste debate paradigmático é que compreendemos o processo de controle e estrangeirização da terra. Como expresso acima, não há um consenso sobre as definições destes processos (inclusive de nomenclatura) e sim uma diversidade de compreensão variando de acordo com os autores, Estados, instituições multilaterais, órgãos internacionais e movimentos socioterritoriais. Cada paradigma exposto acima compreende os processos de transferência de terra de uma maneira, sobretudo no que diz respeito à um modelo de desenvolvimento, pois por exemplo a *territorialização* de estrangeiros no Brasil através da compra ou arrendamento de terra é vista como um desenvolvimento e oportunidade de maximizar investimentos e oportunidades, como uma inovação para o Paradigma do Capitalismo Agrário. Os maiores defensores dessa vertente da estrangeirização da terra são as empresas transnacionais e instituições multilaterais, como o Banco Mundial. Já a postura do Paradigma da Questão Agrária caminha no sentido da necessidade de se deter a estrangeirização da terra, pois estamos perdendo a nossa soberania territorial, econômica e alimentar. Os principais defensores deste paradigma são os movimentos socioterritoriais expressos na figura da Via Campesina. De acordo com Borras Jr.; Franco e Wang (2012), os movimentos socioterritoriais que são contra a estrangeirização da terra são logisticamente debilitados e politicamente isolados, suas campanhas tem caráter estratégico, porém sem muitos componentes táticos.

A partir desta exposição sobre o controle e estrangeirização da terra no debate paradigmático e análise da produção acadêmica sobre o referido processo, classificamos três tendências a partir da reflexão sobre as atuais pesquisas que abordam de alguma forma o controle e a estrangeirização da terra: 1) Controle e estrangeirização da terra como processos positivos, com o discurso da regulamentação para facilitar o acesso do capital transnacional as propriedades de terras; 2) Como uma alternativa para maximização de oportunidades; 3) Ambos processos como algo negativo, que coloca em risco a soberania territorial, econômica e alimentar dos países. Classificamos as duas primeiras tendências inseridas no Paradigma do Capitalismo Agrário e a última tendência dentro do Paradigma da Questão Agrária.

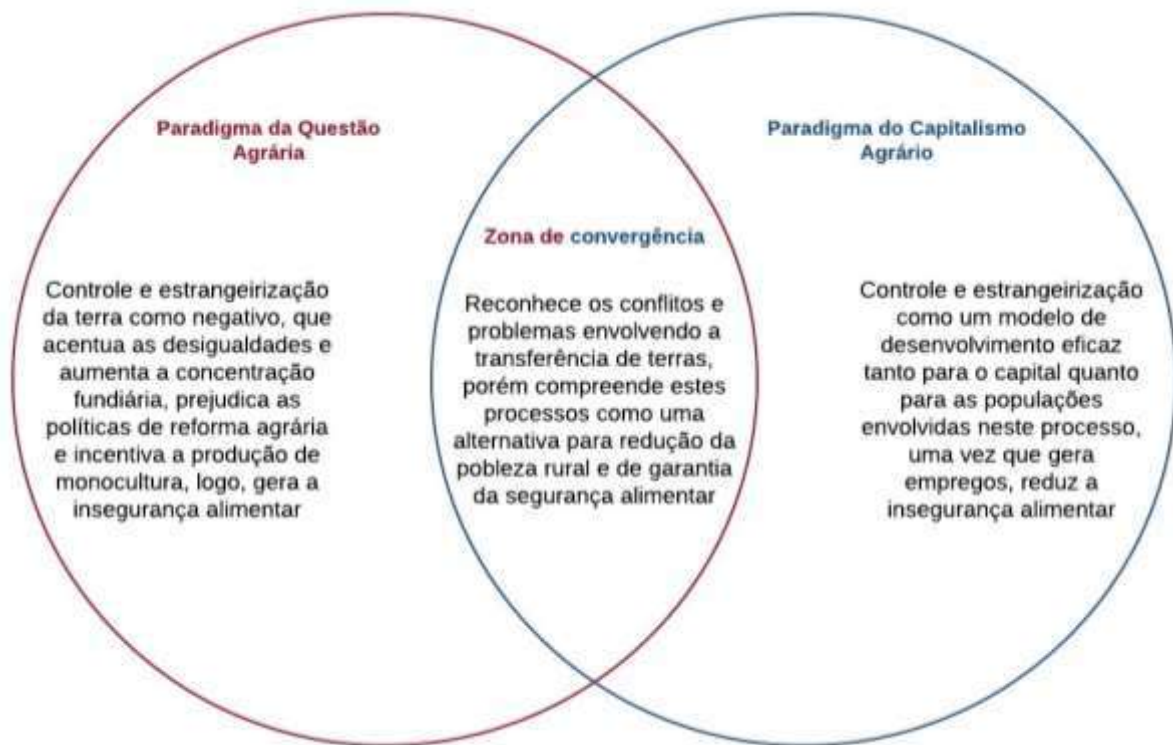
A primeira tendência concebe o elevado interesse na aquisição de terra como algo positivo, com o discurso que devemos continuar a abrir o mercado de terras, atrair estrangeiros em grande escala, proteger os investidores, implantando regras para transações de terra em escala global. Esta tendência tem como lema “*regular para facilitar as transações de terras*”. Segundo Borras Jr.; Franco e Wang (2012) esta tendência tem como premissa a crença que as transações de terra em larga escala é um fenômeno desejado. Esta tendência defende a governa eficaz da terra e a transparência nestes

projetos que aquisição, afirmando que quando realizada de forma correta, a estrangeirização traz apenas benefícios.

Os adeptos desta tendência são instituições multilaterais como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Organização Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e alguns acadêmicos como o economista estadunidense Klaus Deininger, que elenca os benefícios da estrangeirização como: melhoria da infraestrutura social, geração de emprego e postos de trabalho, permite o acesso ao mercado e tecnologias pelos agricultores locais e maiores impostos locais (DEININGER, 2011). É relevante destacar que em 2011 o Banco Mundial publicou o relatório *“Rising Global Interest in Farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?”*, que reconhece que a estrangeirização tem ocorrido em escala global, sobretudo em países que apresenta uma fraca governança da terra. Em sua proposta, o Banco Mundial define sete princípios voluntários com o objetivo de auxiliar ao investimento ‘sustentável’.

A segunda tendência caminha no reconhecimento dos impactos da transferência de terras, mas aborda o controle e estrangeirização como oportunidades de minimizar os impactos negativos e maximizar as oportunidades durante a aquisição de terras. Utiliza o discurso que diante da necessidade do desenvolvimento de áreas rurais, redução da pobreza rural e incapacidade de determinados Estados de executar tal tarefa, a estrangeirização de terra é concebida como uma oportunidade de incrementar o investimento nestas áreas, ligando pequenos agricultores a grandes corporações, configurando uma tendência inserida no Paradigma do Capitalismo Agrário. Esta tendência procura encontrar soluções práticas e imediatas, propondo regras para o controle e estrangeirização, concebendo tais processos como inevitáveis. Esta tendência está localizado no que definimos como *zona de contato* ou *sobreposição*.

Por fim, a última tendência se posiciona contrária ao controle e estrangeirização da terra, afirmando que não são um modelo para redução da pobreza rural e promoção da segurança alimentar. Este modelo serve, na realidade, apenas para a acumulação do capital e lucro de grandes grupos empresariais. “A estrangeirização da terra é parte do problema e não é a solução” (FEODOROFF, 2013, p. 20). A Via Campesina é a maior expressão desta tendência. Em 2011 este movimento publicou o documento intitulado *“Alianza Global Contra el Acaparamiento de Tierras”*, em que afirma que a estrangeirização ameaçam a identidade comunitária dos camponeses, povos indígenas, comunidades tradicionais e produtores de pequena escala. A partir destas três tendências esboçadas acima elaboramos um organograma inserindo tais tendências no debate paradigmático (Organograma 01).

Organograma 01: Classificação das tendências da estrangeirização de terras.

Org.: PEIREIRA, L. I. (2017).

A concepção do controle e estrangeirização da terra como processos negativos, visando apenas a acumulação de capital e reprodução do modelo hegemônico de produção está inserida na tendência camponesa do Paradigma da Questão Agrária. Já estes processos abordados como um modelo de desenvolvimento eficaz, ou seja, a postura assumida pelo Banco Mundial, é classificada na tendência do agronegócio inserida no Paradigma do Capitalismo Agrário. Finalmente, a tendência da controle e estrangeirização da terra como alternativas para a redução da pobreza e promoção da segurança alimentar está inserida na zona de contato/convergência entre o Paradigma do Capitalismo Agrário e Paradigma da Questão Agrária, em que a cada momento tende mais para um paradigma. Dentre as instituições e agências financeiras a favor da estrangeirização estão: o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), FAO, embora esta última reconheça os efeitos gerados pela estrangeirização da terra, colocam este processo como possibilidade de diminuição da fome e pobreza no mundo. Em posição contrária a estrangeirização da terra há movimentos como Via Campesina, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹¹, iniciativas como *Food Firs*¹².

¹¹ Recentemente o MST anunciou o interesse em discutir o processo de estrangeirização da terra. "MST quer debate sobre compra de terras por estrangeiros no Brasil". Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/mst-quer-debate-sobre-compra-de-terras-por-estrangeiros-no-brasil/>>. Acesso em: 29 out. 2015.

¹² Maiores informações disponíveis em: <<https://foodfirst.org/>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

Considerações Finais

A partir do exposto observa-se o destaque que os processos que envolvem transferência de terras para o capital tem adquirido em escala global. Com dimensão que estes processos alcançaram se faz necessário o debate sobre o que cada pesquisador, instituição, governo e movimentos socioterritoriais compreende pelos mesmos e este foi um dos objetivos deste artigo. Cada uma das posições assumidas pelos agentes envolvidos nestes processos não estão livres de intenções, logo, estão inseridas em um debate paradigmático. Procuramos neste trabalho elaborar uma definição de controle e, sobretudo, de estrangeirização da terra, pois a compreensão do problema depende da forma de como este é respondido, portanto, a definição do que de controle da terra e estrangeirização são fundamentais. Compreendemos por controle de terras como o poder de controlar o território nas suas múltiplas dimensões e escalas. A estrangeirização é entendida como apropriação de terras em escala global, apropriação esta realizada através de compra, arrendamento, concessão de uso, parcerias, *joint-ventures* e fusões, ou seja, tudo que envolve a *territorialização* e *territorialidade* do capital transnacional, isto significa, o controle do território pelo capital estrangeiro.

Neste sentido, a utilização de território como categoria de análise é fundamental, pois os processos aqui discutidos geram intensos impactos territoriais através da *territorialização* de uma planta agroindustrial, de uma monocultura, que desterritorializa camponeses e policultura, inclusive desterritorializa suas práticas agroecológicas de produção em favor da agricultura mecanizada e do uso de agrotóxicos e sementes transgênicas. O controle e estrangeirização também se fazem presentes através da *territorialidade* do capital em território camponês, como é o caso da integração do camponês ao mercado capitalista transnacional. O território continua sendo camponês, mas o seu uso é do capital. Diante deste cenário, os movimentos socioterritoriais lutam pelo seu território através de manifestações de diversas tipologias, ocupações de terras devolutas, realização de eventos, disseminação de informes sobre a verdadeira face do agronegócio, ou seja, propõe outro modelo de desenvolvimento territorial frente ao modelo de desenvolvimento defendido pelos agentes hegemônicos. Ou seja, além de uma luta pela terra, há uma luta por um modelo de desenvolvimento igualitário. A principal contribuição da Geografia para a definição de estrangeirização é a abordagem territorial.

Dentre as questões levantadas sobre o controle e estrangeirização da terra evidenciamos que estes processos não são recentes, porém adquiriram um considerável enfoque desde o início do século XXI. Instituições multilaterais como FAO e Banco Mundial sustenta o discurso de que esta nova onda foi causada devido à crise dos preços de

alimentos em 2007/2008 em que o aumento dos preços dos alimentos estaria relacionado com a escassez da oferta de alimentos. Surgem políticas de aumento de produção agrícola, governos e empresas buscando terras para produção de diversas *commodities*. No entanto, esta é uma visão parcial, uma vez que não é correto falar em uma escassez de alimentos, uma vez que a produção de alimentos em escala global é necessária para alimentar toda a população terrestre (REDE AMIGOS DE LA TIERRA, 2011). Ou seja, a crise não tem origem no fator de produtividade e sim na crise financeira do mesmo período. Concomitante há outras crises, como ambiental, climática, energética e mudança de um paradigma alimentar (MCMICHAEL, 2013). Precisamos discutir sobre as forças globais que moldam a estrangeirização.

Destacamos que há um intenso debate a respeito do *land grabbing*, acaparamiento e estrangeirização, uns considerando os três processos como sinônimos, outros criticando e afirmando que o *land grabbing* e acaparamiento estão além da estrangeirização. Diante disso, utilizamos o termo controle de terras para se referir ao processo de *land grabbing*, entendido em um sentido de *land control* e a estrangeirização da terra como um elemento central desse processo.

Por fim, destacamos que muitos governos veem estes processos como uma alternativa para o desenvolvimento e crescimento no mercado internacional, assim incentivam empresas transnacionais e outros governos a instalarem em território nacional, que muitas vezes não tem os resultados esperados. Por isso iniciamos este texto com a frase do ilustre Eduardo Galeano “*Cresço para fora, para dentro me esqueço*”. Alguns países, ao contrário, estão barrando tal processo, como é o caso do governo do Brasil que em 2010 instaurou o Parecer LA-AGU 01¹³, dificultando a *territorialização* do capital transnacional no Brasil. Contudo, empresas transnacionais e governos criam estratégias legais, e até mesmo ilegais, para continuar seus investimentos nestes países. Por este motivo, defendemos que a medida eficaz para regular a estrangeirização da terra não é a promulgação de leis, mas sim a reforma agrária e garantia de direitos das comunidades tradicionais, indígenas e camponesas, uma vez quando este direito é garantido, a ameaça da estrangeirização da terra torna-se pequena.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. Campinas: Hucitec, 1992.

¹³ Após ao golpe e ascensão de Michel Temer (PMDB) à presidência do Brasil, muito se discute a respeito da liberação da aquisição de terras por estrangeiros no país. Mídias nacionais como Valor Econômico, O Estado de S. Paulo e Canal Rural frequentemente tem publicado reportagens sobre a votação desta liberação. Contudo, até a data de fechamento deste artigo, o Parecer LA-AGU 01 não foi revogado.

ALENTEJANO, Paulo Roberto. Estrutura Fundiária. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo Roberto; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 355-360.

BANCO MUNDIAL. **Rising Global Interest in Farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?**. Washington DC: The World Bank, 2010.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer. **Towards a Broader View of the Politics of Global Land Grab: rethinking land issues, reframing resistance**. ICAS Working Paper Series, 2010.

BORRAS JR, Saturnino; HALL, Ruth; SCOONES, Ian; WHITE, Ben. WOLFORD, Wendy. Towards a better understanding of global land grabbing: an editorial introduction. **Journal of Peasant Studies**, v. 38, n. 2, p. 209-216, 2011.

BORRAS JR., Saturnino; FRANCO, Jennifer; WANG, Chunyu. **Tendencias políticas en disputa para La gobernanza global del acaparamiento de tierras**. Haia: Transnational Institute, 2012.

BORRAS JR, Saturnino; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Land grabbing and global capitalism accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 04, p. 402-416, 2012.

BORRAS JR, Saturnino; KAY, Cristóbal; GÓMEZ, Sergio; WILKINSON, John. Acaparamiento de tierras y acumulación capitalista: aspectos clave en América Latina. **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, v. 38, n. 01, p. 75-103, 2013.

BOURDIEU, Pierre. Le Champ Scientifique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 2-3, jun. 1976, p. 88-104.

BRASIL. Lei nº 5.709, de 07 de outubro de 1971. Regula a Aquisição de Imóvel Rural por estrangeiro Residente no País ou Pessoa Jurídica Estrangeira Autorizada a Funcionar no Brasil. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos Jurídicos.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Brasileiro. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos jurídicos.

BRASIL. Parecer nº LA 01, de 19 de agosto de 2010. Revisão do Parecer GQ-181 de 1998 e GQ-22 de 1994. **Presidência da República Casa Civil** - Subchefia para assuntos jurídicos.

CHAYANOV, Alexander Vasilevich. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925) 1974.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã Editora, 1996.

CHESNAIS, François. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

DEININGER, Klaus. Challenges posed by new wave of farmland investment. **The Journal of Peasant Studies**, v. 30, n. 2 p. 217-247, 2011.

DEININGER, Klaus; BYERLEE, Derek; LINDSAY, Jonathan; NORTON, Andrew; SELOD, Harris; STICKLER, Mercedes. **Rising Global Interest in Farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?**. Washington D.C.: The World Bank, 2011.

FAIRBAIRN, Madelaine. Indirect dispossession: domestic power imbalances and foreign access to land in Mozambique. **Development and Change**, v. 44, n. 02, p. 335-356, 2013.

FAIRBAIRN, Madelaine. 'Like gold with yield': evolving intersections between farmland and finance. **The Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 05, p. 777-795, 2014.

FAIRBAIRN, Madelaine. Foreignization, financialization and land grab regulation. **Journal of Agrarian Change**, v. 15, n. 4, p. 581-591, 2015.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, 237-261.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Global agriculture towards 2050**. 2009.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. Climate change and bioenergy challenges for food and agriculture. **High-Level Expert Forum**. Roma, out. 2009.

FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura. **Dinámicas del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**: concentración y extranjerización. Roma: FAO, 2012.

FEODOROFF, Timothé. Quelques clés de lecture pour comprendre et analyses l'accaparement des terres. **Revue Possibles**, p. 12-22, 2013.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Espacialização e territorialização da luta pela terra**: a formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no estado de São Paulo. São Paulo, 1994. 208 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de territórios. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. SPOSITO, Eliseu Savério; SANT'ANNA NETO, João Lima (Org.). **Uma Geografia em Movimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 505-560.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Caderno de Conflitos no Campo de 2010**, Comissão Pastoral da Terra: Goiânia, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente, 2013, 344 f. Tese (Livre Docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

FREDERICO, Samuel. **Território, Capital Financeiro e Agricultura**. Investimentos financeiros estrangeiros no agronegócio brasileiro. Relatório de Pós Doutorado. Laboratoire Dynamiques Sociales et Recomposition des Espaces (Ladyss), Universidade Paris 8, 213 f, 2016.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. São Paulo: L&MP (1971), 2010.

GLAUSER, Marcos. **Extranjerización del territorio Paraguay**. Asunción: BASE Investigaciones Sociales, 2009.

GONÇALVES, Elienai Constantino. **Disputa territorial entre o movimento camponês e o agronegócio canavieiro em Teodoro Sampaio - SP**. Presidente Prudente, 2011. 160f.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

HARVEY, David. **The New Imperialism**. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, David. **Seventeen Contradictions and the end of Capitalism**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

HODGSON, Stephen; CULLINAN, Cormac; CAMPBELL, Karen. **“Land Ownership and Foreigners: a comparative analysis of regulatory approaches to the acquisitions and use of land by foreigners”**. FAO Legals Papers: Roma, 1999.

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, (1899), 1986.

KLIPPHAN, Andrés; ENZ, Daniel. **Tierras S.A.: crônicas de um país rematado**. Buenos Aires: Aguilar, 2006.

KUHN, Thomas Samuel. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1994.

LAMARCHE, Hugues. **L’Agriculture Familiale: comparaison internationale - une réalité polymorphe**. L’Harmattan: Paris, 1992.

LAMARCHE, Hugues. **L’Agriculture Familiale: d’utopie à la réalité**. L’Harmattan: Paris, 1993.

LÊNIN, Vladimir. **O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Nova Cultural (1899), 1985.

MARGULIS, Matias; MCKEON, Nora & BORRAS JR., Saturnino. Land Grabbing and global governance: critical perspectives. **Magazine Globalization**, v. 10, n. 1, p. 01-23, jan. 2013.

MCMICHAEL, Philip. Land Grabbing as security mercantilism in international relations. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 47-64, jan. 2013.

MENDRAS, Henri. **Le fin des paysans**. Paris: Seuil, 1967,

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A questão da aquisição de terras por estrangeiros no Brasil - um retorno aos dossiês. **Revista Agrária**, n.12, p. 03-113, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Tragédia e farsa, a compra de terras por estrangeiros. **Jornal Le Monde Diplomatique Brasil**, 02 set. 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A mundialização da agricultura brasileira. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; LIRA, Elizeu Ribeiro; CABRAL, José Pedro Cabrera; SANTOS, Roberto de Souza (Org.). **Território em Conflito, Terra e Poder**. Goiânia: Kelps, 2014, p. 17-103.

OUMA, Stefan. Situating global Finance in the land rush debate - A critical review. **Geoforum**, n. 57, p. 01-14, 2014.

OYA, Carlos. Methodological reflections on “land grab” databases and the “land grab” literature “rush”. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, p. 503-520, set. 2013.

PEREIRA, Lorena Izá. **O processo de estrangeirização da terra no Brasil: um estudo de caso da empresa Umoe Bioenergy no município de Sandovalina (SP)**. Presidente Prudente, 2015, 174 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente.

PRETTO, José Miguel. **Imóveis rurais sob propriedade de estrangeiros no Brasil**. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), 2008.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 17-35.

REDES. Amigos de la tierra. **Acaparamiento de tierras en el Cono Sur**: una guía informativa. Montevideo: REDES, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**: do pensamento único a consciência universal. Editora Record: São Paulo, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 73-94.

SASSEN, Saskia. Lands grabs today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v. 10, n. 1, p. 25-46, fev. 2013.

SAUER, Sérgio. Demanda mundial por terras: “land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil? **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 4, n. 1, 2010.

SAUER, Sérgio. Corrida mundial por terras e direitos territoriais no Brasil. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 4, 2011.

SAUER, Sérgio; LEITE, Sérgio Pereira. Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural da ESALQ**, v. 50, n. 3, 2012.

SAUER, Sérgio; BORRAS JR., Saturnino ‘Jun’. ‘Land Grabbing’ e ‘Green Grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **Revista Campo Território**, Ed. Especial Land Grabbing, Grilagem e Estrangeirização de terras, n. 23, v. 11, p. 06-42, 2016.

SOUZA, Marcelo Lopes. ‘Território’ da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. SAQUET, Marco Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p. 57-72.

TNI. Transnational Institute. **Land concentration, land grabbing and people’s struggles in Europe**. Amsterdam: TNI, 2013.

VIA CAMPESINA. **Alianza Global Contra el Acaparamiento de Tierras**. Jacarta: Via Campesina, 2011.

VIA CAMPESINA. **Stop Land Grabbing!**. Mali: Via Campesina, 2012.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 19 de maio de 2017.

Estrangeirização de terras: disputas paradigmáticas e territoriais no PA São Judas (MS)

Lara Dalperio Buscioli

Mestre em Geografia pela Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” - Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT/UNESP).

Membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

e-mail: lara.dalperio@gmail.com

Resumo

O processo de estrangeirização de terras é histórico e se intensifica a partir da crise de 2007/2008, com a procura de diversos países por territórios para produção de *commodities*, como no Brasil. Consideramos este processo como a apropriação de terras por estrangeiros, partindo de várias dimensões (material e imaterial), gerando vários impactos territoriais. E o discurso sobre este processo baseia-se na geração de emprego, crescimento econômico, sustentabilidade e segurança alimentar para a população mundial e está relacionado aos paradigmas existentes para a análise do campo brasileiro, bem como com os modelos de desenvolvimento. No caso brasileiro temos o grupo francês Louis Dreyfus Commodities, com forte produção de cana-de-açúcar no município de Rio Brilhante no Mato Grosso do Sul, gerando alguns conflitos territoriais com o assentamento PA São Judas e resistências por parte do movimento socioterritorial MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Palavras-chave: Território; movimentos socioterritoriais; assentamento rural; paradigmas; Louis Dreyfus Commodities.

Land foreignization: paradigmatic and territorial disputes in PA São Judas (MS)

Abstract

The land foreignization process is historical and intensified from the 2007/2008 crisis, with demand from different countries for territory for the production of commodities, as in Brazil. We consider this process as the appropriation of land by foreigners, starting from several dimensions (material and immaterial), generating several territorial impacts. And speaking about this process is based on job creation, economic growth, sustainability and food security for the world's population and is related to the existing paradigms for the analysis of the Brazilian countryside, as well as the development models. In Brazil we have the French group Louis Dreyfus Commodities with strong production of sugarcane in Rio Brilhante municipality in Mato Grosso do Sul, generating some territorial conflicts with the agricultural nestings PA São Judas and resistance of the socioterritorial movement MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Keywords: Territory; socioterritorial movement; rural settlement; paradigms; Louis Dreyfus Commodities.

Acaparamiento de tierras: conflictos paradigmáticos y territoriales en el PA São Judas (MS)

Resumen

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 36 - Dossiê	pp. 133-158	2017
--------------	---------------------	-------------------------	-------------	------

El proceso de acaparamiento tierra es histórica y se intensificó a partir de la crisis de 2007/2008, con la demanda de los diferentes países por el territorio para la producción de commodities, como en Brasil. Consideramos este proceso como la apropiación de tierras por extranjeros, a partir de múltiples dimensiones (materiales e inmateriales), generando diversos impacto territorial. Y el discurso de este proceso se basa en la creación de empleo, el crecimiento económico, la sostenibilidad y la seguridad alimentaria de la población mundial y se relaciona con los paradigmas existentes para el análisis del campo brasileño, así como los modelos de desarrollo. En Brasil tenemos el grupo francés Louis Dreyfus Commodities con una fuerte producción de caña de azúcar en el municipio de Rio Brilhante en Mato Grosso do Sul, lo que genera algunos conflictos territoriales con el asentamiento PA São Judas y la resistencia del movimiento socioterritorial MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Palabras-clave: Território; movimientos socioterritoriales; assentamientos rurales; paradigmas; Louis Dreyfus Commodities.

Introdução

Este artigo foi desenvolvido para a disciplina “Teoria dos Territórios e da Questão Agrária” ministrada por Bernardo Mançano Fernandes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’ *campus* de Presidente Prudente. A disciplina teve como principal objetivo debater sobre as questões que envolvem a construção do conhecimento geográfico (método, teorias, conceitos, categorias, políticas e paradigmas) com foco no território (material e imaterial) e, a questão agrária a partir da leitura de dois paradigmas: Paradigma da Questão Agrária e Paradigma do Capitalismo Agrário, finalizando com o debate acerca dos conceitos de movimentos sociais, socioespaciais e socioterritoriais.

Nesse sentido, o presente trabalho apresenta discussões iniciais sobre o processo de estrangeirização de terras aliado aos debates sobre os territórios, os movimentos socioterritoriais, os paradigmas contidos na geografia agrária: Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) e Paradigma da Questão Agrária, bem como exemplificar estas questões com o francês Grupo Louis Dreyfus Commodities (LDC) e o assentamento rural PA São Judas ambos no município de Rio Brilhante no estado do Mato Grosso do Sul.

Inicialmente apresentamos o conceito de território com a utilização dos autores Raffestin (1993; 2009), Fernandes (2008; 2009) e Saquet (2011; 2013) entendendo que o espaço é anterior ao território, onde este deve ser visto a partir da sua multidimensionalidade dentro de um contexto histórico, no qual o processo de estrangeirização de terras é um elemento importante para sua análise. Em seguida discutimos o conceito de movimentos socioterritoriais que também lutam contra o processo de estrangeirização, apresentados por Pedon (2009), Sobreiro Filho (2010), Fernandes (2005), em que o objetivo de conquistas desses sujeitos organizados é o território sendo considerado em nossa análise, por meio do campesinato, como o assentamento rural, ou seja, o território camponês. Debate este realizado por Fernandes (2012), Mazoyer e Roudart

(2010), Marques (2008), D'Aquino (2011), no qual este território é impactado diretamente e indiretamente pela estrangeirização de terras.

Posteriormente, apresentaremos o debate paradigmático por meio dos paradigmas PCA e PQA, aliando ao conceito de estrangeirização de terras apresentando as diferentes visões sobre este processo com os autores Borras Jr; Franco (2010; 2012), Fernandes (2009; 2011), Deininger (2011) etc. E para complementar nossas análises, apresentaremos este debate por meio do discurso do grupo francês Louis Dreyfus Commodities frente à realidade no assentamento PA São Judas em Rio Brilhante no estado do Mato Grosso do Sul (MS), onde ele é impactado a partir da perda da produção, da passagem do caminhão e da desterritorialização do campesinato.

O conceito de território para entendermos o processo de estrangeirização de terras

Ao longo dos anos o conceito de território vem sendo trabalhado a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas. Segundo Fernandes (2008), a definição dos conceitos é uma atividade do intelecto construída a partir do movimento entre realidade, teoria e método, agindo segundo suas intencionalidades – com propriedades de pensamentos e da ideologia. Desta forma, compreendemos que o “território assume distintos significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais dominantes” (Saquet, 2013, p. 27).

Raffestin (2009) mostra que é “fundamental entender como o espaço está em posição que antecede ao território, porque este é gerado a partir do espaço, construindo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível” (p. 26). Ou seja, para o autor espaço e território são diferentes, não são termos equivalentes. Sobre o espaço, partimos da concepção de Santos (2006), que o conceitua como um conjunto indissociável, solidário e contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações. Assim, não entendemos o espaço sem as relações sociais.

O elemento *poder* é importante e central para analisarmos este conceito e também as relações que é onde ele surge, conforme Raffestin (1993, p. 53) aponta “A intencionalidade revela a importância das finalidades, e a resistência exprime o caráter dissimétrico que quase sempre caracteriza as relações”.

Neste sentido, os seres humanos ocupam pontos no espaço se distribuindo, relacionado com a distância (termos espaciais, temporais, psicológicos ou econômicos) à interação (política, social, econômica e cultural) entre os diferentes locais resultando em jogos de oferta e procura que conduz a sistemas de nós, redes e malhas hierárquicas no

espaço constituindo de algum modo no território, assegurando o controle de vários elementos (RAFFESTIN, 1993).

Segundo o autor “toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede” (p. 150), ou seja, “do Estado ao indivíduo, passando por todas as pequenas organizações ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que ‘produzem’ o território” (p. 152).

Por exemplo, temos o processo de estrangeirização de terras que produz um território capitalista, que envolve vários interesses, que tem como fator determinante a obtenção de terras, mas como vimos não é o único. Os sujeitos que estão envolvidos compõem uma “rede” de interesses e de subsídios do Estado que promove esse processo. HLPE (2011) afirma que os investimentos no processo de estrangeirização de terras, podem ser realizados de forma direta ou indireta, nacional e internacional, produtivo e especulativo

Partindo da análise de território nas proposições de Saquet (2013), o autor apresenta que “as relações de poder têm sido efetivadas historicamente, em consonância com as características de cada sociedade. Envolvem relações (i)materiais, tanto geopolítica como econômica e culturalmente” (p. 27), bem como o conceito de território que assume distintos significados. Isto envolve tanto das comunidades (camponeses/indígenas/quilombolas etc.) como do agronegócio estrangeiro que disputam o território e seu controle. Ou seja, são lutas que envolvem o campo das relações de forças são políticas, culturais, de identidades - étnicas, de manutenção de territorialidade etc. em diversas escalas.

Deste modo, o território está num campo de forças de relações socioespaciais, pois ele é produzido “espaço-temporalmente pelo exercício do poder por determinado grupo ou classe social, ou seja, pelas territorialidades cotidianas” (SAQUET, 2013, 127), sendo também uma condição da territorialização, em que as territorialidades a dão características em consequente ao território, que é apropriado e produzido pelas dimensões econômicas, culturais e políticas, com diferentes escalas e temporalidades, determinando assim a sua desterritorialização, reterritorialização e as novas territorialidades (SAQUET, 2013).

Fernandes (2008; 2009a) também compreende o território através do conflito, bem como o processo de estrangeirização de terras que está relacionada com as relações de poder no território. Para o autor o território é construído a partir do espaço geográfico, em que o espaço é anterior ao território, sendo cada território uma totalidade - multidimensional (FERNANDES, 2008). O sentido da disputa está na essência do conceito de território, que contém como princípios: soberania, totalidade, multidimensionalidade, pluriescalaridade, intencionalidade e conflitualidade (FERNANDES, 2009a).

Para o autor existem duas formas de territórios e três tipologias, num sentido de superação do entendimento do território enquanto Estado-nação. As formas do território são: materiais e imateriais, e suas tipologias: o primeiro, segundo e terceiro território (FERNANDES, 2008; 2009a).

O território imaterial é a base que sustenta todos os territórios e está relacionado com o controle/domínio sobre a construção do conhecimento e interpretação do mesmo, ou seja, ele é a determinação de uma relação de poder. Ele pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades e do campo da política, contribuindo para entendermos os diferentes tipos de território material. Já o território material são os fixos e fluxos, como estudado por Santos (1978 e 1996). Os fixos e fluxos são “os espaços de governança, as propriedades privadas e os espaços relacionais, que possibilitam distinguir os territórios do Estado, os públicos e os particulares, constituídos a partir de diferentes relações sociais” (FERNANDES, 2009a, p. 9).

Para entender melhor o movimento das relações pelas classes sociais na produção dos diversos territórios, o autor dentro da sua análise propõe diferentemente dos outros autores uma tipologia de território, ou seja, o primeiro, segundo e terceiro território. Ao nosso entendimento o processo de estrangeirização de terras influencia todos esses territórios.

O primeiro território é o espaço de governança da nação, para compreendê-lo é necessário entender o segundo e o terceiro território. “Está organizado em diversas escalas e instâncias. Estados, províncias, departamentos e municípios são frações integradas e independentes do primeiro território” (2009a, p. 11). Este tipo de território é extremamente importante para analisarmos os incentivos que as empresas estrangeiras têm para instalarem outros países para produção de commodities, no segundo e terceiro território.

O segundo território é a propriedade, onde ocorre o processo de estrangeirização, que podem ser variadas: “as propriedades privadas não capitalistas, familiares ou comunitárias, e as propriedades capitalistas” (2009a, p. 12). A propriedade privada é definida pelo valor de uso e de troca. Por exemplo, o capital se estabelece com a consolidação do território capitalista, que por sua vez, constroem e reproduzem (de modo desigual) outros territórios não capitalistas. Essa construção é conflitante, gerando disputas territoriais permanentes. Neste sentido, é pela relação e dominação que o capital concentra/domina os territórios, como a dominação de todo o complexo do agronegócio estrangeiro subalternizando o campesinato e os indígenas por meio do trabalho ou das formas de uso do território que é o terceiro;

O terceiro território está relacionado com as diferentes formas de uso dos territórios, como no fragmento a seguir: “Outro exemplo de terceiro território pode ser esclarecido pela circulação da mercadoria. Empresas expandem e perdem territórios de acordo com o aumento e diminuição do consumo de seus produtos” (2009a, p. 14). A estrangeirização de terras remodela e modifica algumas estruturas globais tanto de consumo e produção, assim

ocorre estratégias para a sua territorialização, formas de uso do território, estando ligado em escala global.

O território e a existência dos movimentos socioterritoriais

Partimos da concepção de que os movimentos socioterritoriais se formam a partir da história de luta dos sujeitos, pelo processo de dissidências devido a conflitos no interior dos movimentos e a partir das contradições da sociedade, manifestando nos processos de territorialização e/ou espacialização dos mesmos. A luta histórica envolve diferentes sujeitos como o Estado, latifundiários e agronegócio, com foco mais recentemente na intensificação do processo de estrangeirização.

Os trabalhos da geografia a respeito dos movimentos sociais cresceram a partir da década de 1980, devido ao processo de renovação da Geografia, aperfeiçoando os estudos e os métodos. Pedon (2009) aponta duas razões para este crescimento: primeiro pela luta dos movimentos sociais que vinham emergindo no cenário político e segundo pelo conjunto de propostas que resultaram na Geografia Crítica.

A partir de 1990 o conceito de movimento socioterritorial é desenvolvido, com uma crítica em relação as Ciências Sociais, que sempre enfatizaram as relações sociais e como os sujeitos se organizam no espaço. As limitações da Sociologia a respeito do conceito de movimentos sociais fundamentam a necessidade de se analisar a relação sujeito-território para a construção/desenvolvimento do conceito de movimento socioterritorial sob o olhar da Geografia (SOBREIRO FILHO, 2010).

Os movimentos socioterritoriais têm o território como objetivo de conquista, definidor de sua identidade, ou seja, são essenciais para a sua existência e manutenção das suas territorialidades (PEDON, 2009; FERNANDES, 2005). Assim, eles não existem “nem a priori nem a posteriori à constituição do território, já que é no movimento de sua constituição e nas permanentes transformações que vão ocorrendo ao longo da história que se define sua existência” (PEDON, 2009, p. 222).

Sem o território a existência da luta dos movimentos socioterritoriais não faz sentido, pois é a partir dele que eles lutam por melhores condições de vida e pela sua reprodução, enquanto quilombolas, indígenas, trabalhadores rurais, sem terras, camponeses, fundo de pasto etc. Lutam contra a hegemonia do grande capital, consequentemente contra a territorialização de empresas estrangeiras.

Os movimentos socioterritoriais produzem espaços e territórios, que não são homogêneos, se transformam de acordo com suas ações no seu interior ou por agentes externos, como por exemplo, a territorialidade do capital nessas áreas - conflitualidade. Segundo Fernandes (2005), “a construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros

acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços” (p. 32).

Esses territórios criados se constituem em diferentes territorialidades, em que seus sujeitos podem ser desterritorializados, no caso deste trabalho pelo avanço da estrangeirização de terras. Este processo tão impactante para os camponeses entendido como a perda do território que foi apropriado e vivido (PEDON, 2009).

Fernandes aponta que as lutas e resistências destes movimentos contra a sua desterritorialização tem criado a multiterritorialidade, causando também a desterritorialização das empresas transnacionais em território brasileiro. Essas lutas têm como principal movimento socioterritorial camponês o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), territorializado em todas as macrorregiões brasileiras, que lutam pelo acesso à terra e pela reforma agrária no Brasil, com articulações que passam dos limites territoriais nacionais, ou seja, com articulação de luta internacional através da Via Campesina Internacional. A territorialização dos movimentos socioterritoriais camponeses ocorre com a materialização de sua luta, ou seja, no assentamento rural.

Esses movimentos socioterritoriais lutam contra o processo de estrangeirização de terras, ocupando territórios onde o agronegócio estrangeiro está presente. A exemplo temos a ocupação realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP) no dia 17 de Abril em Promissão (SP), por meio da agenda de luta do primeiro movimento.

Neste sentido, “as lutas empreendidas pelos camponeses, organizados na forma dos movimentos socioterritoriais, manifestam a conflitualidade intrínseca à produção do espaço brasileiro, principalmente, a partir dos embates realizados no meio rural” (PEDON, 2009, p. 206). Essas lutas estão baseadas nos conflitos de interesses entre os movimentos, os modelos de desenvolvimentos propostos por eles e pelo Estado, qual o modelo que o Estado “preferencia” impactando diretamente os territórios camponeses, ou seja, os assentamentos rurais que são criados a partir deste processo de luta.

O território camponês construído a partir da luta dos movimentos socioterritoriais

Partimos do pressuposto de que o território camponês é criado, principalmente, com as ocupações de terras, por meio da desapropriação dos territórios do agronegócio e dos latifúndios. Os conflitos fundiários no Brasil estão ligados à concentração de terras e a territorialização do agronegócio subsidiada pelo Estado, principalmente com a inserção de

empresas estrangeiras em terras tradicionalmente ocupadas pelos povos tradicionais e em territórios camponeses ou que eles reivindicam.

O principal movimento socioterritorial que se utiliza da ocupação de terra no Brasil é o MST, tendo o seu processo de luta marcado pela violência sofrida e pela resistência. No Brasil existem 126 movimentos que lutam pela terra e pela reforma agrária através das ocupações de terras. Entre 2000 e 2015, contabilizamos 6.086 ocupações com a participação de 801.684 famílias (DATA LUTA, 2016). Algumas dessas ocupações originaram em assentamentos (2000-2013), sendo obtidos no Brasil 9.223 com a capacidade para assentar 1.165.415 camponeses numa área de 88.510.731 hectares (DATA LUTA, 2014).

Após a conquista do lote, as relações estabelecidas com o restante do assentamento contribuem para a formação de um território camponês. Esta contribuição ocorre com as relações de produção, a divisão de tarefas entre os membros da família e as relações de vizinhança:

O território camponês é o **espaço de vida** do camponês. É o lugar ou os lugares onde uma enorme diversidade de **culturas** camponesas constrói sua existência. O território camponês é uma unidade de **produção familiar** e local de **resistência** da família, que muitas vezes pode ser constituída por mais de uma família. Esse território é predominantemente agropecuário, e contribui com maior parte da produção de alimentos saudáveis (FERNANDES, 2012, p. 746 – grifos nossos).

Segundo Raffestin (1993), “a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pela sociedade em geral” (p. 158). As territorialidades camponesas são formadas com a conquista do lote dentro do assentamento, envolvendo símbolos e intencionalidades. como afirma Saquet (2011, p. 10) que as territorialidades significam “a) relações sociais, de poder, no âmbito multidimensional; b) intencionalidades, objetivos e metas; c) apropriação simbólica e concretado espaço geográfico; d) práticas espacio-temporais-territoriais...”

Tratando-se de um assentamento rural, as relações que compõem o território camponês não se restringem somente ao núcleo familiar e o lote, também há diversas relações de organização e ajuda mutua, principalmente com relação à produção, que conformam para a permanência e resistência destas famílias na terra. A presença de famílias ligadas à militância em movimentos socioterritoriais corrobora para essa organicidade, pois estas trazem dos próprios movimentos as experiências de coletividade e unicidade, que muitas vezes são consolidadas na época do acampamento.

Compreender o território camponês é conhecer a trajetória de vida desse campesinato territorializado, é tomar conhecimento de todo processo de construção de seus

meios de produção e reprodução de vida, é conhecer o desenvolvimento das técnicas de manejo, plantio e administração de seu território, pois suas habilidades com a terra são resultados cumulativos de experiências de vida (de militância ou não), muitas vezes repassadas de gerações e aperfeiçoadas diante das necessidades que a vida no campo coloca.

Mazoyer e Roudart (2010) apontam que a análise da organização da produção no lote, pode ser realizada a partir do conceito de ecossistema cultivado, em que cada parcela do lote é explorada de uma maneira que contribui para a satisfação das necessidades da produção, animais domésticos e dos homens. O ecossistema cultivado é compreendido, então, como um sistema de criação, composto por rebanhos e espécies diferentes e organizados separadamente em lotes dentro do próprio lote.

O MST propõe juntamente com outros movimentos socioterritoriais, uma produção de forma alternativa através da agroecologia, que foge dos princípios de produção do agronegócio. Essa produção torna-se uma forma de resistência do campesinato, promovendo melhores condições de vida, bem como a soberania alimentar.

Essa produção contribui para o pertencimento na terra e todo o seu sentido, D'Aquino (2011), mostra que o sentimento de “pertencimento” nos camponeses é o que os camponeses engajados em todo um processo de luta coletiva possuem, seja já no campo ou para retornar ao campo, onde seja permitido agregar valores relacionados à terra-mãe, como as possibilidades de fartura, bem-estar e liberdade.

Uma das maiores dificuldades para a implementação da agroecologia nos assentamentos rurais são os venenos/agrotóxicos lançados pelas usinas nas suas produções, como cana-de-açúcar, laranja e soja. Muitos camponeses perdem parte de sua produção devido a pulverização realizada principalmente com a passagem do avião, onde parte desse produto levado pelo vento devastando tudo em seu caminho, provocando em alguns casos na desterritorialização desses camponeses. Além, da produção de hortaliças e frutas, também ocorre a perda dos animais nos assentamentos como o gado leiteiro ou de corte, caso ocorrido com a empresa LDC no município de Rio Brilhante no Mato Grosso do Sul.

Marques (2008) coloca que o camponês brasileiro, mesmo expropriado, não perde totalmente os seus vínculos com a terra. Grande parte dos camponeses têm alguma relação com a terra, seja através do trabalho, de vínculos familiares, com suas origens entre outras. Explicando parcialmente “a permanência entre eles de um conjunto de símbolos e valores que remetem a uma ordem moral ou lógica tradicional e a possibilidade de o acesso à terra se apresentar como uma alternativa para pobres do campo e da cidade” (p. 65).

D'Aquino (2011) nos traz elementos para pensar estes tipos de relações, em alguns momentos conflituosos, ao conceber diferentes “estilos de vida” entre estes camponeses.

Estes estilos de vida são concebidos enquanto suas relações históricas e de aprendizado que se refletiram nas suas ações e projetos futuros. Estas diversidades, muitas vezes entram em conflito com o projeto de vida coletivo proposto por outro conjunto de assentados. No processo de estrangeirização, também encontramos nos assentamentos esses conflitos de interesses, principalmente com a entrada das produções nas empresas estrangeiras, que foge da lógica proposta pelos Movimentos que contribuíram para a formação destes territórios camponeses

Assim, compreendemos que o território camponês é disputado constantemente, sejam disputas internas e externas – relações de poder, contra modelos de desenvolvimento. E é neste território que o campesinato se reproduz enquanto camponês, que conquista sua terra através da sua luta, configurando-os como movimentos socioterritoriais. Pois, território e identidade não são vistos de forma separada, compreendendo assim o território camponês, que muitas vezes tem parte de suas relações que o compõem destruídas devido a territorialização/territorialidade de empresas multinacionais nesses territórios.

O debate paradigmático PCA - PQA e o conceito de estrangeirização de terras

Para analisarmos a nível teórico o campo brasileiro, partimos de dois paradigmas construídos levando em consideração o empírico e a teoria: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA). Eles são um conjunto de teorias que permitem compreender as conflitualidades no campo, por meio da luta dos movimentos socioterritoriais, ou seja, os paradigmas nos ajudam a compreendermos as lutas/resistências e permanências dos camponeses, o jogo de interesse político-ideológico nas propostas de desenvolvimento para o campo brasileiro principalmente do Estado e das implementações de políticas públicas, conforme nos falam:

Os paradigmas representam as visões de mundo, que contém interesses e ideologias, desejos e determinações que se materializam através de políticas públicas nos territórios de acordo com as pretensões das classes sociais (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 47).

Os paradigmas refletem diferentes visões, teorias e metodologias para a explicação de um mesmo objeto, neste caso o avanço do capitalismo na agricultura do Brasil. Camacho (2014) afirma que o debate que envolve esses paradigmas estão ligados as antigas reflexões sobre o campesinato como o seu fim, na sua metamorfose em agricultor familiar e na sua recriação na própria contradição.

Pressupostos estes que estão embasados no PQA, que compreende a recriação do campesinato no interior do desenvolvimento capitalistas a partir das suas contradições,

buscando a sua superação. Pois o capital não é visto como única alternativa para que o campesinato possa se desenvolver:

Nesta perspectiva, temos de um lado, no Paradigma da Questão Agrária a crítica ao modelo vigente, principalmente, aos impactos socioterritoriais causados pela expansão do agronegócio, e a perspectiva de superação deste modelo apontando para a possibilidade e a necessidade de construção de outro modelo por meio da luta/disputa/conflitos territoriais entre classes e grupos sociais (CAMACHO, 2014, p. 117).

O PQA compreende que o problema da questão agrária é estrutural, assim possui duas tendências: o campesinato e a proletarização. Segundo Felício (2011), “para as teorias que compõe o paradigma da questão agrária, a questão estrutural consiste no desenvolvimento do campesinato dentro do sistema capitalista sem ser parte dele e, contraditoriamente, também, sendo parte dele” (p. 7).

O PCA compreende que não há uma questão agrária, onde os problemas gerados são solucionados dentro do capitalismo. Segundo esta visão, o campesinato deve se integrar ao capital, em que a luta de classes entre os diferentes sujeitos do campo não é considerada. Esta integração gera a metamorfose do campesinato em agricultor familiar tecnificado e mecanizado, ele passa a ser visto como produtor de mercadorias. Como no PQA também há duas tendências internas neste paradigma: agricultura familiar e o agronegócio:

Para o paradigma do capitalismo agrário, as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural, o qual pode ser superado por meio de políticas que possibilitem a “integração” do campesinato ou do “agricultor familiar de base” ao mercado capitalista (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2014, p. 48).

Segundo Santos (2014), nessa questão conjuntural não resta para o campesinato outra forma senão integrar-se ao capital, incorporando novas tecnologias de produção e se inserindo de forma subordinada a lógica do mercado capitalista. Correlacionado com Campos (2012), este paradigma não coloca como foco das análises a luta pela terra como uma superação, mas focaliza o Estado para isso através de políticas públicas, das novas ruralidades e na pluriatividade, em que, o agricultor familiar como parte integrante desse processo está sujeito a essa lógica, totalizante e hegemônica.

Sintetizando a partir das palavras de Camacho (2014), o PCA defende “à adaptação/integração que auxilie no processo de produção/reprodução/acumulação de capital numa perspectiva de estilos diferentes de produção e de complementaridade entre o grande produtor rural e o agricultor familiar” (p. 117). E diferentemente, segundo Fernandes, Welch e Gonçalves (2014), o PQA tem ponto principal para explicar as disputas territoriais e

as conflitualidades que defendem os modelos de desenvolvimento que dão autonomia para o campesinato, as lutas de classes.

Com isso as diferenças fundamentais nestes dois paradigmas estão relacionadas aos sujeitos e aos modelos de desenvolvimento. Para o PQA os camponeses e agricultores familiares são os mesmos sujeitos que lutam pela terra e/ou por sua permanência, buscando formas alternativas para diminuir seu grau de subordinação ao capital. Já para o PCA o camponês e o agricultor familiar não são sinônimos, são sujeitos diferentes a partir de suas relações de produção e tecnificação.

Neste trabalho partimos dos referenciais teóricos do PCA entendendo que o campesinato é recriado nas próprias contradições do sistema capitalista, onde a conflitualidade, as disputas territoriais entre estes sujeitos com o agronegócio e o Estado, modificam a estrutura fundiária no Brasil e colocam em pauta nas discussões do governo as questões que envolvem o campo.

Como no PCA a metamorfose do sujeito camponês para o agricultor familiar ocorre com a sua tecnificação e mecanização, subsidiado principalmente pelo Estado e por empresas com cursos. Como mostra a reportagem do Portal do Brasil (2015) intitulada “Pequenos produtores vão receber curso de capacitação”, em que o Estado oferece cursos para os “pequenos produtores” voltados ao modelo de desenvolvimento do agronegócio, em que as empresas transnacionais são elementos fundantes/determinantes.

Fica evidente essa integração do agricultor familiar ao agronegócio aliado ao processo de estrangeirização de terras, na informação passada pela notícia onde ocorrerá a inserção desses sujeitos – aliados a micro/pequenas empresas rurais em “cadeias de produção capitaneadas por grandes empresas, alinhadas à perspectiva de encadeamento produtivo” (PORTAL BRASIL, 2015, p [1]).

Outra notícia encontrada nos chama a atenção devido ao discurso de colocar a cargo do agricultor familiar a sua inclusão tecnológica a fim de transformar o Brasil em líder mundial de exportação de produtos agrícolas superando os Estados Unidos, como mostra a reportagem escrita por Salomão (2015): “FAO: aumento da produção no Brasil passa por inclusão tecnológica do produtor”. Em que, Bojanic representante da FAO no Brasil, apontou que “o processo de inclusão passa por uma valorização da agricultura familiar, para que esse modo de produção se torna atrativo para investimentos” (SALOMÃO, 2015, p. [1]).

Assim, os cursos oferecidos e os debates que saem na mídia aliando os camponeses ao agronegócio, colocam as perspectivas e propostas vinculadas dentro do sistema capitalista, integrando-os, cooptando os ideais dos camponeses não os identificando enquanto classe, com o discurso de cooperação e inclusão no sistema para melhoria/aumento da produção. Este discurso também é incorporado pelas empresas estrangeiras para legitimar/lubridiar a população que é diretamente atingida por este

processo, colocando este processo como algo promissor e vantajoso, mas os impactos negativos são maiores que os ganhos.

Em relação ao conceito de estrangeirização de terras, este vem sendo debatido a partir de diferentes visões, mesmo assim, partimos do pressuposto de que não há uma teoria latinoamericana sobre esse processo. Do qual é compreendido por meio da aquisição de terras por estrangeiros, pela financeirização, territorialização da agricultura capitalista por meio da compra, concessão e/ou arrendamento de terras para as empresas transnacionais ou grupos estrangeiros, subsidiado pelo Estado que acarretam em alguns casos na desterritorialização da população do campo (indígenas, camponeses, quilombolas etc.), evidenciando, assim, a conflitualidade no campo brasileiro. Vale ressaltar, que não necessariamente um país precisa ser subdesenvolvido ou estar com insegurança alimentar para ele se territorializar no outro.

Dentro do estudo sobre a estrangeirização de terras identificamos algumas tendências/análises sobre o mesmo, realizando um comparativo entre impactos positivos e negativos, considerando “benéfico” e o outro “maléfico” aos países atingidos. Um estudo realizado pela High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition (HLPE), publicado em 2011, aponta essa tendência no processo de estrangeirização de terras, com a dualidade de ser boa ou ruim:

The current trend in foreign land acquisition has raised considerable public concern. It gives rise to heated political debate and controversies, in the shadow of an ideological divide, whereby "land grabbing" is seen as "bad", and whereby international investments in agriculture are necessary and good (HLPE, 2011, p. 6).

Borras Jr e Franco (2010) também compreendem esta dualidade na estrangeirização relacionada também à produção de biocombustíveis. Eles apontam que seria tentador pensarmos num consenso de opinião sobre o processo de estrangeirização de terra, mas nem todas as análises tendem a ter a mesma visão sobre os problemas causados, bem como lidar com eles ou a forma estratégica a ser usada.

Este debate também reflete nas discussões realizadas acerca do conceito/nomenclatura utilizada para definirmos o que é a estrangeirização de terras, entendendo-as que não são sinônimos. Alguns autores apontam como: acapariamento de tierras, extranjerización de la tierra, land grabbing, foreignization of lands, Green Grabbing, usurpação de terras, grilagem entre outros, para identificar a partir de diferentes abordagens este processo, considerando compra/arrendamento de terras por estrangeiros ou mesmo indo além das discussões partindo das análises ambientais, de produções, de financeirização e globalização da agricultura, assim, compreendendo um controle deste

território tanto material como imaterial, ou seja, partiremos da apropriação deste território nacional pelo capital internacional (transnacional).

Essas diferentes visões partem da disputa paradigmática dentro do processo de estrangeirização de terras. Autores que demonstram apoio a estrangeirização de terras como novas oportunidades, com o discurso da integração das comunidades a este sistema na forma do trabalho, o discurso do desenvolvimento sustentável e da produção de alimentos etc., partem das análises do PCA. Já as visões contrárias a estes aspectos, mostrando o acirramento dos conflitos, a luta pela superação deste sistema/processo, mostrando os impactos negativos do mesmo, a desnacionalização dos territórios, os perigos relacionados a produção de *commodities* entre outros os identificamos como autores do PQA.

Esta disputa está contida nas relações internacionais tanto imaterial como material (territorial) a partir de estratégias para a expansão dos países que se configuram a nível geopolítico. Fernandes (2009b; 2011), considera que a estrangeirização de terras deve ser analisada a partir de uma Geopolítica da Questão Agrária, intensificada com a produção de agroenergia que gerou um problema nos abastecimentos de produtos alimentícios, criando uma nova característica para a expansão dos países. Esses países são apresentados pelo autor, em três conjuntos, para explicar esse processo em escala global: “1) países arrendatários e/ou compradores de terras; 2) países arrendatários e/ou compradores de terras que são ao mesmo tempo países arrendadores e vendedores de terra; 3) países arrendadores de terras” (FERNANDES, 2009b, p. 2).

O autor afirma que o primeiro conjunto de países são pobres em alimentos, mas ricos de capital que se expandem em países pobres com abundância de terras cultiváveis. Neste sentido, a grande parte dos países que possuem arrendamentos são pobres que permitem a territorialização dos grupos/empresas estrangeiras para seu abastecimento interno, pois essas populações vivem em situação de miséria sem acesso à terra ou a água. Segundo HLPE (2011), os debates sobre o direito a água são importantíssimos nas questões dos contratos para a estrangeirização, pois a escassez da mesma é um dos principais motivos para os investimentos internacionais em territórios estrangeiros dos países. Alguns apresentam que a água está escondida na agenda de muitas negociações nas aquisições de terras, ganhando o controle não só da terra, mas da água - dos recursos hídricos.

Para a territorialização das empresas estrangeiras em outros países, por meio do processo da territorialização da agricultura capitalista, está ligado a diversos fatores desde territorial a políticos. Borrás Jr e Franco (2012) afirma que as crises globais ocorridas em vários níveis – alimentício, energético, financeiro – contribuíram para a estrangeirização de

terras, ou seja, a corrida pelo controle dos territórios que são de interesse do capital e do Estado. Segundo Fernandes (2009):

Este é um elemento novo na questão agrária: **Estado e capital unem-se para explorar terras, pessoas e países.** Evidente que este processo de exploração não é novo, o que é novidade é que além das empresas, os governos estão mais envolvidos nos acordos que reforçam o neocolonialismo e conseqüentemente aprofundam as formas de dependência (FERNANDES, 2009, p. 1 – grifo nosso).

Capital e Estado estão unidos em prol de seus interesses em detrimento das populações que serão atingidas por este processo. Geralmente são comunidades tradicionais (como indígenas e quilombolas) e camponeses que estão sendo desterritorializados, ou seja, é o segundo território sendo modificado por este processo. Evidenciando a conflitualidade e a contradição do próprio Estado que cria políticas de regularização dos territórios tradicionais, bem como no arrendamento de terras camponesas e insere em seus territórios empresas para a sua exploração através da produção de *commodities* que fogem a lógica de produção desses sujeitos.

Apontam Borrás Jr. e Franco (2012) que o discurso predominante da estrangeirização, em consequente ampliação do mercado da agricultura capitalista é o do desenvolvimento econômico ecologicamente sustentável, com o intuito de sanar com a pobreza em áreas rurais. Veremos na próxima parte do trabalho que este discurso também está inserido no que empresa estrangeira LDC vem disseminando, com o intuito de justificar como algo positivo a sua territorialização em diversos estados, principalmente no MS.

Essas ações que envolvem a terra e as transnacionais podem ser vistas a partir de diferentes perspectivas: pelo controle dos recursos das terras pelas classes dominantes, consolidação/venda/arrendamento dos latifúndios, incorporação de novos complexos industriais entre outros, ou seja, é um conjunto de elementos que estão por trás deste processo, subsidiado principalmente pelo Estado.

Assim, para os autores Borrás Jr e Franco (2012) a estrangeirização gera impactos negativos principalmente nas questões que envolvem as pequenas propriedades, pois a correlação de forças entre os sujeitos envolvidos na estrangeirização compõem diferentes setores não só da agricultura, ou seja, que o uso da terra atualmente tem muitas facetas. Eles criaram uma tipologia para justificar essas mudanças no uso das terras relacionado ao avanço do capitalismo no campo, são elas: produção continua de alimentos; mudança da produção de alimentos para a produção de bicomcombustíveis para exportação; terras não dedicadas à produção de alimentos agora destinadas a mesma; terras interessadas as florestas e terras marginais convertidas a produção de bicomcombustíveis.

Deininger (2011), também utiliza alguns indicadores para compreendermos os interesses dos países em adquirir terras em outros países. Eles procuram os países que tem

maior abundância de terras não cultiváveis com pouca densidade populacional, a abertura dos países em por meio de investimentos diretos aos grupos estrangeiros, as questões da infraestrutura dos países que podem atrair ou não os projetos estrangeiros, sendo importantes e benéficos para os países.

If rights are well defined, if land markets are not monopolized, and if information is accessible to all, voluntary transactions where land is valued at market prices should ensure that a mutually satisfying outcome is achieved. In this context, entrepreneurs can earn rents by bringing technology to improve productivity on land that is currently used less intensively (and thus available at fairly low prices). Land rights holders can in theory capture some of this rent through well-informed negotiations (DEININGER, 2011, p. 236).

Neste sentido, para o autor, os investimentos estrangeiros nos países podem trazer benefícios positivos principalmente para as questões relacionadas a geração de emprego e de postos de trabalhos, infraestruturas sociais, aumento da receita fiscal tanto local como nacional e acesso ao mercado e tecnologias para os produtores locais, como aponta o autor na citação a seguir. Mas devemos nos questionar que tipo de desenvolvimento e modo de produção está sendo imposto para essa população local.

(i) social infrastructure, often supported by community development funds using land compensation; (ii) generating employment and jobs; (iii) providing access to markets and technology for local producers; and (iv) higher local or national tax revenue. Economic viability of investment was a necessary condition for positive effects to materialize. If investments generated profits, social impacts depended not only on the magnitude of benefits, but also on the mix of different types of benefits. For example, entrepreneurial and skilled people could gain from jobs created by an investment, while vulnerable groups or women lost access to livelihood resources without being compensated. This illustrates the importance of clearly addressing distributional issues upfront. Moreover, countries—who are ultimately responsible to ensure that resources at their disposal are used in a way that provides broad-based benefits—have a clear framework in place with which to decide whether, in their specific situation, large scale land acquisition the potential to contribute to broader development objectives (DEININGER, 2011, p. 226).

O autor também aponta que apesar dos desafios há muitas oportunidades de negócios vantajosas no que envolve a estrangeirização de terras, onde os governos devem esclarecer as informações, conciliar o social e o ambiental, com políticas boas para reverter em bons investimentos, com competição igual entre os investidores e os produtores locais. A questão que se coloca é a seguinte, como podemos ter uma competição igual entre os modelos de desenvolvimento adotados (agronegócio e campesinato), se os investimentos e interesses dos Estados são claramente voltados aos agronegócio e consequente a inserção/territorialização de empresas estrangeiras.

Compreendemos isto não é possível e que este processo de estrangeirização de terras gera impactos negativos intensos e em alguns casos gera a desterritorialização das

comunidades locais, perdendo seu território e todas as relações sociais contidas e produzidas nele, uma dependência as demandas empregatícias do mercado local que estão sujeitas as demandas globais, com contratos de trabalhos temporários, ou seja, a uma sujeição da força de trabalho desses sujeitos ao capital não permitindo a sua reprodução entre outros fatores. Bem como a insegurança alimentar provocada nesses países, pois com o aumento da produção de *commodities* nós temos o aumento do consumo, que já é realizado de forma exorbitante, de insumos/venenos/agrotóxicos nas plantações, prejudicando também a produção de alimentos dos camponeses, abrangendo os impactos desse processo para o meio ambiente – uso excessivo de insumos/venenos.

Assim, as áreas de muitos países que poderiam ser utilizadas para o cultivo de alimentos pelos campesinos (ou outros sujeitos do campo) foram sendo territorializadas as monoculturas ou em áreas onde já haviam as produções foram sendo substituídas por essas culturas voltadas para a exportação. Por exemplo, as áreas onde estão localizados os assentamentos e as usinas de cana-de-açúcar, que produzem dentro do assentamento por meio dos arrendamentos. Ou seja, em territórios camponeses que poderiam produzir alimentos saudáveis estão sendo inseridos nessa lógica de produção, em que o camponês fica cada vez mais subordinado a essa lógica.

Isso acarreta na desterritorialização do campesinato, que para se territorializar ou reterritorializar os movimentos socioterritoriais utilizam-se das ocupações de terras e das manifestações do campo, que são ações de resistência e enfrentamento contra o Estado, latifundiários e agronegócio, ou seja, as disputas territoriais são elementos a serem analisados dentro desse processo.

As análises paradigmáticas também podem ser feitas com o discurso do qual as empresas se embasam para a sua territorialização e expansão desse processo. Deste modo, na próxima parte do trabalho apresentaremos a empresa Louis Dreyfus Commodities (LDC) dentro do debate paradigmático, na qual identificamos o seu pertencimento no PCA.

O Grupo Louis Dreyfus Commodities: o discurso aliado ao debate paradigmático e a realidade no assentamento São Judas em Rio Brilhante (MS)

A partir da estrangeirização de terras podemos realizar o debate paradigmático, onde o camponês vira produtor de mercadorias e fica subordinado a partir do seu trabalho nas usinas de cana-de-açúcar, por exemplo, do grupo francês Louis Dreyfus Commodities (LDC) territorializado no Brasil. A empresa é uma das líderes no setor do agronegócio mundial e está territorializada mais de 90 países, produzindo café, algodão, leite, cana-de-açúcar, soja, fertilizantes e insumos, laranja, grãos, feijão, arroz, milho etc.

No município de Rio Brilhante (MS) a empresa está territorializada a partir da produção de cana-de-açúcar em diversas fazendas que circundam o assentamento São Judas. A luta para a conquista do assentamento inicia-se com a entrada do MST no referido estado na década de 1980-1990, com a formação do acampamento 8 de Março e o excedente das famílias vieram para Rio Brilhante nascendo o assentamento:

No dia 12 de março de 1999 houve o sorteio dos lotes, cada família foi para seu lote, iniciando assim uma nova luta por: habitação, estradas, educação, saúde, energia elétrica, água encanada, e outros. Foram muitas as dificuldades, alguns poços não davam água, outros esbarrancavam, a terra não era boa para o plantio, tinha que ser feita a correção do solo, o que dificultava e muito a plantação para a subsistência. (ASSENTAMENTO SÃO JUDAS – MST, sd.).

No início a disputa direta dos assentados partia do Estado com a luta por meio de infraestruturas ao assentamento, de uma escola com educação de qualidade e com a territorialização da empresa que ocorreu posteriormente ao assentamento. Deste modo, nas páginas que se seguem confrontaremos esta realidade com o discurso da empresa.

Em documento da LDC encontramos vários elementos para identificarmos qual paradigma ela pertence, neste caso, o Paradigma do Capitalismo Agrário. Desses elementos destacaremos as questões que envolvem o discurso da sustentabilidade, da integração do campesinato por meio do trabalho, da integração das comunidades e apoio, a “camuflagem” da luta do MST e outros movimentos socioterritoriais contra a empresa entre outros.

Nos documentos publicados pela empresa, identificamos que o discurso disseminado como compromisso da empresa para o Brasil (e conseqüentemente os países nos quais ela se territorializa) vem do debate da sustentabilidade que se fundamenta em pessoas, comunidade, meio ambiente e parceiros (LDC, 2012). Assim, para a empresa “o crescimento sustentável é uma questão fundamental para cada um de nós e para nossas famílias, e também é crítico para os nossos interesses econômicos de longo prazo” (LDC, 2010, p. 8).

Como apontado anteriormente o discurso da sustentabilidade é utilizado pelas empresas no processo de estrangeirização de terras. Esse tipo de desenvolvimento – sustentável - está ligado com o presente e o futuro, ou seja, com a capacidade da nossa sociedade de satisfazer os desejos alimentares e territoriais sem comprometer as gerações futuras. Para que haja esse tipo de desenvolvimento é necessário que os três setores: mercado, sociedade e Estado atuem em conjunto, mas vemos uma tendência do Estado e do mercado agirem juntos em detrimento dos interesses da sociedade, neste caso dos camponeses e indígenas.

Em relação às comunidades, a LDC utiliza-se do trabalho do campesinato para o seu desenvolvimento, no qual alguns de seus trabalhadores, são camponeses assentados que deixam parte de seu trabalho no campo para complementar a renda nas usinas da empresa, grande parte devido a falta de incentivo no lote. A subordinação do seu trabalho ao capital, neste caso a LDC fica evidente na frase “Os colaboradores têm o compromisso de dedica-se exclusivamente para o Grupo durante a jornada de trabalho, salvo quando for expressamente acordado o contrário” (LDC, 2010, p. 6).

Na empresa eles passam a ser “denominados” colaboradores, criando um sentimento de pertencimento a empresa e valorizados, como podemos observar no trecho a seguir: “As pessoas são o nosso ativo mais valioso. Investimos na segurança e desenvolvimento dos nossos colaboradores e não admitimos nenhum tipo de discriminação em nosso ambiente de trabalho” (LDC, 2012, p. [1]). Assim, os interesses dos colaboradores passam a ser o da empresa para garantir o aumento da produtividade:

O Grupo LDC está comprometido em criar um ambiente de trabalho adequado para que os **colaboradores possam desempenhar todo o seu potencial profissional, contribuindo tanto para as suas próprias carreiras dentro da companhia, como para os interesses do Grupo e de suas subsidiárias** (LDC, 2010, p. 4 – grifo nosso).

Para isso, a empresa também tem o objetivo de “proporcionar treinamento adequado aos seus colaboradores”, visando criar essa identidade do trabalhador com a empresa e proporcionando o aumento de seu rendimento nas horas de trabalho. Este treinamento é facilitado pelo fato do interesse da empresa em trabalhar com empregados que já estão envolvidos no meio rural, principalmente com os assentados residentes em assentamentos rurais próximos a localidade da unidade de produção da empresa, subordinando-os.

Em relação à subordinação do trabalho do camponês, temos a entrevista do assentado que trabalha na LDC da Unidade Passa Tempo como motorista há mais de três anos, primeiramente como terceirizado e depois como empregado da empresa. Ele conta que trabalha na empresa para ter uma renda maior para sua família, pois só com a renda do lote, nas suas palavras “É difícil, não é fácil não. Só pela renda do sítio não [...] Tem que *investi* bastante, pra *dispois* vê se ...” (João em entrevista – fevereiro de 2015).

Com o trabalho para a usina, muitos camponeses dedicam-se um tempo menor para as atividades do seu lote, perdendo muitas vezes a relação com a sua terra. A usina nesta unidade tem como trabalhadores/colaboradores vários camponeses assentados do MS. Miro assentado do PA São Judas confirma essa preferência na contratação de pessoas envolvidas nos assentamentos pelas usinas, pois eles têm experiência com a terra, como a

roçagem e a lida com o tempo quente da região. Para ele esta é no momento a única solução para os jovens assentados.

João em entrevista deixa claro a sua vontade de viver do lote e não ser empregado de ninguém:

“Se eu precisasse, eu ficaria só no sítio. Se desse pra eu me manter só daqui mesmo... Eu queria era ficar sozinho, não quero trabalhar de empregado não [...] Porque chuva ou sol, você tem que cumpri aquele horário. Trabalhando ali, você tem que ficar ali trabalhando de empregado. E é submisso ao patrão. E a gente que trabalha por conta, ele tem que trabalhar também, mas pode tirar mais um tempo de regalia... Eu posso fecha a minha casa aqui e sai e ir pra casa de um parente e pedir dois maços, e aí eu posso retornar to em casa. Agora no emprego não, se a gente faz isso, no outro dia você não é mais funcionário” (João em entrevista – fevereiro de 2015).

É interessante destacarmos no Código de Conduta da LDC o item “Conflitos de Interesses” em que há o discurso de equilíbrio nos ideias. Assim, os “colaboradores devem comunicar ao seu gestor quaisquer conflitos de interesses ocorridos ...” (LDC, 2010, p. 6) entre ambas as partes, mostrando uma “liberdade” dos colaboradores na empresa em falar qualquer questão aos seus superiores. Eles também, “não podem realizar atividades concorrentes com qualquer empresa ou Grupo nem pertencer ao Conselho Administrativo ou a algum comitê de qualquer empresa ou organização que seja concorrente da companhia ou de suas subsidiárias” (LDC, 2010, p. 6), garantindo a exclusividade do trabalho a empresa.

Outro discurso que a LDC tem é da integração das comunidades locais das quais a LDC tem influência e/ou territorialização:

Acreditamos que é fundamental, tanto para o crescimento da LDC quanto para o bem-estar das comunidades em que atuamos, construir parcerias duradouras. Trabalhamos juntamente com as comunidades locais para desenvolver programas e iniciativas que apoiem ações relacionadas às suas necessidades (LDC, 2012, P. [1]).

Diante da citação vemos que não há uma intenção de mudar as estruturas vigentes de produção, circulação e comercialização na relação capital e agricultor familiar, mas sim uma integração completa e subordinada deste sujeito por meio de parcerias relacionadas ao trabalho, tem como a única saída para o camponês é a sua subordinação. Ou seja, não há uma intenção de mudar as estruturas vigentes de produção, circulação e comercialização na relação capital e agricultor familiar, mas sim uma integração completa e subordinada deste sujeito, sem luta e resistência. Nas comunidades locais, a LDC tem alguns projetos que envolvem desde cursos a educação à produção em territórios camponeses/indígenas.

Em relação aos projetos sociais a LDC promoveu na escola do assentamento, projetos que envolviam a temática do meio ambiente. Segundo a assentada e educadora

Vilma não foram todos os projetos aderidos, pois eles não tem interesses em aplicar e esses projetos que confrontam os projetos pedagógicos da escola: “não tem importância, sabemos que as usinas apresentam esses projetos como ação social, são obrigados a apresentar projetos que amenizam a degradação da natureza” (Vilma em entrevista – fevereiro de 2015). Rosana, outra educadora e assentada, afirma que estes projetos têm ideologias diferentes das propostas pela escola, pois foge a lógica da compreensão de meio ambiente, terra e educação que os assentados têm e a empresa.

Além deste confronto de ideias, a disputa inicial no PA São Judas com a empresa LDC ocorreu com o debate sobre a territorialização da produção de cana-de-açúcar da empresa nos assentamentos do MST (Margarida Alves e Silvio Rodrigues). O militante do MST, Gustavo, afirma que ocorreram várias reuniões para mostrar os contras dessa produção:

Várias reuniões com as famílias, né, trazendo, deixando claro as consequências que a cana traz, né, as consequências ruins que a cana traz para a agricultura familiar, entendeu? Até por que nós estaríamos beneficiando, né, outras empresas que não tem nada a ver com os nossos interesses produtivos, nossos interesses políticos, nossos interesses, até da organização, enfim... (Gustavo em entrevista – outubro de 2015).

Segundo o militante, como estratégia da LDC eles partiram da identificação dos problemas das famílias, as mais fragilizadas dentro do lote para tentar ganhar a partir do seu discurso o seu apoio para territorializar gerando um conflito interno dentro do assentamento:

[...] eles consultavam primeiramente as associações, as suas lideranças. Aquelas lideranças que não tinham clareza disso, achavam a proposta interessante economicamente, se iludiam e acabavam aceitando em fazer as discussões internas. Aonde os dirigentes das associações entendiam que era um problema, eles nem, aí eles usavam outras pessoas, iam visitar as famílias, criavam grupos de discussão, né. Tentavam identificar aquelas famílias que estavam com dificuldade de renda, que estavam com as, né!? iam conversar com essas famílias, no sentido de mobilizar, para poder trabalhar[...] (Gustavo em entrevista – outubro de 2015).

As reuniões e debates surtiram efeito, pois foi proibido a territorialização da empresa nos assentamentos do MST por meio da cana-de-açúcar, sendo assim a produção do grupo ficou destinada apenas nas fazendas do município da qual uma faz parte da luta do movimento indígena Guarani-Kaiowa.

Vale destacar, que em nenhum momento nos textos lidos da empresa, foi citado os conflitos com as comunidades locais (tantos os conflitos imateriais – ideias – e os materiais – territoriais), as transformações nestas comunidades ou em outras áreas onde a territorialização, somente foi mostrado de forma sucinta a integração e compromisso com as mesmas. Como o trecho a seguir: “promovemos o desenvolvimento econômico e a melhoria

na qualidade de vida nas comunidades onde atuamos, e apoiamos ações nesse sentido” (LDC, 2010, p. 8).

Miro afirma que a cidade de Rio Brilhante desde o início não tinha suporte para enfrentar as mudanças socioterritoriais colocadas pelas produções das empresas. Mas, com o tempo, houveram mudanças, conforme afirma “*nois não tinha* Caixa Econômica e a partir *daí* a Caixa Econômica veio *pra cá*, é várias coisas que não *tinha* e a própria cidade era pequena ... e hoje ela cresceu *né*, porque várias pessoas *veio pro* município porque a usina estava” (Em entrevista Miro 25 fevereiro de 2015). Assim, observamos que a estrangeirização de terras também está ligada com a criação de infraestrutura, fato claro apresentado, colocando como discurso da empresa essa melhoria nas comunidades. Melhorias estas, que só foram realizadas devido ao interesse da empresa.

Contrapondo os documentos da LDC no Brasil sobre o papel que o grupo tem para as comunidades locais, João também afirma que para o assentamento PA São Judas a ajudou em nada nas questões de melhoria, muito pelo contrário acirrou uns conflitos com a passagem dos caminhões. “Eu acho que *pro* assentamento não contribuiu muito, até aonde eu vejo. Porque tipo assim, uma usina não. E *pro* assentamento pode gerar algum emprego, quem precisa trabalhar no assentamento. Mas *pro* município, vai gerar emprego, gera muito emprego *pro* pessoal” (João em entrevista).

Em entrevista Miro apontou que os principais danos causados no assentamento pela entrada das usinas de cana-de-açúcar foram nas questões que envolvem as estradas de terra. Antigamente ao entrar no lote ele não teve problema nenhum com as estradas, uma vez que não eram degradadas e eram cuidadas com “cascalhos”, mas com o passar dos caminhões com cana das usinas a produção acabou sendo atingida, sem contar com as percas com a pulverização de venenos realizadas. Miro também relata que devido os problemas com as estradas ele já teve que passar a noite no acostamento, pois estava atolado na lama.

Devido a essa situação, ocorreu um processo de luta através no assentamento PA São Judas, por meio de uma manifestação com o trancamento duas vezes das estradas que passam pelo assentamento e que trafega os camponeses e os caminhões da usina, sendo relatado o problema com visibilidade no tráfego. Assim, vemos que o campesinato luta a partir das manifestações, entendidas neste trabalho como atos de resistência e enfrentamento contra o agronegócio/latifundiários/Estado.

Destacamos uma manifestação realizada pelos educandos da escola do assentamento São Judas, por volta do ano de 2000 (não foi possível relatar a data, pois o entrevistado Miro não lembrava) contra a usina da LDC, pois com a passagens dos caminhões a visibilidade para o motorista dirigir ficava comprometida e quando chovia, devido a má manutenção da estrada, não permitia o acesso desses estudantes à escola.

Deste modo, no período matutino um grupo de estudantes se organizou juntamente com demais membros da escola, com o objetivo de trancar a passagem do assentamento na rodovia estadual MS-470, reivindicando melhorias nas estradas, com os cascalhos e com a molhagem do caminho. Segundo o militante Miro, não houve repressão por parte dos policiais e da usina, vindo um representante dialogar com os manifestantes sobre o assunto. A manifestação durou quase 24 horas, pois os manifestantes informaram que só finalizariam a ação se viesse um representante da usina.

Além desta resistência temos o processo de desterritorialização acarretada pela Louis Dreyfus, que fica evidente com a fala de Miro, onde o mesmo aponta que o assentado Nilton e sua mulher Rosana, desistiram do lote após a pulverização realizada pelo avião da LDC, visto que produziam o bicho da seda, fato também citado pela militante Vilma. Atualmente, os dois residem no perímetro urbano de Rio Brilhante, sem possuir vínculos com a terra.

Considerações Finais

O presente trabalho buscou mostrar a importância do conceito de estrangeirização de terras diante da territorialização da agricultura capitalista onde Estado e capital se unem no Brasil e no mundo, promovendo este processo, que está relacionado com o território. Assim, o conceito de território foi primordial para compreendermos este processo que se configura dentro do espaço geográfico, por meio das relações de poder que estão contraditoriamente presentes na territorialização das empresas no campo, na luta dos movimentos socioterritoriais contra esse processo e no impacto dos territórios camponeses que são criados a partir das ocupações.

Deste modo, apresentamos o assentamento São Judas e o grupo francês Louis Dreyfus Commodities no município de Rio Brilhante que vem lutando contra a empresa desde a sua territorialização. Lutas estas que se configuraram a partir das disputas no interior do assentamento por meio do debate da territorialização do grupo na produção de cana-de-açúcar, posteriormente com a manifestação contra a passagem dos caminhões da usina. Assim, o debate paradigmático foi essencial para compreendermos a complexidade deste tema desde a escala local a global.

No trabalho partimos da existência de duas formas de interpretação da realidade do campo brasileiro, que são consideradas paradigmas: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), bem como diferentes formas dentro destes paradigmas para compreender o conceito/processo de estrangeirização de terras. Conceito que vem sendo trabalhado por alguns autores como um processo favorável (benéfico) e outro como algo destruidor (impactos maiores que os ganhos econômicos) para

os povos que são impactados e para os governos no que tange a soberania territorial e alimentar dos países.

Neste sentido, a estrangeirização de terras também pode ser entendida, ou seja, tendo incorporado em seu debate, as lutas políticas por meio da territorialização, desterritorialização e reterritorialização, que contém/produzem relações de poder dentro dos territórios para os seus controles - PQA. Bem como, a partir da integração do campesinato neste processo - PCA.

Desta forma o PQA compreende que o processo de estrangeirização provoca uma desnacionalização dos territórios, que envolvem as disputas desiguais territoriais, em quem ela provoca a desterritorialização do campesinato e sua subordinação, além dos problemas relacionados a insegurança alimentar e ambientais. Já o PCA compreende que este processo é positivo devido a geração de trabalho – integrando o campesinato, novas tecnologias, aumento da riqueza econômica do país e oportunidades de negócio com a criação de infraestruturas e produção de commodities. Além de parte destes discursos, o paradigma vê a estrangeirização como alternativa para diminuir as desigualdades rurais no âmbito da pobreza/fome justificando o processo.

Assim, este trabalho partiu da concepção de que o processo de estrangeirização de terras está ligado ao global, bem como os seus impactos que são tão desgastantes quanto sua escala de análise. Assim, partimos dos pressupostos do Paradigma da Questão Agrária que permite pensarmos além da integração do campesinato a esse processo, mas lutas e formas de resistências que faz com que esses sujeitos possam se reproduzir e recriar enquanto camponeses.

Referências

D'AQUINO, T. "A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão – SP". SIMONETTI, M. C. L. (Org.). **Assentamentos rurais e cidadania**: a construção de novos espaços de vida. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011. Pg. 15-52.

BORRAS JUNIOR, S. M; FRANCO, J. C. Global Land Grabbing and Trajectories of agrarian Change: A Preliminary Analysis. **Journal of Agrarian Change**, Vol. 12 No. 1, January 2012.

BORRAS JUNIOR, S M; FRANCO, J. C. **La política del acaparamiento mundial de tierras**: Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia. Amsterdam: Transnational Institute, 2010, p. 44. Disponível em: < <http://www.acciontierra.org/IMG/pdf/BorrasAcaparamiento.pdf> >. Acesso em: 16 out. 2015.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 806 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

CAMPOS, J. F. de S. **Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária: Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo**. 2012. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. 2014.

DEININGER, K. Challenges posed by the new wave of farmland investment. **Journal of Peasant Studies**, 2011, 217-247 p. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2011.559007>>. Acesso em: 20 out. 2015.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, ano 8, n. 6. 2005. Disponível em: <www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

_____. Entrando nos territórios do território. PAULINO, E. T; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. P. 273-301.

_____. Sobre a Tipologia de Territórios. SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

_____. A geopolítica da questão agrária mundial. 2009b. **Boletim DATALUTA**. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_06_2009.pdf >. Acesso em: 18 out. 2015.

_____. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. **Caderno Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2011.

_____. Território Camponês. CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012. p. 744.

_____. WELCH, C. A; GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil: Debates sobre políticas fundiárias**. São Paulo: cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FELICIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. 215 f. (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Campus de Presidente Prudente, Presidente Prudente.

HLPE - High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition. Land tenure and international investments in agriculture. High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome 2011.

LDC. Nosso Compromisso. 2012. Disponível em: <<http://www.ldcommodities.com.br>>. Acesso em: 25 out. 2015.

LDC. Código de Conduta, 2010. Disponível em: <<http://www.ldcommodities.com.br>>. Acesso em: 25 out. 2015.

MARQUES, M. I. M. A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. **Revista NERA**, ano 11, nº. 12, Janeiro/Junho de 2008.

MAZOYER, M. ROUDAT, L. “O conceito de sistema agrário”. In” História das agriculturas no mundo. Do neolítico a crise contemporânea. Brasília, NEAD; São Paulo, Editora UNESP.

2010. Pg. 71-77. SÃO PAULO – Sítios e “situated” – planejamento territorial e cálculo de módulo para assentamentos rurais. 1998. p. 01-53.

PEDON, N. R. **Movimentos socioterritoriais**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. 2009. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PORTAL BRASIL. Pequenos produtores vão receber curso de capacitação. Portal Brasil, Economia e Emprego, 31 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economiaeemprego/2015/03/pequenosprodutoresvaorecebercurso decapacitacao>>. Acesso em: 25 out. 2015.

RAFFESTIN, C. A produção das estruturas territoriais e sua representação. SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SALOMÃO, R. FAO: aumento da produção no Brasil passa por inclusão tecnológica do produtor. **Globo Rural**, Agricultura, 16 jul. 2015. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/noticia/2015/07/fao-aumento-da-producao-no-brasil-passa-por-inclusao-tecnologica-do-produtor.html>>. Acesso em: 25 out. 2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: técnica, tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, R. de O. C. **Reforma Agrária em questão**: a propriedade privada como fator de desterritorialização camponesa no Assentamento Fazenda Primavera (Andradina-SP). 2014. 223 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente.

SAQUET, M. A. **Abordagens e Concepções de Território**. São Paulo: Expressão Popular, 3º ed, 2013.

SAQUET, M. A. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Revista Resgate**, Campinas, vol. 19, n. 21, 2011, p. 5-15. Disponível em: <<http://www.cmu.unicamp.br/seer/index.php/resgate/article/view/262/262>>. Acesso em: 14 out. 2015.

SOBREIRO FILHO, J. Contribuição Para a Construção do Conceito de Movimentos Socioterritoriais e Análise das Dissensões e Formação do “MST da Base” no Pontal do Paranapanema. **Revista Geografia em Questão**, v. 3, n. 1, p. 26-60, 2010. Disponível em: <http://www.erevistas.csic.es/ficha_articulo.php?url=oai_revista616:67&oai_iden=oai_revista616>. Acesso em: 10 out. 2015.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 19 de maio de 2017.

Agrohidronegócio, campesinato e a disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP)

Diógenes Rabello

Mestrando em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologias de Presidente Prudente
– Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)

Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT)

Membro do Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde (CETAS)

e-mail: diogenesrabello@yahoo.com

Resumo

Este texto tem como objetivo colocar em debate a disputa pelo território protagonizada pelo agrohidronegócio canavieiro e o campesinato no Pontal do Paranapanema (SP). O agrohidronegócio se caracteriza pelo monopólio da terra e da água, por produzir monoculturas com uso intensivo de tecnologias de ponta e agroquímicos, e se sustenta com base no discurso de desenvolvimento. O campesinato se caracteriza como uma forma de vida e trabalho no campo antagônico ao agrohidronegócio tanto nos aspectos produtivos quanto nos aspectos ideológicos, portanto, preocupa-se na produção de alimentos saudáveis e em diversidade, e pensa o campo como espaço de reprodução da vida. No Pontal do Paranapanema, oeste do estado de São Paulo, as famílias camponesas têm sofrido os impactos diretos e indiretos da presença do agrohidronegócio canavieiro. Esses impactos estão relacionados à dimensão material da expansão das lavouras de cana-de-açúcar, as quais estão cercando cada vez mais os assentamentos rurais e as pequenas cidades da região, bem como à dimensão ideológica na qual esta expansão está pautada, que cria mecanismos para a captura da subjetividade dos sujeitos através do discurso do emprego, da sustentabilidade e da oferta de formação profissionalizante.

Palavras-chave: Agrohidronegócio; campesinato; conflito; Pontal do Paranapanema.

Agrohidronegócio, peasantry and the dispute for the territory in Pontal do Paranapanema (SP)

Abstract

This text aims to put into debate the fight for territory carried agrohidronegócio sugarcane and the peasantry in the Pontal do Paranapanema (SP). The agrohidronegócio is characterized by the monopoly of land and water, to produce monocultures-intensive advanced technologies and agrochemicals, and is based on the basis of development discourse. The peasantry is characterized as a way of life and work in the antagonistic field to agrohidronegócio both productive aspects as the ideological aspects, therefore, is concerned in the production of healthy food and diversity, and thinks the field as play space life. In Pontal do Paranapanema, west of São Paulo, the peasant families have been the direct and indirect impacts of the presence of sugarcane agrohidronegócio. These impacts are related to the material dimension of the expansion of sugarcane plantations, which are surrounding increasingly rural settlements and urban centers of small towns in the region, and also related to the ideological dimension in which this expansion this guided which is to create mechanisms to capture the subjectivity of the subject through the employment speech, sustainability and supply of vocational education.

Keywords: Hydra-agricultural business; peasantry; conflict; Pontal do Paranapanema.

Agrohidronegócio, campesinado y la disputa sobre el territorio en el Pontal do Paranapanema (SP)

Resumen

Este texto pretende poner en debate la lucha por el territorio llevó a agrohidronegócio la caña de azúcar y el campesinado en el Pontal do Paranapanema (SP). El agrohidronegócio se caracteriza por el monopolio de la tierra y el agua, para producir monocultivos con uso intensivo de las tecnologías avanzadas y agroquímicos, y se basa en la base del discurso del desarrollo. El campesinado se caracteriza por ser una forma de vida y de trabajo en el campo antagónico a agrohidronegócio ambos aspectos productivos como los aspectos ideológicos, por lo tanto, está en cuestión en la producción de alimentos y la diversidad sana, y piensa que el campo como espacio de juego la vida. En Pontal do Paranapanema, al oeste de São Paulo, las familias campesinas han sufrido impactos directos e indirectos de la presencia de agrohidronegócio la caña de azúcar. Estos impactos están relacionados con la dimensión material de la expansión de las plantaciones de caña de azúcar, que están rodeando cada vez más asentamientos rurales y centros urbanos de las ciudades pequeñas en la región, y también relacionado con la dimensión ideológica en la que esta expansión está guiada que consiste en crear mecanismos para captar la subjetividad del sujeto a través del discurso de empleo, la sostenibilidad y la oferta de formación profesional.

Palabras-clave: Agrohidronegócio; campesinado; conflicto; Pontal do Paranapanema

Introdução

Este texto foi organizado a partir das reflexões iniciais da pesquisa de mestrado¹ em desenvolvimento pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente. Traz como objetivo apresentar um debate acerca da disputa pelo território no Pontal do Paranapanema (SP) centrada no enfrentamento que os camponeses estão tendo ao agrohidronegócio canavieiro. Como recursos metodológicos utilizados para chegar à estas reflexões, foi realizado levantamento bibliográfico em bases físicas (bibliotecas) e digitais (bibliotecas digitais e periódicos eletrônicos) sobre o tema proposto; análise de documentos oficiais no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento (MAPA); coleta de dados secundários, também no MDA e MAPA; e por fim, pesquisa empírica na região de estudos.

Agrohidronegócio vem se afirmando cada vez mais como uma das mais severas marcas do destrutivismo que caracteriza a presença do capitalismo no campo. Trata-se de um modelo de desenvolvimento do capital, conduzido por empresas monopolistas, oligopolistas (nacionais ou transnacionais), caracterizado pelo referencial de alto grau de degradação dos recursos naturais e intensa precarização do trabalho e que se

¹ Título da pesquisa: “O avanço do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) e os desdobramentos para a agroecologia: estratégias de reprodução dos camponeses”. Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Processo 2015/02962-0.

apropria/concentra terra e água como forma de garantir a acumulação do capital (THOMAZ JUNIOR, 2009).

Enquanto forma capitalista de reprodução do capital no campo, o agrohidronegócio ambiciona atender fundamentalmente as demandas econômicas oriundas tanto do mercado interno quanto externo (açúcar e etanol, por exemplo). Para cumprir a função de *commoditização* da agricultura, estas empresas necessitam buscar altos índices de produtividade e eficiência que garantam vantagens comparativas dentro do mercado, e para isso impõe mecanismos de controle sobre o meio ambiente e aos trabalhadores.

A agricultura controlada por estruturas políticas e econômicas têm se traduzido em projetos de desenvolvimento para o campo, os quais privam os camponeses de implementar práticas alternativas que desafiariam e romperiam esta estrutura (SEVILLA GUZMÁN, 2001).

Fazendo enfrentamento direto a esta ideia de agricultura, temos a resistência camponesa que cumpre a função de questionar o modelo de agricultura dominante que destrói o meio ambiente, as relações sociais, culturais e precariza aqueles que vivem do trabalho assalariado neste ambiente destrutivo. Questionando, os camponeses apresentam outra forma de conduzir o uso da terra, da água e dos recursos naturais, onde a produção parte, primeiramente, da necessidade de sobrevivência e reprodução da vida destes sujeitos (FABRINI, 2007).

Estes dois modelos entram em conflito por sua territorialização, tanto material (uso da terra e dos recursos naturais) quanto imaterial (ideologia). No Pontal do Paranapanema, oeste do Estado de São Paulo, que é o nosso recorte espacial para aplicar esta discussão, o capital agroindustrial canavieiro tem criado estratégias diversas para se territorializar, entre elas destacamos: monopólio da terra através da aliança com os latifundiários; permissividade do poder público local através de incentivos fiscais; e, uso do discurso de desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que ele se territorializa causa um efeito contrário para o campesinato, uma vez que impede sua territorialização, já que monopoliza a terra, e se apropria dos recursos naturais que são essenciais para o desenvolvimento das formas de reprodução dos camponeses.

No âmbito científico vêm surgindo motivações econômicas e políticas responsáveis pelo desenvolvimento de pesquisas científicas, técnicas e investimentos financeiros para o fortalecimento da agricultura capitalista, e isso vêm tomando lugar das preocupações com o ambiente e as condições de vida e trabalho das famílias camponesas.

Vemos, portanto, que a expansão do capitalismo no campo traz novos elementos para pensar a agricultura camponesa, sendo que para fazer girar a roda do capital as agroindústrias buscam mão de obra até nos territórios camponeses, e estes ante à exploração de sua força de trabalho e da despossessão dos meios de produção pelo capital

vão se distanciando das práticas camponesas. Como um dos resultados, o camponês perde seu território da vida, e se apropria das lutas e de todo o seu histórico de vida na terra para conseguirem, por meio do engajamento político, lutar por um pedaço de chão e viver e produzir com dignidade (THOMAZ JUNIOR, 2013).

Como forma de resistir na terra e de propor uma forma alternativa de agricultura que ajude no questionamento do destrutivismo do capital agroindustrial canavieiro, a agroecologia surge neste cenário como possibilidade de apontar um novo rumo para a organização do trabalho familiar camponês e para o uso da terra para a produção de alimentos saudáveis.

Podemos observar que muitos são os pontos de vista entorno do que é a agroecologia, muitas são as perspectivas que buscam explicar o modelo alternativo. As abordagens nos permitem entender que este modelo representa uma ruptura paradigmática, tendo como preocupações: a dimensão técnica, onde se busca resgatar as práticas tradicionais de trabalho com a terra e engloba outras novas que se substanciam no desenvolvimento de uma agricultura limpa e saudável, respeitando a saúde ambiental e humana; dimensão socioeconômica, com a valorização dos saberes-fazer dos sujeitos do campo através do fortalecimento do mercado local e abastecimento familiar, privilegiando o trabalho de base familiar e contribuindo com a discussão de soberania alimentar; e a dimensão política, que alavanca a problemática do modelo de desenvolvimento e o papel do Estado no processo de transição agroecológica, tanto para a realização da reforma agrária para que se tenha terra onde os camponeses possam viver e trabalhar, quanto para a elaboração e aplicação de políticas públicas que incentivem as práticas agroecológicas.

Este texto está organizado da seguinte maneira: primeiro apresentamos a discussão entorno da problemática sobre a presença e expansão do capital agroindustrial canavieiro no Pontal do Paranapanema. A segunda parte do texto trata na discussão sobre a hegemonia do capital no campo e como isso tem impactado no desenvolvimento da agricultura capitalista com base na monocultura quimificada e que causa a desterritorialização do campesinato. Definimos como recorte espacial para esta análise o Pontal do Paranapanema, porque é uma região que historicamente apresenta episódios de conflitos agrários no âmbito da luta pela terra, e nos últimos anos vem sendo atingida pela presença do capital agroindustrial canavieiro.

A disputa territorial entre agrohidronegócio e campesinato no Pontal do Paranapanema (SP).

O agrohidronegócio enquanto modelo de desenvolvimento do capital no campo é conduzido por empresas monopolistas, nacionais e transnacionais, sob referencial de alto

grau de degradação ambiental dos recursos naturais e de intensa precarização do trabalho (THOMAZ JÚNIOR, 2009). Essa forma capitalista de reprodução do capital fundamenta-se para atender apenas as demandas econômicas do mercado interno e externo e não as demandas alimentares, de fato. A priorização da manutenção do abastecimento externo por meio da *commoditização* é uma tendência do mercado, por isso a necessidade de buscar índices de produtividade e eficiência que garantam vantagens comparativas dentro do mercado via mecanismos de controle sobre o meio ambiente e os trabalhadores. Ademais, são características do agronegócio canavieiro em geral a concentração fundiária e a prática monocultora; o controle dos recursos naturais (terra, água e sementes); a degradação do trabalho; a manipulação de sementes/mudas transgênicas; o uso de agrotóxicos. No Pontal do Paranapanema, além dessas problemáticas existe o adicional da grilagem de terras, já que a maior parte dos canaviais são cultivados em terras devolutas (THOMAZ JÚNIOR, 2009).

Contrapondo a este modelo de desenvolvimento, o campesinato se fundamenta no trabalho familiar e busca autonomia baseado na resistência à apropriação monopolista e degradante da terra. Enquanto o agronegócio se impõe como modelo hegemônico com suas formas de controle do trabalho e da terra, o campesinato luta para se manter enraizado na terra, além de se envolver na luta pelo acesso à terra, tendo suas bases alicerçadas na relação do homem com a terra específica, sendo esta relação caracterizada como uma forma de reprodução da sua forma de vida, diferente do capital que tem sua relação baseada na exploração predatória.

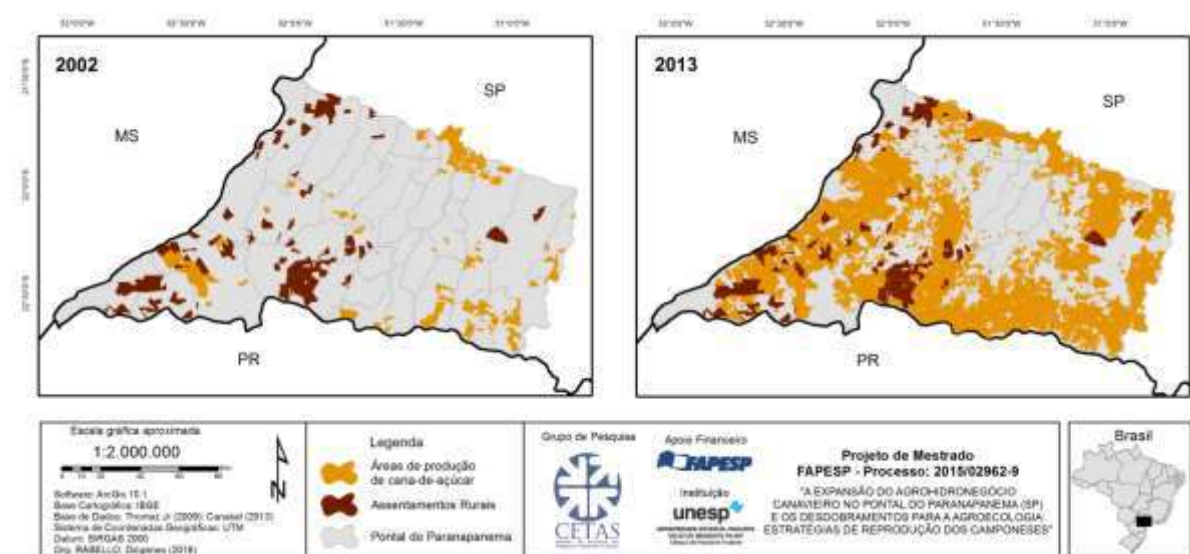
Neste sentido, percebemos que o camponês, depois de passar pelo processo de luta para conquistar a terra, persiste no enfrentamento para permanecer no campo. Trata-se da continuação da luta e da resistência, contra as formas de desterritorialização impostas pelo capital personificados em latifundiários/grileiros. Somado a isso, percebe-se uma ausência de políticas públicas que de fato possam atender as reais necessidades desses sujeitos. O que temos são políticas públicas que apresentam deficiências estruturais, tais como excesso de burocracia no acesso, limitação nas formas de trabalho e aplicação dos recursos e tendência à prática da monocultura e a especialização. Portanto, muitas são as lutas dos camponeses para permanecerem no campo, sendo que todas elas estão ancoradas em duas pretensões fundamentais: para se territorializarem na terra, e para permanecerem territorializados nela (OLIVEIRA, 2001).

Nos últimos anos, sobretudo a partir de 2005, o capital agroindustrial canavieiro se instala com força no Pontal do Paranapanema, atingindo, no período de 2005 a 2010, aproximadamente 400% de crescimento em área plantada, ou seja, de 75.000ha para 370.000ha (THOMAZ JÚNIOR, 2009). A presença da cana-de-açúcar nos latifúndios os

legítima enquanto terra produtiva, impedindo que essas mesmas porções do território sejam objeto de reforma agrária para as famílias sem terra (Mapa 01).

Conforme o Mapa 1, pode-se notar como houve um grande avanço das áreas de produção de cana-de-açúcar no Pontal do Paranapanema. Analisando o período compreendido entre 2002 e 2013 veremos que o avanço aconteceu principalmente no sentido oeste, onde há maior presença de áreas de assentamentos rurais de reforma agrária. Não podemos analisar este fenômeno apenas pelo viés do avanço por si só, devemos nos atentar para todas as problemáticas e conflitos que surgem a partir disso. Como podemos enxergar na representação cartográfica, estas áreas de plantio de cana-de-açúcar estão avançando para os limites dos assentamentos rurais, ou seja, já chegaram nas divisas dos latifúndios com os territórios dos camponeses, isso tem causado uma série de transtornos para as diversas formas de reprodução destes sujeitos, já que a prática da pulverização aérea de agrotóxicos nas lavouras de cana-de-açúcar tem desdobrados em problemas de ordem ambiental interferindo diretamente na saúde humana, ambiental e na produção de alimentos dos camponeses.

MAPA 01: Expansão do agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) – 2002 a 2013



Fonte: DataCETAS (2016).

Org. RABELLO, Diógenes (2016).

Conforme Fernandes (2009, p. 13), “a disputa territorial ocorre de dois modos: pela desterritorialização ou pelo controle das formas de uso e de acesso aos territórios, ou seja, controlando as territorialidades”. Desta forma, o que podemos apontar é que nesse processo de disputa pelo território temos dois campos de enfrentamento: material e imaterial. O capital tem materializado sua disputa criando diversas impossibilidades de reprodução das famílias camponesas, uma vez que os priva do acesso ao território, contamina a água, o

solo e o ar, e impacta diretamente na produção de alimentos protagonizada por estes sujeitos. Ao mesmo tempo, mostra-se como a única possibilidade de manutenção destes sujeitos no campo, pois se eles não têm condições de produzirem na terra acabam vendendo sua força de trabalho para a agroindustrial canavieira. Usa-se do discurso de geração de emprego para captar mão de obra.

Em alguns casos, temos percebido que os camponeses têm buscado empregar sua força de trabalho nas atividades canavieiras, até mesmo como estratégia para continuarem territorializados, ou seja, trabalham fora do lote para criar condições de reprodução dentro do lote. Assim, o avanço da agroindústria canavieira suprime e/ou ameaça as possibilidades de reprodução das populações camponesas, uma vez que as lavouras tornaram-se vizinhas dos lotes dos camponeses e uma das complicações a partir disso é a problemática dos agrotóxicos e seus impactos para a saúde humana, dos animais, dos mananciais, etc., e em consequência, para as formas alternativas de vida e de trabalho dos camponeses (THOMAZ JUNIOR, 2009; RABELLO, 2014). Dessa forma, o capital agroindustrial destrói as possibilidades dos camponeses se reproduzirem, sendo que esses, diante das opções de reprodução suprimidas, buscam trabalho nas atividades canavieiras para continuarem sobrevivendo na terra, porém submissos ao controle do capital.

Fazendo contraposição a este modelo hegemônico do capital agroindustrial canavieiro, nos últimos anos as discussões em torno da agroecologia têm avançado fortemente no interior dos movimentos sociais no campo e nos espaços acadêmicos. A agroecologia vem sendo pensada como uma forma de romper com os padrões “produtivistas” de alimentos. Tem-se discutido a agroecologia cada vez mais como forma de viabilizar o desenvolvimento no campo, permitindo a reprodução do camponês, pensando o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico a qualidade social e ambiental, considerando suas práticas que, de um modo geral, condenam o uso de agroquímicos nos processos produtivos e se preocupa com a produção de alimentos saudáveis. Dessa forma, põe-se no centro do debate o trabalho de base familiar, levando em conta o resgate das formas tradicionais de vida no campo que as gerações camponesas carregam consigo, além de dar grande importância para a biodiversidade e preservação das sementes crioulas.

Desde muito antes das recentes preocupações com as questões ambientais e climáticas os sujeitos tradicionais do campo já se dedicavam em procurar maneiras de organizar o processo de trabalho no campo de forma a praticar uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente. Sempre houve, para eles, o conhecimento de que a relação entre homem e natureza deve acontecer de forma harmônica. Nos dias atuais, quando há uma inversão desta ideia de trocas, a sociedade se empenha em explorar irracionalmente os recursos naturais para fins estritamente econômicos. Diante desse processo de inversão

da relação entre homem e natureza, os povos tradicionais continuaram buscando formas alternativas de agricultura que desafiem o modelo hegemônico de exploração da terra.

Caporal e Costabeber (2004, p. 08) mencionam que “neste ambiente de busca e construção de novos conhecimentos, nasceu a Agroecologia, como um novo enfoque científico”. Nos termos, Hecht (1999) vai dizer que neste momento nasce a agroecologia para a academia, pois a agroecologia enquanto prática nasce junto com a sociedade, já que sempre houve a necessidade de produção de alimentos.

Sevilla Gúzman (2001) destaca que a agroecologia surge como um contraponto ao neoliberalismo e a globalização econômica, assim como os cânones da ciência convencional, e que procura respeitar a diversidade ecológica e sociocultural, permitindo um conhecimento holístico, sistêmico, subjetivo e pluralista criados a partir das culturas locais/tradicionais. Para o autor, a ciência convencional tem como características o conhecimento partidário, mecânico e universal, enquanto que a agroecologia cumpre o papel de contribuir na elaboração de estratégias para fortalecer o desenvolvimento rural menos prejudicial ao meio ambiente. Além disso, enfatiza alguns elementos que podem servir como orientadores da ação e a importância do desenvolvimento local, endógeno, com destaque para a construção, reconstrução e manutenção do conhecimento local, como artifício para uma transição agroecológica.

Para Altieri (2004):

A agroecologia fornece uma estrutura metodológica de trabalho para a compreensão mais profunda tanto da natureza dos agroecossistemas como dos princípios segundo os quais eles funcionam. Trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e a sociedade como um todo (ALTIERI, 2004, p. 23).

O mesmo autor ainda nos lembra que enfrentar o modelo de agricultura moderno atual, moldado à exportação e à mercantilização, implica em combater as falsas promessas feitas pela indústria da engenharia genética como: toda atividade agrícola é dependente de insumos químicos e biotecnologia que favorece no aumento da produtividade e redução dos custos.

É importante destacar que a agroecologia está baseada no princípio do resgate tradicional de vida e de trabalho no campo. Desta forma, o retorno que se tem a esta tradicionalidade se trata de recuperar a concepção de vida e de trabalho no campo. Isto é, acreditamos que para viver a atualidade da questão agrária (conflitos pelo acesso e pela permanência na terra) é necessário que se recupere as concepções das relações entre o homem e a terra. Já alerta Paulino (2006), que o campesinato se caracteriza pela apropriação da terra como forma de sustentar seu modelo de vida baseado na exploração

cultural e social, ou seja, a terra é onde se produzem condições para a manutenção da vida. Este resgate permitirá negar o modelo predador de uso da terra (protagonizado pelo capital) ao mostrar as possibilidades de produção de alimentos sem o emprego de agroquímicos.

A discussão sobre o campesinato nem sempre esteve presente nos estudos geográficos. Marques (2008), afirma os que estudos com camponeses começam a ser cunhados a partir da década de 1950, no momento em que as Ligas Camponesas surgem como uma das primeiras forças políticas na luta contra a concentração fundiária e pelo acesso à terra. Ainda segundo a autora, o conceito de campesinato começa a ser desenhado tendo como perspectiva a diversidade das formas sociais pautadas na relação de trabalho da família e formas distintas de acesso à terra como: o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc., antes disso, o que se entendia por camponês estava diluído nas definições específicas de cada região (caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás, caçara no litoral paulista, colono ou caboclo no sul). São definidos ainda alguns elementos comuns, como a centralidade do papel da família no processo de organização da produção e na constituição de seu modo de vida, baseado no trabalho com a terra (MARQUES, 2008).

Para Chayanov (1974), dois aspectos são fundamentais para a caracterização do modo de produção camponesa: a necessidade da família camponesa, gerada internamente, e os recursos da unidade familiar, sobre os quais se encontra assentado o processo produtivo. Shanin (2005) vai dizer que o campesinato é um modo de vida diferente formado por elementos com características singulares e com capacidade para desenvolver relações sociais diferentes de outros sujeitos. Choncol (1986 *apud* GERARDI; SALMONI, 2014) concorda com Shanin, quando diz que a economia camponesa segue regras de funcionamento particulares, podendo estar relacionada a diferentes modos da produção de consumo, e todo o sistema produtivo está orientado para a reprodução da unidade familiar.

Paulino (2006) traça algumas diferenças entre os dois modelos de agricultura presentes no campo no Brasil. Segundo a autora,

Enquanto na agricultura capitalista a mercadoria primordial dos trabalhadores é a força de trabalho, sendo as demais transacionadas no emaranhado das relações econômicas, nas unidades camponesas a inserção dos trabalhadores não se dá nesses mesmos moldes, pois o que elas têm a oferecer não é a mercadoria força de trabalho, mas a renda camponesa da terra (PAULINO, 2006, p. 29-30).

A autora complementa a ideia dizendo que o que temos de mais visível no campo desta distinção entre agricultura camponesa e agricultura capitalista está na forma como se caracteriza a propriedade. Paulino (2006) explica que na agricultura camponesa a propriedade se constitui com o propósito de terra de trabalho, cuja exploração se dá com

base nas necessidades emergentes de reprodução social das famílias camponesas. Por outro lado, na propriedade capitalista a terra é objeto de negócio, caracterizada como instrumento de exploração do trabalho do outro (mais-valia), sendo, também, objeto de acumulação de capital e reserva de valor.

Como aponta Oliveira (2001), entender as tramas que se desenrolam no campo é, antes de tudo, uma questão política, portanto, “é fundamental nos estudos sobre o campo, respeitar o direito que o campesinato tem de se expressar politicamente” (OLIVEIRA, 2001, p. 49).

Nossas reflexões nos levam a defender a tese de que o campesinato resiste (e existe), e suas formas de conflito, suas lutas e enfrentamentos compõem a atualidade da questão agrária. Baseamo-nos na ideia de que mesmo o capitalismo agrário sendo uma força hegemônica e aliado ao Estado, ainda precisa disputar o território com o campesinato, portanto, para que haja disputa o sujeito a ser enfrentado precisa existir e precisa possuir força política e ideológica para se colocar na disputa.

Estes pressupostos têm sido base para entender a agroecologia como uma das alternativas de produção socialmente mais eficaz. Pensar a agroecologia apenas como um modelo que possibilite ruptura técnica, centrada no combate à agricultura prejudicial ao meio ambiente e que gera degradação ambiental, não nos permite entender este conceito de forma holística. A agroecologia nos permite ir além, ou seja, entender e propor reflexões em torno das questões sociais que perpassam as discussões de organização enquanto comunidade, buscando melhores condições de reprodução. Busca-se ainda, a autonomia e minimizar a dependência do consumo externo, levando o camponês a priorizar o abastecimento interno.

A agroecologia não contribui apenas para a produção de um modo de vida menos prejudicial ao meio ambiente. Mais que isso, considera o sujeito do campo como protagonista na produção de alimentos saudáveis, sendo que o principal desafio é implementar a agricultura alternativa imersa num modelo de sociedade que se estrutura sob condições adversas para a produção de alimentos de qualidade. Nesta relação, o camponês aparece como sujeito detentor de sabedoria tradicional e procura valorizá-los enquanto fundamentais e intrínsecos aos fazeres dos povos tradicionais, saberes que são adquiridos historicamente através do trabalho com a terra e que são passados de geração em geração. É importante destacar que a agroecologia acontece no bojo das relações sociais destes sujeitos, pois são eles os portadores de práticas e técnicas de trabalho com a terra e relações sociais no campo capazes de construir e sustentar este modelo de produção.

É nesse sentido, então, que pensamos a agroecologia. Isto é, não apenas ancorada no discurso das vantagens para o meio ambiente e vida saudável, mas enquanto

saber pautado nas práticas que podem ser potencializadas como forma de resistência dos camponeses ao modelo de desenvolvimento da agricultura fundada no agronegócio.

É importante sintonizar o entendimento da agroecologia com a relação do sujeito com o território. As especificidades de cada território e dos diversos sujeitos lhes permitem incorporar novos elementos próprios de cada lugar. Remetendo-nos à discussão da agroecologia verticalizada para o território vemos, primeiramente, que a geografia de cada região (aspectos físicos, naturais e sociais) possibilita novas formas de produção, cada uma delas associadas às riquezas naturais de cada território. Outro viés dessa análise é a necessidade do território, ou seja, não existe agroecologia se o camponês não estiver territorializado no campo, desta forma (re)afirmamos a necessidade e urgência da reforma agrária.

Vertentes teóricas que defendem a integração do camponês na agricultura capitalista fazem uso indevido do conceito de agroecologia. Estas correntes teóricas entendem a agroecologia como uma forma de inserção do camponês no mercado, representando uma possibilidade diferenciada de entrar na disputa pelo mercado tendo produtos diferenciados para oferecer, podendo desta forma, gerar mais lucro. É importante nos atentarmos para a diferença entre agroecologia e produção orgânica. A produção orgânica cuida da proposta de uma agricultura livre de agrotóxicos e que faz uso de recursos naturais no processo produtivo. A agroecologia além de considerar a erradicação do uso de agrotóxicos e a utilização dos recursos naturais, agrega elementos políticos e sociais que a torna uma proposta contra-hegemônica e de enfrentamento. Ou seja, a agroecologia não está preocupada com a inserção do camponês no mercado, ela traduz a essência do ser camponês, que é explorar a terra para o sustento familiar, em primeiro lugar, e comercialização do excedente para suprir demais necessidades, e essa comercialização não busca o enriquecimento financeiro, mas o aproveitamento do excedente como forma de garantia da reprodução.

A opção do Brasil por uma agricultura de base capitalista.

Diante desta realidade podemos apontar que o campo tem sido alvo de disputa pelo território, protagonizada pelo capital de um lado, e pelos camponeses organizados enquanto movimento de outro. Considerando que o território é o espaço de existência (FERNANDES, 2009), o conflito que esta disputa entre agronegócio e campesinato gera visa suprimir uma das duas forças, pois é impossível que ambos convivam.

O Brasil, desde a sua formação já guarda características de exploração capitalista da terra. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer para a Europa o açúcar, tabaco e alguns outros gêneros; mais

tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café. É com tal objetivo, de atender o mercado externo, que se organizou a sociedade e a economia brasileira (PRADO JUNIOR, 1945, p. 23).

Oliveira (2001) também nos alerta para o fato de que no Brasil o desenvolvimento capitalista de produção se dá através da fusão entre o capitalista e o latifundiário, processo este originado no período da escravidão, tendo como resultado o fortalecimento da concentração de terras e da propriedade privada da terra. O autor ainda ressalta que as grandes extensões de terras se concentram nas mãos dos grandes grupos econômicos, e por isso tem função de reserva de valor e reserva patrimonial, funcionando “como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de financiamentos bancários, ou ao sistema de políticas de incentivos governamentais” (OLIVEIRA, 2001, p. 187).

Carvalho (2013) além de concordar com a tese de que a finalidade da concentração de terras é a de mantê-las como reservas de valor, contribui para a discussão acrescentando a ideia de que “essa acumulação via espoliação do campo no Brasil contemporâneo é a resultante de um pacto estratégico da economia política entre o grande capital agroindustrial, o sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria, a propriedade fundiária e o Estado” (CARVALHO, 2013, p. 3).

Enquanto o agronegócio se desenvolve com base na exploração capitalista da terra, onde a produção gerada serve para o enriquecimento das grandes empresas multinacionais, os camponeses estão alicerçados no trabalho de base familiar, cuja exploração de terra se estabelece com o objetivo primeiro de atender as necessidades básicas da família.

O desenvolvimento do agronegócio no Brasil se dá, também, graças a uma estrutura de poder existente no país. Segundo Freitas e Germani (2012):

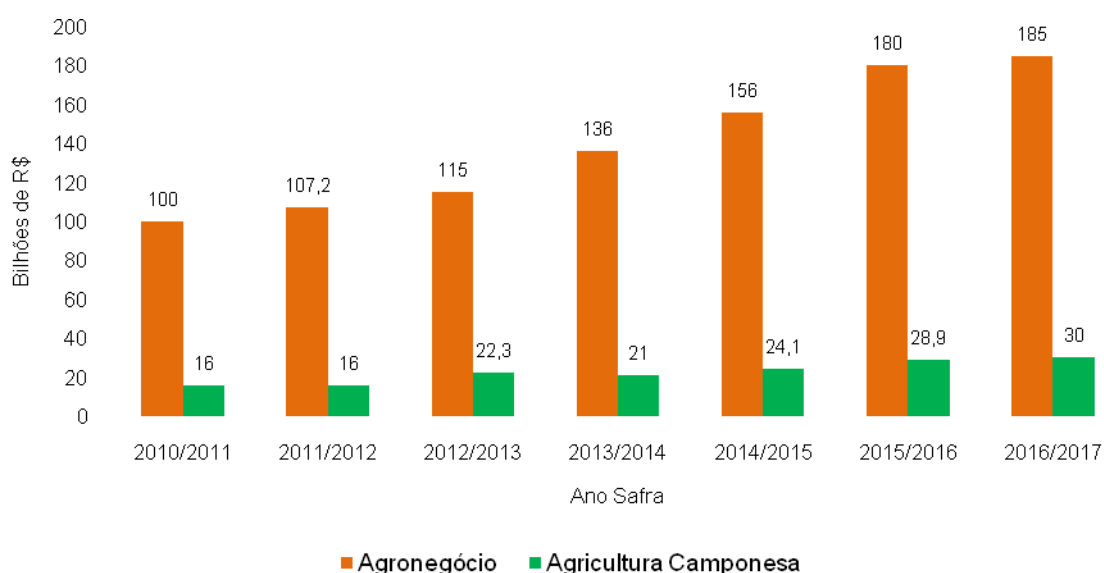
[...] a supremacia da política agrícola é fragmentada na estrutura de poder do Estado, considerando segregação espacial da agricultura patronal e familiar representada de forma institucional pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), respectivamente- além da hierarquização orçamentária, na qual os recursos destinados para à agricultura familiar representam, em média, 15% a 20% daqueles destinados à agricultura patronal (ainda que estes tenham aumentado significativamente nos últimos anos agrícolas) (FREITAS e GERMANI, 2012 s/n.)

A adoção de uma política agrária que privilegie o desenvolvimento do capitalismo no campo tem abandonado as pautas entorno da reforma agrária e das lutas sociais do campo. Isso está orientado pela distribuição dos recursos públicos destinados para o incentivo do agrohídronegócio e do campesinato, já que as agroindústrias conseguem desenvolver suas atividades contando com largos recursos financeiros e grandes

possibilidades de isenção de impostos, enquanto aos camponeses resta uma parcela mínima de recursos. Isso define que tipo de desenvolvimento para o campo que o Brasil está adotando, já que o agronegócio está preocupado com a produção de *commodities* com atenção para o mercado externo e os camponeses são os responsáveis pela produção de alimentos.

O Gráfico 01 ilustra a evolução dos recursos despendidos pelo Estado para a agricultura no Brasil. Como dito, a política agrária é dividida em dois setores: o MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) e MDA (Ministérios do Desenvolvimento Agrário), historicamente este dois ministérios tem trabalhado a agricultura em escalas diferentes. Enquanto o MAPA tem incentivado a produção de *commodities* e o desenvolvimento do agronegócio, o MDA tem subsidiado o planejamento das atividades da agricultura camponesa.

GRÁFICO 01: Evolução dos recursos aplicados na agricultura no Brasil (2010-2017)



Fonte: Plano Safra (MDA), documentos de 2010 até 2016; e Plano Agrícola e Pecuário (MAPA), documentos de 2010 até 2016.

Org.: Rabello, Diógenes (2016).

Conforme mostram os dados, os recursos destinados para o agronegócio tiveram um acréscimo de R\$85 bilhões nos últimos sete anos, enquanto que os recursos para a agricultura camponesa tiveram um acréscimo de R\$14 bilhões no mesmo período. Quando analisamos o montante de recursos, verificamos que para o ano safra de 2016/2017 a agricultura camponesa receberá apenas 13,9% do total dos recursos destinados para a agricultura.

É importante destacar que o foco do Plano Agrícola e Pecuário para o agronegócio é, segundo o MAPA, tornar as taxas de juros vantajosas para os produtores do agronegócio,

aumentar o volume de recursos disponibilizados para a agricultura extensiva e aumentar o valor para financiamento. Isso mostra que o governo pretende facilitar as formas de acesso à crédito para os latifundiários, e investir fortemente na monocultura. Em contrapartida, o MDA trás como metas para a agricultura camponesa no Plano Safra: aumentar a produção de alimentos de base agroecológica, garantir mais renda no campo e maior estabilidade dos preços para os pequenos produtores, incentivar a geração de renda para as mulheres camponesas e melhorar a inserção dos jovens do campo no trabalho familiar e garantir sua autonomia.

Contraditoriamente, mesmo subjugados pelo capital e esquecidos pelo Estado, os camponeses ainda continuam cumprindo seu papel fundamental na produção de alimentos. Como podemos observar pelos dados da Tabela 01, são os pequenos agricultores que estão se dedicando na produção de alimentos que compõem a alimentação da população brasileira, e reafirma que não são os latifúndios que estão produzindo alimentos, como propagandeado pela mídia.

TABELA 01: Volume de produção de alimentos por tamanho da propriedade

PRODUTO	PEQUENO (0 a 200 ha)	MÉDIO (de 200 a 1000 ha)	GRANDE (1000 ha acima)
Abacaxi	83,0%	11,7%	4,7%
Amendoim em casca	61,2%	17,7%	20,8%
Arroz em casca	42,3%	27,0%	30,0%
Batata-inglesa	55,4%	16,5%	27,7%
Cebola	94,1%	4,6%	0,9%
Feijão-preto em grão	88,1%	8,2%	3,2%
Feijão de cor em grão	63,9%	15,4%	20,0%
Feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar	88,9%	6,3%	3,3%
Mandioca (aipim ou macaxeira)	90,8%	7,1%	0,8%
Melancia	89,5%	5,6%	4,1%
Melão	36,8%	18,3%	44,6%
Milho em grão	57,0%	19,9%	22,9%
Tomate rasteiro (industrial)	73,3%	20,8%	5,5%
Trigo em grão	41,4%	38,5%	20,0%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - Censo Demográfico de 2006.

Org.: Mitidiero Junior, Marco Antonio; Barbosa, Humberto Junior, 2016 (mimeo).

Esses dados mostram que o Estado tem se empenhado muito mais em apoiar e investir no agronegócio, do que na agricultura camponesa, mesmo sendo evidente que o

modelo de agricultura que está cumprindo com a função de produzir alimentos e gerar renda é a agricultura camponesa.

Ou seja, fica evidente que o Estado está muito mais interessado em “crescer economicamente” e se inserir no cenário agrário-exportador global, do que alimentar a população. Podemos, portanto, dizer que o Estado tem adotado um modelo de desenvolvimento para o campo pautado na concentração de terra e produção de riqueza para as grandes empresas de capital agroindustrial, fortalecendo os impérios agroquímicos-alimentares-financeiros (RABELLO; THOMAZ JUNIOR, 2015).

Isso gerado resultados como o cenário vivenciado no Pontal do Paranapanema. Se retomarmos as discussões apresentadas na primeira seção deste texto veremos que a inclinação do Estado para o fomento da agricultura capitalista é fundamental para a expansão do agrohidronegócio canavieiro na região (THOMAZ JUNIOR, 2009; 2012; BARRETO, 2012). Acrescenta-se a isso, a falta de políticas públicas que agreguem os camponeses, já que as poucas políticas acessadas, como o caso do PAA² (Programa de Aquisição de Alimentos), apresentam deficiências estruturais que caminham para a subordinação da família camponesa ao Estado (LEAL, 2013). Nesta equação, onde o capital suprime as possibilidades de reprodução dos camponeses e as políticas públicas são ineficientes, caímos no risco de reforçar o discurso da viabilidade da agricultura capitalista.

Por fim, vale lembrar as ameaças que os sujeitos do campo (e vários outros setores da sociedade) vêm tendo com o golpe político/jurídico/midiático sofrido pelo mandato da Presidenta Dilma Rousseff no dia 31 de agosto de 2016. Assim que assumiu a presidência da República, o Presidente Interino Michel Temer extinguiu, entre outras pastas, o MDA, que com todas as limitações e entraves era o responsável pela criação e aplicação de políticas públicas para a agricultura familiar. Mesmo funcionando com pouco mais de 13% do total dos recursos destinados para agricultura no Brasil (Gráfico 01), o MDA vinha investindo em políticas públicas para o desenvolvimento da pequena agricultura. Tem-se discutido nos espaços acadêmicos e políticos, que com a extinção da pasta muito avanço já conquistado será perdido. Vale lembrar que era o MDA o responsável pela instituição e aplicação do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), principal programa de incentivo para a agricultura camponesa, e a PLANAPLO (Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica), uma das mais significantes iniciativas para a promoção da agroecologia no Brasil, diante deste cenário, houve poucas perspectivas de que se avancem com estas políticas. No mês de setembro, após uma série de pressões sobre o governo, o Interino decidiu por reativar a pasta, porém a atitude de desativar o ministério

² Programa criado no governo Lula (2003) que visa comprar os alimentos produzidos pelos camponeses e distribuir gratuitamente para entidades sociais (escolas, igrejas, asilos, creches, assistência social, etc.). A comercialização é realizada por meio da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento).

como uma das primeiras ações do seu projeto de governo, já nos demonstra sob quais condições os camponeses estarão trabalhando nos próximos anos.

Conclusão

Analisando o atual cenário do campo brasileiro e as políticas públicas para o agrohidronegócio e para agricultura camponesa é possível concluir que o agronegócio conta com maior incentivo do Estado, e isso tem resultado, sobretudo, na manutenção da estrutura fundiária caracterizada pelo latifúndio e no incentivo da produção de *commodities* com base na quimificação e não da produção de alimentos. Apesar de alguns avanços que ocorreram nos últimos anos para agricultura camponesa ela ainda está sendo vista pelo Estado em um segundo plano. A forma como são distribuídos os recursos públicos destinados para a agricultura nos mostra que o Brasil tem optado por um modelo de desenvolvimento que explora de forma predatória a terra e seus recursos, expulsa os povos no campo e pratica uma agricultura que serve apenas para o enriquecimento dos impérios agroquímicos-alimentares-financeiros. E este modelo não apenas causa prejuízos irreparáveis de ordem ambiental e social, mas busca suprimir cada vez mais o modelo oposto a ele, que é o campesinato.

O campesinato sendo uma forma de organização social das famílias de vivem e trabalham na/da terra, onde a relação do homem com a terra é completamente contrária à relação na qual o agrohidronegócio está ancorado, se apropria dos recursos oferecidos pela terra para garantir suas condições de reprodução, enquanto que o outro modelo explora os recursos da terra para gerar lucro.

Em meio a esta disputa por território surge as discussões entorno da agroecologia tendo os movimentos sociais do campo como principais incentivadores e os camponeses como responsáveis pela construção desta prática e saber. Pensar a Agroecologia apenas enquanto um modelo que possibilite uma ruptura paradigmática, centrada apenas no combate ao modelo de agricultura prejudicial ao meio ambiente que gera degradação ambiental não nos permite entender este conceito de forma holística. A agroecologia nos permite avançar, entender e propor reflexões sobre as questões técnicas, sociais, econômicas e políticas, que perpassam pelas discussões de organização enquanto comunidade buscando melhores condições de reprodução; pelas discussão de gênero, pois o trabalho pretende ser em família; busca-se a autonomia, ou seja, minimizar a dependência do consumo externo levando o camponês a priorizar o abastecimento interno; e ainda, uma questão econômica, onde há a possibilidade de fortalecimento dos mercados locais através de circuitos curtos de comercialização.

Vale lembrar que a realidade do campo é complexa, por isso abre margens para diversos pontos de vista e interpretações de acordo com as visões de mundo que cada indivíduo adota para si. Desta forma, queremos entender que o que se passa no campo hoje é o avanço do capitalismo predador, que sufoca as populações tradicionais e suprime suas possibilidades de reprodução, tanto pelo monopólio da terra quanto pelo esgotamento dos recursos naturais. Mesmo diante da hegemonia capitalista, estes povos têm criado diversos mecanismos para resistir a esta investida do capital, e tem se reportado a estratégias de luta para permanecer territorializado.

Referências

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universitária/UFRGS, 2004.

Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA. Presidente Prudente: NERA, 2014. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/>

BARRETO, M. J. **Territorialização das agroindústrias canavieiras no Pontal do Paranapanema e os desdobramentos para o trabalho**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA: Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA: Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA: Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA: Plano Agrícola e Pecuário 2013/2014.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA: Plano Agrícola e Pecuário 2014/2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA: Plano Agrícola e Pecuário 2015/2016.

BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento – MAPA: Plano Agrícola e Pecuário 2016/2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: Plano Safra 2010/2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: Plano Safra 2011/2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: Plano Safra 2012/2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: Plano Safra 2013/2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: Plano Safra 2014/2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: Plano Safra 2015/2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA: Plano Safra 2016/2017.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília/DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria da Agricultura Familiar – DATAR: IICA, 2004.

CARVALHO, H. M. de. A expansão do capitalismo no campo e a desnacionalização do agrário no Brasil. **Boletim DATALUTA**, Presidente Prudente, s/p, dez. de 2013.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión. 1974.

CHONCHOL, J. **Sociétés et économies paysannes. Paysans Avenir lês Sociétés Rurales du Tiers Monde**. Paris: La Decouverte, 1986, 299 p.

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 10, n. 11, p. 5-22, 2007.

FERNANDES, B. M. Sobre a Tipologia de Territórios. In: Saquet, Marco Aurélio; Sposito, Eliseu Saverio (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FREITAS, I. H.; GERMANI, G. I. O desenvolvimento territorial rural em questão. **Revista Mercator**, Fortaleza, p.19-33, 2012

GERARDI, L. H. O.; SALMONI, G. Para entender o campesinato: a contribuição de A. V. Chayanov. In: Carvalho, H. M. de (Org.): **Chayanov e o campesinato**. (1ª Edição). São Paulo, Expressão Popular, p. 163-178, 2014.

HECHT, S. B. A Evolução do pensamento agroecológico. In: ALTIERI, M. (Ed.) **Agroecologia - as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA-FASE, 1999. In: La praxis Del ecofeminismo. Org: Mies, Maria. Shiva, Vandana. Ed. Icaria. Barcelona, 1999.

LEAL, S. C. T. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a disputa territorial em torno da luta pela/na terra no Ponal do Paranapanema – SP**. Monografia (Bacharelado em Geografia). Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2013.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente. Ano 11, n. 12, p.57-67, 2008.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; BARBOSA, H. J. N. **Quem produz comida para os brasileiros? 10 anos do Censo Agropecuário 2006**. João Pessoa, 2016. (mimeo).

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4ª Edição. São Paulo, Contexto, 2001.

PAULINO, E. T. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: UNESP, 2006.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1945.

RABELLO, D. **Campesinato e agrohidronegócio canavieiro no Pontal do Paranapanema: os desafios para a transição agroecológica**. Monografia (Bacharelado

em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2014.

RABELLO, D.; THOMAZ JUNIOR, A. **As diferenças entre os incentivos para o agrohidronegócio e para a agricultura camponesa no Brasil e as consequências para o desenvolvimento do/no campo**. In: II Seminário Internacional SETED/ANTE - Estado, Território e Desenvolvimento, 2015. Anais... SETED/ANTE, Santiago de Compostela/Espanha, 2015.

SEVILLA GUZMÁN, E. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, vol. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

SHANIN, T. A definição do Camponês: conceituações e desconceituações, o Velho e o Novo em uma Discussão Marxista. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 08, n. 07, 2005, p. 1-21.

THOMAZ JÚNIOR, A. A Nova Face do Conflito pela Posse da Terra no Pontal do Paranapanema (SP): Estratégia de Classe do Latifúndio e do Capital Agroindustrial Canavieiro. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, v.2. 2013. p.325-340.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI (Limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos)**. 2009. 997f. Tese (Livre Docência) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. et al. Conflitos Territoriais, Relações de Trabalho e Saúde Ambiental no Agrohidronegócio Canavieiro no Pontal do Paranapanema (SP) – Brasil. **Scripta Nova**. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidade de Barcelona, vol. XVI, Nº 416, 2012.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 19 de maio de 2017.

Análise da atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos no estado de São Paulo: MST e MTST

Hellen Carolina Gomes Mesquita da Silva

Graduação em geografia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
campus de Presidente Prudente (UNESP)
e-mail: hellen.riot@gmail.com

Resumo

Neste trabalho apresentamos uma leitura sobre a atualidade das ações dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos (MST e MTST) que possuem um histórico de destaque na luta pela terra e moradia nos últimos anos. Baseando-se nos marcos conceituais de movimentos socioterritoriais e território, buscamos avançar na leitura geográfica sobre as recentes ações conjuntas promovidas por estes movimentos no estado de São Paulo. Analisar e comparar estes movimentos e suas formas de atuação nos permite aprofundar na atual conjuntura da luta pela terra e moradia promovida por estes movimentos e em como esta atualidade tem demandado novas formas de luta e resistência para a conquista do território.

Palavras-chave: Movimentos socioterritoriais; campo-cidade; território; MST; MTST.

Analysis of the actions of peasant and urban socio-territorial movements in the state of São Paulo: MST and MTST

Abstract

In this work we present a reading about the current actions of the socio - territorial peasant and urban movements (MST and MTST) that have a history of prominence in the struggle for land and housing in recent years. Based on the conceptual frameworks of socio-territorial movements and territory, we seek to advance the geographic reading of the recent joint actions promoted by these movements in the state of São Paulo. Analyzing and comparing these movements and their forms of action allows us to delve into the current conjuncture of the struggle for land and housing promoted by these movements and in how this news has demanded new forms of struggle and resistance for the conquest of the territory.

Keywords: Socio-territorial movements; field and city; territory; MST; MTST.

Análisis actual de las acciones socio-territoriales de los campesinos y los movimientos urbanos en Sao Paulo: MST y MTST

Resumen

En este artículo se presenta una lectura en la puntualidad de los anticonceptivos orales de campesinos socio-territoriales y movimientos urbanos (MST) y MTST que tienen un historial destacado en la lucha por la tierra y la vivienda en los últimos años. Con base en el marco conceptual de los movimientos y el territorio socio-territoriales, buscamos avanzar en la lectura geográfica de las recientes acciones conjuntas promovidas por estos movimientos en el estado de Sao Paulo. Analizar y comparar estos movimientos y sus formas de hacer

negocios nos permite profundizar en la situación actual de la lucha por la tierra y la vivienda promovida por estos movimientos y cómo ha requerido esta corriente las nuevas formas de lucha y de resistencia a la conquista del territorio.

Palabras-clave: Movimientos socio-territoriales; campo-ciudad; territorio; MST; MTST.

Introdução

Este trabalho busca contribuir com a compreensão conceitual sobre movimentos socioterritoriais e o seu papel na atualidade da questão agrária e urbana brasileira. Na última década, o campo brasileiro foi marcado por diversas mudanças provenientes da expansão do agronegócio canavieiro e refluxo da reforma agrária. Em decorrência dessas mudanças, os movimentos socioterritoriais do campo se depararam com a necessidade de refazer suas estratégias e ações, criando e recriando novos espaços de luta e resistência. Um exemplo dessas estratégias é a atuação conjunta entre os movimentos socioterritoriais camponeses, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, e os movimentos socioterritoriais urbanos, como o MTST.

Essas ações conjuntas demonstram uma unicidade de interesses de causas sociais e estruturas organizativas de intervenção na sociedade, que buscam, não somente os direitos de acesso à terra e à moradia, mas também de condições da reprodução da vida no campo e na cidade, acesso a bens e serviços, mobilidade urbana, políticas públicas etc. Os movimentos criaram novas formas de atuação e resistência no campo e na cidade, sobretudo nos processos de espacialização e territorialização, que se expressam nas formas e práticas diferenciadas de luta e organização dos territórios. Dessa forma, realizamos uma leitura geográfica dos processos de Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (TDR) na luta camponesa, com ênfase na região do Pontal do Paranapanema, e urbana, na cidade de São Paulo, a partir das ações conjuntas destes movimentos.

Para tanto, iniciamos este trabalho construindo uma reflexão teórica sobre o conceito de movimentos sociais, diferenciando as distintas abordagens desde a análise sociológica e geográfica, caminhando assim para a construção do conceito de movimentos socioterritoriais, da qual tomamos como referência. Posteriormente centramos nossas análises na atuação conjunta dos movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos, MST e MTST, destacando suas semelhanças e especificidades e como estes se articulam e se organizam do ponto de vista das ações individuais e conjuntas na conquista do território e resistência ao avanço do capital no campo e na cidade, assim como sua relação com Estado na criação de políticas públicas de acesso à terra e moradia.

A multiplicidade do conceito de movimentos sociais

Na última década o desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade tem trazido diversas transformações no modo de produção, na organização do espaço geográfico e nas relações sociais de trabalho, ampliando, assim, a desigualdade social por meio da exclusão, desterritorialização e domínio social da maior parte da população rural e urbana. A expansão do sistema capitalista em escala mundial controla as formas de produção no campo e na cidade, redefinindo as relações de trabalho e apropriação dos espaços e territórios, tendo como base a geração de renda para o capital. Por sua vez o Estado tem um papel fundamental neste processo, atuando no direcionamento das políticas públicas que estimulam os setores competitivos da economia, interferindo objetivamente na reprodução/organização espacial, como, por exemplo, financiando a agricultura capitalista e o avanço do capital imobiliário na cidade. Neste sentido, o campo e a cidade vão ganhando cada vez mais importância como centros de acumulação e do poder político.

Todavia, contraditoriamente a esta lógica, este processo também permite a organização da classe trabalhadora que se confrontam com a lógica da acumulação capitalista, revelando novos conflitos nas disputas por modelos de desenvolvimento. Neste contexto, diante das transformações sociais, econômicas e culturais causadas pelos processos capitalistas, os trabalhadores rurais e urbanos criam formas de resistência, sendo a principal delas a organização de classe, da qual resultam os movimentos socioterritoriais, transformando-se em sujeitos políticos que protagonizam parcela importante das lutas do campo e da cidade. Estes movimentos têm no acesso à terra, melhores condições de produção, trabalho e moradia, enfim, de reprodução da vida do campo e da cidade, como fonte e condição de sua existência. É através da luta que estes sujeitos organizados transformam e dão novos significados aos espaços e suas relações, constroem e reconstróem novos territórios e territorialidades. A respeito dessa relação entre urbano e rural do ponto de vista das ações de luta, Carlos evidencia sua importância dentro de uma leitura geográfica ao colocar que:

a cidade e campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que lhes une: este é a meu ver o desafio da análise (CARLOS, 2003, p09).

A autora aponta, ainda, a necessidade de colocar a “reprodução da sociedade” no centro do debate, a qual revelaria os conteúdos das práticas socioespaciais e socioterritoriais na direção da constituição da sociedade urbana e rural. Nesta perspectiva as transformações da sociedade contemporânea do capital levam à mudanças no conteúdo

das relações cidade-campo, expressas, por exemplo nas ações dos movimentos socioterritoriais como o MST, que, conforme Goldfarb (2007), extrapola seu sentido de movimento social rural quando propõe um projeto como, por exemplo, a “comuna da terra”, misturando elementos da cidade e do campo ao enfrentar uma nova dinâmica do capital. É neste sentido que tomamos como ponto de partida de nossas análises neste trabalho as ações dos dois movimentos socioterritoriais mais atuantes no campo e na cidade no estado de São Paulo, sendo eles: o MST e o MTST. No entanto, é importante organizarmos aqui os fundamentos teóricos que nos levam a compreender estes movimentos como socioterritoriais.

Os estudos dedicados as análises dos movimentos sociais sempre trouxeram consigo uma vasta multiplicidade conceitual, das quais nem sempre convergem para a construção de uma teoria única. Sobreiro Filho destaca que a problemática em se trabalhar com esse conceito reside justamente em seu “caráter polissêmico, multiescalar e proteiforme” (SOBREIRO FILHO, 2016, p.82). Ou seja, as múltiplas matrizes teóricas e estruturas epistemológicas, das quais possuem escalas e modelos explicativos diferenciados, as especificidades do tempo histórico e diferentes conjunturas político-econômicas-sociais e também as particularidades dos próprios movimentos sociais resultam em uma diversidade de contribuições e escalas de análise (SOBREIRO FILHO, 2016). O caráter proteiforme do conceito de movimentos sociais, ou seja, sua plasticidade, também se explica pelo constante movimento da sociedade e, por conseguinte, das ações coletivas dos sujeitos frente as diferentes conjunturas.

As obras que se dedicaram a analisar a construção teórica deste conceito apontam para a existência de paradigmas e análises divergentes. Partindo de um estudo epistemológico, Alexander (1998) aponta para uma polarização de paradigmas na análise sobre movimentos sociais, dentre o que chama de “modelo clássico” do qual privilegia as interpretações históricas das revoluções sobretudo no contexto europeu, e a “interpretação norte-americana”, que privilegia a organização e mobilização de recursos por atores sociais.

Outra autora que destaca a multiplicidade teórica sobre o conceito de movimentos sociais é Gohn. Tendo resgatado autores e abordagens, desde as clássicas às contemporâneas, a autora inicialmente define que um movimento social “é sempre expressão de uma ação coletiva e decorre de uma luta sociopolítica, econômica ou cultural” (GOHN, 2014, p.14). Neste sentido, busca destacar que muito embora haja uma pluralidade teórica, estas não são definições meramente abstratas ou interpretativas sem qualquer relação direta com a realidade imediata, o que tornam as ações coletivas ainda mais complexas cabendo a postura teórico-metodológica do pesquisador analisa-la de acordo com as especificidades de cada realidade social.

Um dos autores fundamentais para a compreensão de movimentos sociais é Melucci. Para este autor, os movimentos constituem-se como “sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites” (MELUCCI, 1989, p.52). Dentro desta concepção Melucci trabalha na perspectiva de que o conceito de movimento social é construído pela análise e nem sempre se encaixa com a empiricidade da ação, sendo assim, não é possível atribuir aos movimentos uma interpretação única, como se este se organizasse enquanto estratégia e ação tão somente segundo as concepções teóricas-ideológicas dos quais os buscam entender.

Cada organização possui significados distintos e correspondentes aos diferentes sistemas de ações dos quais se insere e como se insere. Suas estratégias e formas de ação ocorrem de acordo com a complexidade destes sistemas de ações. A compreensão dos sistemas de ação proposta por Melucci fica ainda mais clara ao colocar que as formas de ação coletiva, até mesmo de um único movimento, acontecem de maneiras distintas, conforme o nível e o tipo de relação que possuem com outras instituições, como, por exemplo, com o Estado e instituições privadas, revelando, conforme Sobreiro Filho (2016) um pensamento multiescalar e relacional.

Outra análise sobre o conceito de movimentos sociais é a sociologia da ação de Touraine, da qual integra várias abordagens em uma ampla representação da vida compreendida como “autoprodução conflitiva”. Sendo assim, os movimentos sociais ocupam parcela central neste processo de autoprodução conflitiva, pois são fundamentais, sobretudo, no processo de transformação social (SOBREIRO FILHO, 2016). A concepção de Touraine tem como cerne *o conflito central*. Dessa forma, a ideia de movimento social busca demonstrar a existência, no interior de cada grupo social, de um conflito central. Esse conflito central, inerente a sociedade, é o que leva um sujeito a se prostrar em luta.

Sobreiro Filho, ao se utilizar da obra de Touraine destaca que as concepções conceituais do autor sobre movimentos sociais vão além das aparências, formas e da sua própria unicidade, uma vez que o reconhece como “produto das demais relações que compreendem o incessante processo de formação e situação conjuntural da sociedade, e, sendo assim, os movimentos que compreendem este todo são também produtos e produtores da totalidade social” (SOBREIRO FILHO, p.77, 2016).

Saindo da revisão sociológica e adentrando a qual nos apropriaremos para a nossa análise, na geografia as análises sobre movimentos sociais possuem duas principais conceituações: a de movimento socioterritorial e movimento socioespacial. Estes emergem das reflexões de Martin (1997) e Fernandes (2000; 2005) e posteriormente recebem as contribuições de Pedon (2009) e Sobreiro Filho (2013). Sobre o uso destes conceitos, Fernandes destaca que estes “possibilitam compreender as ações dos movimentos socioterritoriais e dos socioespaciais, a partir dos espaços e dos territórios construídos pelas

relações sociais, materiais e imateriais” (FERNANDES, 2005, p.31). Neste sentido, a relação sujeito-espaço-território é elemento fundante para compreendermos a conjuntura de ações destes movimentos. Conforme Silva:

O espaço geográfico constituindo uma categoria de análise, não se reproduz isolado do contexto social. O espaço geográfico deve ser visto como a base concreta onde se realizam as relações sociais de produção. A sociedade capitalista e o espaço geográfico por ela produzidos são frutos dos conflitos, ou seja, do antagonismo e das contradições inter-classes que produzem aquele espaço e a estruturam aquela sociedade” (SILVA, 1992, p71).

Diferentemente das construções teóricas da Sociologia, em que não há um conceito único ou comum sobre movimentos sociais, a Geografia com a contribuição de Fernandes (2005), justamente por ter em vista não somente as relações sociais, mas também o espaço e território como essência e trunfo para sua definição, apresenta o movimento socioterritorial como um conceito. Este esforço dentro de uma perspectiva geográfica sobre movimentos sociais, permite que sejam estabelecidos pontos conceituais comuns para a leitura destes movimentos, tal como apresenta Fernandes:

O espaço, o território, o lugar, as relações sociais, as escalas das ações nos ajudam a compreender os tipos de movimentos socioespacial ou socioterritorial e seus processos geográficos (isolados, territorializados ou espespecializados. Esses movimentos são tanto instituições não formais, políticas no sentido lato, por sua materialidade, ação, estabelecimento e dinâmica, quanto são igualmente instituições formais como os sindicatos, as empresas, os estados, as igrejas e as organizações não governamentais (ONGs). Nesse sentido, é preciso diferenciar entre os movimentos socioespaciais e os movimentos socioterritoriais.

Os movimentos socioterritoriais têm o território não só como trunfo, mas este é essencial para sua existência. Os movimentos camponeses, os indígenas, as empresas, os sindicatos e os estados podem se constituir em movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Porque criam relações sociais para tratarem diretamente de seus interesses e assim produzem seus próprios espaços e seus territórios (FERNANDES, 2005, p.31).

A partir dessa perspectiva de análise, Sobreiro Filho apresenta, no que se refere a diferenciação teórica, quatro ponderações para se compreender ambas as proposições conceituais:

1-) as diferenças em relação ao conceito de movimento social da sociologia são, sobretudo, epistemológicas (PEDON, 2009); 2-) ambos os conceitos são construídos tendo o espaço como ponto de partida e, portanto, dimensão fundamental em sua formação; 3-) todo movimento socioterritorial é socioespacial, mas nem todo movimento socioespacial é socioterritorial; 4-) mais que trunfo, o território é essencial para um movimento socioterritorial (SOBREIRO FILHO, 2013, p08).

Com base nesses pressupostos teóricos, os movimentos socioterritoriais são importantes sujeitos de transformação não só das relações sociopolíticas, mas também do espaço (FERNANDES, 2005; PEDON, 2009; SCHERER-WARREN, 2009; SOBREIRO FILHO, 2013).

Assim, tendo delimitado as principais reflexões e autores, é importante destacar que além da preocupação em se demarcar os principais marcos teóricos devemos direcionar nossas análises de modo que nos possibilite apontar a confluência político-ideológica nos movimentos socioterritoriais como uma expressão geográfica. Destacamos, assim, a importância desta discussão, pois, conforme Sobreiro Filho (2013) também é através da análise político-ideológica que podemos identificar as diferenças existentes entre os movimentos e realizar uma análise que nos aproxime dos reais fatos e elementos dos quais correspondem suas formas de luta e (re)produção no/do território.

Para refletir as ações conjuntas entre movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos, este conjunto de autores e conceitos nos trazem elementos para pensar não somente uma visão social de mundo, mas também uma forma de avaliá-lo, organizá-lo, modificá-lo e propor e produzir formas e relações de acordo com cada vertente político-ideológica. Do ponto de vista geográfico isto significa pensar, propor, produzir etc. espaços e territórios, relações socioespaciais e/ou socioterritoriais diferenciadas de acordo com as múltiplas posturas político ideológicas (SOBREIRO FILHO, 2013, p. 270).

Movimentos socioterritoriais camponeses e urbanos: ações conjuntas na luta por território e resistência

Ao se organizarem coletivamente na luta por transporte público, mobilidade urbana, moradia e acesso à terra, estes movimentos socioterritoriais buscam através das manifestações e ocupações, sejam elas no campo ou na cidade, romper com os processos de subalternidade e segregação socioespacial. A segregação socioespacial é a expressão das classes sociais, é reflexo real da diferenciação de classes e essa desigualdade é materializada no espaço, seja urbano ou rural. Villaça (2001) complementa que a segregação é um processo em que diferentes camadas sociais tendem a se agrupar em determinados espaços. Por esse viés de análise, o que assinala a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe em uma área, mais do que em qualquer outra região da cidade (VILLAÇA, 2001).

Dialogando entre os dois movimentos socioterritoriais de luta pela terra e moradia aqui analisados enquanto Villaça considera como segregação socioespacial a concentrada estrutura fundiária urbana, nós consideramos, também, a concentrada estrutura fundiária rural como produto da conflitualidade e disputa entre modelos de desenvolvimento. É

através da segregação socioespacial, que o capital controla e produz o espaço urbano e o espaço rural, de acordo com seus interesses (NEGRI, 2008).

Neste sentido de análise das disputas por modelos de desenvolvimento na produção do espaço/território, o debate paradigmático entre Questão Agrária e Capitalismo Agrário refletem distintas maneiras de se interpretar esses processos em disputa. Ambos os paradigmas são modelos interpretativos sobre a questão agrária brasileira, os modos de produção, o campesinato e consequentemente sobre as ações coletivas dos sujeitos que compõe estes processos, organizados em movimentos socioterritoriais. De um lado tem-se o PCA – Paradigma do Capitalismo Agrário, cujo um dos pontos central é a metamorfose do campesinato para agricultor familiar, pois o mesmo seria incompleto dentro do capitalismo; e o PQA – Paradigma da Questão Agrária, que, ao contrário do PCA, reconhece que há uma questão agrária e que, portanto, o problema é estrutural, causado pelo desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2010, p.03).

Essa conflitualidade expressa nas disputas por diferentes modelos de desenvolvimento - de um lado o modelo capitalista, hegemônico e concentrador, de outro o modelo proposto por movimentos socioterritoriais baseado no acesso à terra, moradia, água, mobilidade urbana etc. - tem sua explicação nos conjuntos de contradições e de conflitos presentes no capitalismo, produtores e produzidos pelas políticas de Estado que impulsionam as ações dos movimentos socioterritoriais e socioespaciais. Ao tomar o conceito de conflitualidade como fundante para compreender o conflito presente nas relações entre capital e movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, entendemos que este “é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento” (FERNANDES, 2005, p. 05).

Dessa forma, entendemos que os pressupostos teóricos apresentados são importantes para compreendermos as relações de poder que determinam os territórios em suas diferentes dimensões e reorganizam os espaços na disputa por modelos de produção e desenvolvimento (FERNANDES, 2005). Trazendo as análises para objeto de estudo, nos últimos 15 anos, no que diz respeito a atuação dos movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, têm ocorrido expressivas alterações no que diz respeito as suas formas de atuação e luta. Essa mudança de conjuntura tem como principal vértice de análise as mudanças nas relações desses movimentos com o capital e o Estado.

Neste sentido, destaca-se a importância de analisar as novas realidades produzidas no contexto das questões agrária e urbana, por meio da correlação de forças entre a disputa de diferentes modelos de desenvolvimento e seus desdobramentos na produção do espaço e território, ao mesmo tempo em que esses processos sociais são registrados

especialmente no espaço-morada, no espaço-trabalho, no espaço-lazer, enfim, no espaço de vida (SILVA, 1992). Essas dimensões de uso do espaço configuram-se em multiterritorialidades quando analisamos os espaços de vida como condição para a produção territorial.

Quando pensamos na questão agrária o campo é um expressivo espaço de lutas organizadas e disputas por territórios, reconhecimento identitário, direitos tradicionais, preservação ambiental, acesso à água, resistência, etc. (SOBREIRO FILHO; 2013; FERNANDES; 2000; THOMAZ JUNIOR, 2008). Essa conflitualidade é elemento inerente dos processos de colonização do qual resulta em uma ocupação territorial intensamente expropriadora pelo modo capitalista de produção que tem se apropriado das terras, dos meios de produção, causando problemas estruturais na sociedade, como, por exemplo, a expropriação, a destruição e assalariamento do campesinato, (MARTINS, 1981; FERNANDES, 2008; BERNSTEIN, 2011).

No campo brasileiro, a organização e estruturação de movimentos e entidades agrárias materializam-se não só na disputa pela retomada de valores culturais, mas também reivindicações por terra e trabalho em oposição à histórica concentração da propriedade fundiária. Neste sentido, as ocupações são a principal forma de acesso à terra, configurando-se como uma ação combativa e contestatória da legitimidade da posse da terra pelo capital (FERNANDES, 1999; FELICIANO, 2006).

Ianni (2004, p169) afirma que, no capitalismo, o conflito age como um “modo de preservar, ampliar ou conquistar a propriedade”. Consequentemente, “é elemento importante da cultura política com a qual se ordenam, modificam ou transformam as relações entre os donos do poder e os setores sociais subalternos, os governantes e a população, as elites e massas” (IANNI, 2004, p 169).

Ocupar o território do latifúndio ou do agronegócio é confrontar-se diretamente com eles, é desafiar todas as dinâmicas que lhe dão suporte, mostrando que o desenvolvimento do capitalismo cria condições para a organização e fortalecimento dos movimentos socioterritoriais a partir de suas fragilidades. Uma dessas fragilidades é a incapacidade do capital de inserir todas as pessoas no processo produtivo, por isso do imenso exército de reserva, saem algumas formas de resistência (SOBREIRO FILHO; SILVA; ORIGUELA, 2014, p03).

Junto destes processos e contraditoriamente à criação e avanço dos mesmos, são geradas novas formas de luta e resistência expressadas em conflitos que atualmente se materializam não somente contra a concepção clássica de latifúndio, mas também ao agronegócio, representado pelas grandes empresas nacionais e multinacionais bem como pelo próprio Estado.

O que estamos assistindo, então, nos últimos meses, no Brasil, em relação às disputas regionalizadas por terras, privilégios, isenções, favores entre grupos empresariais canavieiros e de outros setores do agronegócio, em especial voltados à produção de biodiesel [...] nada mais é do que as novas alianças entre políticos, entidades de classe, capitalistas, latifundiários, enfim, um amplo arco das classes dominantes, as quais demonstram com todas as letras a amplitude e jogo de interesses de classe que gravitam em torno desse tema (THOMAZ JUNIOR, 2007, p01)

Conforme citado acima, o processo de dominação política e territorial está presente nas relações capitalistas de produção e tem se materializado na estrutura fundiária brasileira. Essa estrutura concentradora permite reproduzir a dominação política e a exclusão social, estruturando relações de poder. Conforme Sauer, “o latifúndio, associado ao modelo agropecuário adotado, tem sido base histórica do poder político no Brasil, como instrumento de poder e dominação que perpetua relações de exploração e expropriação” (SAUER, 2008, p63). Os movimentos de luta pela terra são, também, reflexos das correlações conflituosas de poder no campo. Esses movimentos, frutos do conflito de interesses inerente à qualquer sociedade humana, explicitam uma realidade profundamente desigual (SAUER, 2008).

No Brasil o principal movimento de resistência à essa realidade conflituosa no campo é o MST, que através da luta pela terra têm estabelecido o esforço de manter a reforma agrária em pauta.

A luta pela terra é compreendida por duas manifestações políticas principais: a ocupação da terra que acontece diariamente e tem sido a principal forma de acesso à terra no Brasil e as marchas de diversos movimentos camponeses para pressionar o Estado na realização de políticas públicas, como por exemplo: políticas de créditos, de educação e moradia, que acontecem periodicamente (FERNANDES, 2008, p27).

Nos últimos cinco anos, as manifestações/marchas têm ganhado destaque nas ações dos movimentos socioterritoriais do campo. No estado de São Paulo, segundo o DATALUTA (2014), no ano de 2012, foram registradas 36 ocupações de terras, concomitantemente a esta ação, foram registradas 83 manifestações realizadas por movimentos socioterritoriais do campo na cidade, sejam elas expressadas em marchas, ocupações de prédios representantes do poder público como ITESP e INCRA e/ou privado, como sedes de empresas representantes do capital no setor do agronegócio. No ano de 2013 a tendência se mantém, sendo registradas 41 ocupações de terras e 66 manifestações de movimentos socioterritoriais do campo na cidade.

Neste ponto é importante destacarmos que o aumento das manifestações do campo com relação as ocupações de terra, não deslegitima esta última como ainda sendo a principal forma de acesso à terra pelas famílias camponesas organizadas em movimentos

socioterritoriais. Este cenário, pelo contrário, evidencia uma mudança nas estratégias desses movimentos, acompanhando os diferentes processos de reprodução do capitalismo no campo e na cidade, reconhecendo que os espaços de representação do poder capitalista não se dão somente no campo, nas indústrias de *commodities*, mas também na cidade, buscando assim, somar esforços no avanço da luta pela terra.

Segundo Valentin (2012, p4 5), “as novas formas de ações coletivas dos movimentos de luta pela terra no campo, hoje estão colocadas como resistência ao modelo do capital concentrador, produtor de grande escala, em grandes extensões de terras que retira a “ferramenta” de existência da classe camponesa: a terra”. Estes movimentos passam a ver nas manifestações urbanas, novas formas de elevar suas reivindicações à esfera pública. Conforme Valentin, “no estudo da questão agrária, entendemos que as manifestações camponesas de luta pela terra constituem a sucessão de atos públicos com as quais materializam as reivindicações e proposições camponeses” (VALENTIN, p.46, 2012).

Um exemplo deste tipo de manifestação do campo na cidade, é a recente ocupação da sede da construtora *Odebrecht* em São Paulo. A ação foi construída em conjunto entre dois movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, o MST e MTST e tinha como objetivo “denunciar a atuação da empresa que gera impactos à vida da população do campo e da cidade”, conforme matéria vinculada pelo jornal *Brasil de Fato*. Ocupação da sede da construtora contou com cerca de 1500 pessoas de ambos os movimentos.

No campo brasileiro, a *Odebrecht* atua no ramo do agronegócio e uma das áreas de investimento da empresa é o setor sucroalcooleiro, depois de ter comprado a Usina Alcídia, em Teodoro Sampaio, na região do Pontal do Paranapanema (SP), que já operava nesse setor.

Nesse sentido, os Sem Terra denunciam que o modelo agrícola do agronegócio não representa os interesses do povo brasileiro, já que sua matriz produtiva se baseia em enormes quantidades de agrotóxicos, não respeita o meio ambiente e a biodiversidade, expulsa a população do campo às grandes cidades, concentra grandes extensões de terras e produz em sua maioria *commodities* para o mercado externo. (MST e MTST ocupam a sede da Odebrecht por reforma agrária e urbana em SP. Brasil de Fato, São Paulo, 08 maio 2014)

Ao mesmo tempo em que possui representação no campo através do seguimento de *commodities*, a *Odebrecht* opera na mesma lógica no meio urbano, com grandes empreendimentos imobiliários e de infraestrutura. Temos, portanto, estabelecida uma relação urbano-rural entre uma empresa multinacional que atua em larga escala por meio dos processos de (des)territorialização e (re)territorialização do capital no campo e na cidade. Essa relação engendrada pelo modo capitalista de produção, é contestada

estrategicamente por movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, que buscam nesta ocupação da sede que representa o poder político-ideológico da empresa, evidenciar para a sociedade suas reivindicações e formas de luta na tentativa de romper com este modelo de subalternidade.

Em entrevista à mesma matéria do jornal Brasil de Fato, Kelli Mafort, da coordenação nacional do MST, coloca a importância da aliança entre movimentos socioterritoriais do campo e da cidade na luta pelas necessidades da classe trabalhadora. Para a coordenadora,

é preciso acabar com o latifúndio no campo e na cidade, por isso temos que lutar por uma reforma agrária e urbana. Essa luta é um exemplo de que as transformações estruturais que tanto precisamos na nossa sociedade só vão acontecer com a aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade (MST e MTST ocupam a sede da Odebrecht por reforma agrária e urbana em SP. Brasil de Fato, São Paulo, 08 maio 2014).

Guilherme Boulos, líder do MTST, em mesma entrevista, também enfatiza a importância da aliança entre os dois movimentos ao colocar que: “denunciamos o capital imobiliário e sua consequência à classe trabalhadora. Essa aliança com os Sem Terra é decisiva para o enfrentamento dessas grandes corporações”. Tal atuação conjunta entre movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, demonstram uma unicidade de interesses de causas sociais e estruturas organizativas de intervenção na sociedade, que buscam a legitimação da função social da propriedade rural e urbana. Hoje, os movimentos sociais não se dão isoladamente; ao contrário, surgem no conjunto das lutas salariais, sindicais, etc. Conforme Scherer-Warren:

Os conflitos sociais inter-organizações da sociedade civil e geradores de importantes movimentos sociais no Brasil contemporâneo, referem-se a lutas entre grupos que defendem o domínio controle e manutenção de amplos espaços privatizados (como a dos ruralistas/UDR, dos latifúndios, do agronegócio, do setor imobiliário, das grandes corporações, etc.) versus grupos que buscam a conquista, legalização e preservação de espaços com função social de atendimento à população historicamente em situação de exclusão social (como a dos sem-terra, dos quilombolas, dos indígenas, das populações tradicionais, das mulheres camponesas, dos atingidos por barragens, dos favelados, das novas periferias urbanas e outros) (SCHERER-WARREN, 2009, p.02).

Tilly, McAdam e Tarrow (2001), buscaram analisar os movimentos sociais no sentido de formular uma estrutura conceitual para esse campo teórico. Nesse sentido, dialogando com nossa perspectiva de análise da atuação conjunta dos movimentos socioterritoriais do campo e da cidade, os autores traçam uma estrutura teórica para o domínio daquilo que chamam de “políticas de contestação” (*contentious politics*). Conforme esta concepção, as políticas de contestação são definidas como uma interação episódica e

coletiva entre entidades reivindicativas e os respectivos oponentes sempre que a) pelo menos o governo de um Estado é parte reivindicativa ou objeto da reivindicação faz parte da própria reivindicação, e b) sempre que as reivindicações, se satisfeitas, afetem os interesses de pelo menos uma das entidades reivindicativas (MCADAM, TARROW E TILLY, 2001; 2009).

A luta dos sem teto no atual contexto da questão urbana brasileira e a conquista do território

As relações de interesses político-ideológicos entre MST e MTST, começam a se desenhar no ano de 1997, quando, por iniciativa do MST, nasce o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. Segundo Gilmar Mauro, então membro da direção nacional do MST, sua criação partiu da constatação de que 85% da população brasileira, na época, residiam em zona urbana e constituiu uma tentativa de articular as lutas pela terra e as lutas das populações urbanas.

O Brasil está entre os países com maior déficit habitacional do mundo, ao lado de outros como Índia e África do Sul. O mais recente estudo feito pela Fundação João Pinheiro (publicado em novembro de 2013), que é utilizado oficialmente pelo Governo, mostra que o déficit habitacional quantitativo no Brasil é de 6.940.691 famílias, o que representa cerca de 22 milhões de pessoas que não possuem habitação própria. Os sem teto são, portanto, mais de 10% da população do país. É importante, neste momento, fazer a ressalva de que os sem teto não são somente aqueles que moram na rua, em situação de extrema miséria e mendicância. Esse grupo é aquele que chegou ao limite da degradação causada pela falta de moradia, pelo desemprego e outros desdobramentos do sistema capitalista. A maioria dos sem teto, no entanto, não está em situação de rua e trabalha, ainda que muitas vezes na informalidade e sem direitos assegurados (MIAGUSKO, 2012).

O problema da moradia no Brasil se completa com o déficit habitacional qualitativo, que se refere a inadequação das condições básicas para uma vida digna. Segundo o mesmo estudo da Fundação João Pinheiro, são 15.597.624 famílias nesta situação, isto é, cerca de 48 milhões de pessoas. Vemos que o cerne destes problemas é a falta de infraestrutura e serviços básicos para as condições de moradia: luz elétrica, água encanada, esgoto e coleta de lixo. Para compreender esse processo de falta de infraestrutura e segregação socioespacial do qual o é produto, é necessário analisar a ação do Estado no contexto urbano brasileiro, dos últimos anos, de forma a atingir-se a compreensão do papel do planejamento e de seu significado especial como resultado da intervenção direta ou indireta dos órgãos governamentais (SILVA, 1992). Com relação ao papel do Estado de planejar e viabilizar a elaboração de políticas públicas sociais, Silva diz que:

(...) compete ao Estado planejar, orientar e controlar o uso do solo urbano de acordo com os equipamentos que serão assentados. Sabe-se que ele (o Estado) não consegue atender o nível de demanda; no entanto, ao prover determinados espaços com certos equipamentos e/ou serviços, ele se exterioriza como um Estado classista. Ele se afirma cada vez mais como um Estado classista, um Estado burguês, na medida em que grande parte de seus investimentos são aplicados em obras no ambiente urbano que não apresentam respostas sociais desejáveis (SILVA, 1992, p78).

Vemos que para Silva a questão social não constitui o cerne da ação do Estado. Este, enquanto representante e aliado da classe dominante e defensor dos interesses desta classe, não vê o chamado “caos urbano”, assim como os conflitos no campo, como um problema sério. Ianni (1982) referindo-se a Marx na sua concepção de Estado e às correlações de forças mantidas entre o Estado e as classes sociais, afirma o seguinte:

Para Marx, pois, o Estado não é apenas e exclusivamente um órgão da classe dominante; responde também aos movimentos do conjunto da sociedade e das outras classes sociais, segundo, é obvio, as determinações das relações capitalistas. Conforme o grau de desenvolvimento das forças produtivas, das relações de produção e das forças políticas da sociedade, o Estado pode adquirir contornos mais ou menos nítidos, revelar-se mais ou menos diretamente vinculados aos interesses exclusivos da burguesia. Inclusive há ocasiões em que pode ser totalmente capturado por uma facção da burguesia, da mesma maneira que, em outras ocasiões, pode ser politicamente (não economicamente) capturado por setores da classe média ou por militares. (IANNI, 1982, p39)

Neste sentido, a ação do Estado na chamada crise habitacional, “restringe-se às consequências e não às causas” (RODRIGUES, 1988, p62). Ao atuar na crise habitacional, o Estado age em busca de uma solução instantânea, sem levar em consideração certos critérios de interesse social, como a questão do “lugar”. Por consequência, aumentam as favelas, os cortiços, as ocupações e as autoconstruções na periferia. É nesse contexto que as lutas dos sem teto ganha visibilidade política, no momento em que organizam-se para obter luz, água, esgoto, melhorias nos transportes, posse da terra (favelas e ocupações), regularização dos loteamentos ditos clandestinos etc. Estes movimentos lutam pelo direito à moradia, à cidade.

Na atual conjuntura de acesso à moradia, o MTST surge como principal sujeito desta luta. Sua principal ocupação ocorreu na cidade de Campinas, no mesmo ano de criação do movimento, em que 5.000 famílias ocuparam um terreno abandonado a fim de reivindicar a sua função social que é a destinação para habitação popular. A ocupação foi batizada pelo movimento de Eldorado dos Carajás. Dez anos depois, como resultado da conquista do movimento, a ocupação tornou-se o “Parque Oziel”, que, com mais de 30.000 moradores, representa uma das maiores ocupações urbanas da América Latina, fruto da

ação de um movimento socioterritorial (SOUZA, 2009). O MTST realiza ocupações, sobretudo, na região metropolitana de São Paulo desde então. Segundo Miagusko (2012), sobre as ocupações protagonizadas por movimentos de moradia e sem teto, na cidade de São Paulo, entre os anos de 1997 e 2007, foram registradas 112 ocupações de edifícios vazios, imóveis abandonados, ruínas de equipamentos públicos e terrenos, tanto de propriedade privada como pública. Após as manifestações de julho de 2013 mais de 100 ocupações foram realizadas por movimentos socioterritoriais sem teto. Destas ocupações, 12 estão sob a coordenação do MTST, com mais de 15 mil famílias organizadas (MTST, 2015).

As semelhanças nas atuações destes dois movimentos não estão somente na esfera político-combativa, mas também na sua forma estrutural, organizacional e de mobilização de pessoas. Esses movimentos de reação à lógica dominante, excludente e subalterna, são agentes reativos ao modelo capitalista de produção e podem ser também entendidos a partir da noção de multiterritorialidade de Haesbaert (2006), em que diferentes lógicas de controle territorial e de relações de poder presentes no espaço coexistem, mesmo que de forma conflitiva. A participação de trabalhadores nestes movimentos socioterritoriais e nas ações de lutas, faz com que, gradativamente transformem-se em sujeitos políticos, “participantes do agenciamento de uma nova territorialidade, ou de um território-rede fluído que conecta os membros do movimento em sua área, acampamento ou assentamento, com os de sua região e estes com a organização a nível nacional” (SCHERER-WARREN, 2009, p05).

No caso dos movimentos socioterritoriais do campo, como o MST, as ocupações de terras e a organização de acampamentos são momentos de (re)territorialização de profundo significado político e simbólico. A trajetória do MTST de resistência às condições de moradia e a luta para a produção de novos espaços tem pontos em comum ao MST no desenvolvimento organizacional do movimento, com algumas ressalvas a serem destacadas: no MTST a questão fundamental é a moradia e não o trabalho, como no MST. No entanto, a moradia fixa permite a possibilidade de luta por outros direitos da cidadania (emprego, saúde, educação, alimentação, lazer e cultura). Dessa forma, ao entrarem em conflito com o “latifúndio urbano ocioso”, ou os prédios abandonados e sujeitos à exploração imobiliária, constroem um processo de (re)territorialização da população urbana marginalizada.

A vinculação do MTST ao MST aos poucos permitiu um intercâmbio de experiências e estruturação da luta. As experiências de ocupações de terras ou em prédios públicos e privados vão criando elos entre si. Fernandes traz elementos para se pensar a força dessas organizações em redes na construção de novas territorialidades:

É precisamente “esta estruturação (que) permite o rompimento do isolamento geográfico, social e cultural, bem como a troca de experiências das fases das lutas, organizações dos trabalhadores, ocupação de terras, negociação com as forças políticas envolvidas etc”. Ela permite ao MST não somente “o domínio sobre o seu próprio espaço”, mas também “a ampliação de sua organização e a espacialização/territorialização de suas lutas” (FERNANDES, 1992, p35).

É através da consciência crítica sobre os processos hegemônicos de apropriação do espaço e sobre a consequente reprodução das desigualdades sociais que os movimentos aqui analisados vêm desenvolvendo suas redes de resistência, buscando construir novos espaços. Essas redes, em um sentido mais amplo, referem-se a uma comunidade na qual atores ou agentes sociais são considerados como os nós da rede, ligados entre si pelos laços que se estruturam em torno de afinidades e identificações políticas ou objetivos em comum em torno de uma causa.

Considerações finais

Com base nos aparatos conceituais aqui apresentados, buscamos construir uma reflexão sobre a relação cidade-campo presente nas ações dos dois movimentos mais emblemáticos na atualidade dos processos de luta pela terra e moradia no Brasil: o MST e o MTST. Dentro de nossas reflexões aqui iniciadas e visando compreender as diferentes ações e agentes da produção do território no campo e na cidade pelos movimentos socioterritoriais, algumas hipóteses e questões são centrais, sendo elas: O refluxo da reforma agrária nos últimos 5 anos, com a diminuição das ocupações no campo possui relação direta com o aumento das ocupações e manifestações na cidade. A experiência de luta dos movimentos socioterritoriais rurais tem sido utilizada pelos movimentos socioterritoriais urbanos. Esta conjuntura destaca que o problema fundiário no campo e na cidade persistem e as políticas públicas não tem conseguido solucioná-los.

Neste sentido, a construção dessa análise tem sua importância descrita na carência de estudos acadêmicos que entendam a relação campo-cidade sob uma perspectiva das ações dos movimentos socioterritoriais, compreendendo que as lutas do campo não se dão de maneira dissociada das lutas na cidade. Os terrenos e imóveis vazios na cidade e a terra improdutiva no campo, possuem em comum o fato de que ambos funcionam como reserva de valor (CARLOS, 2003), possibilidade de realização da renda da terra (no campo) e da especulação imobiliária (na cidade). Tal cenário, evidencia que tanto no campo quanto na cidade o processo de reprodução se realiza pelo conflito entre valor de uso/valor de troca. Ambas as lutas colocam em cheque o direito da propriedade privada e as formas de apropriação do espaço e território enquanto condição de realização da vida, seja para a produção de alimentos, seja enquanto moradia.

Referências

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. 5ª edição. São Paulo: Boitempo, 2000
- BERNSTEIN, H. **Dinâmicas de Classe da Mudança Agrária**. São Paulo: Editora Unesp, 2010
- CARLOS, A. F. A. Seria o Brasil menos urbano do que se calcula? **GEOUSP**, número 13, DGFFLCH-USP, 2003.
- Banco de Dados da Luta Pela Terra – DATALUTA: Banco de Dados. Disponível em: . Acesso em: 19 de out. 2014.
- FELICIANO, C. A. **Movimento Camponês Rebelde**. 1ª edição São Paulo: Contexto, 2006. 205p.
- FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**, v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- FERNANDES, B. M. O todo é a parte e a parte é o todo, a interação Espaço-sujeito. **Revista Geográfica**, São Paulo, n. 151, 1992, p31-39.
- GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade**: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. 2007. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-02012008-112829/>>. Acesso em: 2015-03-21.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização** – Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, 2ª. Ed.
- HARVEY, D. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004
- IANNI, O. **Capitalismo, Violência e Terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- MARTINS, J. S. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo, Editora Hucitec, 1989.
- MARTINS, J. S. **Os camponeses e a Política no Brasil** 5ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1995.
- MARTIN, J. Y. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, 2. 19, p. 26-40, nov. de 1997.
- MARICATO, E. et al. **Cidades rebeldes**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. **The Dybanics of Contention**. Cambridge: Cambridge University Press.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.
- MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, v. 1, n. 17, p. 49-66, Jun 1989.

MIAGUSKO, E. **Movimentos de Moradia e Sem-Teto em São Paulo**. São Paulo: Alameda, 2012.

MST e MTST ocupam a sede da Odebrecht por reforma agrária e urbana em SP. **Brasil de Fato**, São Paulo, 08 maio 2014. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/node/28426>. Acesso em: 01 de março de 2015.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, IEA/USP São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais**: uma contribuição conceitual à pesquisa geográfica. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Pres. Prudente, 2009

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**. São Paulo. Edusp. 2008

SAUER, S. **Terra e modernidade**: a dimensão do espaço na aventura da luta pela terra. Brasília, Universidade de Brasília, 2002.

SCHERER-WARREN, I. A política dos movimentos sociais para o mundo rural. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA, vol. 15, n.1, 2007d, pp 5 – 22.

SILVA, J. B. **Os incomodados não se mudam**. 1992.

SOUZA, J. F. V. **Parque Oziel**, 10 anos de luta: uma análise dos conflitos de desigualdade social e meio ambiente. 2009.

SOBREIRO FILHO, J. **O movimento em pedaços e os pedaços em movimento**: da ocupação do Pontal do Paranapanema à dissensão nos movimentos socioterritoriais camponeses. Dissertação: Programa de Pós-graduação em Geografia, FCT-UNESP. Presidente Prudente. 2013.

TARROW, S. **O poder em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

THOMAZ JUNIOR, A. Não há nada de novo sob o sol num mundo de heróis! (A civilização da barbárie na agroindústria canavieira). **Pegada**, Presidente Prudente, v. 8, n.2, p. 05-25, dez. 2007.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. São Paulo: Paz e terra, 2011.

TILLY, C. & WOOD, L. J. **Los movimientos sociales**, 1768-2008. Barcelona: Crítica, 2010.

TOURAINE, A. **O retorno do actor**. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.

VILLAÇA, F. **O Espaço Intra-Urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2000.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2016.

Devolvido para a revisão em 30 de março de 2017.

Aceito para a publicação em 19 de maio de 2017.

COMPÊNDIO AUTORES

ACOSTA, Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, dossiê, p. 37-60, 2016.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58-67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalúcia: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido.** Ano 20, n. 34, dossiê, p. 157-175, 2016.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, dossiê, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 72-90, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia.** Ano 20, n. 34, dossiê, p. 176-202, 2016.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

- BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.
- BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.
- BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti.** Ano 20, n. 34, dossiê, p. 107-118, 2016.
- BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.
- BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.
- BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.
- BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.
- BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.
- BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.
- CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.
- CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo.** Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.
- CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 34-55, 2016.
- CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil.** Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.
- CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p. 174-193, 2015.
- CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.
- CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.
- CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22-33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 170-194, 2016.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109-121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI.** Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26-46, 2008.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar cooperativo.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos.** Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas.** Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

- Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.
- DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.
- DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.
- DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.
- ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.
- EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.
- EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.
- ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29-51, 2006.
- ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, dossiê, p. 103-126, 2012.
- ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48-67, 2005.
- ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.
- ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.
- FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.
- FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, dossiê, p. 55-78, 2012.
- FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.
- FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.
- FACCO, Vinícius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.
- FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas**. Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários**. Ano 10, n. 11 p. 48-60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema**. Ano 8, n. 7 p. 112-124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 02-44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural**. Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais**. Ano 8, n. 6 p. 24-34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais**. Ano 15, dossiê, p. 09-20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária**. Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena**. Ano 10, n. 11 p. 61-80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais**. Ano 9, n. 9 p. 113-143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio**. Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa**. Ano 14, n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta**. Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán**. Ano 18, n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15, n. 21 p. 173-180, 2012.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR - CLACSO, agosto/setiembre de 2005)**. Ano 8, n. 7 p. 141-155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31-56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75-91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136-138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43-55, 2004.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 01-28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, dossiê, p. 127-154, 2012.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151-164, 2007.

HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências.** Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 01-13, 2005.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144-158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125-140, 2005.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, dossiê, p. 12-36, 2016.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará.** Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n. 28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, dossiê, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57-71, 2007.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 68-85, 2008.

MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense.** Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP)**. Ano 10, n. 11 p. 109-121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133-150, 2006.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151-172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais**. Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, dossiê, p. 155-176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45-57, 2000.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raisia Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos**. Ano 20, n. 34, dossiê, p. 61-81, 2016.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul**. Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP**. Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense**. Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação versus reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p.07-27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35-42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68-93, 2005.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117-136, 2008.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA.** Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

- OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66-87, 2009.
- OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.
- OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos.** Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo.** Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.
- OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos en la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.
- PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121.
- PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.
- PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.
- PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.
- PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.
- PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.
- PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102-117, 2008.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52-73, 2006.
- PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, dossiê, p. 21-42, 2012.
- PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28-44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 276-296, 2016.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35-47, 2005.

PORTO, José Renato Sant’Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”.** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

- QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.
- QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia**. Ano 9, n. 9 p. 73-88, 2006.
- RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil**. Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.
- RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94-114, 2007.
- RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato**. Ano 8, n. 6 p. 46-58, 2005.
- REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.
- REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana**. Ano 20, n. 34, dossiê, p. 82-106, 2016.
- REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.
- RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998.
- RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa**. Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.
- RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.
- RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.
- RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.
- RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala**. Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.
- ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.
- RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión**. Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico**. Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 153-169, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89-112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 01-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149-169, 2007.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, dossiê, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, dossiê, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50-55, 2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 07-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luís; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la extensión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina).** Ano 19, n. 32, dossiê, p. 91-110, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino.** Ano 20, n. 34, dossiê, p. 144-156, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária.** Ano 20, n. 34, dossiê, p. 119-143, 2016.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATEs: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMAYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

- VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como una idea**. Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.
- VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG**. Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.
- VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.
- VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina**. Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.
- VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula**. Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.
- VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina**. Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.
- VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.
- VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.
- VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.
- WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo**. Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.
- WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 215-235, 2016.
- WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão**. Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.
- WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.
- WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST)**. Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.
- WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature**. Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.
- WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil**. Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.
- ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio**. Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 02-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20-28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.**

Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”: breve abordagem.** Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”: a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism.** Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Occidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n.

8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la praxis desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition.** Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft.** Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants.** Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 07-27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28-47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil.** Ano 12, n. 14 p. 48-62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST.** Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS.** Ano 12, n. 14 p. 72-96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra.** Ano 12, n. 14 p. 97-111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas.** Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE.** Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia.** Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”.** Ano 12, n. 15 p. 34–65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização.** Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará.** Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATÍÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMAYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe.** Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária.** Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro.** Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, dossiê, p. 09-20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 15, dossiê, p. 21-42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Ano 15, dossiê, p. 43-54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, dossiê, p. 55 -78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações.** Ano 15, dossiê, p. 79-92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, dossiê, p. 93-102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 15, dossiê, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, dossiê, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 15, dossiê, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, dossiê, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo Tekoha-Tekoharã.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP.** Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder.** Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS.** Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo.** Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão.** Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido.** Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010.** Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate.** Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La “sojización” y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay.** Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS).** Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar.** Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato.** Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A “nova” questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares.** Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica.** Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica.** Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra.** Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia.** Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente.** Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica.** Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964).** Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay.** Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular.** Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores.** Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e “verdade”.** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil**. Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno**. São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia. **Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência**. Ano 18. n. 26. p. 11-28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique**. Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano**. Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO**. Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP**. Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR**. Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios**. Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital**. Ano 18. n. 27. p. 53-63, 2015.

SOBREIRO FILHO, José. O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil. Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais. Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução. Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO. Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964). Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina. Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán. Ano 18. n. 27. p. 280-295.

RIBEIRO, Edson Sabatini. RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária. Ano 18. n. 27. p. 296-300.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. (Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios. Ano 18. n.28. p.09-18.

ARACH, Omar. Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina. Ano 18. n. 28.p.19-31.

GOLDFARB, Yamila. Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill. Ano 18. n.28. p.32-67.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa. Ano 18. n. 28. p.68-91.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA. Ano 18. n.28. p.92-105.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18. n.28. p.106-131.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164.

RIEIRO, Anabel; POSADA, Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en Puebla, México.** Ano 18. n.28. p.206-222.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturales y su aplicación desde América Latina.** Ano 18. n.28. p. 241-264.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del litio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47

PEREIRA, Lorena Izá. **Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69.

FACCO, Vinicius Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR).** Ano. 18. n. 29.p.70- 100.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174- 193.

VENTURA, Cláudio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29.p.220 -232.

- PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios.** Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.
- LOPES, Gabriel Rodrigues. **“¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!”: del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador.** Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.
- PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.
- ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.
- OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.
- CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.
- FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.
- ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná.** Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.
- DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.
- SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil.** Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.
- MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.
- JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP.** Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.
- PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos.** Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.
- TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionantes para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná.** Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.
- ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima.** Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.
- EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas.** Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. **Agroecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff**. Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania alimentar: construindo um regime alimentar corporativo**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dietersen; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER. **La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando ‘los’ territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá. **Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 195-213, 2016.

WALLENIIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **“No podemos hablar de paz si tenemos hambre”. Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, dossiê, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo). Ano 19, n. 32, dossiê, p. 297-314, 2016.

CASTELO, Carlos Estevão Ferreira. **Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC.** Ano 19, n. 33, p. 12-29, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da. **O uso dos recursos naturais do Cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô.** Ano 19, n. 33, p. 30-46, 2016.

SANTOS, Katia Maria Pacheco; SILVA, Rafael Navas da; ALEXANDRE, Adla Alves; KANIKADAN, Andrea Yumi Sugishita; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula. **Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP.** Ano 19, n.33, p. 47-62, 2016.

SIMÕES, Willian; MOTENEGRO GÓMEZ, Jorge Ramón. **Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira.** Ano 19, n. 33, p. 63-97, 2016.

HECK, Fernando Mendonça. **Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território.** Ano 19, n. 33, p. 98-118, 2016.

BALDASSARINI, Jéssica de Sousa; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. **A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional.** Ano 19, n. 33, p. 119-138, 2016.

IORIS, Antonio Augusto Rossotto. **Agribusiness in Brazil: The narrative drives on.** Ano 19, n. 33, p. 139-154, 2016.

SANTOS, Roberto Souza. **A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional.** Ano 19, n. 33, p. 155-180, 2016.

ALMEIDA, Moisés Diniz de; AMORIM, Franciel Coelho Luz de; PEREIRA, Flávio. **A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo.** Ano 19, n. 33, p. 181-205, 2016.

MAIA, Carlos Roberto da Silva; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; BEZERRA, Israel Rodrigues. **Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro.** Ano 19, n. 33, p.206-233, 2016.

ESTÉVEZ, Pablo Díaz. **Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay.** Ano 19, n. 33, p. 234-254, 2016.

LIMA, Adelson Rocha; GIRARDI, Eduardo Paulon; MANCIO, Daniel; NUNES, Diorgenes da Costa. **Impactos da monocultura de eucalipto sobre a estrutura agrária nas regiões norte e central do Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, dossiê, p. 12-36, 2016.

AGUIAR JÚNIOR, Paulo César. **A modernização conservadora como uma vertente da territorialização do capital à norte do Rio Doce no Espírito Santo.** Ano 20, n. 34, dossiê, p. 37-60, 2016.

MOREIRA, Emilia de Rodat Fernandes; DANTAS, José Carlos; DANTAS, Diego dos Santos; NASCIMENTO, André Paulo do; RAGALA, Raísa Maria; TARGINO, Ivan; MOREIRA, Juliana Fernandes; VIANNA, Pedro da Costa Guedes. **A luta por água no estado do Paraíba: contradições e conflitos.** Ano 20, n. 34, dossiê, p. 61-81, 2016.

REIS, Talles Adriano; PELISSARI, Lucas Barbosa. **Concentração fundiária e assentamentos de reforma agrária: uma análise da estrutura agrária de Zona da Mata pernambucana.** Ano 20, n. 34, dossiê, p. 82-106, 2016.

- BEZERRA, Livia Morena Brante. **Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti**. Ano 20, n. 34, dossiê, p. 107-118, 2016.
- VANESKI FILHO, Ener; LOERA, Nashieli Rangel. **Os brasiguaios sem-terra na reforma agrária**. Ano 20, n. 34, dossiê, p. 119-143, 2016.
- TROILO, Gabriel; ARAÚJO, Maria Nalva Rodrigues. **O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino**. Ano 20, n. 34, dossiê, p. 144-156, 2016.
- ANDRADE, Jailton Santos; FERNANDES, Silvia Aparecida de Souza. **A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido**. Ano 20, n. 34, dossiê, p. 157-175, 2016.
- ARAÚJO, Gracieda dos Santos; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. **Uma análise da dimensão educativa das cooperativas de crédito rural solidário no território do Sisal - Bahia**. Ano 20, n. 34, dossiê, p. 176-202, 2016.
- CERONI, Mauricio. **Profundización del capitalismo agrário en el Uruguay: dinámicas en el espacio agrario durante el comienzo del siglo XXI**. Ano 20, n. 35, p.12-40, 2017.
- VILLULLA, Juan Manuel. **Los sonidos del silencio. Formas de resistencia de los obreros asalariados en la agricultura pampeana**. Ano 20, n. 35, p.41-64, 2017.
- CUNHA, Maria das Graças Campolina; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A modernidade do campo e as transformações das relações hierárquicas**. Ano 20, n. 35, p.65-82, 2017.
- REFATI, Daiana Caroline; FABRINI, João Edimilson; MARSCHNER, Walter Roberto. **O trabalho das mulheres nos assentamentos Antônio Companheiro Tavares em São Miguel do Iguaçu e Ander Rodolfo Henrique em Diamante do Oeste – Paraná**. Ano 20, n. 35, p.83-107, 2017.
- ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **Camponeses e proto-camponeses: os sujeitos da luta pela terra no estado de São Paulo**. Ano 20, n. 35, p.108-132, 2017.
- MELO, Thiago da Silva. **A necessidade da reforma agrária na região do Contestado Catarinense**. Ano 20, n. 35, p.133-152, 2017.
- MAIA, Rosane Oliveira Martins; RAVENA, Nirvia; MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. **Reforma agrária do governo Lula: a regularização fundiária e os assentamentos ilhas do Pará**. Ano 20, n. 35, p.153-173, 2017.
- HOYOS, Claudia Janet; D'AGOSTINI, Adriana. **Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências**. Ano 20, n. 35, p.174-198, 2017.
- CAMPOS, Margarida Cassia; GALLINARI, Tainara Sussai. **A Educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil**. Ano 20, n. 35, p.199-217, 2017.
- OLIVEIRA, André Santos de; FARIAS, Rafael Guimarães; OLALDE, Alicia Ruiz. **Avanços e desafios do programa de assessoria técnica, social e ambiental – ATES em projetos de assentamento no Vale do Jequiriçá – BA**. Ano 20, n. 35, p.218-229, 2017.
- CAMARGO, Jéssica Silva Moreira; NAVAS, Rafael. **Programas institucionais de compra da agricultura familiar no município de Ribeirão Grande/SP: uma análise a partir da produção e consumo**. Ano 20, n. 35, p.230-245, 2017.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **Produção ecológica de arroz dos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre: um caso de gestão participativa e geração de conhecimentos.** Ano 20, n. 35, p.246-265, 2017.

SALAZAR, Oswaldo Viteri; RAMOS-MARTÍN, Jesús. **Organizational structure and commercialization of coffee and cocoa in the northern Amazon region of Ecuador.** Ano 20, n. 35, p.266-287, 2017.